



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO
CULTURAL**

LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO

AS RUÍNAS GUARDAM MEMÓRIAS:

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A ESCOLA AGRÍCOLA DE SÃO BENTO DAS LAGES
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE - BAHIA**

CACHOEIRA

2021

**AS RUÍNAS GUARDAM MEMÓRIAS:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A ESCOLA AGRÍCOLA DE SÃO BENTO DAS LAGES
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE - BAHIA**

LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural – da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Suzane Tavares de Pinho Pêpe.

Área de Concentração: Patrimônio Cultural.

CACHOEIRA

2021

C268r Cardoso, Lauro José de Assunção Rosa.

As Ruínas guardam memórias: representações sociais sobre a escola agrícola de São Bento das Lages em São Francisco do Conde – Bahia. / Lauro José de Assunção Rosa Cardoso. Cachoeira, BA, 2021. 217f., il.

Orientador: Profa. Dra. Suzane Tavares de Pinho Pêpe
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, 2021.

1. Representações Sociais – Bahia. 2. Patrimônio Cultural – Proteção - Bahia. 3. Memória – Aspectos Sociais. 4. Escola Agrícola de São Bento das Lages (São Francisco do Conde, BA) I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 302.098142

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

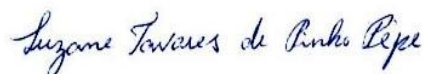
LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO

AS RUÍNAS GUARDAM MEMÓRIAS:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A ESCOLA AGRÍCOLA DE SÃO BENTO DAS LAGES EM
SÃO FRANCISCO DO CONDE - BAHIA

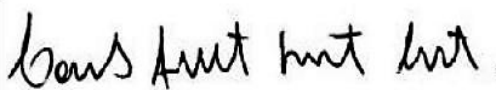
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Centro de Artes, humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovado em 29 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Suzane Tavares de Pinho Pêpe (Orientadora)
Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia



Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa (UFRB)
Doutorado em Arqueologia pela Universidade de Coimbra (Portugal)



Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Almeida de Freitas (UNILAB)
Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CACHOEIRA/BA
2021

Dedico este trabalho ao Seu João, Seu Veinho, Dona Deja, Dona Fátima e Seu Pena, às ruínas da Escola Agrícola, à cidade de São Francisco do Conde e ao bairro de São Bento das Lages.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha companheira Aua Cassama e ao meu filho Okiri Cardoso Cassama, pelas suas presenças incondicionais e alegrias, que me deram forças em momentos, nos quais, desistir ou cair em desespero seria uma solução. Aos meus pais, Etelvina Assunção e José Cardoso, e a meu irmãozinho Miguel Cardoso pelas suas presenças espirituais, apoios incondicionais e por causa de uma ausência em termos físicos, que jamais impediu que os nossos laços afetivos e familiares esmorecessem. Em segundo lugar quero agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural em Cachoeira - Bahia, pela oportunidade que me foi dada em aprender, ensinar e trocar conhecimentos, experiências, não apenas acadêmicas, como também saberes do cotidiano que vou carregar para a vida inteira, dentro de um programa ainda recente, que funciona como uma casa inspiradora, que mesmo perante às mais variadas dificuldades, ainda mais nesse processo de pandemia da Covid-19, segue na sua resistência, persistência e valorização de todos aqueles e aquelas que acreditam na valorização da ciência, especialmente, a Arqueologia e Patrimônio Cultural na Bahia, no Brasil e além-fronteiras.

Agradeço à minha orientadora Suzane Tavares de Pinho Pêpe pela paciência e compreensão em seguir firme nesta senda pela investigação científica, sobretudo, no estudo sobre as representações sociais e as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages e pelos encorajamentos que contribuíram muito para a realização desta pesquisa. Também estendo os agradecimentos aos membros da banca examinadora, o professor Carlos Costa e a professora Idalina Freitas, pelas aulas, críticas construtivas e sugestões que acrescentaram mais qualidade a esta pesquisa. Aos demais professores do PPGAP, principalmente, Wilson Penteado e Henry Luydy, pelas suas contribuições, problematizações e encorajamentos dados nas aulas, para que eu pudesse dar seguimento, tanto nas teorias como nos métodos científicos, para o estudo em voga.

Por último estendo os agradecimentos aos demais interlocutores e interlocutoras que conheci durante a pesquisa de campo, aos meus colegas de turma, que estiveram comigo nas mais distintas disciplinas estudadas, tanto de forma presencial como remota, onde pude aprender muito ao longo do meu processo de aprendizado enquanto mestrando, especialmente, à minha querida amiga e colega Elianeide Oliveira, por meio das nossas partilhas e trocas de conhecimentos para além das salas de aula e das salas virtuais do Google Meet.

"é ruína, pura ruína!"
Seu João Evangelista (janeiro, 2021).

RESUMO

Esta dissertação resulta de uma pesquisa de campo, análise documental e de observação participante sobre as representações sociais relativas à antiga Escola Agrícola de São Bento das Lages em São Francisco do Conde - Bahia, inaugurada no dia 15 de Fevereiro de 1877. Deste modo, este trabalho produz uma reflexão interdisciplinar, com destaque para a Antropologia e a História, acerca das transformações ocorridas nesse edifício, ao longo de 144 anos e por meio de um debate sobre os aspectos conceituais como patrimônio cultural, ruínas e memórias, sem perder de vista os aspectos empíricos, mediante as interlocuções com as/ou moradores são-franciscanos e do bairro de São Bento das Lages, tal como as instituições públicas que, historicamente, estão relacionadas com a antiga Escola Agrícola. Assim sendo, através desse memorial *morto-vivo*, esta pesquisa procura compreender as questões relacionadas com a dimensão social, cultural, patrimonial, política e institucional envolvendo essas ruínas. Em termos de resultado, foram produzidas documentações e relatos sobre essas ruínas, que evidenciam uma relação de afetividade e nostalgia em relação ao local, por parte de alguns interlocutores ao qual estabeleceram-se diálogos gravados ou entrevistas, tal como, incongruências documentais no que diz respeito ao processo de tombamento da antiga Escola Agrícola.

Palavras-chave: Escola Agrícola de São Bento das Lages, Representações Sociais, Ruínas, Patrimônio Cultural, Memórias.

ABSTRACT

This dissertation is the result of field research, document analysis and participant observation of the social representations related to the old Agricultural School of São Bento das Lages in São Francisco do Conde - Bahia, inaugurated on February 15, 1877. This work produces an interdisciplinary reflection, with emphasis on Anthropology and History, about the transformations that have taken place in this building, over 144 years and through a debate on conceptual aspects such as cultural heritage, ruins and memories, without losing sight of the empirical aspects, through the dialogues with the Saint Franciscan and/or residents of the São Bento das Lages neighborhood, as well as the public institutions that, historically, are related to the old Agricultural School. Therefore, through this undead memorial, this research seeks to understand the issues related to the social, cultural, heritage, political and institutional dimensions involving these ruins. In terms of results, documentation and reports on these ruins were produced, which show a relationship of affection and nostalgia for the place, on the part of some interlocutors to whom recorded dialogues or interviews were established, such as documentary inconsistencies in what they say respect to the registration process of the former Agricultural School.

Keywords: Agricultural School of São Bento das Lages, Social Representations, Ruins, Cultural Heritage, Memories.

LISTA DE SIGLAS

CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras
CEAT - Centro Educacional Alberto Torres
CEAB - Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia
CECRE - Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos
COOLIBA - Cooperativa de Profissionais Liberais da Bahia
COVID-19 - Coronavírus
DEMEC/BA - Delegacia regional do Ministério da Educação e Cultura da Bahia
EAB - Escola Agrícola da Bahia
ESAMV - Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
FNPM - Fundação Pró-Memória
IIBA - Imperial Instituto Bahiano de Agricultura
IBPC - Indústria especializada em desenvolvimento de projeto, fabricação, transporte e montagem de estruturas pré-fabricadas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEAB - Imperial Escola Agrícola da Bahia
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do estado da Bahia
IPEAL – Instituto de Pesquisas Agropecuária do Leste
SECULT - Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de São Francisco do Conde
MEASB - Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia
MEC - Ministério da Educação e Cultura
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A.
PSF - Posto de Saúde da Família
PRODETUR - Programa do Ministério do Turismo
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
PROPLAD - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
RECONCITEC - Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia
RLAM - Refinaria Landulfo Alves - Mataripe
SETUR - Secretaria do Turismo em São Francisco do Conde
SFC - São Francisco do Conde

SIPAC - Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMAI - Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNILAB - Universidade Federal Internacional da Integração Afro-Brasileira

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 0: As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Fonte: Autor, maio, 2020.

Figura 1: A Escola Agrícola Superior da Bahia no início do século XX. Fonte: Acervo MEASB, 2021.

Figura 2: As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Fonte: Autor, fevereiro, 2020.

Figura 3: A entrada para a rua do cais de São Bento. Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figuras 4 e 5: As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figura 6: As ruínas da Escola Agrícola em São Bento das Lages. Fonte: www.ferias.tur.br, 2021.

Figura 7: As ruínas da Escola Agrícola em São Bento das Lages. Fonte: Autor, janeiro, 2021.

Figura 8: À esquerda Registro da Escola Agrícola da Bahia, ainda em construção, ano 1872. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 9: À direita, A casa do diretor, sem data precisa. Fonte: Acervo MEASB, 2013.

Figura 10: A secretaria e a casa do diretor, sem data precisa. Fonte: Autor, foto reproduzida de imagem presente no Inventário IPAC-BA, 1982.

Figura 11: Vista panorâmica da Escola Agrícola de São Bento das Lages no século XIX. Fonte: Acervo MEASB, 2013.

Figura 12: Vista panorâmica da Escola Agrícola de São Bento das Lages no início do século XX. Fonte: Acervo MEASB, 2013.

Figura 13: À esquerda, As ruínas da Escola Agrícola da São Bento das Lages, sem data precisa. Fonte: Paulo Nacif, 2018.

Figura 14: À direita, A fachada das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Fonte: Autor, fevereiro, 2020.

Figura 15: À esquerda, A fachada das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, ainda com o nome inscrito na fachada principal. Fonte: Autor, abril, 2019.

Figura 16: À direita: A fachada ainda com o brasão da república dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1984. Fonte: Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 17: Fabricação de farinha na casa de farinhas pertencente à Escola Agrícola, sem data. Fonte: Acervo MEASB, 2013.

Figura 18: As ruínas da casa de farinhas na rua do cais de São Bento. Fonte: Autor, fevereiro, 2021.

Figura 19: Praça Duque de Caxias a vista parcial da cidade de São Francisco do Conde em 1983. Fonte: IBGE, 2017.

Figura 20: Foto aérea da orla da cidade de São Francisco do Conde no século XXI. Fonte: www.bahia.ws, 2014.

Figura 21: Imagem via satélite da extensão territorial do bairro de São Bento das Lages, São Francisco do Conde-BA. Fonte: Google Earth, 2021.

Figura 22: Vista do cais de São Bento no final do século XIX. Fonte: Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 23: Imagem aérea da rua do cais de São Bento, sem data precisa. Fonte: Autor, Foto reproduzida pelo autor da imagem presente no Inventário do IPAC-BA, 1982.

Figura 24: As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Fonte: Autor, fevereiro, 2020.

Figuras 25 e 26: As ruínas do Mosteiro de São Bento das Lages ou Abadia de Brotas. Fonte: Autor, janeiro, 2021.

Figura 27: Etapas para o tombamento de um Bem Cultural. Fonte: *site* eletrônico do Ipac, 2021.

Figura 28: Planta do edifício da Escola Agrícola. Fonte: Autor, foto reproduzida da imagem presente em IPAC-BA, 2021.

Figura 29: O lugar onde ficava a capela, dentro da antiga Escola Agrícola. Fonte: Autor, foto da imagem presente no inventário Ipac-Ba, 2021.

Figuras 30 e 31: As ruínas da antiga capela da Escola Agrícola. Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figuras 32 e 33: As ruínas do antigo secador de cacau na ilha de Cajaíba em São Francisco do Conde. Fonte: Autor, novembro, 2020.

Figura 34: Fotografia em preto e branco da reforma do edifício principal da Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, São Francisco do Conde (BA). Fonte: Catálogo MEASB, 2019.

Figura 35: Foto do pedido de tombamento da Imperial Escola Agrícola da Bahia (Sphan). Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figuras 36 e 37: Fotos da Informação Técnica nº 057/89, da Coordenação de Proteção de Bens Culturais e Nacionais - SPHAN à 5.ª Diretoria Regional, sobre o Processo n. 1295-T-89 – Casa Imperial da Escola Agrícola da Bahia. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 38: À esquerda, Foto do comunicado interno da Coordenação de Proteção de Bens Culturais e Nacionais, sobre as ruínas da Escola Agrícola. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 39: À direita, Foto do Ofício nº 001/91, da Consultoria técnica à Diretoria do IPAC, relativo ao tombamento das ruínas de São Bento das Lages. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figuras 40 e 41: Fotos da Informação Técnica nº 157/90, sobre a Escola Agrícola de São Bento das Lages. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figuras 42 e 43: Fotos da Informação Técnica nº 007/2007 sobre a vistoria em São Bento das Lages nas ruínas da Escola Agrícola. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 44: Fotos da informação técnica nº 007/2007, sobre a vistoria em São Bento das Lages nas ruínas da Escola Agrícola. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figuras 45 e 46: Correspondências sobre a proteção das ruínas da Escola Agrícola. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 47: Correspondência para o Ipac. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 48: As ruínas da Escola Agrícola. Fonte: Portal UFBA, foto de Junqueira Ayres, 2010.

Figura 49: À esquerda, Foto da capa do ante-projeto, Planta Baixa - Térreo, À direita, figura: Foto da capa do ante-projeto, Corte BB. Fonte: Autor, foto do ante-projeto arquitetônico, março, 2021.

Figura 51: À esquerda, Foto da capa do anteprojeto, Planta Baixa -1º PAV.À direita, figura 52: Foto da capa do ante-projeto, Planta Baixa - 2º PAV. Fonte: Autor, foto do ante-projeto arquitetônico, março, 2021.

Figura 53: À esquerda, Foto da capa do anteprojeto, Corte AA. Figura 54: À direita, Foto da capa do ante-projeto, Corte CC. Fonte: Autor, foto do ante-projeto arquitetônico, março, 2021.

Figura 55: Foto do plano de trabalho - detalhamento das ações em 1996. Fonte: Autor, foto do plano de trabalho no Ofício da prefeitura de São Francisco do Conde, março, 2021.

Figura 56: Foto das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Fonte: Ofício da prefeitura de São Francisco do Conde, 1996.

Figura 57: Foto do ofício nº 001/97 da Prefeitura municipal de São Francisco do Conde de 1997. Fonte: Autor, foto do ofício nº 001/97 da prefeitura de São Francisco do Conde, março, 2021.

Figura 58 e 59: Foto do ofício nº 368/89 da Fundação Pró-Memória, foto da informação técnica nº 157/89. Fonte: Autor, foto do ofício nº 368/89 no Ofício da prefeitura de São Francisco do Conde, março, 2021.

Figuras 60 e 61: Foto da informação técnica nº 157/89) do ofício nº 368/89 no Ofício da prefeitura de São Francisco do Conde, Fonte: Autor, 2021.

Figura 62: Decreto-lei nº 250 de 25 de fevereiro de 1967. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figuras 63 e 64: Processo nº 23066-058234/93-96 - Escola Agrônômica de São Bento das Lages. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 65: Processo nº 23066-058234/93-96 - Escola Agrônômica de São Bento das Lages. Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 66: Fotografia em preto e branco da Biblioteca da Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, São Francisco do Conde (BA). Fonte: Catálogo MEASB, 2021.

Figura 67: Fotografia em preto e branco do Museu de Zoologia e Mineralogia da Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, São Francisco do Conde (BA). Fonte: Catálogo MEASB, 2019.

Figura 68: Livro da Ata de inauguração do Instituto, datado de 1859 a 1877. Abertura em 18 de novembro de 1859. Fonte: Catálogo MEASB, 2019.

Figura 69: “Agentes Meteorológicos e sua Influência sobre a Vegetação” Tese de Pedro Antonio da Costa; 1898. Fonte: Catálogo MEASB, 2019.

Figuras 70 e 71: O barógrafo e o pantômetro utilizados normalmente em aulas práticas na EAB. Fonte: Acervo MEASB, 2021.

Figura 72: À esquerda, A fachada principal das ruínas da Escola Agrícola em abril de 1984. Fonte: Ofício da Diretoria Geral 084-2021, 1984.

Figura 73: À direita, a fachada principal das ruínas da Escola Agrícola em abril de 2021. Fonte: Autor, abril, 2021.

Figuras 74 e 75: A entrada para o bairro de São Bento das Lages em abril de 2021. Fonte: Autor, abril, 2021.

Figuras 76 e 77: O guindaste referente a descarga e o carregamento dos navios na época de funcionamento da Escola Agrícola. Fonte: Autor, fevereiro, 2020.

Figura 78: À esquerda, a entrada e as escadas para as ruínas da Escola Agrícola. Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figura 79: À direita, a entrada para o porão ou cave. Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figura 80: Fotografia aérea das ruínas da Escola Agrícola, a parte lateral esquerda. Fonte: fotógrafo Carlos Santiago, maio, 2021.

Figuras 81: As ruínas da parte onde ficava o salão da Escola Agrícola. Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figura 82: Fotografia aérea das ruínas da Escola Agrícola, a parte lateral direita. Fonte: fotógrafo Carlos Santiago, maio, 2021.

Figuras 83 e 84: O local onde era o refeitório da Escola Agrícola. Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figura 85: À esquerda, O que sobrou do antigo banheiro da Escola Agrícola. Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figura 86: À direita, a parte lateral de onde ficava a cozinha, de frente para a parte de trás da antiga Escola Agrícola. Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figura 87: Fotografia aérea das ruínas da Escola Agrícola, a parte de trás. Fonte: fotógrafo Carlos Santiago, maio, 2021.

Figuras 88 e 89: Paredes, galhos e mistura fragmentada. Fonte: Antônio Santana, 2017.

Figura 90: Uma placa que sinaliza o local onde se encontram as ruínas da Escola Agrícola. Autor, junho, 2021.

Figura 91: As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Fonte: Autor, junho, 2021.

SUMÁRIO

Apresentação	19
Introdução	25
1. Um memorial <i>morto-vivo</i>	35
1.1 Conceitos abordados: sob o <i>guarda-chuva</i> das representações sociais	35
1.1.1 As ruínas: debates sobre restauração	40
1.1.2 Patrimônio cultural: uma categoria inexistente?	53
2. Na <i>encruzilhada</i> das prosas históricas e políticas	67
2.1 Aspectos históricos sobre a antiga Escola Agrícola da Bahia	67
2.2 Princípios sobre as políticas de preservação patrimonial no Brasil	89
2.3 Diálogos institucionais	100
2.3.1 O Ipac e a Secult da Prefeitura de São Francisco do Conde	101
2.3.2 A Ufba e o Measb-UFRB	136
3. No bairro de São Bento das Lages	155
3.1 A <i>ginga</i> com as memórias	155
3.1.1 Diálogos antropológicos	158
3.1.2 Narradores das ruínas da Escola Agrícola em São Bento das Lages	159
3.1.3 Considerações finais	197
Referências	201
Anexos	209

**As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages
em São Francisco do Conde - Bahia**



Foto: Autor, maio, 2020.

APRESENTAÇÃO

O título deste trabalho tem a intenção de mostrar que, as ruínas ou estruturas remanescentes podem sim guardar histórias, obviamente, em complemento às representações sociais relativas a elas, a exemplo da oralidade, memória, escrita e patrimônio, cujas formas de linguagem acabam por fazer parte desta realidade material e intangível. A própria ideia de escrita deste trabalho, por si só, já é uma representação sobre a antiga Escola Agrícola de São Bento das Lages, na qual, vou construindo uma trilha através dessas ruínas, em conjunto com os/as interlocutores, os afetos, as orientações e as referências bibliográficas. Não estou sozinho nesta construção científica.

Nesse âmbito, pretendo apresentar o meu *eu* pesquisador e as conexões em termos sociais e acadêmicos com São Francisco do Conde - Bahia, a cidade onde as ruínas de São Bento das Lages estão situadas. Quando cheguei no Brasil em janeiro de 2015, oriundo de São Tomé e Príncipe (África), com o objetivo de dar continuidade aos meus estudos acadêmicos na Universidade Federal Internacional da Integração Afro-Brasileira - UNILAB, me estabeleci, passei e tenho aprendido a viver na cidade de São Francisco do Conde, que assim tornou-se a minha segunda casa-moradia, o meu segundo lar.

Na atualidade, passados seis anos da minha chegada na cidade, nos finais de 2019, depois de ter concluído o meu ciclo de graduações em Humanidades e História, segui para o mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB em Cachoeira. Uma vez dentro do mestrado, após ter tomado a decisão de trocar de tema e projeto de pesquisa, em concordância com a minha orientadora Suzane Tavares de Pinho Pepe, surgiu a ideia e a oportunidade de fazer uma pesquisa relativa às representações sociais das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.

Após esta "troca de temas", uma das primeiras pessoas com quem permutei conhecimentos sobre a possibilidade de fazer um estudo sobre a Escola Agrícola de São Bento das Lages, foi o Fabrício Ferreira de Sena, morador são-franciscano e residente no bairro de São Bento. O Fabrício é um jovem historiador e meu colega no mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural. Eu o conheci em 2015, juntos partilhámos várias aulas no bacharelado em Humanidades e também na licenciatura em História, na época em que estudávamos na Unilab, no Campus dos Malês, sediada em São Francisco do Conde. Ele possui conhecimentos e experiências de vida, relacionados com a questão social, cultural, patrimonial e histórica de São Francisco do Conde, e mais do que um importante guia de

pesquisa que me fez conectar mais diretamente com os/as interlocutores do bairro de São Bento, Fabrício tornou-se um amigo e parceiro nesta jornada em torno das ruínas da Escola Agrícola e das suas representações sociais.

Eu tive o privilégio de conhecer essas ruínas, nos primórdios da minha chegada na cidade, a partir de uma visita de campo, precisamente, guiada pelo Fabrício. Antes, com um olhar de curiosidade e paixão por arquiteturas históricas e antigas; nos dias atuais, sob uma perspectiva de estudo científico e necessidade de compreensão, sobretudo, das dinâmicas sociais, históricas, patrimoniais e culturais em torno destas ruínas localizadas na rua do cais de São Bento. Esta é uma pesquisa realizada em meio à pandemia do Covid-19, que tem marcado e impactado a população mundial e brasileira, sobretudo, nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Certamente, circunstâncias como essas, externas a nós, acabam por limitar não apenas o acesso às aulas de forma presencial, como a própria pesquisa em si, no que diz respeito às questões de mobilidade e acesso a determinados lugares ou interlocutores (a sede do Ipac e da Ufba, em Salvador e o prédio do Measb, em Cruz das Almas na Bahia) ou ao estabelecimento de diálogos com as interlocuções na própria cidade, devido à recomendação sanitária do distanciamento social, *lockdowns* e do necessário *slogan* "ficar em casa" para a não propagação do vírus.

Sob o uso de máscara e álcool gel, foram estabelecidos contatos presenciais com moradores idosos e adultos de meia-idade no bairro de São Bento das Lages, especificamente, com Seu Veinho, Dona Deja, Seu João, Dona Fátima e Seu Pena. Sem perder de vista, as interlocuções com o professor e historiador Gliuson do Carmo, a cientista social Naiane Pinto de Jesus, o dono de uma casa-museu, o Jurandir Gomes da Costa, e os antigos representantes da Prefeitura de São Francisco do Conde, a Bernadete Primo e José Carlos Reis, sobre as ruínas da Escola Agrícola. O apoio dessas pessoas foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Parafraseando a historiadora, professora e pesquisadora do Recôncavo da Bahia, Idalina Freitas (2019, p. 31), tanto o município de São Francisco do Conde como a própria cidade, possuem até os dias atuais uma importância histórica no que concerne ao conjunto arquitetônico de herança colonial, como é o caso da Imperial Escola Agrícola da Bahia, inaugurada em 15 de fevereiro de 1877. Com base nesses significados históricos, torna-se possível pensar sobre a história local e nacional brasileira, tendo a antiga Escola Agrícola em São Bento das Lages como foco de pesquisa.

É possível perceber através de registro fotográfico (Figura 1), aspectos paisagísticos de inserção do edifício antrópicos e da organização do lugar, quando tinha a função de instruir o ensino agrícola na região para estudantes pertencentes às elites da Bahia, nos finais do séc. XIX e início do XX, sendo um espaço também ocupado pelos funcionários/as da região e seus familiares. Também é possível notar, nesta imagem, um conjunto de plantações ou experimentos agrícolas que eram feitas, sobretudo naquela época, pelos alunos e professores, ao redor do prédio principal da Escola.

Figura 1: A Escola Agrícola Superior da Bahia no início do século XX.



Fonte: Acervo do MEASB, 2021.

De acordo com Maria Antonieta Tourinho (1982, p. 7), posteriormente, próxima do centro da cidade de São Francisco do Conde, passaram a ser observadas as ruínas daquela construção de amplas proporções e aspecto majestoso, outrora considerado como um palácio, com trinta e quatro metros de largura, quarenta de comprimento, e nos tempos atuais em ruína, restando apenas um montão de janelas e portas. Existe a certeza de que as vegetações, cada vez mais, têm consumido e dado vida àquele lugar, ressignificando a sua aparência, dia após dia, enquanto a maior parte da sociedade o contempla e o julga como morto.

Figura 2: As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.



Fonte: Autor, fevereiro, 2020.

Uma das questões que já é possível perceber com a contribuição de Tourinho, relaciona-se com o fato de que, desde o princípio ou final dos anos 1970 e 80, o processo de arruinamento na antiga Escola Agrícola, situada na rua do cais de São Bento das Lages já estava visível. Entretanto, informações colhidas através do inventário nomeado de Ipac-Ba de 1982 demonstram que esse arruinamento começou a ficar mais evidente nos finais de 1950. Trata-se de uma fonte histórica que possibilita uma reflexão sobre a trajetória de vida deste prédio, até tornar-se uma estrutura remanescente na/da atualidade. Sem perder de vista, obviamente, o seu passado como uma escola onde os alunos habitavam em regime de internato, principalmente, na sua primeira fase, entre os finais do século XIX e começo do século XX, quando se davam as circulações de ideias científicas, tecnológicas e agrícolas nesse local, tendo também, posteriormente, funcionado em regime de externato.

Figura 3: A entrada para a rua do cais de São Bento.



Fonte: Autor, setembro, 2020.

A entrada que dá acesso à rua do cais de São Bento das Lages é marcada por uma encruzilhada, onde, ainda nessa imagem (Figura 3) é possível observar uma fonte de água, algumas casas, uma bicicleta e duas motos, indicativos de que o lugar é, socialmente, habitado. Uma vez situados, - do lado esquerdo para quem saiu do centro da cidade de São Francisco do Conde -, há um trecho da estrada que nos permite adentrar nessa realidade social, ou seja, na rua do cais de São Bento.

Ao percorrer uma estrada estreita feita de pedras e pequenas lombas no trajeto, seguindo sempre em frente, dá para observar mais casas habitadas em volta, assim como também é possível, sobretudo do lado esquerdo e saindo do centro da cidade, ver que existe uma pequena mata misturada com paisagens indicadoras de ocupação humana. Depois de uma breve caminhada, lá no fundo da rua, já é possível olhar um pequeno campo de futebol, e à direita, se situa o cais e o encontro do rio Subaé com o rio Serjimirim, dando as boas vindas para quem ali chega. Do lado esquerdo, a paisagem é marcada por uma vegetação semi-densa, e no alto, no meio daquelas vegetações, ainda ocupando um lugar de fácil visibilidade, encontram-se as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.

Uma questão importante e que faz parte da compreensão desta realidade de pesquisa está relacionada com os aspectos paisagísticos, cuja composição sugere uma percepção de transformação material e intangível desse lugar, ocorrida ao longo de mais de um século de existência. Nestas ruínas, e ao seu redor, as representações sociais, através da presença de

moradores e o poder público têm feito parte da ressignificação e recomposição da antiga Escola Agrícola da Bahia, tanto antes como depois do seu surgimento, no bairro de São Bento das Lages. Posto que essas estruturas remanescentes ainda servem como um ativador de memórias e esquecimentos, seja por meio de relatos orais como das fotografias.

Figuras 4 e 5: As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.



Fonte: Autor, setembro, 2020.

Atualmente, a partir destas duas imagens fotográficas (Figura 4 e 5), já é possível contemplar o terreno em volta dessas ruínas, por meio de detalhes e ornamentos arquitetônicos que remontam ao período imperial no Brasil. São as sobras da fachada principal com formas que representam a porta de entrada e as janelas, daquele que, outrora, foi um edifício imponente na cidade, pelo seu papel histórico, a construção do edifício, as distintas personalidades que a constituíram, estudaram, viveram, frequentaram e ali trabalharam.

Existiu nela uma mobilidade de conhecimentos acadêmicos, assim como os conflitos relacionados, por exemplo, com os custos de manutenção, fechamentos, reaberturas do lugar e intenções no campo da experimentação agrícola, preconizadas nos corredores e ao redor desta antiga Escola Agrícola, relativo aos resquícios dos sentidos tecnológicos e usos ideológicos do século XIX e XX, especialmente, na Bahia. Portanto, hoje no século XXI, continua sendo um lugar em transformação no que diz respeito aos usos e funções sociais, ou seja, essas ruínas guardam histórias, e ao longo deste trabalho, objetivo apresentar, conhecer e compreendê-las.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema de estudo as representações sociais sobre a antiga Escola Agrícola de São Bento das Lages, situada em São Francisco do Conde - Bahia. Desta forma, a partir de uma pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e de campo, pretendo, como objetivo geral, compreender as relações sociais, culturais, institucionais, políticas e históricas, entre a população de São Francisco do Conde, as instituições públicas e as ruínas da Escola Agrícola. Assim como perceber as categorias de pensamento, representações ou conceitos aplicáveis a esse lugar ou realidade de estudo. Situadas num período histórico, espacial e temporal, desde a sua inauguração em 1877 até os dias atuais e encontrando-se na rua do cais, dentro do bairro de São Bento das Lages.

Quanto aos objetivos específicos, planejo, primeiramente, apresentar e debater sobre os conceitos percebidos como cruciais para o entendimento deste trabalho, em segundo lugar, estabelecer interações entre a perspectiva histórica e institucional vinculada à cidade de São Francisco do Conde, a antiga Escola Agrícola da Bahia e as dimensões políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e no terceiro objetivo, entender as conexões existentes, antropológicamente, entre essas ruínas e, sobretudo, os/as habitantes do bairro de São Bento das Lages. No campo teórico e conceitual, para este trabalho, entendo que as categorias-chave como representações sociais, ruínas e patrimônio cultural são fundamentais para compreender as transformações que têm ocorrido, principalmente, no local onde se encontram as estruturas remanescentes deste antigo edifício e as significações para a população são-franciscana.

À vista disso, a pergunta de partida é formulada a partir do seguinte ponto: quais têm sido as representações sociais relativas às ruínas da Escola Agrícola, na dimensão social, cultural, institucional, política e histórica? Para atingir os objetivos desejados, é imprescindível a presença de fontes que possibilitam a recolha de informações, tais como, as fontes orais, escritas e imagéticas, relacionadas com as representações sociais e o local em estudo, a serem apresentadas e discutidas ao longo da dissertação.

Neste caso, hipoteticamente, parto do pressuposto que, existem representações dos habitantes são franciscanos/as, cujos direcionamentos apontam para uma lógica de abandono e arruinamento natural e antrópico da antiga Escola Agrícola de São Bento das Lages. Sem esquecer que, tais representações também acabam por estender-se para o papel da Secretaria

de Cultura e Turismo da Prefeitura de São Francisco do Conde - SECULT¹, enquanto um órgão público político-administrativo, ao qual compete uma política de preservação e proteção dos edifícios históricos da cidade e do próprio município. Tal como há representações, que precisam ser verificadas, sobre a Universidade Federal da Bahia - UFBA, especificamente com a Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI, no que diz respeito à tutela do terreno onde estão localizadas, atualmente, essas ruínas.

Logicamente, na atualidade, a questão do abandono é algo que está visível, pois, basta dirigir-se ao espaço ou lugar onde se vê a antiga Escola Agrícola, para observar que a mesma encontra-se em ruínas, ou melhor, em estado de degradação avançada. No entanto, existem vários outros aspectos que, de certa forma, acabam por ficar invisíveis, sobretudo, para a própria população são-franciscana que habita nas imediações das ruínas da Escola Agrícola, a exemplo, das/dos habitantes da rua do cais de São Bento.

Entre esses aspectos invisíveis, está a contextualização histórica, relacionada com o fato de muitos dos habitantes são-franciscanos/as não conhecerem a história do município, daquele lugar e do antigo edifício. Assim como, existem representações, no campo social, cultural, histórico, político e institucional, sobre as possibilidades de transformação dessas ruínas, no que se refere a preservação, conservação e restauração da antiga Escola Agrícola da Bahia.

Igualmente tem-se a perspectiva patrimonial, pois, há um desconhecimento em relação às políticas de tombamento, enquanto um instrumento jurídico criado por lei federal do patrimônio cultural no Brasil. Sem perder de vista, a pouca ou nenhuma compreensão, por parte da maioria dos/as moradores de São Bento das Lages, de que estas ruínas encontram-se tombadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia - IPAC.

Por sua vez, na informação disponível no sítio eletrônico desta instituição, relativa ao tombamento deste patrimônio, consta como tombado pelo estado o Mosteiro de São Bento das Lages, mas apenas está elencado, um breve histórico sobre a Escola Agrícola. Porém, esta informação se prevê contraditória, porque está-se a falar acerca de dois lugares diferentes, embora estejam, historicamente, relacionados. Afinal, qual lugar está tombado pelo estado? A Escola Agrícola ou o Mosteiro de São Bento das Lages? Sendo essas questões, também, uma motivação ou justificativa para a realização desta pesquisa.

¹ Anteriormente denominava-se Secretaria de Cultura - SECULT, conforme a fala da senhora Bernadete Primo (2020). Porém, a nova nomenclatura deste órgão da prefeitura foi atualizada, conforme a Lei Municipal Nº 625/2020 de 28 de Dezembro de 2020, para Secretaria de Cultura e Turismo (DIÁRIO OFICIAL DO EXECUTIVO, 2020, p. 19-21).

Sem esquecer que, na cidade de Cruz das Almas - Bahia, especificamente, no Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia - MEASB da UFRB, já existe uma perspectiva de preservação dos documentos históricos e acervos relacionados com a antiga Escola Agrícola, que precisa ser percebida como uma realidade factível e empírica para esta pesquisa.

Quanto aos pressupostos metodológicos e a produção dos relatos realizados pelos habitantes são-franciscanos/as, pretendo fazer a interlocução e analisar os diálogos gravados (entrevistas) em áudios e vídeos, nesse caso, aplicados a indivíduos idosos/as e moradores antigos do bairro de São Bento das Lages que são, potencialmente, identificados/as como conhecedores de histórias e memórias sobre a antiga Escola Agrícola. Nesse âmbito, observo, também, uma necessidade de buscar diálogos institucionais, especificamente, com a Secult da Prefeitura de São Francisco do Conde, o Ipac, o Measb e a Ufba sobre o estudo em voga. Desta maneira, durante a produção dos dados e das fontes orais, escritas e imagéticas, passo para a análise e discussão das representações sociais sobre as ruínas da Escola Agrícola.

É importante salientar que, a Escola Agrícola de São Bento das Lages possui 144 anos de idade cronológica (1877-2021). Assim, tem-se quase um século e meio de história e memória relacionadas com um lugar, onde, certamente, as representações sociais relacionadas com a antiga Escola permanecem imperceptíveis, diante desse processo mutável dentro do espaço-tempo, assim como, muitas outras encontram-se presentes num misto de memória e esquecimento, sobretudo, num nível histórico, social e cultural, não somente de São Francisco do Conde, mas do país inteiro (Brasil).

O antigo prédio da Escola Agrícola de São Bento das Lages, como já foi apresentado, está situado no município de São Francisco do Conde, na divisa entre a região metropolitana de Salvador e o Recôncavo da Bahia, considerado como a primeira escola destinada à formação agrícola do Brasil. Conforme os dados do inventário Ipac-Ba (1982, p. 198), foi através da visita de D. Pedro II ao norte do Brasil em 1856, que este pensou em modernizar a agricultura regional, inspirado na experiência europeia e sensível à crise da economia açucareira. Sendo em 1859, no dia 1 de Novembro que o D. Pedro II funda o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura sob o Decreto n. 2.500A, no governo de Herculano Ferreira Penna, o primeiro presidente da província da Bahia.

Esta Escola foi criada através do Decreto n. 5.957, de 23 de junho de 1875², devido a política iniciada em 1859 pelo imperador D. Pedro II. Segundo Maria Tourinho (1982, p. 7),

² FREITAS, Idalina Maria Almeida de. Sentidos da verdadeira liberdade: A Escola Agrícola da Bahia e os destinos da população negra livre do Recôncavo. <https://www.geledes.org.br/sentidos-da-verdadeira-liberdade-a->

este edifício considerado como a primeira Escola Agrícola da Bahia, estava situado no Engenho das Lages, considerado na época, em 1877, quando da sua inauguração, uma propriedade da Ordem de São Bento³.

Atualmente, este antigo edifício encontra-se tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do estado da Bahia - Ipac, integrado com e sob o nome de Mosteiro de São Bento das Lages (Antiga Escola Agrícola), com o processo de tombamento Nº 007/1981 e resolução de tombamento Nº 28. 398/81, realizado no dia 10 de novembro de 1981 sob a inscrição nº 24, com um estado de conservação em ruínas⁴, despertando interesse de pesquisa, percepção e interrogação das representações sobre o lugar em estudo, quanto às políticas patrimoniais de preservação, considerado, a nível estadual, como um bem público em São Francisco do Conde. Entretanto, no decorrer desta dissertação, especialmente, no segundo capítulo, são apresentadas fontes documentais que apontam para um equívoco ou uma necessidade de tornar evidente a data concreta do tombamento dessas ruínas.

Neste sentido, mediante as contribuições da Maria Tourinho (1982, p. 8-9) torna-se imprescindível perceber que, antes da inauguração da Escola Agrícola, em uma conjuntura favorável a realizações progressistas na época, houve o favorecimento para a criação do Imperial Baiano de Agricultura, com o objetivo de fazer a salvaguarda da aniquilação da lavoura nacional, a partir da formação especializada de operários e engenheiros agrônomos, preconizada por uma tecnologia mais avançada na região açucareira. Ou seja, a existência desse instituto estava atrelado ao esforço de setores mais progressistas da elite baiana contra a crise da economia açucareira, sendo por meio dessa iniciativa que a Escola Agrícola de São Bento das Lages foi criada e mantida.

A conexão histórica entre estas duas instituições, que são o Imperial Baiano de Agricultura e a Escola Agrícola, ainda sob a ótica de Tourinho (1982, p. 9), é fundamental para perceber os ideais políticos, econômicos e a mentalidade de uma oligarquia escravocrata, no decorrer do processo de extinção do sistema escravista, nos finais do século XIX. Entende-se que a fundação deste Instituto era uma representação de esperança dos e para os senhores

escola-agricola-da-bahia-e-os-destinos-da-populacao-negra-livre-do-reconcavo/. Acesso em 23 de Outubro de 2020, às 15h15.

³ Escolhido o local para a instalação da escola, é acertado o contrato com a Ordem Beneditina para o aluguel do Engenho das Lages por 3:000\$000 mensais durante dezoito anos (...) a proposta da Ordem Beneditina oferece as seguintes vantagens: 1. Terrenos extensos e variados, apropriados para vários tipos de culturas e pastagens. 2. Já possuir edifícios; 3. Localizado no Centro dos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, principais produtores de cana-de-açúcar no Recôncavo baiano (TOURINHO, p. 108, 109 e 110, 1982).

⁴ IPATRIMONIO.org. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-francisco-do-conde-mosteiro-de-sao-bento-das-lages>,17. Acesso em 5 de Outubro de 2020, às 16h40.

da cana-de-açúcar, protegerem-se do aniquilamento da produção açucareira naquele período histórico. Logo, a sessão inaugural do Imperial Instituto Baiano de Agricultura foi realizada em 18 de Novembro de 1859, presidida pelo imperador D. Pedro II, com o comparecimento de inúmeras representações da elite baiana no momento.

Diante disso, ao longo deste trabalho, principalmente, no segundo capítulo, torna-se possível fazer uma reflexão em torno das funções sociais, usos e propósitos históricos para a posteridade, que envolveram a construção do edifício da Escola Agrícola de São Bento das Lages e a sua relação histórica com o Imperial Instituto Baiano de Agricultura nos finais do século XIX, sem perder de vista as transformações que são atribuídas, na atualidade, às ruínas da Escola Agrícola. Atentando também ao fato que, no decorrer dos tempos, a própria nomenclatura desse edifício, passou por mudanças, sendo na primeira fase, nomeada como Imperial Escola Agrícola, alusiva ao momento histórico referente ao Brasil-Império, ainda no século XIX; já na segunda fase, tirou-se o nome Império e ficou somente Escola Agrícola, fazendo, historicamente, referência ao Brasil-República.

A título de complemento, Idalina Freitas (2019, p. 31) parte do pressuposto que, a Escola Agrícola da Bahia foi uma iniciativa para a pós-abolição, marcada por trajetórias que promoveram, naquele contexto temporal, uma circulação de ideias e projetos que conciliassem ciência e economia, fundamentalmente, entre as colônias francesas, inglesas e americanas. De acordo com Nilton Araújo (2006, p. 37), para dirigir a construção do edifício da Escola Agrícola, foi contratado o naturalista francês Louis Jacques Brunet e um conjunto de trabalhadores⁵. Mas mesmo com os atrasos constantes por conta da dificuldade de liberação das verbas, e com défices no recrutamento de mão-de-obra, a construção da Escola durou de 1863 a 1876⁶, ou seja, num espaço de 13 anos.

Ainda de acordo com Freitas (2019, p.31), este edifício histórico nasce influenciado pelos debates sobre a nação brasileira, abolição e trabalho livre, enquanto um espaço destinado à instrução superior agrícola, cujo um dos objetivos era a formação de mão-de-obra e manutenção de um operariado agrícola percebido como “mais competente” e modernizado.

⁵ O naturalista francês Louis Jacques Brunet é encarregado de dirigir as obras, dispondo inicialmente de uma mão-de-obra composta de vinte oito africanos livres e de uma verba de 3: 000\$000 mensais. (...) Durante o primeiro ano, o trabalho é realizado por vinte africanos livres que "operando com poucas forças não adiantam muito os trabalhos" e por isso são dispensados em dezembro de 1864 e substituídos por moradores do arrabalde que Brunet aluga ao preço de 640 réis diários ara servirem como trabalhadores e serventes (TOURINHO, p. 110, 1982).

⁶ Entretanto, o inventário do IPAC-BA, diz que as obras foram executadas de 1863 a 1872, num espaço de 9 anos (1982, p. 198).

Esta justificação baseava-se na ideia que a agricultura praticada por escravizados/as e ex-escravizados/as era exercida de forma não “profissional”⁷.

Torna-se possível observar a partir dessas fontes históricas e analisadas sob um olhar histórico mais atual, que houve uma ideia disseminada no processo de construção e inauguração desta escola, obviamente, com o objetivo de favorecer realidades e representações das elites baianas da época, em detrimento da população mais pobre e com menos acesso à educação. Ou seja, as pessoas que não faziam parte do circuito das elites eram consideradas como incapazes de frequentar tais lugares de conhecimento, no entanto, essas pessoas consideradas mais pobres frequentaram sim esse local, enquanto trabalhadores e funcionários/as da Escola, como pode ser observado através da interlocução com Seu João Evangelista no terceiro capítulo deste trabalho. Assim sendo, esta informação aponta para um entendimento de como e para quem foi construída, nesta primeira fase, a Escola Agrícola de São Bento das Lages.

Nesse caso, levando em conta a pontuação da abrangência da trajetória desta instituição, nos primórdios do seu funcionamento, nota-se que:

- I – Da fundação do Instituto Bahiano de Agricultura até a instalação da escola (1859-1877)
- II – Phase sob a direcção do Instituto Bahiano de Agricultura (1877-1904)
- III – Phase da avocação pelo governo do Estado (1904-1911)
- IV – Avocação pelo governo federal. Eschola Média ou Theorico Prática de Agricultura (1911-1917)
- V – Reabertura sob o governo do Estado, para um aprendizado (1917-1920)
- VI – Reabertura da escola agrícola da Bahia, sob o governo do estado, phase atual, a partir de Fevereiro de 1920⁸.

No entanto, conforme Tourinho (1982), no seu período de funcionamento inicial, a Escola Agrícola pouco influenciou para a transformação da economia açucareira nesta região baiana, isto porque as informações não foram disseminadas e não houve uma incorporação da mão-de-obra formada pela escola na agro-indústria do recôncavo da Bahia. Já que, as estatísticas, apesar de falhas e descontínuas, demonstram a pouca quantidade de formandos que se dedicaram à lavoura da cana. Resumidamente, os projetos do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, relacionados à Escola Agrícola, não deram retorno à economia açucareira.

⁷ CAPDEVILLE, Guy apud FREITAS, Idalina Maria Almeida. FREITAS, Idalina Maria Almeida. Escola Agrícola da Bahia de São Bento das Lages: experiências na implementação agrícola na vila de São Francisco do Conde (1850-1890). Revista Maracanan, nº21, p. 29-49, maio/ago. 2019.

⁸ Escola Agrícola da Bahia. Bahia: Typographia do Commercio apud FREITAS, Idalina Maria Almeida. Escola Agrícola da Bahia de São Bento das Lages: experiências na implementação agrícola na vila de São Francisco do Conde (1850-1890). Revista Maracanan, nº21, p. 29-49, maio/ago. 2019.

No entanto, um aspecto considerado positivo, é o comprometimento do Instituto com o aspecto pedagógico, realizado não apenas através da formação de elementos reprodutores de uma ideologia da educação como fator de desenvolvimento, mas também, fundamentalmente, com a construção e manutenção de uma Escola que é percebida como o germe do ensino agrícola na Bahia⁹.

Numa determinada fase, a função da Escola Agrícola enquanto um conceito e uma instituição instrutiva e agrícola, que passou por um momento de ensino superior e outro de ensino técnico e elementar, foi transferida para outro lugar, pois, conforme Paulo Nacif (2018), em 1943 o governador Landolfo Alves, antigo estudante da Escola Agrícola e engenheiro agrônomo, inaugurou a nova sede da Escola, no município de Cruz das Almas - Bahia. A faculdade de Agronomia foi federalizada em Cruz das Almas, passando a integrar a Ufba, sendo esse um assunto a ser desenvolvido, especificamente, no segundo capítulo desta dissertação.

Por sua vez, é possível reparar que, a antiga Escola Agrícola em São Bento das Lages passou por inúmeras mudanças, inclusive por processos de restaurações e intervenções, entre fechamentos e reaberturas, até chegar, na atualidade, ao estado de ruínas, cujos desenvolvimentos serão realizados no decorrer do trabalho. Uma vez que, no ano de 1946, houve intervenções no prédio da Escola Agrícola para receber o patronato de menores¹⁰, sendo esta dimensão empírica, a que demonstra e indica representações sociais como as memórias locais no bairro de São Bento das Lages sobre o contexto de pesquisa em estudo. No qual, especialmente, vai ser desenvolvido no terceiro capítulo deste trabalho.

Na seguinte imagem, que, infelizmente, por falta de informações de quem publicou e/ou fez a foto, não se consegue saber com exatidão quando a mesma foi tirada, mas supondo que possa ter sido feita entre os finais de 1980 e início dos 90, é possível ver que o estado de arruinamento do antigo edifício no cais de São Bento já se encontrava sem teto, embora com toda a fachada principal da antiga Escola, com a insígnia e a nomenclatura da Escola em pé, com uma vegetação ainda escassa e pouco densa, notando-se também a existência dos resquícios mais evidentes da escadaria e murros com a pintura branca ainda em evidência.

⁹ Artigo da Maria Antonieta de Campos Tourinho, intitulado, A salvação da lavoura: a Escola Agrícola de São Bento das Lages. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2943>. Acesso no dia 24 de Outubro de 2020 às 16h37.

¹⁰ IPAC – BA. Inventário de Proteção do acervo cultural; monumentos e sítio do Recôncavo, I parte. 2. ed. Salvador, 1982.

Figura 6: As ruínas da Escola Agrícola em São Bento das Lages.



Fonte: www.ferias.tur.br, 2021.

Sem esquecer que, posteriormente, a partir de 1990, com o edifício da antiga Escola Agrícola em São Francisco do Conde já em ruínas, na parte interna, passou a existir uma horta que, conforme as informações orais de moradores e moradoras do bairro de São Bento das Lages, especialmente, da Dona Fátima, acabou por se extinguir em 1998. Tratando-se também de uma informação a ser desenvolvida, principalmente, no terceiro capítulo desta dissertação, a partir dos relatos de alguns/as depoentes são-franciscanos/as.

Também é importante salientar que, em 1931¹¹, antes de a Escola Agrícola ficar sob a tutela da Ufba, a mesma, conforme o decreto Estadual número 7.218, foi transferida para Salvador. Onde a Escola Agrícola da Bahia desenvolveu suas atividades, provisoriamente, nos antigos pavilhões da Hospedaria dos Imigrantes, no bairro de Monte Serrat¹². Embora esse não seja um tema a ser desenvolvido no decorrer da dissertação, trata-se de um desdobramento desta pesquisa que, certamente pode ser contextualizado em outros trabalhos. Como já foi elucidado, a história e trajetória deste edifício inaugurado nos finais do

¹¹ Entretanto, de acordo com o inventário do IPAC-BA (1982, p. 198), foi em 1930, que a escola foi transferida para o Instituto biológico em Salvador, funcionando depois a Escola de Iniciação Agrícola Domingos Carvalho.

¹² Informação acessada no site: <https://www.ufrb.edu.br/memorial/linha-do-tempo>, no dia 27 de Outubro de 2020 às 13:01. Esta informação no site traça uma trajetória histórica e cronológica da Escola Agrícola e do MEASB.

século XIX, passou por transformações espaciais e temporais, com incongruências, variações de sentidos e propósitos, cujas marcas ainda são, historicamente, visíveis.

Por esse viés, no primeiro capítulo, planejo fazer uma abordagem conceitual, teórica e reflexiva sobre a noção de representações sociais, ruínas e patrimônio cultural, conceitualizando-as enquanto categorias de pensamento relativas à antiga Escola Agrícola, evidenciando, igualmente, um debate que diz respeito, por exemplo, às possibilidades de restauração e conservação desse antigo edifício.

No segundo capítulo, que se prevê conceitual e empírico, sobretudo, através de análises documentais, a intenção é trazer os debates históricos, os documentos, as imagens e as interlocuções institucionais, assim como as percepções sobre as políticas de preservação patrimonial no Brasil, apontando regionalmente, para o Estado da Bahia e as ruínas da Escola Agrícola. Na medida em que, nele, também procuro entender e refletir sobre as perspectivas de conservação e preservação desse lugar, ao nível das atuações institucionais e públicas, no caso da Secult, Ipac, o Measb e a Ufba, tendo em vista, os aspectos históricos e diálogos correlatos acerca dessas estruturas remanescentes.

Esses dois primeiros capítulos, de certo modo, servem como moldes que procuram ampliar um entendimento, acima de tudo, conceitual, teórico, institucional, político e histórico, com o objetivo de se chegar nos relatos da população são-franciscana, especificamente, as que residem no bairro de São Bento das Lages, tendo as ruínas da Escola Agrícola como um contexto material e intangível, que conecta essas distintas dimensões, com a categoria representações sociais.

Já no terceiro e último capítulo, mediante a pesquisa de campo e observação participante, objetivo trazer como complementos, os diálogos teóricos sustentados pelo conceito de memória e lugar de memória. Assim como, numa perspectiva antropológica e através da descrição do local onde as ruínas se encontram, pretendo dar atenção à produção e percepção dos relatos e memórias das pessoas, dos fatos locais, das fontes imagéticas e das representações sociais existentes, especificamente, do/no bairro de São Bento das Lages, que conectam-se com as ruínas da Escola Agrícola e a sua relação histórica com São Francisco do Conde, com recurso às entrevistas semiestruturadas. Da mesma forma como, ainda neste capítulo, tenciono concluir o trabalho com as considerações finais, relacionando-as com discussões debatidas no decorrer dos três capítulos, a partir dos desafios e as perspectivas futuras deste estudo.

Neste momento inicial da dissertação, tenho como enfoque introduzir a pesquisa e os desdobramentos da mesma em capítulos, considerando os caminhos e escolhas teóricas,

conceituais e metodológicas, nos quais, o trabalho foi construído, também sob a perspectiva de uma interdisciplinaridade¹³, através dos aspectos históricos, arquitetônicos, sociológicos, fotográficos, arqueológicos e antropológicos, relacionados com as representações sociais sobre as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, enquanto um antigo prédio situado no município de São Francisco do Conde.

¹³ Mostraremos que a característica central da interdisciplinaridade consiste no fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas (JAPIASSU, 1976, p. 32).

CAPÍTULO I: Um memorial *morto-vivo*

1.1 Conceitos abordados: sob o *guarda-chuva* das representações sociais

Neste primeiro capítulo, o qual considero ser, metaforicamente, "a cabeça ou o cérebro" deste trabalho, eu parto do princípio que a Escola Agrícola de São Bento das Lages, na atualidade, em estado de arruinamento, não se encontra morta no sentido literal da palavra, pois, existem documentos, memórias, histórias, pessoas e as próprias ruínas em si, que a mantem viva e resistente no fluxo temporal e espacial. Sem esquecer que, em termos de ocupação, apesar de não ser um lugar constituído como lugar de habitação ou maior circulação de indivíduos, como foi em determinadas fases do seu percurso histórico, ainda assim continua sendo alvo de usos sociais, a exemplo de indivíduos anônimos que já chegaram a usar aquelas ruínas, como um lugar para queimar objetos, a exemplo de pneus, como vai ser evidenciado no terceiro capítulo deste trabalho.

A vida persiste por meio das vegetações e animais, como cavalos, lagartixas e vacas, que habitam e frequentam as imediações ou o interior dessas estruturas remanescentes. Eu acredito que esse lugar se encontra, ao mesmo tempo, *morto-vivo*. Embora essa categoria não seja, de uma forma geral, usada socialmente pela população são-franciscana, a pesquisa aqui contextualizada sugere esse conceito para pensar as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, dada a análise e representação realizada ao longo do trabalho.

Com base nisso, ao adentrar, especificamente, na conceitualização das representações sociais, como um aspecto conceitual e teórico fulcral para entender, empiricamente, a dimensão social, cultural, institucional, política e histórica da antiga Escola Agrícola, observo também uma necessidade de compreender como é que este conceito se desdobra e complementa com as demais noções específicas e acadêmicas para esta pesquisa. Levando em conta que, são múltiplas as abordagens, quando o assunto é sobre as representações sociais, para este caso, no primeiro capítulo, a interpelação está mais relacionada com o debate sobre categorias como: ruínas e patrimônio cultural.

Por sua vez, tanto o conceito de patrimônio, como a categoria ruínas, também possuem diversas abordagens, no que concerne, à institucionalidade e a cientificidade da palavra e a forma como ambas são percebidas em/por/através de uma determinada sociedade, bairro ou grupo social. No entanto, ao produzir uma reflexão sobre esses dois conceitos, por si só interdisciplinares, noto que são muito, - ainda que de maneira distinta -, usados no cotidiano pelas pessoas e as instituições públicas ou privadas, desde questões ligadas aos aspectos

históricos, como aspectos arquitetônicos, arqueológicos, antropológicos, estéticos e econômicos. De certo modo, tudo isso acaba por demonstrar o grau de complexidade inerente aos termos patrimônio e ruínas, enquanto representações, socialmente, construídas e sujeitas às relações históricas de poder.

Tais assuntos vão ser desenvolvidos no decorrer desse trabalho, ao longo dos diferentes capítulos, mas já no primeiro, perspectiva-se fazer uma apresentação teórica ou estado da arte dos conceitos acima citados, - representações sociais, ruínas e patrimônio cultural -, com o intuito de fomentar um diálogo científico de base teórica com essas terminologias ou categorias reflexivas, percebidas como prioritárias para o entendimento desta pesquisa. As representações sociais enquanto categoria de pensamento é uma noção *guarda-chuva* para interpretar as demais noções pensadas para este trabalho, porque parto do pressuposto que é a partir desse viés conceitual e teórico, que é possível compreender os caminhos deste estudo como um todo, fragmentado em três partes ou três capítulos.

Através da monografia escrita por mim, para a conclusão do curso de Licenciatura em História (2020, p. 13), foi feita, no primeiro capítulo, uma pesquisa bibliográfica sobre o conceito de representação, realçando que se trata de uma palavra complexa, cujas mudanças de sentido desse termo foram, ao longo do tempo, acontecendo. Existem determinados aspectos sobre o conceito de representação, que contribuem para uma abordagem mais específica sobre o estudo aqui apresentado. Levando em consideração que, debater e questionar, por exemplo, teorias e sistemas de representação é importante para a compreensão dos mais variados marcadores dentro de uma sociedade, desde aspectos sociais, culturais, históricos, arqueológicos, econômicos e religiosos, passando, também, por aspectos institucionais e políticos.

Segundo Dominique Coelho dos Santos (2011, p. 28), o termo representação é uma palavra de origem latina, oriunda do vocábulo *repraesentare*, cujo significado remete para a frase "tornar presente" ou "apresentar de novo". No latim clássico, o uso do termo representação é, inteiramente, reservado para objetos inanimados, não detentores de uma relação com indivíduos que representam outras pessoas, como por exemplo, o Estado. Entretanto, com o passar dos tempos, essa significação modificou-se e passou a reconhecer, nesse caso, o Estado como uma representação de uma sociedade ou povo.

Já Stuart Hall (2016), interroga o seguinte:

Mas o que a representação tem haver com "cultura"? Que conexão existe entre "representação" e "cultura"? Colocando em termos simples, cultura diz respeito a "significados compartilhados". Ora, a linguagem nada mais é do que o meio

privilegiado pelo qual "damos sentido" às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem. Assim, esta se torna fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório-chave de valores e significados culturais (p. 17).

Para Hall (2016, p. 18), a representação pela linguagem é essencial aos processos pelos quais os sentidos são produzidos, porque a linguagem opera como um *sistema representacional*. Sem perder de vista que, a linguagem é um dos "meios" através do qual os pensamentos, as ideias e os sentimentos são representados dentro de uma cultura. Ainda segundo Hall (2016, p. 31), a representação como categoria ocupa um lugar importante no estudo da cultura, conectando o sentido da linguagem à mesma, pois, é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Até porque, representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos e situações, sendo um processo muito longe de ser simples.

Com base nesta discussão, de que forma é possível entender o antigo edifício da Escola Agrícola de São Bento das Lages, um memorial *morto-vivo*, como um *sistema de representações*, tendo a linguagem como um meio desta significação e compreensão? Acredito nesta possibilidade, porque, a forma de linguagem não se encerra, exclusivamente, na parte da oralidade e da língua, mas também pode ser ampliada para as categorias como ruínas e patrimônio cultural. Por outras palavras, entendo que essas categorias estabelecem e se comunicam, através da produção e reprodução de sentidos visuais dentro dos seus contextos e realidades sociais e culturais, enquanto representações, igualmente, passíveis de imposições conceituais e relações de poder.

Em parte, nós damos significados a objetos, pessoas e eventos por meio de paradigmas de interpretação que levamos a eles (...) damos sentido às coisas pelo modo como as utilizamos ou as integramos em nossas práticas cotidianas. É o uso que fazemos de uma pilha de tijolos com argamassa que faz disso uma "casa"; e o que sentimos, pensamos ou dizemos a respeito dela é o que faz dessa "casa" um "lar". Em outra parte ainda, nós concedemos sentido às coisas pela maneira como a *representamos* - as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que dela criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos (HALL, 2016, p. 21).

Conforme Hall (2016, p. 23-24), porque nos referimos a todas essas diferentes formas de produção e transmissão como "línguas" ou "como se fossem línguas"? A resposta vem do fato delas operarem por meio da representação. Por outras palavras, são consideradas sistemas de representação, porque é possível afirmar que essas práticas funcionam "como se fossem

línguas", não por serem escritas ou faladas, mas sim porque elas se baseiam de algum componente para representar, ou, dar sentido para aquilo que se deseja dizer, expressar e transmitir um pensamento, um conceito, uma ideia e um sentimento. Exemplificando, a língua falada faz uso de sons, a escrita faz uso das palavras, a linguagem corporal emprega gestos físicos e a indústria da moda utiliza itens de vestuário para representar, comunicar e "dizer algo" nos mais diversos contextos.

Hall (2016, p. 25-28) adianta que, desde a "virada cultural" nas ciências humanas e sociais, o sentido mudou e passou a ser percebido como algo a ser produzido e construído, em vez de, simplesmente "encontrado". Em consequência disso, circunscrita ao que veio a ser chamado de "abordagem social construtivista" ou "construtivismo social", a representação tornou-se como parte constitutiva das coisas. Já a cultura é definida como um processo fundamental e constitutivo, tanto como o fator econômico e material para a configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos, sem ser vista como uma mera reflexão acerca da realidade depois do acontecimento. A representação não é uma categoria simples, nem transparente como parece ser, por isso, para destrinchar uma ideia, torna-se necessário empenhar sobre uma série de exemplos, por meio de alguns conceitos e teorias com o objetivo de evidenciar suas complexidades.

Dando seguimento ao debate em torno das teorias das representações sociais, através do psicólogo social romeno Serge Moscovici (2007, p. 30), percebe-se o mundo tal como é e todas as percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase-físico, em que se vive. O que torna-se distinguível é a necessidade de avaliar seres e objetos corretamente, tal como, de compreender a realidade completamente. Porém, o que distingue o meio ambiente é sua autonomia, sua independência com respeito a nós, ou mesmo, poder-se-ia dizer, sua indiferença com respeito a nós e a nossas necessidades e desejos.

Sob o escopo da história e da antropologia, de acordo com Moscovici (2007, p. 38-40), torna-se possível afirmar que essas representações são entidades sociais, com uma vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se, mutuamente, e mudando em harmonia com o curso da vida. Por outras palavras, esvaindo-se, apenas para emergir, novamente, sob novas aparências, pois, geralmente, em civilizações tão divididas e mutáveis como a nossa, elas coexistem e circulam através de várias esferas de atividade, onde uma delas terá precedência, como resposta à nossa necessidade de certa coerência, quando nos referimos, por exemplo, a pessoas ou coisas. Todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações.

Sempre e em todo lugar, quando nós encontramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos com elas, tais representações estão presentes. A informação que recebemos, e a qual tentamos dar um significado, está sob seu controle e não possui outro sentido para nós além do que elas dão a ele. Para alargar um pouco o referencial, nós podemos afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual (MOSCOVICI, 2007, p. 40).

Para Moscovici (2007, p. 40-41), tais representações aparecem para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações. Ou seja, as pessoas e os grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Isto porque, essas representações, obviamente, de forma isolada, não são criadas por um indivíduo. Uma vez criadas, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem.

Consequentemente, ainda de acordo com Moscovici (2007, p. 41), para compreender-se e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu. Não é suficiente começar, diretamente, de tal aspecto, seja do comportamento ou da estrutura social, pois, uma representação muitas vezes condiciona ou até mesmo responde a elas. Não porque ela possui uma origem coletiva, ou porque ela refere-se a um objeto coletivo, mas porque sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela, por si só, constitui uma realidade social singular.

Neste ponto, acredito que, para pensar este trabalho e a pesquisa, dentro da noção de representações sociais como uma manifestação da categoria cultura, acerca da antiga Escola Agrícola, as categorias de pensamento como patrimônio cultural e ruínas são importantes para ampliar o entendimento desta pesquisa, sob uma perspectiva de construção ou produção de sentidos. Ao trazer essa discussão para o contexto das ruínas da Escola Agrícola, entendo que há uma realidade social e coletiva pautada pela singularidade histórica daquelas estruturas remanescentes, que remontam para a sua construção nos finais do século XIX, até chegar nos dias recentes.

Ou seja, subentendo que as representações sociais nascem de uma situação ou situações singulares para explicar uma determinada coletividade ou realidade social, constituindo-a ao longo de um processo cultural específico, que aqui nesta pesquisa, pode ser percebida como o processo de construção do edifício da Escola Agrícola de São Bento das Lages e no que esta edificação passou a representar, a partir daquele momento e contexto, por

exemplo, para a população são-franciscana. Este local pode sim ser pensado enquanto um memorial *morto-vivo* capaz de se comunicar como uma linguagem e representação, através de quem o contempla, observa e da produção dos sentidos sociais e culturais, historicamente, construídos.

1.1.1 As ruínas: debates sobre restauração

A coletânea "*Dossiê Missões: As ruínas: a crise entre o temporal e o eterno Volume III*", Isabel Leite de Sousa (2015, p. 7) apresenta o significado de ruínas, em termos arquitetônicos e científicos, enquanto algo descrito como um destroço ou vestígio de uma estrutura. Ou seja, num viés direcionado para o imaginário coletivo, o seu significado está ligado ao abandono, perda, deixar para trás o que plantamos e o que vivemos. Lembrando que, esse último, encontra-se mais presente do que é significado no dicionário, como por exemplo, ruir e cair.

Parafraseando Sousa (2015, p. 8 e 9), uma coisa torna-se certa, quando a temática é sobre ruínas, existe uma ideia ou sensação que provoca algum tipo de emoção quando se depara, com uma construção que um dia foi grandiosa e imponente, mas que na atualidade está em escombros e degradação. Esta emoção por vezes tão singular, em relação a esse tipo de realidade, faz com que explicá-la de um jeito simples, figura-se numa missão complexa e densa. Por isso, o interesse de pensar as ruínas como remanescentes, ou seja, como vestígios de história e memória, marcados por uma inquietação constante e urgente.

Figura 7: As ruínas da Escola Agrícola em São Bento das Lages.



Fonte: Autor, janeiro, 2021.

No que diz respeito às ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, conforme a fotografia acima (Figura 7), potencialmente, elas são representadas e marcadas por transformações, que perpassam mais de um século de existência. Desta forma, nota-se um arcabouço de acontecimentos, representações, memórias, esquecimentos e trajetórias relacionados a essas ruínas, cujos mais diversos diálogos e fontes de pesquisa, inevitavelmente, já se perderam com o tempo.

Posto isso e como é dito por Sandra Pesavento (2015, p. 12), quando o debate é sobre as ruínas, elas são referenciadas como paisagens, resultantes de uma mudança de olhar sobre o mundo e estabelecidas de uma nova forma de contemplação, pois, trata-se da natureza recortada e enquadrada pela visão segundo uma perspectiva estética, que produz ora o belo, ora o sublime. Por outras palavras, ainda de acordo com Pesavento (2015), as ruínas são sempre consideradas como uma espécie de materialidade desgastada, traço, rastro e pedaço de um todo que não mais, integradamente, existe.

A contemplação do resto de degradação, - pedras ao solo, muros semiderrubados, vegetação que invade o material construído, uma lagartixa aqui outra acolá, colunas tombadas, arcos erguidos aparentemente para sempre, mas onde o tempo destruiu, a volta esperada produz uma sensação de beleza e perturba os sentidos (PESAVENTO, 2015, p. 12).

Por outras palavras, num nível filosófico proporcionado pela contemplação da imagem, como também é afirmado por Pesavento (2015, p.14 e 15), as ruínas permitem sonhar o futuro, transpondo o pensamento para outra dimensão temporal. Do local ao universal, as ruínas tornam-se símbolos de um *vir-a-ser* e uma espécie de objetos simulados que transmitem representações.

Em um plano simbólico, de acordo com Jean Batista (2015, p. 18 e 19), as ruínas também permanecem vivas. No entanto, mais do que repetir o passado, o universo das ruínas é intensamente criativo e imaginativo. Marcado por uma lenta transformação, como uma impressão do tempo nas pedras, que constrói uma nova entidade. Logo, nascem, assim, as ruínas, enquanto *gigantes antropofágicas*, sempre prontas a devorar ou engolir qualquer um para dentro de sua própria história e memória.

Nessa perspectiva, quando se é, antropofagicamente, engolido pela historicidade relativa à Escola Agrícola, há uma possibilidade de percepção do seu estado de abandono e arruinamento já muito avançado, embora muitas tenham sido as expectativas e ideias de transformação daquele espaço, principalmente, através do poder público como a Secult da Prefeitura de São Francisco do Conde e o Ipac, cujos resultados nunca chegaram a ser efetivos

e práticos, com o intuito de melhorar ou manter o edifício, em termos de função e uso social como foi outrora. A Escola Agrícola foi construída para ser um grande empreendimento, que na época da sua edificação, nos finais do século XIX, foi marcada por um pensamento ousado, sustentável e tecnológico, cuja manutenção dessa ideia ou pensamento, acabou por não sair como esperado pelos idealizadores desse projeto.

Mário Anacleto de Souza Júnior (2017, p. 152 e 153) diz que na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO de 1972, realizada em Paris, estabeleceu-se a divisão dos bens entre “bens culturais” e “bens naturais”. Entre os primeiros que integram o "patrimônio cultural", tal Convenção define as seguintes categorias: “monumentos”, obras arquitetônicas, de esculturas ou pinturas em grande formato, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal desde o ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

Dentre todas estas terminologias de bens listados, as ruínas estão representadas quando se faz uma aproximação desse conceito aos bens protegidos. As ruínas adquirem um valor inquestionável no que se refere à preservação e manutenção, institucionalmente, enquanto patrimônio cultural. Por isso, aproveitando o "gancho" referente à uma perspectiva de estudo arqueológico a partir de uma compreensão arquitetônica, para pensar, inclusive, o caso específico das ruínas da Escola Agrícola da Bahia, sugiro a arqueologia da arquitetura¹⁴.

Dando continuidade aos aspectos tratados até aqui, tendo como hipótese, as premissas relacionadas com estratégias de intervenção de conservação e restauro nessas ruínas em São Bento das Lages como um memorial *morto-vivo*, são muitos questionamentos e reflexões que surgem através desse debate, cuja ideia nesta seção tem o propósito de mostrar que existem distintos caminhos a serem trilhados em termos teóricos, empíricos e conceituais, pelos quais, podem ser apresentados ao longo desta dissertação e/ou em trabalhos posteriores, principalmente, no campo patrimonial, arquitetônico, arqueológico, sociológico, antropológico e histórico, direcionado de forma objetiva à restauração e conservação das ruínas como estruturas remanescentes e mutáveis.

¹⁴ A *arqueologia da arquitetura* é uma disciplina nova que vem se afirmando internacionalmente (...) com estudo aplicados à arquitetura medieval. Seus instrumentos principais de pesquisa estruturam-se na análise da estratigrafia murária (exploradas em muitas direções) e exames micro-analíticos, efetivamente pouco destrutivos ao corpo dos edifícios. Essa sistemática possibilita avaliação de sequências plurais do objeto, que em muito ultrapassam o simples reconhecimento de tipologias técnicas e construtivas para viabilizar a leitura e interpretação, também, das funções e significados dos materiais e formas identificados nos edifícios antigos (TIRELLO, 2006/2007, p.147).

Ao evidenciar uma contextualização acerca do restauro dos bens culturais, enquanto uma categoria viável e válida para pensar esse *gigante antropofágico* que são as ruínas da Escola Agrícola, Beatriz Mugayar Kuhl (2005/2006, p. 18 e 19), diz que as intervenções feitas em edifícios já existentes foram, no decorrer do tempo, voltadas, de um modo geral, para sua adaptação às necessidades da época e ditadas por exigências de práticas e uso.

Ainda para Kuhl, essas noções que floresceram, isolada e, esporadicamente, através do Renascimento e amadureceram entre os séculos XV e XVIII, foram, posteriormente, conjugadas na formação das vertentes teóricas da restauração, a exemplo de: o respeito pela matéria original; a ideia de reversibilidade e distinguibilidade da intervenção; a importância da documentação e de uma metodologia científica; o uso como um meio de preservar os edifícios e não como a finalidade da intervenção; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção e a noção de ruptura entre o passado e o presente.

Ao passo que, a definição do conceito de restauração, segundo Claudia dos Reis e Cunha (2010, p. 21 a 27), em trabalho de tese orientado por Beatriz Mugayar Kuhl, não é uma tarefa fácil, isto porque trata-se de um campo disciplinar relativamente recente, em constante reavaliação e mudança, devido a complexidade desta categoria de pensamento e a diversidade de abordagens inerentes à sua forma de atuação nas mais distintas realidades. De maneira geral, torna-se possível abordar sobre o restauro de forma efetiva e por meio das mais diversas perspectivas, sobretudo, quando e onde existe o reconhecimento do valor social, cultural e histórico de um determinado bem.

No entanto, para uma maior compreensão conceitual, igualmente é preciso entender que existem diferenças, entre os conceitos de restauração e conservação, pois, segundo Silvana de Fátima Bojanoski, Francisca Ferreira Michelin e Cleci Bevilacqua (2017, p. 444), a partir de algumas tentativas de definição, atualmente, entende-se que a conservação realiza ações e tratamentos, incluindo as medidas preventivas e ambientais, concebidas, principalmente, para prolongar a vida útil de um objeto. Ainda de acordo com essas autoras, o objetivo da restauração está relacionado com a recuperação de características dos bens quando o dano já ocorreu. No entanto, a distinção entre os dois campos e os tipos de procedimentos adotados por cada um deles não são tão evidentes, posto que existe uma interdependência estreita entre ambos e o fato de que, por exemplo, um campo impõe suas condições ao outro.

Eugène Viollet-Le-Duc (2006, [1854-1868] p. 30), também mostra que a palavra restauração é um assunto moderno. Isto porque, a perspectiva de restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo, refazê-lo, mas sim restabelecê-lo em um estado completo, que pode não ter existido nunca em um dado momento ou período histórico. É oportuno fazer um relato

exato daquilo que se entende ou daquilo que se deve entender por um processo restaurativo, pois parece que numerosos equívocos passaram a permear o sentido, nos quais, atribui-se ou que se deve atribuir a essa operação.

Ainda segundo Viollet-Le-Duc (2006, p. 54), nas restaurações, há uma condição dominante que é preciso ter sempre em mente, relacionada com a substituição de toda parte retirada, apenas por materiais melhores e por meios mais eficazes ou mais perfeitos. Isto porque é necessário que o edifício restaurado tenha no futuro, em consequência da operação à qual foi submetido, um uso e função mais longa do que a anterior, pois, não se pode negar que todo trabalho de restauração é uma prova bastante dura para a construção.

Com base nisso, na tentativa de entender as teorias de Viollet-Le-Duc, caso forem pensadas ou aplicáveis para o contexto particular da realidade da antiga Escola Agrícola da Bahia, observo que, essas ruínas passariam por um processo de mudança ou transformação qualificada e completa, cujo resultado não teria, necessariamente, de ser igual ao que esse edifício foi, em termos de uso e função nos finais do século XIX e no começo do século XX, pois, por exemplo, o lugar poderia transformar-se numa nova Escola Agrícola parecida com o edifício anterior, por meio de materiais mais atualizados e remodelados, conforme o período, e com maior capacidade de durabilidade.

Seja quanto às questões funcionais como estruturais, ao nível da restauração arquitetônica e por meio dessa abordagem preconizada por Viollet-Le-Duc, as ruínas da Escola Agrícola precisariam, urgentemente, passar por um conjunto de alterações e melhoramentos necessários, para se manterem vivas e preservadas, com maior duração e honrando os antecedentes históricos da sua construção.

Por certo, os primeiros que pensaram em salvar da ruína os mais belos edifícios sobre nosso solo, legados pelo passado, e que organizaram o serviço dos monumentos históricos, agiram somente por inspiração de artistas. Ficaram horrorizados com a destruição que ameaçava todos esses remanescentes tão notáveis e com os atos de vandalismo realizados todo dia com a mais cega indiferença; mas eles não puderam prever de início os resultados consideráveis de sua obra, do ponto de vista puramente utilitário. No entanto, não tardaram a reconhecer que quanto mais os trabalhos que mandavam executar se encontrassem em localidades isoladas, mais a influência benéfica desses trabalhos se faria sentir e irradiar, por assim dizer (VIOUET-LE-DUC, 2006, [1854-1868] p. 61 e 62).

No tocante ao papel do arquiteto, Viollet-Le-Duc (2006, [1854-1868] p. 68) mostra que, o mesmo deve agir como um cirurgião habilidoso e experimentado, que somente intervém em um órgão depois de ter adquirido o conhecimento completo de sua função, e também após ter previsto as consequências imediatas ou futuras de sua operação. Se for

aleatório ou sem qualidade, é preferível que abstenha-se de restaurar, pois, mais vale deixar morrer o doente do que o matar.

Para Viollet-Le-Duc (2006, [1854-1868] p. 69 e 70), quando o assunto é completar um edifício em parte ou totalmente arruinado é necessário antes do começo, buscar, examinar e reunir os menores fragmentos, tendo o cuidado de constatar o ponto onde foram achados. Diante disso, somente iniciar a obra quando todos esses remanescentes tiverem encontrado, logicamente, sua destinação e seu lugar, como os pedaços de um jogo de paciência. Na ausência desses cuidados, corre-se o risco de cair nas mais deploráveis decepções, ao descobrir-se, por exemplo, que um tal fragmento anterior à restauração, foi colocado e restaurado de maneira equivocada.

Como complemento às contribuições de Viollet-Le-Duc, que pelas suas contribuições teóricas é a favor da restauração, evidencio o papel preconizado por John Ruskin (2008, [1849] p. 56), que se encontra do lado oposto às práticas restaurativas, pois o autor defende que, existe uma santidade numa casa ou edifício construído pelo ser humano, que não pode ser renovado ou restaurado através de, por exemplo, uma moradia qualquer levantada sobre as suas ruínas.

No tocante à obra *A Lâmpada da Memória* de John Ruskin, traduzida e apresentada por Maria Lucia Bressan Pinheiro (2008), este autor nascido em 1819 e que morreu em 1900 é considerado o principal teórico da preservação do século XIX na Inglaterra, sendo também - e até por isso mesmo - uma das mais emblemáticas figuras daquele conturbado período. Quase, exatamente, contemporâneo da Rainha Vitória (1819-1901), Ruskin viveu durante o auge do poderio econômico e militar da Inglaterra, ou seja, no dizer de Dickens, pela sua capacidade de vislumbrar o reverso da medalha.

Para Ruskin (2008, [1849] p. 56), pelo fato desses homens terem vivido suas vidas felizes ou não nesses lugares, os mesmos ficariam desgostosos, ao fim de seus dias, ao pensar que esse lugar do seu domicílio terrestre, na qual, testemunharam suas honras, alegrias, sofrimentos, com toda a história que revelava deles e de todas as coisas materiais que eles amaram e deixaram suas marcas, seria arrasado e modificado, assim ou logo depois que eles morressem.

A partir desse pressuposto ruskiniano, em relação às ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, noto que qualquer possibilidade de restauração não seria bem-vinda, pois, o cerne dessa teoria vai contra os processos restaurativos e de transformação antrópica de um lugar, porque a mesma defende a preservação da essência e a sacralização de uma determinada obra arquitetônica ou artística. Ou seja, fora desta hipótese e devido à uma

impossibilidade de "cópia do original", é muito mais prudente deixar o edifício sucumbir ao arruinamento e a destruição natural na atualidade, como tem sido o caso dessas ruínas no Cais de São Bento, pois o tempo de cuidar e preservar essa Escola já se foi para sempre.

(...) ocorre, em arquitetura, a beleza acessória e acidental é muito frequentemente incompatível com a preservação do caráter original [da obra]; o pitoresco é assim procurado na ruína, e supõe-se que consista na deterioração. Sendo que, mesmo buscado aí, trata-se apenas da sublimidade das fendas, ou fraturas, ou manchas, ou vegetação, que assimilam a arquitetura à obra da Natureza, e conferem a ela aquelas particularidades de cor e forma que são universalmente caras aos olhos dos homens. Na medida em que isso acarreta o desaparecimento das verdadeiras características da arquitetura, trata-se do pitoresco, e o artista que presta mais atenção na haste da hera do que no fuste da coluna realiza com mais ousado atrevimento a preferência do escultor decadente pela cabeleira em vez do semblante (RUSKIN, 2008, [1849] p. 77).

De acordo com Ruskin (2008, [1849] p. 81), falar de restauração é uma mentira do começo ao fim, pois, você pode fazer um modelo de um edifício como também de um cadáver, e o seu modelo pode conter o contorno das antigas paredes dentro dele, assim como o seu molde pode conter o esqueleto, sem poder ver ou apreciar qualquer vantagem nisso. Mas o antigo edifício estará destruído, de uma forma mais completa e impiedosa do que se tivesse desabado num amontoado de terra, ou derretido numa massa de barro.

No entanto, Ruskin (2008, [1849] p. 81), também admite que, pode ser necessária a restauração, mas para tal é necessário ter coragem e compreender o seu verdadeiro significado. Trata-se de uma necessidade de destruição. Ou seja, aceite-a como tal, arrase o edifício, amontoe suas pedras em cantos esquecidos, transforme-as em cascalho, ou argamassa, se for esse o desejo, mas o faça francamente, e não coloque uma mentira em seu lugar. Seria bem melhor cuidar de seus monumentos, em vez de restaurá-los. Porque nós não temos qualquer direito de fazer isso, eles não são nossos, pertencem em parte àqueles que os construíram, e em parte a todas as gerações da humanidade que nos sucederão.

No que diz respeito à obra escrita por Camilo Boito *Os Restauradores* de 2003, Beatriz Mugayar Kuhl mostra na apresentação e tradução desta obra, que Boito (1836-1914), é uma figura de grande destaque no panorama cultural do século XIX. Ele foi arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico, literato e um grande analista do seu próprio tempo, tendo um papel relevante na transformação da historiografia da arte e na formação de uma nova cultura arquitetônica, sobretudo, na Itália.

Depois das contribuições contra e a favor da restauração, eis que Camillo Boito (2003, [1884] p. 31), de uma forma mais moderada, mostra que, para bem restaurar é necessário

amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício sobre o qual se trabalha e do mesmo modo, isto também serve para a arte antiga em geral.

Contudo, Boito (2003, [1884] p. 41), interroga que, mas há, realmente, necessidade e possibilidade desses benditos restauros, que dão a algumas partes da obra antiga um conceito distante do original, ou, pelo menos, não serem considerados indubitáveis? Uma das suas respostas é transmitida da seguinte forma:

Direi qual é o meu sentimento. Para mim, confesso, repugna, mesmo nessa ocasião, mesmo em se tratando de um insigne restaurador, deixar-me enganar. O restaurador, no fim das contas, oferece-me a fisionomia que lhe agrada; o que eu quero mesmo é a antiga, a genuína, aquela que saiu do cinzel do artista grego ou romano, sem acréscimos nem embelezamentos. O intérprete, ainda que grandíssimo, enche-me de ferozes suspeitas. Somente em um caso o remendo pode parecer tolerável, até mesmo, às vezes, desejável: no caso da estátua ou do retrato em que houvesse outros exemplares seguros e completos, ou pelo menos medalhas claras ou camafeus evidentes (BOITO, 2003 [1883], p. 44).

Quando se teoriza sobre a compreensão desse autor sobre os processos restaurativos, reparo no caso da realidade, no qual, estão inseridas as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, que uma restauração precisa obedecer aos parâmetros mais próximos da obra original, levando em conta as funções, utilidades e as características estéticas e arquitetônicas de outrora. Na visão de Boito, a restauração apenas é eficaz e satisfatória, quando capaz de reproduzir, fielmente, a Escola Agrícola nos mesmos moldes da antiga e do jeito que foi inaugurada, enquanto um "mal necessário" a ser aplicado e restaurado.

Para Boito (2003, [1884] p. 53 a 57), o restaurador deve ser então uma espécie de operário, que encontra na própria ignorância o mais seguro dos freios para, cuidadosamente, completar uma determinada obra. Isso segue uma lógica, mas é preciso assumir que é uma lógica impiedosa, ou seja, não podendo conservar incólume o monumento, destruí-lo, ou deixá-lo, sem reforços, sem as inevitáveis renovações e morrer de sua morte natural. De certo modo, a arte do restaurador é como a do cirurgião. Seria melhor que o frágil corpo humano não precisasse dos auxílios cirúrgicos, mas nem todos creem que seja melhor ver morrer o parente ou o amigo, do que fazer com que lhe seja amputado um dedo ou que use uma perna de pau.

Depois dessas três visões diferentes e clássicas do conceito de restauração, é preciso levar em conta que existem outras perspectivas percebidas como mais recentes, no que concerne às ruínas e as teorias do restauro, pois, para Valéria Alves Esteves Lima na apresentação da obra de Max Dvorak que intitula-se *Catecismo da preservação de*

monumentos de 2008, Dvorak foi um historiador da arte checo, nascido em Raudnilz na Boêmia em 1874 e que faleceu em 1921.

Seu nome está ligado à célebre Escola de Viena, um dos mais importantes redutos dedicados à investigação artística na virada do século XIX. Dvorak iniciou seus estudos históricos em Praga, vindo a concluí-los em Viena, a partir de 1894, no Instituto de Pesquisa Histórica da Áustria. Logicamente, influenciado por Franz Wickhoff (1853-1909) e Aloïs Riegl (1858-1905), sendo o pensamento desse segundo autor, uma das abordagens teóricas a serem feitas ainda neste capítulo, considerados como expoentes do método histórico-artístico na História da Arte, Dvorak voltou-se para essa disciplina.

Quando Dvorak (2008, [1910] p. 110), mostra que, nos casos das ruínas, é preciso antes de tudo levar em consideração a não possibilidade de destruição daquilo que consiste seu atrativo singular: o caráter de uma construção vítima dos senhores dos tempos e seu aspecto pitoresco ou exótico na paisagem. Uma ruína reconstruída não é mais uma ruína, mas uma nova, geralmente, medíocre obra arquitetônica, pois,

Naturalmente, esses restauros, devem ser executados de forma a não interferir no aspecto geral das ruínas; quando se preenchem as rachaduras e juntas, as paredes não devem ser embranquecidas com cal, as bordas irregulares dos muros não devem ser igualadas, mas deixadas em seu estado irregular. A vegetação, por sua vez, só deve ser retirada dos locais em que destrói os muros; no restante, deve ser poupada (DVORAK, [1910] 2008, p. 110).

Na ótica de Dvorak (2008, [1910] p. 64 a 67), a tarefa da preservação de monumentos é, justamente, impedir tais perdas e devastações. Esta tarefa da preservação de monumentos é de garantir a existência dos antigos monumentos. Talvez essa ideia possa traduzir-se melhor ao pensar-se no número crescente de visitantes das cidades antigas ou onde os antigos monumentos estão situados. Porque a atração exercida pela beleza dessas construções de uma localidade, torna-se semelhante àquela despertada pelos recursos naturais da região, e é por isso que, mesmo do ponto de vista econômico, é um dano social destruir monumentos de arte antiga, uma vez que ninguém irá interessar-se por lugares e países modernizados, mecanicamente, construídos e que foram destituídos dos seus monumentos.

Segundo Dvorak (2008, [1910] p. 87 e 88), o empobrecimento artístico e espiritual que está ligado a essas devastações é, sem dúvidas, uma perda ainda maior do que a econômica. Afinal, não são todos os que podem fazer uma longa viagem, por exemplo, para as terras distantes e admirar antigas obras de arte. Quando se destroem os monumentos artísticos de uma pátria ou cidade, priva-se os homens de, absolutamente, tudo o que a arte antiga poderia

oferecer-lhes. Ao empobrecer o patrimônio artístico de sua região, o homem empobrece sua própria vida e perde os laços mais estreitos que o haviam ligado à sua pátria ou cidade.

Com base na reflexão de Dvorak, mesmo o autor sendo contra uma reconstrução ou restauração total das ruínas, ele exalta a importância e necessidade histórica da preservação de estruturas remanescentes ou dos monumentos artísticos. Quando se estabelece uma analogia com a antiga Escola Agrícola da Bahia, localizada na cidade de São Francisco do Conde, é possível compreender uma necessidade urgente de perceber e identificar estratégias ou critérios de preservação para essas ruínas, que se encontram abandonadas na rua do cais de São Bento das Lages, pois desse jeito não se corre o risco de elas desaparecerem da memória dos são franciscanos, contribuindo assim para o empobrecimento histórico dessa cidade e do próprio município em si.

Segundo a apresentação e tradução da Beatriz Mugayar Kuhl da obra *Gustavo Giovannoni. Textos escolhidos* de 2008, Giovannoni nasceu em 1873 e morreu em 1947, teve atuação de muita importância em variados campos, entre eles o urbanismo, que ajudou a consolidar como disciplina na Itália, a restauração, em geral, e o chamado "restauro urbano" particular. Para Giovannoni (2008, p. 184), o objetivo principal da restauração é conservar os monumentos, ou seja, os trabalhos de consolidação e a manutenção regular são, portanto, os pontos que destacam-se nesse programa, que também são os mais, imediatamente, úteis mesmo que o efeito não seja vistoso. Qualquer restauração coloca, a todo instante, questões novas e imprevistas, que é necessário resolver conformando-se mais ao espírito, do que à letra da teoria, mediante a manutenção rigorosa do método.

O propósito de restaurar os monumentos, seja para consolidá-los, reparando-os das injúrias do tempo, seja para reconduzi-los a uma nova função de vida, é conceito de todo moderno, paralelo àquela postura de pensamento e de cultura que vê nos testemunhos construtivos e artísticos do passado, qualquer que seja o período a que pertençam, um tema que merece respeito e que demanda cuidados (GIOVANNONI, 2008, p. 191).

Giovannoni (2008, p. 194), mostra que por parte dos arqueólogos e dos historiadores da arte é constante a ideia que, ao considerar os monumentos como tema de estudo e como documento histórico, pretende-se excluir qualquer acréscimo, redução e se quer conservar todas as fases de seu desenvolvimento, admitindo apenas providências estáticas de conservação e de reforço. A essa tendência, associam-se escritores como John Ruskin, que pensa que se devam deixar os monumentos morrer de forma serena, apesar de procurar afastar o dia fatídico com algumas obras honestas e simples de apoio provisório.

Conforme Giovannoni (2008, p. 194), no extremo oposto está a concepção que pode ser chamada de arquitetônica, que vê nos monumentos a função de arte e, sobretudo, o valor unitário de forma e estilo. Delineia-se assim a figura da repriminação, de certa maneira perigosa, porque conduz quase, fatalmente, ao arbitrário e ao falso e por que resulta amiúde de tendências subjetivas dos arquitetos.

No meio dessas duas teorias complementares, encontram-se as perspectivas de Boito e Giovannoni, que projetam uma ação restaurativa mais moderada e que não esteja refém de arbitrariedades no seu modo e critérios de como fazer uma restauração. Sendo também possível reparar que, o restauro é percebido de uma forma diferente, levando em conta a área de conhecimento ou a ciência que a estuda. No que diz respeito às ruínas da Escola Agrícola, uma pesquisa no campo arquitetônico levaria em conta uma ação preservacionista de cunho restaurativo, já no campo arqueológico e histórico, essa possibilidade seria mais questionável, porque ambos os campos preconizam uma não ou pouca interferência do lugar em estudo, sob pena disso ser encarado como destruição de um contexto, lugar ou sítio.

No livro de Cesare Brandi *Teoria da Restauração* de 2004, conforme a apresentação de Giovanni Carbonara, em termos de reflexão, Brandi que nasceu em 1906 e morreu em 1988 fez uma manifestação de dívida implícita em relação às contribuições de Alois Riegl, nutrindo-se, principalmente, dos aportes que são convergentes tanto em temas como conservação, tanto relativos à experiência crítica pessoal do autor, sem perder de vista as suas elaborações e pesquisas no campo filosófico e estético.

No tocante às ideias sobre a restauração preconizada por Brandi (2004, p. 77), viu-se que a ruína não é qualquer resíduo material e tão pouco qualquer remanescente de um produto da ação humana. Entretanto, a designação técnica de ruína, para os fins da restauração, traz em si, implicitamente, o reconhecimento e a exigência de um ato a ser desenvolvido para a sua conservação. Esse conceito técnico de ruína foi por nós explicitado no que concerne à historicidade, como o ponto mais remoto a que poderíamos remontar, no raio de ação do restauro, em relação àquilo que se revelasse de atualização humana.

Mas o conceito de ruína do ponto de vista artístico apresenta complicações que não podem ser desconsideradas, ou seja, contempla a eventualidade de que a ruína se integre a um determinado complexo, monumental ou paisagístico, ou determine o caráter de uma zona. Isso, que pode parecer uma exceção empírica e ocasional, na realidade não o é, dado que à delimitação negativa do conceito de ruína como remanescente de obra de arte que não pode ser reconduzida à unidade potencial, contrapõe-se a determinação positiva de remanescente de obra de arte que, sem poder ser reconduzida à unidade potencial, se associe a outra obra de arte, de que recebe e em que impõe uma particular qualificação espacial, ou faz adequar para si uma dada zona paisagística (BRANDI, 2004, p. 79).

Para Brandi (2004, p. 79), a delimitação da eficiência da ruína pode ser muito importante porque se, sob o aspecto negativo, o ato a ser desenvolvido para a sua conservação é o mesmo, ou seja, estritamente conservativo, assim como para a importância histórica, quando a ruínas não forem mais do que apenas um resíduo, mas se ligar com uma qualificação positiva, poderia surgir o quesito de que se, em tal caso, não deva prevalecer a sua mais recente associação, isto significa que ao qualificar-se como um espaço natural, essa qualificação não deve prevalecer, sobre o respeito da ruína ser percebida, simplesmente, como remanescente.

De acordo com Brandi (2004, p 81), é possível reconhecer uma ruína como uma palavra que atrai para si e para o ambiente circunvizinho, um pouco como o exemplo do acento tônico que sustenta as sílabas átonas da palavra, pois, se pensasse que, quanto mais isso se sucedesse, ou seja, se a obra, que agora vale muito mais por essa sustentação da sintaxe paisagística e urbanística do que pela sua consistência anterior, pudesse ser completada, restaurada, redimida, pois, de sua condição de ruína, também essa hipótese deveria ser rejeitada e contradita.

Ainda para Brandi (2004, p. 82), uma obra de arte reduzida a uma ruína, capaz de qualificar uma paisagem ou uma zona urbana, acaba sendo completa na consciência de quem nela reconhece a sua validade. Por outras palavras, por quem a reconhece ativa nesse sentido, que não tem nada a ver com a sua primeira unidade e inteireza, mas sim pelos seus fragmentos e conexão com a sua mutilação atual.

O significado de ruína não precisa, obrigatoriamente ser interpretado como algo ou uma palavra ruim e negativa, merecedora de uma restauração e conservação. Em algumas perspectivas e casos essa palavra até soa a uma obra de arte bela e incrível de ser contemplada. É possível observar que não existe uma unanimidade na percepção e sentido desse conceito nas mais distintas realidades, porque afinal tudo depende do grau de uso, pertencimento afetivo e função que uma determinada sociedade ou bairro atribui a determinadas ruínas, em detrimento de outras.

Por isso cabe fazer uma discussão teórica neste capítulo, principalmente, através de autores considerados como clássicos e contemporâneos sobre o conceito e o debate em torno das ruínas e as múltiplas possibilidades de restauração relacionadas às ruínas da Escola Agrícola da Bahia. No sentido de, refletir-se acerca de uma realidade passível de acontecer com essas estruturas remanescentes, seja numa lógica de preservação, conservação ou restauração em um futuro próximo ou longínquo. Existem probabilidades dessas ruínas

permanecerem do jeito como estão na atualidade: abandonadas em termos de cuidados públicos e sociais. Porém, ainda há uma noção de mutabilidade e incerteza quanto ao destino dessas ruínas no plano social, cultural, político e institucional, percebidas nesta pesquisa, enquanto representações sociais ainda pouco debatidas em São Francisco do Conde.

Nesta seara, sugiro que este memorial *morto-vivo*, situado na rua do cais de São Bento das Lages, levando em consideração as distintas teorias restaurativas apresentadas neste texto e sem perder de vista uma percepção empírica da vivência e realidade social, cultural e ambiental econômica e política da/na cidade são-franciscana, seja futuramente, alvo de uma restauração, assim como, uma conservação em termos de preservação dessas ruínas.

Esta prática de restauro dessas ruínas, hipoteticamente, pode sim ser efetivada como alternativa de preservação, num dado momento futuro, mas respeitando determinados aspectos específicos e dinâmicas locais (a ideia de pertencimento identitário e reconhecimento histórico referente a essas ruínas), que possam incluir os/as habitantes, principalmente, aqueles que moram no entorno desse lugar, na construção desse processo de metamorfose preservacionista. Nesse processo e em todas as fases dessa ação restaurativa, é necessário que, sobretudo, a população seja contemplada e participe dessa ideia ou projeto de um novo edifício que vai surgir dessas ruínas, em termos de uso, cuidados, ocupação e função social, sobretudo, para a cidade de São Francisco do Conde. Por exemplo, o local poderia ser re-transformado numa instituição escolar agrícola pública, tanto de ensino superior ou técnico, a ser aproveitado e utilizado para e, principalmente, pelos são-franciscanos/as.

Da mesma forma como, uma ação conservacionista sob essas ruínas na rua do cais de São Bento, enquanto alternativa de preservação e pensando na criação de um museu a céu aberto, também seja um caminho válido, porque assim pode ser possível proteger, ressignificar e preservá-las de destruições causadas pelos impactos naturais e antrópicos, que tem acontecido nos últimos tempos. Esta conservação, pode acontecer através de recorrentes intervenções de capinação dos excessos de vegetações ao redor do lugar, sem causar uma eliminação da vida animal e vegetal já ali estabelecidas como habitats, e conservações das próprias ruínas que ainda resistem, ao longo do tempo, nesse contexto de arruinações em massa, tanto de influência natural como antrópica.

As duas sugestões aqui postas, são hipóteses ou possibilidades entendidas como importantes para o entendimento desta pesquisa, não querendo dizer ou transmitir uma ideia impositiva de como deve ser ou ficar este tipo de transformação no lugar em estudo, mas propor caminhos para se pensar esse memorial *morto-vivo* e *gigante antropofágico*, que

inclusive podem fazer parte de um debate mais amplo, por exemplo, com o poder público local, regional e a própria população de São Francisco do Conde.

1.1.2 Patrimônio cultural: uma categoria inexistente?

Quando o assunto é uma abordagem sobre o patrimônio cultural como categoria reflexiva e uma representação social, obviamente, é necessário saber que, igualmente trata-se de um tema complexo, escorregadio e merecedor de cuidados e atenções, principalmente, porque envolve inúmeras áreas ou dimensões de conhecimento institucional, político, histórico, social e cultural.

Mas, porque a insistência em debater este conceito no contexto brasileiro e baiano? Porque não romper ou sugerir uma categoria diferente para pensar uma realidade social e cultural? Mesmo não sendo esse o propósito deste trabalho, acredito que são questionamentos importantes para perceber as forças e limitações dentro da concepção de patrimônio cultural. Assim sendo, na sequência da discussão em torno das ruínas e as possibilidades de conservação e restauração, tendo a Escola Agrícola de São Bento das Lages como elo entre essas noções, pretendo estabelecer um diálogo sobre a existência ou não do patrimônio como um conceito válido, especificamente, pensando este contexto de pesquisa.

Conforme Beatriz Mugayar Kuhl, na apresentação do clássico livro de Quatremère De Quincy *Cartas a Miranda* de 2016, Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849), teve um papel muito relevante no cenário cultural do final do século XVIII e início do século XIX na França, com repercussões para além das fronteiras daquele país e que estenderam-se por um longo período.

De Quincy (2016, [1796] p. 85) mostra que a descoberta, ou melhor, a recuperação da antiguidade enquanto palavra é uma verdadeira ressurreição. Antes do juízo final, ou antes que a crítica nesse gênero aconteça, é preciso que todos esses corpos mutilados e decompostos retomem sua integridade. Por exemplo: quantas obras têm a requisitar ou à terra ou a outras obras uma cabeça, um membro, um atributo, cuja presença ou a privação as torna, respetivamente, irreconhecíveis. Sendo essa perspectiva aplicada para obras em processo de arruinamento e abandono.

Mas o que tem de elo, entre a contribuição teórica do De Quincy e a palavra ruínas e patrimônio? Quanto à segunda categoria, é possível ver uma perspectiva baseada no senso comum e no dicionário da língua portuguesa, tal como, uma ideia de herança deixada, por

exemplo, pelas pessoas mais velhas para os mais jovens, ou, que pretendem ser deixadas por alguém, para a posteridade, dentro de um contexto familiar ou social e cultural.

A conexão com o assunto descrito por De Quincy faz-se a partir do sentido atribuído ao termo ressurreição, antiguidade e a palavra herança. Por outras palavras, sabe-se que de forma básica e geral, o patrimônio cultural como categoria de pensamento procura trazer ou fazer ressurgir nos indivíduos, as memórias e lembranças de gerações passadas e antigas sobre um determinado contexto histórico. De Quincy realça a necessidade de resgatar e reconhecer tais elementos antigos ou da Antiguidade, para descobrir, sob um ponto de vista do ressurgimento, esses aspectos antigos no presente ou na atualidade.

Quantos deslocamentos e substituições a realizar! De quantos equívocos ridículos essas transposições foram causa! Temos grandes livros explicando a Antiguidade; a infelicidade é que quiseram explicá-la antes de ela ser explicável; destaco que a centésima parte da Antiguidade não foi desvelada. Há um trabalho prévio, do qual lhe comunicarei o projeto e quem deve conduzi-lo: é o de, finalmente, proceder nessa ciência do conhecido ao desconhecido, que ainda não foi feito. A analogia poderá acabar por explicar tudo, pois, enfim, essa explicação é o fim para o qual se deve tender. Todos esses monumentos são para a filosofia apenas signos, cuja inteligência, uma vez adquirida e completada, deve ser de grande ajuda para a busca da verdade (DE QUINCY, 2016, [1796] p. 85).

Dito de outra maneira, o autor mostra que, para se chegar o mais perto possível dessa ou de uma antiguidade, é necessário perceber ou conhecer o que os monumentos enquanto signos, filosoficamente, têm a transmitir. Segundo De Quincy (2016, [1796] p. 93), o efeito mais ativo desses monumentos sobre aqueles que os estudam resulta, precisamente, da sua capacidade de reunião e junção. Sem querer entrar na discussão metafísica do belo absoluto e do belo relativo, isto porque, o que está em causa é o que nós sempre julgamos por relação e por comparação.

Ou seja, para De Quincy (2016, [1796] p. 93 e 94), as obras de arte, sobretudo, a impressão do belo, mais independente das paixões ou da ação dos sentidos, não é outra coisa a não ser o resultado de um julgamento que é feito com o auxílio do paralelismo, que estabelece-se em nosso entendimento. Na medida em que, o conhecimento do belo, tão necessário aos artistas, forma-se por um tipo de escala comparativa que classifica os modelos da arte, estabelecendo entre eles gradações e uma espécie de hierarquia de mérito.

Esta discussão levantada por De Quincy, ao pensar a questão da hierarquia de méritos, em relação, aos monumentos e ao belo, remetem para as transformações espaciais e temporais que acontecem nas ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, desde a sua inauguração nos finais do século XIX, até os tempos atuais. Dado que, não tem como pensar

essas ruínas ou este edifício na íntegra, sem estabelecer uma relação ou comparação, por exemplo, entre o que ele se tem tornado e o que ele foi no passado em termos artísticos e históricos, pois são analogias e paralelismos necessários para uma compreensão desta realidade de pesquisa.

Também é importante perceber e realçar uma não perspectiva de hierarquização dessas diferentes escalas ou gradações, por tratarem-se de momentos distintos. Rejeitando, igualmente, a ideia de que, nas diferentes épocas, umas são melhores ou mais bonitas do que as outras, pois, cada uma possui as suas particularidades temporais e potenciais artísticos. Mas, inevitavelmente, tais julgamentos e classificações do belo, como fala De Quincy, não deixam de acontecer e isso fica bem evidente na conotação social negativa que o termo ruínas transmite para a maioria, pensando de forma específica, a população são-franciscana.

Na apresentação do livro do historiador austríaco Alois Riegl *O culto moderno dos monumentos: sua essência e gênese* de 2006, Françoise Choay diz que o autor faz um convite a uma meditação sobre a nossa sociedade, quando o autor sublinha que, a dimensão singular que nos faz agora saturar o cultural pelo cultural, é o monumento histórico, com o cortejo de instituições e de pessoas que ele celebra, com seus ritos e seus mitos, não é somente um mundo inocente de auto-preservação, percebido como signo, ao mesmo tempo da auto-contemplação, que pode ser provocada pela auto-análise e da contaminação da criação presente pela perspectiva histórica.

Em jeito de continuidade das contribuições teóricas de De Quincy e mediante a visão de Riegl (2006, [1903] p. 73), uma noção do valor de antiguidade, cuja atuação é oposta à conservação do monumento, sem dúvida, está relacionada com o jogo livre das forças naturais, causadoras de uma destruição total do monumento. Por exemplo, no caso das ruínas, elas são cada vez mais consideradas pitorescas, em função do nível ou do número de suas partes atingidas pela degradação. Sendo o pitoresco percebido como algo exótico e fascinante.

Na senda dos valores relacionados ao conceito de monumento, enquanto uma tradução da língua portuguesa para a palavra austríaca *Denkmalkultus*, Riegl (2006, [1903] p. 43), também começa por dizer que esta noção, no sentido mais antigo e original do termo, entende-se como uma obra criada pela ação humana e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino, ou a combinação de ambos. Apesar disso, quando falamos de culto e proteção moderna dos monumentos, não nos referimos apenas a monumentos intencionais, mas, especificamente, sobre os monumentos artísticos e históricos.

Segundo a definição comumente aceita, chama-se obra de arte a toda obra humana tangível e visível, ou audível, que apresente valor artístico. E chama-se monumento histórico a toda obra análoga que possua valor histórico. Em princípio, podemos excluir de nosso propósito os monumentos audíveis (da música), que, qualquer que seja seu interesse, incluem-se entre os documentos escritos. Portanto, referindo-nos unicamente às obras visíveis e tangíveis das artes plásticas (no sentido amplo, que engloba todas as criações da mão humana), perguntamos: o que é valor artístico? O que é valor histórico? (RIEGL, 2006, p. 44).

O próprio Riegl (2006, [1903] p. 44) responde que, o valor histórico é, manifestamente, o mais abrangente. Isto porque, chamamos de histórico tudo o que foi e, hoje, não é mais. Ou seja, podemos ainda adicionar ao termo a ideia de que o que foi não poderá jamais reproduzir-se, constituindo-se assim um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento.

Já no que concerne ao valor artístico, Riegl (2006, [1903] p. 47 e 48) mostra que, o conceito de "valor de arte" varia segundo o ponto de vista que se adota no presente. De acordo com a concepção antiga, a obra de arte possui valor artístico à medida que responde as exigências de uma suposta estética objetiva e irrefutável até o tempo atual. Na concepção moderna, o valor de arte de um monumento é mensurado pela maneira como satisfaz as exigências da vontade artística moderna, que não foram, formuladas de maneira evidente e, estritamente, não serão jamais, pois variam de indivíduo a indivíduo e de momento a momento.

Nesse caso, percebendo as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, numa perspectiva riegliana de valor histórico, artístico e de antiguidade, compreendo que ao longo da trajetória temporal e espacial desse memorial *morto-vivo*, esses três valores classificatórios estão contidos e aplicam-se nesse contexto. O valor histórico representa o fato dessa Escola Agrícola ter sido uma importante instituição escolar numa determinada época, mas que em dias atuais, encontra-se em ruínas. Quanto ao valor artístico, levando em conta a sua variável distinta sobre a noção do belo existe uma construção e valoração individual, sobre a estética ou beleza dessas ruínas, mas é importante saber que, esse ponto de vista individual é, socialmente, construído. No que concerne ao valor da antiguidade, realça-se o exotismo e a singularidade que as ruínas podem representar, enquanto lugares antigos e estruturas remanescentes dentro de uma sociedade ou bairro.

Entretanto, essas atribuições valorativas academicistas e institucionais não devem ser vistas como únicas a serem contextualizadas nessas ruínas, embora sejam percebidas como proeminentes para este debate. Ao passo que, é necessário ter-se uma abertura para formas de

concepção e atribuição de valorações a esse monumento, a partir da realidade social e cultural, ou seja, da própria população que habita no entorno dessas ruínas. Nesse caso,

É importante perceber que todo monumento de arte é, sem exceção e simultaneamente, um monumento histórico, na medida em que representa um estado determinado na evolução das artes plásticas e não pode encontrar, em sentido estrito, um equivalente. De modo inverso, todo monumento histórico é também um monumento artístico, porque mesmo um pequeno escrito, como um folheto rasgado sobre o qual se encontra registrada uma nota breve e sem importância, comporta, além do valor histórico expressado na evolução da fabricação do papel, da escrita, dos meios utilizados para escrever etc., uma série de elementos artísticos: a configuração do folheto, a forma dos caracteres e a maneira de os associar (RIEGL, [1903] 2006, p. 45).

Essas ruínas podem sim ser percebidas como monumentos artísticos e históricos, em diálogo e movimento entre a antiguidade e o presente, enquanto vestígios materiais de um edifício que, anteriormente, existiu e desempenhou um vínculo social, profissional e instrutivo na vida das pessoas que frequentaram esse lugar, trabalhando e estudando. Tais fragmentos ou estruturas remanescentes de um todo, na antiguidade, conhecida como Escola Agrícola da Bahia, não podem ser compreendidas, sob um olhar ou percepção "vazia", ou seja, como meros tijolos e pedregulhos desprovidos de uma história, memórias e representações. Da mesma forma como é, praticamente, impossível não contextualizar essas ruínas por meio da noção de patrimônio.

Para o professor e antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2005, p. 16), é preciso explorar alguns limites dessa categoria “patrimônio” ou, de forma mais precisa, o seu potencial analítico para o entendimento da vida social e cultural, através de uma proposta que responda à seguinte pergunta: o que podemos aprender sobre a noção de “cultura”, ao usarmos a noção de “patrimônio”? Assim sendo, este autor sugere três categorias específicas para refletir sobre o patrimônio cultural como noção: 1) ressonância; 2) materialidade; e 3) subjetividade. Mas antes de avançar para o entendimento desses três conceitos, é necessário saber que:

São muitos os estudos que afirmam que essa categoria constitui-se em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais. O que não é incorreto. Omite-se no entanto o seu caráter milenar e sua ampla distribuição geográfica. Ela não é simplesmente uma invenção estritamente moderna. (...) Podemos dizer que, enquanto uma categoria de pensamento, ela se faz presente mesmo nas chamadas “culturas primitivas”. Estamos provavelmente diante de uma categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana (GONÇALVES, 2005, p. 17).

Greenblatt (apud Gonçalves 2005, p. 19), diante do termo ressonância, diz que é preciso levar em conta o poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, acadêmicas e institucionais, tal como o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.

Ainda conforme Gonçalves (2005, p. 19), trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. Por exemplo, percebendo que cada nação, grupo, bairro, rua, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória.

Esta noção conhecida como ressonância, carrega dentro de si e provoca na sua carga expressiva relacionada com o conceito de patrimônio e bens culturais, uma necessidade de perceber até que ponto as estruturas remanescentes da Escola Agrícola, num sentido de proximidade e afetividade, estão sendo percebidas e encaradas pela população são-franciscana que habita, por exemplo, no bairro de São Bento das Lages e na rua do cais de São Bento.

O que pretendo colocar em foco é precisamente a ambiguidade presente na categoria patrimônio, aspecto definidor de sua própria natureza, uma vez que liminarmente situada entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória. (...) Mais precisamente, quero chamar a atenção para o fato de que o acesso que o patrimônio possibilita, por exemplo, ao passado não depende inteiramente de um trabalho consciente de construção no presente, mas, em parte, do acaso. Se por um lado construímos intencionalmente o passado, este, por sua vez, incontrolavelmente se insinua, à nossa inteira revelia, em nossas práticas e representações (GONÇALVES, 2005, p. 20).

Também é possível reparar que, sendo o conceito de patrimônio uma construção social, cultural, histórica, política e institucional repleta de ambiguidades e pautada por uma ideia de coletividade, torna-se necessário compreender essas perspectivas ambíguas e coletivas, a partir das mais distintas concepções e características, cujos debates vão decorrendo ao longo desse trabalho.

Isto porque, uma noção de patrimônio sem um vínculo afetivo ou de ressonância, ao nível de uso social e cultural referente às ruínas da Escola Agrícola da Bahia, mas que no campo institucional, científico e político detém uma conotação simbólica e histórica, acaba sendo ou se transformando, de certa forma, em uma noção questionável para pensar sobre esse memorial *morto-vivo*. Observo que, essas ruínas são ignoradas, em termos de representação, ressonância e pertencimento, não só pela população são-franciscana de uma

maneira geral, mas também pelo poder público e institucional presentes nesse município, mesmo que as mesmas possam se configurar como um lugar histórico de importância local e estadual. Entretanto, apesar de não ser o objetivo desta pesquisa, existe a necessidade de se produzir e obter dados empíricos, em termos quantitativos, que possam comprovar esta premissa de não ressonância em relação às ruínas da Escola Agrícola.

A pergunta é: se essas ruínas são assim tão importantes, ao ponto de estarem, no plano estadual e regional, tombadas e com um estatuto de patrimônio material, porque elas encontram-se até o momento abandonadas e sem ou poucas expectativas de preservação? Trata-se de uma pergunta instigante para uma situação específica que, certamente abre um leque de possibilidades de entendimento sobre as lacunas das políticas de preservação do patrimônio na Bahia, assim como, no Brasil.

No que concerne à materialidade ou cultura material¹⁵ como categoria para pensar sobre o patrimônio, Gonçalves (2005, p. 20 e 21) mostra que nos discursos contemporâneos, cria-se uma categoria do imaterial ou do intangível para designar aquelas modalidades de patrimônio que escapariam de uma definição convencional limitada a monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos e outros. Sendo curioso, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis e materiais quanto aos lugares, festas, espetáculos e alimentos.

Ainda segundo Gonçalves (2005, p. 21), o uso analítico da categoria patrimônio em relação às teorias antropológicas, tem passado por mudanças, talvez por colocar em primeiro plano a materialidade da cultura. Mas, não há como falar em patrimônio sem falar de sua dimensão material, pois é importante considerar que se trata de uma categoria ambígua e que na verdade transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões. Por outras palavras, tanto o material como o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria.

Uma reflexão que surge como pertinente neste trabalho tem a ver com a materialidade concernente às ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, cuja temática será retomada no terceiro capítulo deste trabalho. Isto porque, por se tratar de um lugar ou espaço onde essas estruturas remanescentes estão situadas e que pertenceram a um edifício de

¹⁵ Um objeto de cultura material é na verdade a materialização de uma sucessão de processos sociais, culturais, tecnológicos e econômicos. A sua fabricação pressupõe simultaneamente complexas estruturas sociais e econômicas, indelevelmente imbricadas na matéria. Inúmeras questões sociais, superpostas em diferentes temporalidades, podem ser lidas através dos objetos materiais, em que pesem matérias-primas e técnicas, entre funcionalidades e tradições. O objeto revela-se, portanto, como um registro da complexidade social, onde é possível identificar relações de poder, padrões de pensamento e processos de simbolização, ao mesmo tempo em que hierarquizações sociais e funcionais podem ser percebidas com a intenção de esclarecer e tornar mais compreensíveis as tensões que surgem no cotidiano da vida humana, na experiência material, entre tangibilidades e simbolismos (DOHMANN, 2017, p. 42).

instrução escolar agrícola no passado, a categorização do mesmo como um patrimônio cultural material e histórico acaba sendo, certamente, óbvia.

E quanto à intangibilidade? As representações como memórias relacionadas a esse lugar, através da população são-franciscana e não só, configuram-se como indicativos do aspecto "imaterial" das ruínas da Escola Agrícola. Para além de se fazer uma reflexão em termos de dimensões patrimoniais, no campo material, também é possível pensá-las, a partir dessa mesma categoria ou dimensão patrimonial intangível, a partir da lógica dessas ruínas como uma linguagem e representação, socialmente, elaboradas. Mesmo que a noção de patrimônio seja considerada ambígua e confusa, ainda assim é uma categoria crucial para perceber determinados fatores ligados aos monumentos históricos, antigos e artísticos.

Muitos estudos enfatizam corretamente o fato de que os objetos fazem parte de um sistema de pensamento, de um sistema simbólico, mas deixam em segundo plano o fato de que eles existem na medida em que são usados por meio de determinadas "técnicas corporais" em situações sociais e existenciais (e não apenas em termos conceituais e abstratos). Eles não são apenas "bons para pensar", mas igualmente fundamentais para se viver a vida cotidiana (GONÇALVES, 2005, p. 23).

Na ótica de Gonçalves (2005, p. 27), existe a possibilidade de entender, por meio de uma descrição simultânea, o objeto em sua materialidade, assim como em sua forma e em seus usos sociais e simbólicos. Esse objeto é a expressão emblemática de uma sociedade ou uma camada social determinada, onde os seus usos e memórias parecem na verdade colocar essa sociedade em movimento. O uso e a função desse objeto articulam, tanto material como simbolicamente, uma forte valorização de uma subjetividade que se define precisamente não pela ação disciplinada, fixa e voluntariosa por meio da qual se impõe sobre o mundo, mas sim pela sua plasticidade, mudança e adaptação a esse mundo.

Nesse caso, as ruínas da Escola Agrícola, como estruturas e vestígios materiais que possuem uma carga subjetiva, interpretativa, social e cultural, como tem sido percebido até o momento, não encontram-se estanques num determinado passado e presente, nem sequer nos aspectos simbólicos ou intangíveis. Justamente o contrário, estão em movimento e transformação constante no espaço-tempo.

Essas ruínas, sob os auspícios das ações antrópicas e vegetações ao seu redor, têm passado por uma degradação acelerada que cada vez mais tem modificado os aspectos e as formas das mesmas, no lugar onde estão inseridas. Só o tempo e as políticas de preservação patrimoniais dirão como é que e no quê esse *gigante antropofágico* irá se transformar, quer

seja pela continuidade dessas arruinações antrópicas e naturais, quer seja pela aplicação social de práticas preservacionistas de conservação e/ou restauração.

De acordo com Gonçalves (2005, p. 27), o patrimônio desempenha um papel fundamental no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas. Não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo, uma condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual ou coletiva. Entre o patrimônio e as formas de autoconsciência individual ou coletiva existe uma relação orgânica e interna e não apenas uma relação externa e emblemática. Em conclusão, não há subjetividade sem alguma forma de patrimônio. Levando em conta, a seguinte afirmação:

Se, por um lado, este pode ser entendido como a expressão de uma nação ou de um grupo social, algo portanto herdado, por outro, ele pode ser reconhecido como um trabalho consciente, deliberado e constante de reconstrução. Se os dois lados estão presentes na categoria patrimônio, este parece funcionar como uma espécie de mediador sensível entre essas duas importantes dimensões da noção de cultura. Os patrimônios podem assim exercer uma mediação entre os aspectos da cultura classificados como “herdados” por uma determinada coletividade humana e aqueles considerados como “adquiridos” ou “reconstruídos”, resultantes do permanente esforço no sentido do autoaperfeiçoamento individual e coletivo (GONÇALVES, 2005, p. 28).

Segundo Gonçalves (2005, p. 30), o sentido fundamental dos “patrimônios” consiste talvez em sua natureza total, de aproximação, distanciamento e em sua função, eminentemente, mediadora. Partindo da lógica de que os patrimônios são reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes, adquiridos e herdados pelos antepassados. Da mesma forma como são materiais e intangíveis, objetivos e subjetivos, numa reunião entre o corpo e a alma. Também ligados ao passado, ao presente e ao futuro, assumindo formas sociais de comportamento, quanto formas textuais de leitura.

Ainda para Gonçalves (2015, p. 223), o uso dessa categoria está presente também num certo modo de conceber as relações entre conceitos como memória e objetos materiais. Nesta concepção, a permanência ou existência desses objetos levaria, necessariamente, à permanência da memória, enquanto sua destruição levaria ao esquecimento. Pressupõe-se uma necessária associação entre memória e seus suportes materiais, a exemplo das ruínas, os quais deveriam ser preservados para que aquela memória ficasse conservada. Essa questão tem mostrado que, não necessariamente a preservação, mas muitas vezes a própria destruição de objetos e espaços materiais pode ser o elemento gerador de memórias. A arte da memória transforma-se, dessa forma, igualmente, numa “arte do esquecimento”, demonstrando que o

limite entre lembrar e esquecer, tendo, por exemplo, o caso das ruínas como referência, é muito ténue.

De acordo com Dominique Poulot (2009, p. 9), numa perspectiva da vida cultural no ocidente, raros são os termos ou conceitos que possuem um poder de evocação tão grande como o "patrimônio", pois esta palavra parece acompanhar a multiplicação dos aniversários, das comemorações, o acúmulo de vestígios, restos revelados e conservados segundo práticas diversas, sendo esta uma característica da nossa atual modernidade, dentro de um fluxo da produção contemporânea de artefatos.

No decorrer do século XX, o patrimônio assume, cada vez mais explicitamente, sua implementação positiva, segundo juízos de valor que afirmam uma verdadeira escolha. Os desafios ideológicos, econômicos e sociais extrapolam amplamente as fronteiras disciplinares (entre história, estética ou história da arte, folclore ou antropologia) -, como pode ser notado, no decorrer das décadas de 1970-1980, pelo reconhecimento de "novos patrimônios", que abrange uma profusão de esforços públicos e privados em favor de múltiplas comunidades. Progressivamente, o entusiasmo pela promoção e valorização do patrimônio passa por uma verdadeira "cruzada" no âmago do mundo ocidental (POULOT, 2009, p. 9).

Já segundo Poulot (2009, p. 10), os indivíduos ou grupos não se cansam de evocar "patrimônios" que podem ser preservados, conservados e transmitidos, relacionados com universos heterogêneos. Por exemplo, quanto à apreciação estética do cotidiano (mesmo que apenas de outrora), a indispensável manutenção do legado arquitetural, a preservação de habilidades artesanais e outros. Ou seja, fala-se de um patrimônio não só histórico, artístico ou arqueológico, mas também etnológico, biológico, material, imaterial, local, regional ou nacional e mundial. Tudo isso faz com que, por vezes, a diversidade de tais considerações acerca do patrimônio, se transforma em contradições ou o leva à incoerência.

Na perspectiva de Françoise Choay (2014, p. 11 e 12), o patrimônio é uma palavra ocidental antiga, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, imbricada no espaço e no tempo, que foi passando por requalificações em termos de adjetivos como por exemplo genético, natural, histórico e outros, tornando-se num conceito diverso e nómada. Esse culto prestado, nos dias atuais, ao patrimônio histórico, precisa vir acompanhado de uma leitura questionadora, já que ele é, simultaneamente, revelador e negligenciado dentro de determinadas sociedades e culturas.

Para Choay (2014, p. 12), antigamente, chamava-se patrimônio os monumentos históricos, mas as duas não possuem o mesmo significado nos últimos tempos. Por outras palavras, desde os anos sessenta do século XX, os monumentos históricos constituem somente

parte de uma herança, conforme a anexação de novos tipos de bens, alargamento do quadro cronológico e as áreas geográficas no interior dos quais se inscrevem estes bens.

No decorrer dos tempos, as diferentes categorias vão sofrendo alterações e mudanças, no sentido de que umas podem ser rejeitadas, outras podem ser mais referenciadas num nível, por exemplo, individual, social, cultural, institucional e político. No caso do conceito de patrimônio e monumento, apesar de ambos terem um passado em comum, em termos de representação e significância, tal como disse Choay, o patrimônio como categoria, ultimamente, tornou-se mais distante dessa semelhança. No entanto, percebe-se que, os dois, o monumento e o patrimônio, podem coexistir e referenciar, teoricamente, as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.

Ainda segundo Choay (2014, p. 18), o conceito de monumento, em sua essência, está baseado na sua relação com o tempo vivido e com a memória, assim como com a sua função histórica e antropológica, já que o monumento se assemelha bastante a um universo cultural, presente em todos os continentes e em quase todas as sociedades. No entanto, o papel do monumento, no seu sentido original, de forma progressiva perdeu a sua importância nas sociedades ocidentais, apagando-se, ao mesmo tempo que foi adquirindo outros significados.

Querer, como eu desejo, colocar o patrimônio histórico edificado no centro de uma reflexão acerca do destino das sociedades atuais e tentar, por conseguinte, avaliar as motivações - reivindicadas, admitidas, tácitas ou ignoradas - que as condutas patrimoniais subentendem hoje, não pode passar de um regresso às origens. Não podemos debruçar-nos sobre o espelho do patrimônio, nem interpretar as imagens que ele nos reenvia atualmente, sem procurar, antes de mais, compreender como a grande superfície lisa desse espelho foi constituída pouco a pouco pela soma e pela fusão de fragmentos, a princípio chamados antiguidades, e depois monumentos históricos (CHOAY, 2014, p. 27).

É possível perceber que, o patrimônio como um conceito alegórico, também possui sua trajetória histórica, cujas relações foram sendo estabelecidas com outros conceitos como antiguidade e monumento, transmitidos por meio de autores como Quatrèmere de Quincy e Aloïs Riegl, que de certa forma, como também foi percebido através de Choay, cimentaram o caminho, no qual, atualmente, está refletido nas ideias e institucionalidade de patrimônio histórico nas mais distintas sociedades e culturas, como é o caso do Brasil.

Como é descrito por Françoise Benhamou (2016, p.16), este conceito é uma construção ou representação social, considerada como uma palavra-ônibus enraizada nos territórios, que depende dos agentes públicos e privados, no sentido de definir os seus contornos e produções. Pelo fato de, uma grande parte dos bens, ser revestida apenas de seu caráter patrimonial, após estar expressa uma vontade de evitar o esquecimento e a destruição,

do que, à primeira vista, é percebido como um suporte da economia, arte e história. Benhamou (2016, p. 14), considera que os bens patrimoniais não possuem, necessariamente, um preço, mas possuem um valor, igualmente, financeiro que integra a função de utilidade para os agentes econômicos, pois, chega-se ao valor de uso por meio do consentimento em pagar.

Mediante essa reflexão teórica sobre o valor econômico referente às ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, entendo que, devido ao fato desse lugar ser considerado e tombado como patrimônio regional da Bahia, o abandono e o estado avançado dessas ruínas, podem significar que essas estruturas remanescentes, em termos econômicos ainda não têm sido vistas como um lugar rentável, principalmente, pelos agentes públicos e privados. Embora esse não seja o principal foco da dissertação, é possível haver uma crença que esta é uma dimensão existente e empírica nesse contexto ou realidade de pesquisa, cujo desdobramento ou ações desembocam em mudanças, em termos de ocupação do lugar em causa.

Por isso, percebo que o patrimônio cultural, enquanto uma representação social, capaz de atravessar áreas de conhecimento e linguagens, não é inexistente. No sentido de que, se assim o fosse, ele sequer seria mencionado ou debatido, seja num contexto de senso comum, institucional, político, social, cultural, histórico e científico. Trata-se de um termo relativo e necessário para refletir sobre a materialidade e as representações relacionadas, por exemplo, com a historicidade dos edifícios em arruinamento e, sobretudo, com os lugares ou práticas que em termos institucionais e preservacionistas, conforme a legislação patrimonial brasileira, são passíveis de tombamento¹⁶.

Também é importante reconhecer que, o patrimônio não é uma categoria única, para perceber e debater, nesse caso, o estado atual em que se encontra esse memorial *morto-vivo*, designado como a antiga Escola Agrícola da Bahia em São Francisco do Conde, existe, por exemplo, a categoria lugar de memória¹⁷, que é uma possibilidade enquanto categoria

¹⁶ Tombamento é um instrumento jurídico criado por lei federal – Decreto-lei nº 25 de 1937 (DL 25/37) – que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos. O interesse público da preservação de bens culturais por meio do tombamento está fundamentado nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal (CF). Esses artigos constitucionais estão inseridos na seção da Constituição Brasileira denominada Da cultura, que estabelece as bases dos direitos culturais como um direito coletivo difuso de todos, qual seja, direito coletivo difuso à preservação do patrimônio cultural para fruição pela sociedade brasileira (RABELLO, 2015, p. 2 e 3).

¹⁷ Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. (...) Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notaria atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 12 e 14).

científica para refletir sobre as ruínas da Escola Agrícola, como um lugar onde as memórias históricas também estão guardadas. Dado o teor analítico, teórico e conceitual desenvolvido neste primeiro capítulo, deduz-se uma relação íntima e de proximidade dessas categorias científicas com as representações sociais, enquanto uma espécie de guarda-chuva conceitual que abarca todas elas. Tanto a discussão sobre as ruínas, a restauração, a conservação, a noção de antiguidade, monumento e patrimônio cultural, estão em constante movimento e transformação, nos mais diversos sentidos sociais, culturais, históricos, institucionais e políticos.

Especificamente, apela-se às ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages como um memorial *morto-vivo*, que tem uma trajetória centenária e vários aspectos históricos ainda por documentar em termos escritos, orais e imagéticos. Ainda existem as próprias ruínas ou estruturas remanescentes desse edifício antigo, onde existem histórias guardadas e cristalizadas a serem contadas.

Para fechar esta primeira parte deste trabalho, e em jeito de abertura para o que se pretende abordar no segundo capítulo, referente aos aspectos históricos e políticos sobre as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, destaco uma personalidade, artista e escritor baiano Arthur de Salles, que conforme Rita Ribeiro de Queiroz (2012, p.1188), exerceu o cargo de bibliotecário da Biblioteca da Escola Agrícola da Bahia, sendo nomeado em 1908 para trabalhar, na época, em São Francisco do Conde, onde a escola estava sediada. Nessa fase, Arthur de Salles escreveu um dos seus inúmeros poemas, intitulado "*Sub Umbra*":

Levo o passo, hora morta, através da sombria
Soledade feral desta antiga abadia.
Fumosos lampiões nos corredores ermos
Lançam frios clarões palescentes e enfermos.
E vai comigo a noite e a cisma. Um vão lamento
Enche lá fora a treva. É o sussurro do vento
Que vem, vaga desfeita, *in excita*, rolando
E nas sombras claustrais vagamente expirando.
E no silêncio de novo, o astro silêncio. A forte
E fria sensação terebrante da morte
Desce destes glaciais lampiões morrediços,
Vem dos traços de sombra esguios, movediços
Que se alongam no chão de lápides marcado
E dançam no brancor expectante e gelado
Destas paredes ancestrais. Oh! Estas riscas
De sombra, tateando estas paredes priscas!
Letras de ignota mão que traceja o problema
Do ser e do não ser, da dúvida suprema?
Geometria do nada? Eis que a sombra recua

E a parede aparece inteiramente nua.
E na sua mudez fria, rígida e calma
Fala-me: Tudo é vão, tudo é vão, menos a alma.
Menos a fé no além. Menos essa esperança (...).¹⁸

A abadia que o escritor baiano descreveu nessa poesia acima, conforme a interlocução estabelecida com o historiador são-franciscano Gliuson do Carmo, é a Abadia de Brotas ou o Mosteiro de São Bento das Lages, pertencente a ordem dos beneditinos naquele período histórico (século XIX e XX). No próximo capítulo, dentro do rol das perspectivas históricas que vão ser apresentadas, também vai ser estabelecida uma relação histórica entre essa Abadia e a Escola Agrícola, uma vez que, ambas se encontram, atualmente, em estado acelerado de arruinamento, mas com ativações de memórias ainda presentes naqueles destroços.

¹⁸ Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/bahia/arthur_de_salles.html. Acesso no dia 10 de abril, às 11h57.

CAPÍTULO II: Na *encruzilhada* das prosas históricas e políticas

2.1 Aspectos históricos sobre a antiga Escola Agrícola da Bahia

Nesta segunda parte ou capítulo, que considero ser "os braços e as pernas" desta dissertação, pretendo dar continuidade às reflexões em torno das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Também parto do princípio que o lugar onde este memorial *morto-vivo* se encontra, necessita ser contextualizado, historicamente, de modo a compreender as mudanças e permanências que foram acontecendo nessas ruínas e no local em que as mesmas se situam. Esta contextualização vai cingir-se na percepção de uma História Local¹⁹ e regional, sobre São Francisco do Conde e o bairro de São Bento das Lages, sem ignorar os seus desdobramentos mais amplos em termos históricos. Neste capítulo, a projeção também é fazer uma discussão sobre as políticas de preservação patrimonial no Brasil, a partir de uma busca de interlocuções institucionais com o poder público, relacionado, especificamente, com a antiga Escola Agrícola da Bahia.

Um aspecto da realidade geográfica que reparei, no decorrer da pesquisa de campo, está interligada com a palavra *encruzilhada*, que num sentido específico para o debate em estudo, está relacionado com o fato de, espacialmente, a entrada para se acessar o lugar em que estão localizadas as ruínas da Escola Agrícola, permanecer numa *encruzilhada* entre os caminhos que permitem o acesso a quatro ruas diferentes. Sendo que, uma dessas ruas é denominada como rua do cais de São Bento, onde, nos dias atuais, se situam os restos desse memorial *morto-vivo*.

Mas também é importante não perder de vista que, a palavra *encruzilhada* em si, remete para uma ideia de cruzamento de perspectivas e/ou dilemas em aberto, através de determinados assuntos e contextos, cuja significação, em certa medida, se encaixa com as discussões históricas, institucionais e políticas a serem pensadas e problematizadas no decorrer deste segundo capítulo.

São Francisco do Conde é uma cidade que possui uma vasta historicidade e conexão com o período colonial português, assim como, com a presença de distintos grupos indígenas e africanos. De acordo com a doutora em Arquitetura e Urbanismo Maria da Graça Andrade

¹⁹ Nesse sentido, a história local seria, por excelência, uma "história pequena", ou história miúda. Não pequena em importância ou significado, diga-se à exaustão. Por "história pequena" me refiro a uma dada leitura que sugere uma interpretação pela qual uma história (ou várias histórias) é apreendida e percebida pela extensão espacial de seus desdobramentos; que não excederia grandes limites geográficos. O conhecimento de existência dessa história não ultrapassaria grandes alcances, além dos imediatos limites no espaço físico onde ocorrera (CAVALCANTI, 2018, p. 277 e 278).

Dias (2015, p. 46), no período da colonização das terras, que na atualidade pertencem ao município de São Francisco do Conde, geograficamente, localizadas no Recôncavo da Bahia, essas terras estavam sob a ocupação de grupos sociais indígenas como: os tupinambás, carijós negros, caetés e potiguaras, que foram, em certa medida, exterminados pelos colonizadores, no decorrer desse período de dominação.

Este território, segundo Dias (2015, p. 46) estava incluído na sesmaria doada a Fernão Rodrigues Castello Branco, pelo 3º Governador-geral do Brasil, Mem de Sá, por carta, em 25 de junho de 1559. Esta doação amigável, constituiu-se como um artifício que o governador utilizou para que, de forma discreta, esse território chegasse às suas mãos, o que foi concretizado em 8 de julho de 1560.

Ainda conforme Dias (2015, p. 46 e 47), Mem de Sá, em 1563, construiu neste território o Engenho Real de Sergipe, um dos maiores engenhos do Recôncavo naquele período, que possuía numerosos escravizados para os serviços da lavoura da cana-de-açúcar. Com sua morte em 1572, na cidade de Salvador, e em conformidade com seu testamento, esta sesmaria passou para seu filho Francisco de Sá, que também faleceu neste mesmo ano. Após a morte do irmão, D. Filipa, a única herdeira, casou-se com Fernando de Noronha, o Conde de Linhares, que nessa fase, ambos vieram morar no Brasil. Por conta dessa união, o lugar passou a ser nomeado como Engenho Real de Sergipe do Conde, ou simplesmente, Engenho do Conde.

No Recôncavo setecentista, dentre as cinco vilas criadas pela Coroa, estava a Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, que era constituída por doze freguesias, com o decorrer dos anos a maioria delas foi desmembrada dos seus domínios, por meio de emancipação, reduzindo sua extensão territorial e permanecendo apenas três: São Gonçalo (Sede), Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora do Socorro. Os ricos solos de massapé favoreceram, nessa região, o desenvolvimento de uma próspera agroindústria açucareira (DIAS, 2015, p. 47 e 48).

Para Dias (2015, p. 48), ao longo do período setecentista, a manutenção e funcionamento desses engenhos foi utilizada através da mão-de-obra escravizada africana, forçadamente, trazida por navios negreiros em condições insalubres para trabalhar nas lavouras de cana, sobretudo, em inúmeros territórios conhecidos hoje como pertencentes ao Estado da Bahia. No entanto, na segunda metade do século XIX inicia-se um período de declínio da lavoura de cana-de-açúcar, que culmina com a extinção do tráfico de escravizados em 1850, o problema da mão-de-obra foi agravado e os equipamentos disponíveis não podiam suprir essa deficiência, por encontrarem-se em estados considerados como antiquados para a época.

Na perspectiva de Freitas (2019, p. 32), torna-se possível perceber que, a criação de instituições com tal viés, a exemplo da Escola Agrícola, refletiam as contradições da estrutura socioeconômica da província da Bahia no período, demonstrando, também, as suas conexões com outros esforços em nível global, em se pensar formas e estratégias de instrução agrícola para o contexto local. A construção dessa escola está inserida no contexto da reunião de esforços para “salvar o aniquilamento da lavoura nacional”, acompanhado, nesse processo, de vários representantes da elite baiana. Assim, as ideias que circulavam em torno dessa esfera salvacionista do sistema econômico de base escravista, especificamente, na região do recôncavo baiano, estão diretamente relacionadas e legitimam a criação da Escola Agrícola da Bahia.

O registro fotográfico abaixo (Figura 8), elucida inúmeros aspectos demonstrativos da construção da Escola Agrícola, como o número exato de portas e janelas (frontal), a existência de andaimes em volta do edifício e o brasão alusivo à época imperial perto do teto, no centro da estrutura, mas ainda sem a presença da escadaria e dos muros, referentes à parte frontal e externa do prédio. Também é possível observar nesta foto (Figura 8), do lado esquerdo e na parte de trás do edifício, no sentido de quem vê a foto, uma parte que indica a existência de uma outra construção predial (Figura 9), que pelo conhecimento histórico, se trata da casa do diretor da Escola Agrícola. Sem esquecer, conforme a leitura da foto, a presença de animais e de um indivíduo subindo a pequena elevação ou ladeira, em direção à parte frontal da estrutura em construção.

Já na foto (Figura 10), embora não esteja tão nítida, é possível ver outro edifício adjacente à Escola Agrícola, que nesse caso, trata-se da secretaria, com a presença de três indivíduos presentes na foto, sendo dois deles, aparentemente de raça branca, mais próximos à entrada da casa do diretor, e o terceiro indivíduo, que parece ser um homem negro, situado numa posição frontal da fotografia e abaixo dos dois edifícios. Cabe ressaltar que, nos tempos atuais, as ruínas desses dois prédios adjacentes à Escola Agrícola, são difíceis de serem localizadas, devido ao exacerbamento de vegetações que se encontram nas imediações desse memorial *morto-vivo*, como tive a oportunidade de observar numa das interlocuções com o Seu João e o Fabrício dentro das ruínas da Escola Agrícola.

À esquerda, figura 8: Registro da Escola Agrícola da Bahia, ainda em construção, ano 1872. À direita, figura 9: A casa do diretor, sem data precisa

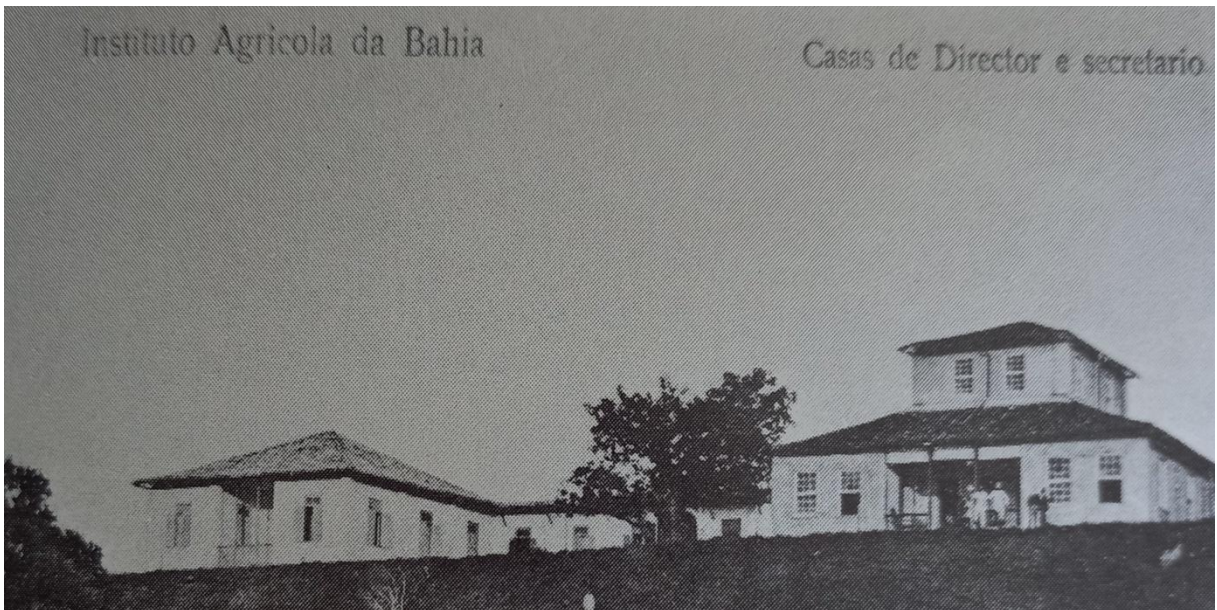


Fonte: Biblioteca Nacional, 2021



Fonte: Acervo do MEASB, 2013.

Figura 10: A secretaria e a casa do diretor, sem data precisa.



Fonte: Autor, foto reproduzida de imagem presente no Inventário IPAC-BA, 1982.

Fundamentado nesses fatos históricos e iconográficos, é possível entender que, antes da criação da Escola Agrícola da Bahia, o território onde hoje existe a cidade de São Francisco do Conde foi passando, ao longo dos tempos, por transformações em termos de nomenclatura, mudanças geográficas e geopolíticas, cujos vestígios ainda podem ser percebidos na atualidade. Esses vestígios podem ser entendidos como arqueológicos, antropológicos e históricos, tanto pela presença e ocupação de diferentes grupos indígenas,

antes da chegada, sobretudo, dos colonizadores portugueses, como também pela influência de distintos povos africanos, que num processo migratório forçado, acabaram por deixar seus traços, materialidades e representações sociais nesse território baiano. Por outras palavras, trata-se de aspectos cruciais para o entendimento do processo social, cultural e histórico no Recôncavo da Bahia, especialmente, em São Francisco do Conde, enquanto o berço da Escola Agrícola de São Bento das Lages.

No espaço de tempo, que vai do século XIX com a inauguração, passando pelo século XX, até chegar os dias atuais, existem imagens e fotos que, de certa forma, permitem conhecer como a própria Escola Agrícola e a paisagem onde a mesma habitou e habita, foram atravessadas por transformações contínuas. Algumas como a foto (Figura 11) abaixo, inclusive, denotam uma vista panorâmica que mostra o edifício em si, junto com o ambiente à sua volta, cuja leitura imagética, apesar de a fotografia estar desgastada, permite observar, conforme a imagem, o tipo de vegetação, o rio e a casa do diretor à esquerda do prédio da Escola, no sentido de quem observa essa foto. Inclusive, em caso de contagem numérica, se pode ter uma noção hipotética da quantidade de janelas e portas que existiram no prédio, através da observação dessa foto.

Figura 11: Vista panorâmica da Escola Agrícola de São Bento das Lages no século XIX.



Fonte: Acervo do MEASB, 2013.

Desta forma, Dias (2015, p. 49), diz que ainda no século XIX, "o Governo Imperial em 1859, cria o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) ou Escola Agrícola, no

Engenho de São Bento das Lajes, localidade pertencente a Ordem dos Beneditinos, na Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde", mais precisamente em São Gonçalo (Sede). O IIBA foi a primeira instituição de ensino e pesquisa agropecuária no Brasil, criada com o objetivo de reverter a decadência das lavouras de cana-de-açúcar, onde foram desenvolvidas pesquisas e experimentos que propiciaram, também, a expansão e consolidação das lavouras de fumo, mandioca e algodão no Recôncavo da Bahia.

Retomando a discussão histórica relacionada com o Imperial Baiano de Agricultura e a Escola Agrícola da Bahia, também iniciada na introdução desse trabalho, Tourinho (1982, p.9) afirma que as dificuldades que esse mesmo Instituto foi enfrentando, ao longo dos seus quarenta e cinco anos de existência, acabaram por arrefecer a "euforia inicial" aquando da sua inauguração, por exemplo, pelo esvaziamento da frequência das suas reuniões e os constantes movimentos abolicionistas em voga naquele período. Foi através dessa instituição que construiu-se, em pleno massapê do Recôncavo baiano, uma Escola Superior de Agronomia, posteriormente, transferida para o Estado, causando a implantação do ensino agrícola na Bahia.

No final da década de 50 do século XIX, diante da situação crítica da agricultura brasileira, "principal fonte de riqueza do país", elementos vinculados à agro-indústria do açúcar, juntamente com o Governo Imperial, criam os Imperiais Institutos, visando através do desenvolvimento da tecnologia e da formação de mão-de-obra especializada, contribuir para dinamizar a área de produção e ter como resultado um açúcar de menor custo e melhor qualidade apto a enfrentar a concorrência no mercado internacional (TOURINHO, 1982, p. 64).

Conforme Tourinho (1982, p. 64), para dar um contexto mais amplo, relativamente ao território brasileiro naquele período, foram criados, para além do Imperial Instituto Baiano, os demais institutos agrícolas no Sergipe, Pernambuco e no Rio de Janeiro, províncias essas que na época eram reconhecidas pelas suas excelências na produção de açúcar, onde atuavam como agentes do progresso, informando aos agricultores e intervindo nos principais problemas da agricultura, por meio de atividades educacionais e experimentais. Tanto o Instituto Imperial da Bahia como do Sergipe foram criados durante a viagem de D.Pedro II à região, conhecida hoje, como o nordeste do Brasil. Quanto à construção da Escola Agrícola,

As discussões sobre a criação da Escola, giram primeiramente em torno de sua localização. A primeira proposta é feita em 1860 pelo abade geral da Congregação Beneditina que oferecer o Engenho das Lages, de sua propriedade para a instalação da Escola. (...) Surgem três ofertas: a do conselheiro São José d'Oliveira Junqueira (Fazenda São Gonçalo no Cabula; a de Miguel de Teive e Argollo (Engenho Novo); a da Ordem Beneditina (Engenho das Lages). (...) vence a proposta da Ordem

Beneditina que oferece as seguintes vantagens: 1. Terrenos extensos e variados, apropriados para vários tipos de cultura e pastagens; 2. Já possuir edifícios; 3. Localizado no centro dos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, principais produtores de cana-de-açúcar do Recôncavo baiano. Escolhido o local para a instalação da escola, é acertado o contrato com a Ordem Beneditina para o aluguel do Engenho das Lages por 3:000\$000 mensais durante dezoito anos e o naturalista francês Louis Jacques Brunet é encarregado de dirigir as obras, dispondo inicialmente de uma mão-de-obra composta de vinte e oito africanos livres e de uma verba de 3:000\$000 mensais (TOURINHO, 1982, p. 109 e 110).

Já para Guy Capdeville (1991, p. 230), o cenário naquela época, demonstrava que não havia razões para o governo criar institutos e escolas agrícolas, nem mesmo outra escola qualquer, no campo. Isto porque, a agricultura, praticada por escravizados e ex-escravizados, não era considerada como uma atividade exercida "profissionalmente", pois, o campesinato surgiu muito tarde, no Brasil. O trabalho assalariado na agricultura só começou a ser realmente praticado após a chegada dos imigrantes europeus, que vieram substituir o trabalho escravizado. Os imigrantes, de sua parte, também não precisavam de mais educação do que a que já possuíam, para o desempenho das atividades que lhes eram confiadas. A atividade agrícola era, deste modo, considerada um ofício para o qual não se precisava na época de treinamento e formação. Qualquer um poderia exercê-lo, por isso, o seu desprestígio. Na medida em que, esse tipo de ofício não envolvia perícia técnica que precisasse ser aprendida, e é justamente por isso que qualquer um poderia exercê-lo.

Na imagem seguinte (Figura 12), também sob uma vista panorâmica, se pode ver de uma forma mais ampla, o entorno e o próprio edifício da Escola Agrícola de São Bento das Lages, sendo possível, mesmo que a distância, reconhecê-lo e observar outras construções como casas e edifícios naquele período. Sem perder de vista, uma observação e potencialidade de leitura significativa da paisagem e do meio ambiente em volta.

Figura 12: Vista panorâmica da Escola Agrícola de São Bento das Lages no início do século XX.



Fonte: Acervo do MEASB, 2013.

A fundação da Escola Superior Agrícola da Bahia, segundo Capdeville (1991, p. 230 e 231), estava destinada à formação de "agrônomos, engenheiros agrícolas, silvicultores e veterinários", teve sim uma importância histórica, em termos de oportunidade de criar-se uma escola agrícola superior, porém, não houve um entusiasmo suficiente para colocá-la em prática. Até porque, a escola da Bahia levou 17 anos, entre a criação o Imperial Instituto Baiano e o surgimento da Escola Agrícola, para passar de ideal a realidade e, quando o fez, houve vários tropeços no caminho. A primeira turma de formados, em 1880, foi de dez alunos, mas nos cinco anos seguintes a média de formados foi de 4,5 por ano. Já no final do século XIX, a matrícula caiu praticamente para zero e, no início do século XX (1902), a escola foi fechada como ensino superior.

De acordo com Freitas (2019, p. 35), a Escola Agrícola, após a sua construção, tornou-se um edifício destinado à moradia e atividades pedagógicas dos alunos, pois, tinha casas para os professores e uma área externa destinada aos trabalhos no campo de ensaio: curral, estribaria e cercados. O edifício também possuía, internamente, uma capela, museu com 3.462 exemplares de anatomia, paleontologia, esqueletos, imitações em gesso, mamíferos, aves, crustáceos e peixes.

De acordo com Freitas (2019, p. 35), a partir do documento que regulamentava as atividades na Escola Agrícola da Bahia, pode-se traçar um esboço da estrutura física e humana da escola, composta por: uma congregação de lentes mais a presença do diretor, o

diretor nomeado pelo Imperial Instituto de Agricultura, professores, secretário, ecônomo, chefe de serviços agrícolas, bibliotecário, capelão, médico e enfermeiro. Na Escola Agrícola também tinha Museus e gabinetes, sendo eles: gabinete de *physica*, gabinete de zoologia e geologia, laboratório químico, museu de produtos agrícolas, florestais e de máquinas, gabinete de engenharia rural, gabinete de desenho, gabinete veterinário, sendo que tais gabinetes ficam a cargo dos professores, cujas cadeiras servirem e também dispõem que todos os objetos existentes nos gabinetes e museus deveriam estar classificados ou catalogados. Quanto à formação dos alunos da Escola Agrícola,

(...) era dividida em cursos superior e elementar. O curso superior destinava-se a formação em conhecimentos tecnológicos mais avançados, no intuito de formar engenheiros agrônomos seguindo alguns critérios para a admissão por meio do regulamento da Escola que exigia: “ter completado dezesseis anos e ser habilitado nas disciplinas de português, francês, geografia, aritmética, álgebra, geometria e trigonometria”. Tal público se encontrava dividido, também, entre pensionistas e gratuitos, ambos com requisitos e exigências em comum, tais como: “ambos serem vacinados e para os gratuitos, provar que não tem meios, pertencer às famílias que pratiquem a agricultura ou ser órfão de pai e de mãe ou ser filho de mãe viúva”. Além disso, para admissão, segundo o regulamento, os exames necessários à matrícula, eram: “Gramática, leitura e escrita portuguesa; Gramática, leitura e tradução francesa; Geografia do Brasil”. Entre a modalidade de alunos gratuitos, os preferidos pela ordem eram em primeiro lugar, os filhos de família que fizessem profissão de agricultura (FREITAS, 2019, p. 38).

Conforme Nilton de Almeida Araújo (2006, p. 28 e 29), a Escola Agrícola da Bahia, enquanto uma instituição pioneira na formação dos primeiros profissionais capacitados para atuar, especificamente, na agricultura, inscreve-se na busca de atualizar o Brasil, diante dos triunfos das ciências. Mas, apesar das inovações teóricas e metodológicas pelas quais a historiografia das ciências, recentemente, vem atravessando no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1980, registra-se o Instituto Agrônomo de Campinas em 1887 e ignora-se a Escola da Bahia, criada dez anos antes, ou seja, no máximo foram feitas breves referências a Escola Agrícola da Bahia como a primeira escola brasileira de agronomia de nível superior.

Tourinho (1982, p. 103) complementa essa informação dizendo que a Escola Agrícola da Bahia teve uma duração de vinte e cinco anos de vida (1877-1902), já o Imperial Instituto Baiano de Agricultura durou quarenta e cinco anos (1859-1904), tudo isso motivado pelo corte das subvenções oficiais, o da União em 1899 e a do Estado em 1901, ficando a receita resumida apenas às anuidades pagas pelos alunos, tornando-se dessa forma impossível a manutenção da escola e o conseqüente fechamento dessas instituições alguns anos depois. Segundo Dias (2015, p. 49), a partir daí, esta Instituição passa a ser administrada pelo Estado da Bahia, transferindo-se para a capital, Salvador.

Percebo que, mesmo com os problemas econômicos, políticos e sociais que provocaram o término das atividades institucionais, não tem como negar a importância histórica que a Escola Agrícola da Bahia (fundamentalmente para a Agricultura como área de formação), preconizadas no começo como uma escola de ensino superior, acabou por desempenhar, acima de tudo, no campo educacional e experimental agrícola naquele período, tanto na Bahia como para o Brasil. Quando se olha numa perspectiva mais atual para aquele contexto temporal e espacial, noto que foi um projeto de grande envergadura, que durou menos de cinquenta anos, cujos problemas em termos de funcionamento, uso e manutenção perpassou a existência desse lugar, hoje em ruínas, desde o começo até o fim das suas atividades.

Também entendo que, o fato da Escola Agrícola da Bahia ter "vivido" por um tempo curto, relativamente, aos dias atuais, ou seja, 144 anos após a sua inauguração, tem também como uma das motivações os conflitos políticos na época, principalmente, por parte do estado e a localização da Escola, que de certa forma, estava inserida num lugar, nesse caso, numa vila chamada São Francisco do Conde. Onde, naquele momento histórico, era percebido como uma região cuja influência em termos de produção de cana-de-açúcar estava em declínio, afastado dos grandes centros econômicos e urbanos do país, juntando ao período histórico-político da passagem de um Brasil imperial para um Brasil república. Aliás, esses podem ter sido os motivos principais que levaram a Escola Agrícola em São Bento das Lages ao princípio do seu fim, cujas análises podem ser aprofundadas em trabalhos subsequentes.

Como pode ser verificado nas imagens abaixo, o prédio foi e continua atravessando por um processo acelerado de arruinação, pois no primeiro caso (Figura 13), acredito que é uma fotografia aérea tirada no começo dos anos 2000, que permite observar várias dessas estruturas remanescentes ainda em pé e com muito pouca vegetação (em relação aos padrões atuais), igualmente, mostrando alguns detalhes paisagísticos difíceis de ser contemplados no período atual, devido o crescimento das plantas e árvores em volta.

Já no segundo caso (Figura 14), se consegue ver que muito dessa parte frontal, onde outrora ainda era possível ver a "Escola Agrícola" inscrita na parede, foi derrubada, sendo a principal e mais recente causa, uma forte tempestade que aconteceu na região de São Francisco do Conde, nos finais dos anos 2019. Em jeito de complemento, tem-se a imagem abaixo (Figuras 15 e 16), na fase em que era e não era possível ver as duas esculturas e, no meio, o brasão da república, demonstrando as alterações que aconteceram nessas estruturas com o decorrer do tempo.

À esquerda, figura 13: As ruínas da Escola Agrícola da São Bento das Lages, sem data precisa.
 À direita, figura 14: A fachada das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.



Fonte: Paulo Nacif, 2018.

Fonte: Autor, fevereiro, 2020.

À esquerda, figura 15: A fachada das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, ainda com o nome inscrito na fachada principal.
 À direita, figura 16: A fachada ainda com o brasão da república dos Estados Unidos do Brasil em abril de 1984.



Fonte: Autor, abril, 2019.

Fonte: Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março 2021.

As influências históricas que o antigo prédio da Escola Agrícola e o Instituto Baiano de Agricultura tiveram no estado da Bahia no campo da formação e no ensino agrícola, como é dito por Paulo Gabriel Nacif (2018), estendem-se até a criação da Escola de Agronomia da Ufba. Isto porque, em 1943 o governador Landolfo Alves, engenheiro agrônomo, inaugurou a nova sede da Escola, numa área de 1.897 hectares no município de Cruz das Almas - Bahia. Essa área resultou da compra de um conjunto de pequenas e médias propriedades que só foram, efetivamente, escrituradas em nome do Governo Federal em 2012.

Com base na linha de tempo encontrada no sítio eletrônico do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (Measb), que propõe, de forma resumida, uma "trajetória de vida" da Escola Agrícola, dá para contemplar o seguinte:

- 1859 - Através do Decreto Imperial no 2.500-A, D. Pedro II criou o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.
- 1859 - Inauguração do Instituto em sessão solene presidida pelo imperador D. Pedro II, no Paço Imperial da Capital Baiana
- 1862 - O Instituto cria comissão encarregada de propor o projeto de criação da Escola Agrícola da Bahia.
- 1877 - Inauguração da Escola Agrícola da Bahia, construída no Engenho de São Bento das Lages, na cidade de São Francisco do Conde - BA.
- 1904 - Extinção do Instituto e da escola e reversão dos seus bens ao Estado.
- 1905 - Reorganização do que restou da escola, agora sob a responsabilidade do Estado da Bahia e com o nome de Instituto Agrícola da Bahia. Nesse período o Instituto priorizou a pesquisa experimental em agricultura.
- 1911 - A administração do Instituto Agrícola da Bahia passa para o Governo Federal, que o transforma na Escola Média Teórico-Prática de Agricultura, ainda localizada em São Francisco do Conde.
- 1917 - O Governo Federal extingue a escola.
- 1919 - A Lei Estadual no 1.333 restabelece a instituição com o nome Escola Agrícola da Bahia.
- 1931 - O Decreto Estadual no 7.218 transfere a Escola para Salvador. A Escola Agrícola da Bahia desenvolve suas atividades provisoriamente nos pavilhões da Hospedaria dos Imigrantes, no bairro de Monte Serrat.
- 1938 - O Decreto no 10.821 recria a Escola Agrônômica da Bahia e determina a sua interiorização, como instituição de ensino superior destinada à formação de engenheiros agrônomos.
- 1940 - Cerimônia de colocação da Pedra fundamental marca a construção da nova Escola Agrícola da Bahia na cidade de Cruz das Almas
- 1943 - A Escola é transferida para a sua nova sede (MEASB, 2021).

De acordo com as informações do IPAC-BA (1982, p. 198), três anos depois de o conceito ou projeto Escola Agrícola ter sido transferido para Cruz das Almas, em 1946, o prédio da Escola Agrícola em São Bento das Lages passou a receber, como foi citado anteriormente neste trabalho, o patronato de menores que funcionava no Engenho Subaé, em Santo Amaro, cidade vizinha de São Francisco do Conde. Entretanto, logo após a transferência desse patronato para outro lugar, o edifício foi, completamente, abandonado em 1958.

Uma questão histórica a ser pensada, principalmente, para os demais trabalhos e contribuições, está relacionada com o "destino" da Escola Agrícola para a cidade de Salvador, pois, como foi apresentado na introdução, existe uma incoerência quanto ao ano em que a mesma foi transferida. Trata-se de 1930 ou 1931, o ano exato dessa transferência? Isto porque os dados apresentados pelo IPAC-BA (1982, p. 198), mencionam o ano de 1930 e o sítio eletrônico do Measb, indica 1931. Mas, certamente, esta transferência ocorreu a partir da década de 1930.

Por sua vez, nos dois exemplos imagéticos explicitados abaixo, o primeiro (Figura 17) traz um conjunto de informações sobre as pessoas que estavam frequentando e trabalhando na casa de farinhas no momento exato da foto, que indicam ser cinco meninos e estudantes, uniformizados, do patronato de menores na Escola Agrícola em São Bento das Lages, aparentemente, com idades compreendidas entre 13 e 16 anos, perto de uma grande quantidade de mandiocas para serem transformadas em farinha.

Ainda nessa foto, também é possível ver a presença de um senhor, uma senhora e uma menina, que parecem estar perto de uma mesa e algum utensílio da época; um senhor que se encontra perto do cavalo e mais dois senhores no fundo, sendo um deles, o único com a tonalidade de pele branca, provavelmente, um dos professores da Escola naquele período. Já na segunda fotografia (Figura 18), vê-se a parte externa do que foi essa casa de farinhas, atualmente, em ruínas tal como a antiga Escola Agrícola.

Figura 17: Fabricação de farinha na casa de farinhas pertencente à Escola Agrícola, sem data.



Fonte: Acervo do MEASB, 2013.

Figura 18: as ruínas da casa de farinhas na rua do cais de São Bento.



Fonte: Autor, fevereiro, 2021.

Posteriormente, segundo Nacif (2018), em 1968, a Escola de Agronomia foi federalizada, passando a integrar a Ufba, pois, a partir da Escola de Agronomia de Cruz das Almas tem-se o desenho de uma estrutura de apoio às ações agropecuárias no estado. Neste período, investiu-se na implantação de “fazendas experimentais”, destinadas a melhorar o plantel bovino para o abate e para a produção de leite, na construção do primeiro aviário da Bahia, em Feira de Santana, além de pocilgas e outras instalações pecuárias espalhadas pelo estado.

Conforme Nacif (2018), a Escola de Agronomia de Cruz das Almas por muitas décadas esteve na liderança de todo esse processo, principalmente, entre as décadas de 1940 e 1980, período em que figurava sempre como uma referência das ciências agrárias no Brasil. Já na década de 1960 e, principalmente, após o Golpe militar de 1964 no país, várias instituições públicas de ensino de ciências agrárias do Brasil passam por um processo de federalização e em sua imensa maioria tornaram-se autarquias, diretamente, ligadas ao Ministério da Educação e Cultura. A exceção mais conhecida foi a Escola de Agronomia de Cruz das Almas, incorporada à Ufba.

Detentora de dez por cento do município de Cruz das Almas (1.700 hectares), com amplos experimentos, jardins de germoplasmas (essa instituição, desde São Bento das Lages, foi responsável, por exemplo, pelas primeiras pesquisas no Brasil sobre soja, café, cacau, mandioca e eucalipto), relações internacionais, completa integração com o Instituto de Pesquisas Agropecuária do Leste – IPEAL e com uma

das melhores escolas de educação básica da Bahia (Centro Educacional Alberto Torres – CEAT), instalados no próprio campus, esse sistema nunca foi entendido pela UFBA (NACIF, 2018).

Para Nacif (2018), com pouca atenção dos dirigentes da Ufba, a Escola de Agronomia ficou à sua própria sorte e submetida, adicionalmente, a um provincianismo absurdo. Sendo participante ativa do direcionamento das ciências agrárias do Brasil entre 1877 até a década de 1970 (com poucos intervalos de paralisação de atividades), no momento em que mais precisa se abrir para os novos paradigmas institucionais desenvolvidos, em grande medida, pelos seus egressos, a nossa escola perdeu o espírito do seu tempo, inclusive por sentir pouca necessidade institucional de manter os contatos culturais e as redes que, na maioria da vezes, integrava com destaque. Em tempos recentes, assiste-se a um novo ressurgir da força acadêmica das ciências agrárias do Recôncavo nessa segunda década do século XXI. Sem dúvidas, a área das ciências agrárias foi muito beneficiada pela criação da UFRB e volta a ter a dinâmica científica e formativa do passado.

Desde os finais do século XIX até os tempos atuais, muitas foram as mudanças que foram acontecendo com o ensino superior de agronomia na Bahia. Obviamente, entre os pontos mais altos e baixos, com aberturas, reaberturas, ressignificações e fechamentos, compreendo que o ensino agrícola, a partir da faculdade de agronomia, continua produzindo trabalhos científicos, experimentações e formações de engenheiros/as agrícolas. Mas, a Escola Agrícola em São Francisco do Conde, outrora um edifício imponente, acabou por ficar "para trás" ou "esquecida" e, no presente, está passando por um arruinamento acelerado, embora possa ser considerada como "mãe" do ensino da agronomia da UFRB.

Há uma história dessas produções e reproduções no campo dos experimentos na agricultura que remontam para essa antiga Escola, cujos desdobramentos, na atualidade, parece não ter nenhuma relação histórica, pelo fato de as ruínas desse prédio antigo encontrarem-se em São Francisco do Conde, no bairro de São Bento das Lages, enquanto a sede do ensino superior de agronomia está em Cruz das Almas, com 106,5 km de distância (1h42min) entre as duas cidades. Nesse caso, essa relação histórica, regional e geográfica existe e acredito que, em nome de uma perspectiva ideal de conexão e diálogo, poderia ser dada uma maior visibilidade e atenção a esses dois contextos distintos mas complementares. No entanto, no plano da realidade e dos fatos, isso não existe, sendo a falta de preservação dessas ruínas situadas na rua do cais de São Bento, o espelho desta inexistência.

Voltando à contextualização sobre São Francisco do Conde, especificamente, em meados do século XX e de acordo com Dias (2015, p. 50), através do decreto Estadual de 30

de março de 1938, a Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde foi elevada a categoria de cidade, passando em 1943, a denominar-se de São Francisco do Conde. No entanto, a recuperação econômica da cidade só aconteceu a partir de 1947, com o início da exploração de petróleo e inauguração, em 1950, da Refinaria Landulfo Alves - Mataripe (RLAM), denominação em homenagem ao engenheiro agrícola, que estudou no Ensino Superior da Escola Agrícola, e político baiano que lutou pela causa do petróleo no país e pela criação da Petrobrás.

Para ter-se uma noção mais específica sobre a representação da cidade de São Francisco do Conde naquela época, esta imagem abaixo (Figura 19), traz inúmeros detalhes de como era a orla da cidade no começo dos anos 80 do século XX, onde é possível observar a ponte, que servia de cais para algumas embarcações daquele período, cuja função atual está em ruínas e desuso, a estrada e o passeio com aspectos recém-construídos e muito diferentes da atualidade, em que já existem outras construções compondo o jardim. Há também as figuras de algumas pessoas passando no local descrito através da foto e a presença de um carro (fusca branco).

Figura 19: Praça Duque de Caxias a vista parcial da cidade de São Francisco do Conde em 1983.



Fonte: IBGE, 2017.

Praticamente 10 anos antes desta fotografia ter sido captada, conforme Dias (2015, p. 50), o município de São Francisco do Conde, a partir de 1973, passa a integrar a região metropolitana de Salvador, que dista a 66 km de Salvador, estando próximo aos municípios de

Candeias, Madre de Deus, Santo Amaro e São Sebastião do Passé e possui três distritos: onde está instalada a Sede, Monte Recôncavo e Mataripe. O município de São Francisco do Conde possui uma área de 266,631 Km² e população de, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 40.225 pessoas, que é o número estimado para o ano de 2020.

As modificações provocadas pela transição da economia açucareira para a do petróleo interferiram no perfil socioeconômico da região, atingindo a lavoura de subsistência e o que restou da agroindústria açucareira. (...) A zona rural de São Francisco do Conde sofreu o impacto da exploração do petróleo - pesquisa, lavra, refinação e transporte deste produto - provocando um choque entre a economia e a sociedade locais. Havia uma expectativa da população motivada pelas forças políticas e econômicas da região, de que a Petrobrás iria contribuir para a sua melhoria econômica. Porém, isto não concretizou-se de forma favorável à população local, pois a classe social oriunda das atividades desta empresa surge a partir das etapas vinculadas à implantação e exploração do petróleo, sendo constituída de operários e técnicos especializados que se superpõem ao território, com características divergentes da realidade local (DIAS, 2015, p. 51).

Para Dias (2015, p. 53), a cidade de São Francisco do Conde foi edificada sobre um cabo que avança para a Baía de Todos os Santos na foz do rio Sergipe do Conde, em frente à Ilha de Cajaíba. De acordo com Natalyne Pereira dos Santos (2015, p. 13 e 14), São Francisco do Conde é um município brasileiro, onde os habitantes estão subdivididos em oito bairros consolidados: São Bento das Lages, Centro, Nova São Francisco, Baixa Fria, Monte Recôncavo, Paramirim, Pitangueiras e Caípe; assim como os bairros transitórios: Santa Rita e Macaco; os bairros ambientais: Porto de Brotas (Roseira), Gurujé, Campinas, Muribeca e Santo Estevão; a zona rural: Dom João, Santa Elisa, Onze Casas e o bairro industrial: Mataripe.

Já na seguinte imagem (Figura 20), que é uma fotografia aérea, vê-se a orla de São Francisco do Conde de uma forma mais próxima a como ela se encontra na atualidade, mostrando inúmeros detalhes de construções de casas, edifícios, a quadra desportiva, a ponte, as vegetações, os manguezais e uma parte pertencente à Bahia de Todos os Santos, que banha a própria cidade são-franciscana.

Figura 20: Foto aérea da orla da cidade de São Francisco do Conde no século XXI.



Fonte: www.bahia.ws, 2014.

No que tange ao bairro de São Bento das Lages, o lugar onde localizam-se as ruínas da Escola Agrícola, de acordo com a "*Agenda 21 comunitária São Bento das Lages*" (2014, p. 11 e 12), o bairro possuía em 2014 uma população de 3.776 habitantes. Atualmente, em termos de composição, para além de ser considerado como o segundo maior bairro em termos populacionais, com mais de 5.000 habitantes, São Bento das Lages é identificado pelas seguintes ruas: Avenida Santa Rita, Conjunto Mãe Carlita, Drena 1, Drena 2, Jaqueira, Junqueira Ayres, Aldeia, Mutamba, Cais, Rua da Igreja e Ninho da gata. Levando em consideração que, os habitantes do bairro, principalmente aqueles que moram na rua do cais, possuem uma forte ligação com a pesca enquanto meio de subsistência.

Figura 21: Imagem via satélite da extensão territorial do bairro de São Bento das Lages, São Francisco do Conde-BA.



Fonte: Google Earth, 2021.

Figura 22: Vista do cais de São Bento no final do século XIX.



Fonte: Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 23: Imagem aérea da rua do cais de São Bento, sem data precisa.



Fonte: Autor, Foto reproduzida pelo autor da imagem presente no Inventário do IPAC-BA, 1982.

Na imagem (Figura 21), é possível ter um entendimento sobre a dimensão territorial do bairro de São Bento das Lages, em que dá para ver as estradas, algumas ruas, inclusive a *encruzilhada* que dá para a rua do cais de São Bento, onde estão localizadas as ruínas da Escola Agrícola, assim como, as vegetações, edifícios e casas situadas nesse bairro. A imagem seguinte (Figura 22), mostra as palmeiras imperiais (símbolo do Brasil imperial) no cais de São Bento, de frente para a Escola Agrícola, que atualmente já não existem, os barracões que hoje, especificamente o da direita, foi transformado em moradias e bares, o da esquerda, encontra-se as ruínas da casa de farinha, como já foi mostrado antes, sendo essa casa de farinha, possivelmente, construída após a existência desse barracão. Para além disso, dá para identificar um navio de passagem, que era típico naquele período, navegando no encontro entre o rio Subaé e o rio Serjimirim.

Na terceira imagem (Figura 23), o foco também está no cais de São Bento, onde dá para ver de forma mais evidente o lugar em que as ruínas da Escola Agrícola estão, assim como, apesar de não se ter uma precisão em termos de data em que foi tirada a foto, é possível

observar a existência de outros edifícios perto do rio, que indicam ser os antigos galpões e a casa de farinha, ambos pertencentes à Escola Agrícola, cujo estado, pelo que se contempla na imagem, já estava em ruínas e sem o teto.

Conforme a cartilha organizada por Naiane Jesus Pinto (2018, p. 14), moradora, cientista social e pesquisadora do/no local em estudo, o bairro de São Bento das Lages encontra-se, obviamente, dentro dos limites geográficos de São Francisco do Conde, possuindo uma história específica, pelo fato de ser durante muito tempo uma área federal no território são-franciscano, devido a existência da Escola Agrícola da Bahia.

Segundo Pinto (2018, p. 14), as contribuições de Gabriel Soares em 1587, por meio do *Tratado Descritivo do Brasil*, mostram que este autor já citava a presença dos monges beneditinos na Fazenda ou Engenho das Lages, que tem esse nome por causa da grande quantidade de formações geológicas de nome lages no local, também relacionados com os seus canaviais cujas canas eram moídas no Engenho Sergipe do Conde, próximo a São Bento, propriedade da Ordem dos beneditinos, tornando-se o mais rentável e mais documentado naquele período. Os beneditinos já encontraram os ditos povos indígenas, possivelmente, os Tupinambás que serviram de mão-de-obra escravizada, tanto para os canaviais quanto para o próprio engenho já citado. Lembrando que, em 1655, Catarina Álvares, filha de Caramuru, acaba doando essas terras aos beneditinos, que por sua vez e naquele período, constroem uma igreja, mosteiro ou abadia em homenagem a Nossa Senhora de Brotas.

A relação entre a Ordem dos Beneditinos e a Escola Agrícola de São Bento das Lages, embora não seja o tema fulcral desta pesquisa, possui elementos históricos importantes que merecem ser tratados e desenvolvidos em estudos científicos posteriores, tanto no campo histórico, como arqueológico, sociológico, arquitetônico e antropológico.

Figura 24: As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.



Fonte: Autor, fevereiro, 2020.

Figuras 25 e 26: As ruínas do Mosteiro de São Bento das Lages ou Abadia de Brotas²⁰.



Fonte: Autor, janeiro, 2021.

Na atualidade, esse antigo Mosteiro situado em Porto de Brotas, também no bairro de São Bento, encontra-se em ruínas (Figura 25 e 26), tal como a antiga Escola Agrícola (Figura 22), como podem ser conferidas pelas fotos acima. Historicamente existe uma conexão entre ambas, não só por estarem situadas no mesmo bairro, mas também pelo fato de ter sido a

²⁰ Este mosteiro, em termos de nomenclatura, na verdade está sob o nome de Mosteiro de Nossa Senhora de Brotas, situado no bairro de São Bento das Lages em São Francisco do Conde - Recôncavo, sendo um dos três mosteiros pertencentes a Ordem dos Beneditinos, da qual se tem referência na Bahia. Disponível em: Ofício DG 084-2021.

partir dessa antiga abadia ou mosteiro, pertencente a Ordem dos Beneditinos, que foi cedida o terreno para a construção da Escola Agrícola em São Bento das Lages. Geograficamente, ambas também dialogam, sendo possível ver as ruínas da Escola Agrícola, a partir das ruínas da Abadia de Brotas. Estas duas ruínas em São Bento das Lages têm uma distância entre si com cerca de 20 a 30 minutos a pé, entre trilhas estreitas com vegetação densa e uma estrada, hoje não muito usada, que ainda liga São Francisco do Conde a Santo Amaro.

No entanto, como já foi dito neste trabalho, tudo indica que o Ipac fez uma "confusão ou troca" ao tornar como patrimônio a antiga Escola Agrícola sob o nome do Mosteiro de São Bento das Lages, como as próprias fotos indicam. Um estudo comparativo entre esses dois prédios antigos em ruínas, certamente, pode render uma maior compreensão dessa problemática histórica e patrimonial.

Para finalizar esta seção, em conformidade com a afirmação presente na cartilha organizada por Pinto (2018, p. 15), logo após o fechamento da Escola Agrícola no começo e meados do século XX, essas terras e o seu entorno foram ocupadas, principalmente, por pessoas que migraram do sertão, fugindo da época seca. E também por indivíduos que trabalhavam no início do empreendimento da Petrobrás, nos finais do século XX até os dias atuais. Essas pessoas chegaram no bairro em busca de um lugar para morar e melhorar as condições de vida.

2.2 Princípios sobre as políticas de preservação patrimonial no Brasil

Já no começo desta reflexão acerca das dimensões das políticas patrimoniais no território brasileiro, a socióloga Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 35) cita que, a questão dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, tem como foco o conjunto de objetos que os constituem, ou, os discursos que os legitimam. Os processos e as práticas de construção desses patrimônios, conduzidos por atores definidos e em circunstâncias específicas, fazem parte deste estudo. São essas práticas e esses atores e atrizes que atribuem a determinados bens, um valor enquanto patrimônio, justificando assim, sua proteção.

Fonseca (2005, p. 36) ainda considera que, uma política de preservação do patrimônio abrange, necessariamente, uma questão maior que o de conjunto de atividades visando à proteção de bens. Torna-se imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo constitutivo de um patrimônio, assim como, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção. A identificação dos atores envolvidos nesse processo e os objetivos

que legitimam o seu trabalho, a exemplo da posição do Estado, relativamente, a esta prática ou representação social e o grau de envolvimento da sociedade.

Levando em consideração tudo o que tem sido discutido neste trabalho até aqui, compreendo a existência e a importância da noção de valor do patrimônio, relativa às ruínas da Escola Agrícola, vinculadas não apenas para o poder público responsável pela preservação desse memorial *morto-vivo*, mas também para a população envolvida no processo histórico desse antigo edifício, que, certamente, abre margens para inúmeras reflexões em torno das representações desse valor patrimonial, tanto no campo político, como no histórico, social, cultural, sem esquecer o debate em torno das cartas patrimoniais²¹, que apesar de não ser, de forma específica, discutida neste trabalho, há uma importância da mesma em relação à preservação patrimonial no Brasil.

Essa relação social, mediada por bens, de base mais afetiva que racional e relacionada ao processo de construção de uma identidade coletiva - a identidade nacional - pressupõe um certo grau de consenso quanto ao valor atribuído a esses bens, que justifique, inclusive, o investimento na sua proteção. No caso dos patrimônios, essa capacidade de evocar a ideia de nação²² decorreria da atribuição, a esses bens, de valores da ordem da cultura - basicamente o histórico e o artístico. A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação (FONSECA, 2005, p. 37).

Para Fonseca (2005, p. 37), a constituição e a proteção do patrimônio estão assentadas em um estatuto jurídico próprio, tornando-o viável para a gestão pelo Estado, em nome da sociedade, de determinados bens, selecionados com base em certos critérios, variáveis no tempo e no espaço. Nesse caso, a norma jurídica acaba funcionando como uma linguagem performativa bastante peculiar, pois, não define apenas os direitos e deveres para com o

²¹ São instrumentos teóricos referentes à atuação de profissionais e instituições da área de conservação e preservação do patrimônio (...) percebe-se, com as Cartas Patrimoniais, um alargamento de sua abrangência teórica, no sentido de englobar também aspectos naturais, arqueológicos e da vivência humana. É importante notar que as Cartas Patrimoniais resultam sempre de um encontro técnico-científico da área, o que lhes confere autoridade para referenciar conteúdos na preservação. As Cartas refletem o momento teórico, o que se pensava a respeito do patrimônio, no decorrer das épocas. Dessa forma, constituem-se as Cartas Patrimoniais como documentação imprescindível para profissionais, instituições e interessados da área de preservação patrimonial. Disponível

em:<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17497/material/aula%20expositiva%20c%20artas%20patrimoniais.pdf>. Acesso no dia 29 de março de 2021, às 15h16.

²² Nação, em seu sentido político moderno, é uma comunidade de indivíduos vinculados social e economicamente, que compartilham certo território, que reconhecem a existência de um passado comum, ainda que diverjam sobre aspectos desse passado; que têm uma visão de futuro em comum; e que acreditam que esse futuro será melhor se mantiverem unidos do que se separarem, ainda que alguns aspirem modificar a organização social da nação e seu sistema político, o Estado (GUIMARÃES, 2008, p. 145).

Estado e os cidadãos, como também inscreve no espaço social determinados ícones, ou seja, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar.

Ainda segundo Fonseca (2005, p. 38), foi com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que passou-se a regulamentar a proteção dos bens culturais no Brasil. Por meio desse decreto, todas as constituições brasileiras têm ratificado a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres, a serem observados, tanto pelo Estado como pelos cidadãos. Por isso, percebe-se que, em todos os textos jurídicos, trata-se de um valor cultural atribuído ao bem, que justifica seu reconhecimento como patrimônio e, em consequência disso, sua proteção pelo Estado.

Levando em consideração o elo entre o Estado, a nação e o patrimônio, compreendo que todas essas noções precisam da questão ou valor social, cultural e histórico, vinculada a uma determinada sociedade, bairro e população, para justificar e convencionar a ideia de um patrimônio cultural, como é o caso das ruínas da Escola Agrícola em São Francisco do Conde. Segundo Fonseca (2005, p. 38), o instituto do tombamento, considerado como o dispositivo pelo qual, o decreto-lei nº 25 de 30.11.37 efetiva a proteção de bens culturais pelo Estado no Brasil, tem incidência sobre o sistema de valores dos bens por ele atingidos e sobre o estatuto da propriedade dos mesmos, realizados de forma peculiar e específica.

No caso específico do bem tombado, a tutela do Estado recaí sobre aqueles aspectos do bem considerados de interesse público - valores culturais, referências da nacionalidade. O valor patrimonial é qualificado no texto legal: "quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (art. 1º decreto-lei nº 25, de 30.11.37). De acordo com o mesmo texto, o agente encarregado da atribuição desse valor, para fins de tutela pública, é a autoridade estatal competente - no caso, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do seu conselho constitutivo (FONSECA, 2005, p. 39).

Desse jeito, cabe ao poder público, conforme Fonseca (2005, p. 40), executar a proteção e políticas de preservação desses bens de valor patrimonial, pois, tem como objetivo garantir o direito à cultura dos cidadãos, ou seja, entendendo que o conceito de cultura como aqueles valores indicativos ou reconhecidos como elementos e aspectos relacionados com a identidade da nação. Uma política de preservação do patrimônio vai muito além da mera proteção de bens móveis e imóveis no quesito material. Se as coisas funcionam como mediação imprescindível dessa atividade, quer dizer que, a sua justificativa não se constitui com base no interesse público, nem no seu objeto último, relacionados com os valores culturais.

Ainda para Fonseca (2005, p. 40), se esses valores que se pretende preservar, de acordo com a abordagem jurídica do assunto em voga, são apreendidos na coisa ou somente nela, não se pode perder de vista o caráter óbvio de que os significados nela não estão contidos, nem tão pouco lhes são inerentes. São valores atribuídos em funções de determinadas relações entre atores sociais, por isso, é indispensável considerar o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores, objetivamente, enquanto processo de produção simbólica, representação e prática social,

Obviamente, quando olho para as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, quanto às políticas de preservação, os valores históricos e culturais, percebo que existe alguma falha e incoerência por parte do poder público encarregado desse papel de proteção de bens materiais. O lugar em estudo está de forma evidente, passando por uma transformação nos dias atuais, como já foi dito nesta dissertação, sem nenhuma ou pouca intervenção preservacionista ao longo da sua existência como patrimônio.

É como se o lugar tivesse sido tombado apenas como uma "coisa" fixa, num dado momento e sob uma determinada circunstância, mas que no decorrer do tempo, com as transformações ou metamorfoses, tem-se verificado um comodismo e ausência de políticas de preservação e valor patrimonial, juridicamente estabelecidos no Brasil e na Bahia. Os atores e atrizes sociais, nesse caso, uma boa parte dos cidadãos são-franciscanos/as, ainda estão distantes em termos de participação efetiva e direta nesse processo de atribuição e valoração patrimonial, o que de certa forma não contribui para um reconhecimento e consciência histórica, especificamente, relacionada a esse memorial *morto-vivo*.

Quando Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2009, p. 43) abordam sobre as políticas patrimoniais no Brasil, demonstram que essas políticas públicas voltadas para a área cultural, especificamente, às que são referentes à proteção patrimonial, acabam tendo oscilações entre concepções e diretrizes nem sempre transparentes. A maioria das iniciativas nesse campo, estão inscritas nas esferas do poder federal e que, por vezes, suscitam interpretações díspares.

Para analisar com maior clareza os procedimentos adotados pelo órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural no Brasil, cabe recordar: enquanto a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural atua na fiscalização e proteção dos bens culturais inclusos na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se encarregam da identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 45).

Conforme Funari e Pelegrini (2009, p.45), o Iphan dedica-se à salvaguarda dos bens culturais nacionais considerados representativos de diversos segmentos da cultura brasileira? Como o instituto desempenha suas funções? Tais indagações parecem complexas para circunscreverem-se a uma resposta afirmativa ou negativa. Nota-se que as atividades do Iphan em todo território nacional estabelecem-se por meio de superintendências regionais e escritórios técnicos, museus e casas históricas, que por sua vez, são mediados por normas que interferem de forma direta no desempenho do instituto. A exemplo do Decreto-lei n.2.809/1940, relacionada com a aceitação e aplicação de donativos particulares ao órgão, ou o Decreto-lei n.4.397/2002, que estabeleceu a execução sistemática do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac.

De acordo Funari e Pelegrini (2009, p. 55), apesar de ainda existir muito por fazer, é possível afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos orientados por especialistas. A implantação de cursos de educação patrimonial, através da organização de oficinas-escola e serviço em mutirão, que constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento populacional. Esse esforço, quando articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, pode contribuir para a consolidação de políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio brasileiro.

No que tange à realidade e o contexto social, cultural, patrimonial e histórico, na qual, as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages se encontram representadas, esta mediação ou diálogo com a população local e os especialistas vinculados ao poder público, seja pela educação patrimonial, pesquisas científicas ou por algum outro meio de preservação, em termos de memória e salvaguarda do próprio lugar em si, tem sido pouca, ou praticamente, nula. Percebo que essa é uma situação preocupante, que afeta de maneira direta o reconhecimento histórico de um local, nesse caso, as ruínas da Escola Agrícola em São Francisco do Conde, não só referente ao Estado da Bahia, como para o Brasil.

Segundo Márcia Chuva (2012, p. 147), a noção de patrimônio cultural, enquanto uma categoria-chave para a orientação das políticas públicas de preservação cultural, tem sido, historicamente, constituída e tem se transformado no tempo. No Brasil, as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e "imaterial". Não há, na atualidade, vozes dissonantes em torno do consenso de que se trata de uma falsa divisão ou equívoco, numa aparente unanimidade sobre o assunto.

Nesse percurso de construção conceitual do patrimônio cultural, conforme Chuva (2012, p. 149) existem diferentes concepções em jogo, igualmente, em campos de ação que se cruzam, ou não, com a trajetória histórico-política dessas concepções, assim como por meio da demarcação de questões e a constituição de temas tornados clássicos em cada um desses campos, como por exemplo, a estabilização de nichos e a consolidação de visões hegemônicas, inclusive com a separação de categorias por cada um deles.

De acordo com Chuva (p. 162), a divisão entre patrimônio material e imaterial seja, em termos conceituais, equivocada, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural, também tem a capacidade de provocar modificações na sua imaterialidade. Mesmo porque, essa divisão artificial implica uma política institucional que promove, por sua vez, uma distribuição desigual de recursos. Para Chuva (2012, p. 162), quanto às questões colocadas na agenda contemporânea, a unanimidade, estritamente, retórica em torno do mito fundador de Mário de Andrade, em conjunto com a ideia de um patrimônio cultural não divisível, não se tem revelado o melhor caminho à formulação de novos paradigmas para a ação de preservação do patrimônio cultural.

Segundo Chuva (2012, p. 163), a noção de patrimônio cultural não é desinteressada nem é a única. Como proposta, trata-se de explicitar a noção em uso e as divisões que ela provoca, considerando as lutas de representação que remetem a diferentes apropriações dessa mesma noção, sugerindo, por exemplo, o uso da categoria paisagem cultural²³. O objetivo, com isso, é dar transparência às políticas públicas e orientar os processos de patrimonialização e salvaguarda de bens culturais, nos termos que os sujeitos atuantes desses processos, de forma evidente, estejam identificados. Sendo necessário que, haja o estabelecimento de novos paradigmas para a preservação do patrimônio cultural, enfrentando a construção de uma noção de patrimônio cultural integral, por vezes provocadora e problematizadora, levando em conta a perspectiva histórica como um dos caminhos para essa representação ou prática.

Desta maneira, dentro do território brasileiro, quanto às políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, ainda há muito que precisa ser feito com o intuito de superar as contradições e problemáticas inerentes a esta categoria social e cultural de

²³ É no campo da Geografia que emerge o termo de paisagem cultural e é através da evolução ideológica nesta disciplina que muito se compreende sobre a evolução do entendimento de paisagem cultural. Graeme Aplin (2007) fala-nos de duas grandes escolas de geografia, a francesa (liderada por Vidal de La Blache - 1899) e a alemã (liderada por Richthofen - 1883). Na escola francesa aplicava-se o termo “pays” para definir pequenas áreas homogêneas caracterizadas por atributos e processos específicos, naturais e culturais. O termo alemão “landschaften”, aplicado em estudos regionais, descrevia as componentes físicas da paisagem incluindo posteriormente a interação do homem com a mesma. Denotava-se assim um conceito que já apontava para o de paisagem cultural (CARVALHO e MARQUES, 2019, p. 82 e 83).

pensamento, através da revigoração das suas práticas e tornando mais evidentes os cumprimentos das diretrizes e critérios que definem os bens a serem preservados, considerando também, a própria historicidade, a participação ativa da população e da universidade nesse processo rememorativo. Não somente sob um viés histórico, como, equitativamente, a partir da perspectiva interdisciplinar, antropológica, sociológica, arquitetônica e arqueológica.

Acredito que, as estruturas remanescentes da Escola Agrícola da Bahia, enquanto um patrimônio material tombado pelo Ipac, seguramente, também precisa ser considerado e percebido sob os auspícios dos seus contextos intangíveis, a exemplo, das representações sociais pautadas pelas memórias ainda existentes sobre o lugar em si, por meio de indivíduos mais idosos/as e dos moradores mais antigos do bairro de São Bento das Lages.

De acordo com Willian Eduardo Righini de Souza e Giulia Crippa (2011, p. 243), seria interessante abandonar essa oposição e considerar todo patrimônio como intangível. Sem negar o aspecto material de um bem, mas entendendo que ele não é autoexplicativo ou evidente e só destaca-se dos demais materiais iguais ou semelhantes, por intermédio dos sentidos que lhes são atribuídos nos seus usos sociais e culturais. Ou seja, sua concepção, da qual aqui é compartilhado, define-se o patrimônio como um processo social e cultural, um ato de comunicação e de atribuição de significados pretéritos no e para o presente.

Observando essas características, o patrimônio cultural, seja no senso comum como nas políticas oficiais, revela-se uma construção simbólica que garante que determinadas obras sejam preservadas, reconhecidas e divulgadas, podendo ser uma ação positiva para a sociedade se não impedir a coexistência de diferentes pontos de vista e se as políticas adotadas auxiliarem na continuidade de um bem a partir dos interesses dos seus responsáveis, sem enfraquecer as demais (p. 244).

Para Righini de Souza e Crippa, (2011, p. 244), em alguns casos, quando uma comunidade não solicita ou considera desnecessário um auxílio externo para promover sua cultura ou prática, a única atividade realizada por essas instituições patrimoniais deve ser o acompanhamento e registro de suas ações e representações, pois é de interesse somente daqueles “de fora” conhecer sua dinâmica e funcionamento.

Por não se tratar do caso específico das ruínas da Escola Agrícola, em que nem sequer existe uma atuação social na preservação desse lugar, embora seja conhecida a existência de iniciativas pontuais por parte da prefeitura, também não significa que, esta possibilidade possa ser encarada como impossível ou inviável de acontecer em algum momento. Sugiro que poderia haver uma campanha de conscientização histórica, problematização e preservação

patrimonial direcionada ao local em estudo e uma possível ação social por parte de qualquer habitante no bairro de São Bento, da rua do cais ou de outros bairros em São Francisco do Conde. Esta é uma questão importante a ser pensada, como um desdobramento interventivo deste trabalho, pois, acredito que isso pode criar bases para uma proposta a ser sistematizada, localmente, com a população, com uma associação local são-franciscana ou alguma instituição.

Relativa às políticas de preservação do patrimônio, o professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Carlos Alberto Santos Costa (2019, p. 105) apresenta e propõe princípios basilares, dentro de uma escala de importância, que se inicia pelas suas dimensões essenciais. Nesse caso, o que o autor apelida de “dimensões” são as esferas de sentido que justificam o esforço de preservação do patrimônio arqueológico.

Porém, para esta dissertação, a ideia é conhecer quais são essas dimensões e princípios, não só no quesito ou proposição arqueológica, mas também sob o auspício de um debate sobre o patrimônio histórico, arquitetônico, social, cultural e artístico, partindo da premissa que as ruínas da Escola Agrícola nelas configuram, sistematicamente, em termos do debate sobre as políticas preservacionistas. Essas estruturas remanescentes em estudo, podem ser compreendidas, igualmente, por meio de pesquisas arqueológicas, embora esta pesquisa em voga não seja, estritamente, dessa perspectiva científica.

Conforme Costa (2019, p. 106-108), existe uma abordagem direcionada à preservação do patrimônio arqueológico, falando sobre a dimensão sociocultural, também aplicável em termos históricos e artísticos. Essa lógica que paira no senso comum, faz uma revelação acerca da compreensão subjacente sobre o patrimônio como noção, uma vez que ele se manifesta materialmente como prova, a partir de objetos, lugares e paisagens que atestam diferentes episódios da ocupação humana. Por conseguinte, demonstram como eram e como viviam as pessoas. Isto porque, o patrimônio arqueológico se apresenta como referência física que permite falar de diferentes processos históricos e sociais, ou seja, ele é implicitamente visto como um documento sobre o passado decorrente do princípio de que os sítios e acervos devem ser preservados, em função de sua natureza sociocultural.

Assim, o patrimônio (...) assume papel central no diálogo com a sociedade, pela sua condição material e por possibilitar que se compreenda e que se reflita sobre o *continuum* histórico entre os processos sociais passados e presentes, permitindo a elaboração consciente de perspectivas futuras (COSTA, 2019, p. 106).

Parafraseando Costa (2019, p. 108), uma outra esfera de sentido à preservação do patrimônio arqueológico, assim como o histórico e o artístico, é a dimensão técnica e acadêmica. Já que, é necessário trazer evidências de que a chancela arqueológica e interdisciplinar atribuída ao patrimônio é, necessariamente, técnica e acadêmica, feita por profissionais vocacionados à temática, e que são atuantes nos órgãos estatais de preservação (Iphan e órgãos estaduais), nas universidades, nos centros de investigação e nos museus, bem como por profissionais liberais. Partindo do pressuposto que, objetivamente, o patrimônio não é assim naturalizado, ele é, portanto, reconhecido. Uma vez que, também depende de conhecimentos e de critérios teóricos e metodológicos como base reflexiva de realidades intangíveis.

Costa (2019, p. 109-111), também fala sobre a dimensão patrimonial, como resultante de uma mistura entre os aspectos socioculturais e técnicos e acadêmicos. Não obstante que, apesar das críticas e questionamentos, não é razoável e interessante para o debate sobre os bens culturais, negar ou rejeitar a dimensão patrimonial, sob o prejuízo de jogar fora quase 100 anos de história da preservação do patrimônio cultural no Brasil. O que se interpõe como imperativo é a necessidade de buscar o aperfeiçoamento e revisões dos processos de legitimação do patrimônio cultural. Essa dimensão deve ser tomada como implícita, em decorrência dos processos históricos da preservação do patrimônio cultural no território brasileiro, pois, considera-se que os processos de patrimonialização devem ser conduzidos pela conjunção dos interesses socioculturais, científicos e estatais.

Quanto à dimensão política-acadêmica, Costa (2019, p. 111-112), sugere que, a participação dos agentes organizados que militam pelos processos de preservação do patrimônio é fundamental. Trata-se daqueles que fazem a conexão entre interesses sociais, técnicos, acadêmicos e estatais, por meio da promoção de discussões, publicações, questionamentos e encontros científicos, "além de exercer pressão a partir de mobilizações sobre os que têm responsabilidade pela preservação". Essa esfera de sentido, está na ideia de direito difuso, ou seja, da noção de posse coletiva do patrimônio, pelo direito associado à natureza sociocultural, na qual, evidencia-se que todos os atores socioculturais e organizações são necessários aos esforços de defesa e preservação do patrimônio.

Da mesma forma, também tem-se a dimensão institucional, pois, para Costa (2019, p. 112) isso diz respeito aos agentes estatais, instituições, empresas e organizações que têm exercido a função de preservação do patrimônio. O sentido subjacente da preservação é legal, por outras palavras, parte de uma noção de "patrimônio arqueológico" enquanto bem da União, sendo, portanto, a proteção primária desse patrimônio um dever do Estado brasileiro.

Isto porque, o primeiro agente a se abordar é própria União, que tem como braço ativo para as questões de fiscalização e controle dos bens arqueológicos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O princípio da dimensão institucional pode contribuir por meio dos diferentes interlocutores institucionais da gestão dos acervos, que são imprescindíveis para a proteção desse patrimônio singular e cumprem papéis específicos, não cumulativos e necessários nesse processo preservacionista.

Costa (2019, p. 113) mostra que, ao se falar de uma realidade complexa como a brasileira, é necessário considerar a dimensão regional, sem ser tomada como um princípio transversal, generalizado ou enviesado. Na interlocução com os sentidos atribuídos à preservação do patrimônio arqueológico, desconsiderando, obviamente, as diferenças abissais geradas pelos processos históricos de exclusão política, administrativa e social de algumas regiões em detrimento da supervalorização de outras significa negar a complexidade do país. Esta complexidade são as que devem ser previstas, abarcadas e reconhecidas, mas, precisa-se ter cuidado para não associar a exposição das diferenças regionais a qualquer juízo de valor sobre o que está melhor ou pior. As diferenças devem ser consideradas apenas como são, como diferenças, para as quais o tributo necessário é, sem dúvidas, o respeito.

Por último, mas não menos importante, e como é sugerido por Costa (2019, p. 113), tem-se os aspectos normativos que não são chamados de “dimensão”, porque não ganham a mesma escala de sentidos. Porém, as normativas possibilitam reflexões e mecanismos para a efetivação dessas esferas de sentidos aqui propostas. O papel operacional de mediação, no qual, as normativas legais assumem enquanto procedimentos que garantem os direitos e deveres dos diferentes agentes relacionados às políticas de gestão e musealização do patrimônio, são preponderantes.

A relevância está no entendimento dessas dimensões e escalas de sentidos como caminhos complementares, sem uma perspectiva hierárquica, mas sim igualitária, cujas contribuições possibilitam uma compreensão mais ampla da categoria de preservação do patrimônio cultural no Brasil, tendo em conta, a realidade específica de pesquisa referente à antiga Escola Agrícola da Bahia, enquanto um memorial *morto-vivo*. Quando o professor Carlos Costa elenca de forma contundente sobre o patrimônio arqueológico, denoto que, apesar dessas estruturas remanescentes aqui em estudo, não estarem configuradas e registradas, de maneira legal, política, social e cultural, como um sítio arqueológico, existem fatos, características e materialidades, na qual se tem discutido ao longo desta dissertação, presentes na/sobre essas ruínas que permitem levantar uma proposta ou reflexão em torno de

uma compreensão das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, também como um patrimônio e registro arqueológico²⁴ a ser pesquisado e preservado.

Nesse sentido, ainda debatendo sobre questões relativas à preservação, surge a perspectiva museológica, igualmente, importante para refletir acerca da realidade de pesquisa aqui proposta. Dentro da realidade ou dimensão social, cultural, institucional e histórica vinculada às ruínas da Escola Agrícola da Bahia, existem aspectos que perspectivam um estudo sobre o fato museal²⁵, a exemplo de documentos escritos, memórias, fotografias e acervos, que já passam por um processo de musealização, principalmente, através do Measb, que se encontra na UFRB, no campus de Cruz das Almas - Bahia.

No seio da população são-franciscana, existe o exemplo do senhor Jurandir Gomes da Costa, de 68 anos, que possui uma perspectiva de musealização relativa às memórias da Escola Agrícola, principalmente, através de acervos fotográficos que se encontram no que ele menciona como casa-museu denominada "Agnelo Moreira da Costa" em homenagem ao seu pai e situada no centro da cidade na avenida Santa Rita, especificamente, na rua João de Freitas, porém, no decorrer da pesquisa de campo, não foi possível estabelecer um diálogo gravado ou entrevista com este senhor, nem fazer fotografias ou ter acesso aos acervos disponíveis na sua casa-museu, principalmente, devido às problemáticas relacionadas com a pandemia do Covid-19. Entretanto, como pode ser percebido nas considerações feitas até aqui, as próprias ruínas ou o lugar onde essas estruturas remanescentes estão situadas, nos dias atuais, não têm ou passam por qualquer tipo de musealização, partindo do princípio ou da hipótese que estas ruínas, também merecem uma atenção e intervenção museológica ou preservacionista.

Ainda debatendo acerca das possibilidades e políticas de preservação do patrimônio cultural, um aspecto que, também, surge como fundamental para perceber as especificidades desta pesquisa é a educação patrimonial²⁶. Apesar da educação patrimonial não ser uma

²⁴ A definição mais imediata e mais consensual, (...) isto é, o registro arqueológico será tudo aquilo que cada investigador registra no presente relativamente a vestígios materiais, esses também pertencentes ao nosso mundo contemporâneo. Estes são matéria estática, tão actual e presente como o gesto, a acção, a palavra e o conceito segundo o qual os representamos (SANCHES, 2012, p. 161 e 162).

²⁵ (...) o objeto da museologia é o fato "museal" ou fato museológico. Isto porque, o fato museológico é a relação profunda entre o indivíduo e a sociedade, com o objeto ou a realidade social, sobre a qual as pessoas, igualmente, atuam e podem agir. Sem esquecer que, essa relação comporta vários níveis de consciências ou dimensões, e uma pessoa pode apreender o objeto ou a realidade sociocultural através de seus sentidos como: visão, audição, tato e outros (RÚSSIO apud BRUNO, 2013, p. 8).

²⁶ Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento, da mesma forma como de enriquecimento individual, social, cultural e histórico de um bairro ou sociedade. Isto significa que, é necessário tomar as expressões e contextos do patrimônio cultural como um ponto de partida para a atividade pedagógica, por meio de observações,

proposta a ser trabalhada com afincos nesta dissertação e de ter as suas contradições enquanto uma categoria teórico-metodológica, entendo que, tal como a perspectiva museológica, esses dois fatores ou dimensões se relacionam e servem como possibilidades válidas para uma noção, sobretudo, social, cultural, institucional e política para um debate em torno da preservação do patrimônio cultural, tendo as ruínas da Escola Agrícola como uma protagonista com histórias e memórias guardadas. Assim como, a ideia e a perspectiva de aplicação, por exemplo, do turismo cultural²⁷, referente às ruínas da Escola Agrícola, pode se configurar como uma atuação preservacionista nesse memorial *morto-vivo*.

Dentro dessas questões elucidadas, especificamente, acerca do registro arqueológico, educação patrimonial, fato museal e turismo cultural, penso que existe a possibilidade dessas ruínas em São Bento das Lages, estarem configuradas como um lugar passível de intervenções preservacionistas baseadas nestas categorias, mas também é importante que haja um acompanhamento histórico, político, social e cultural capaz de incorporar esses processos enquanto ações críveis, que possam, sobretudo, beneficiar a população são-franciscana em termos de funcionalidade, participação e uso, especialmente, os/as habitantes da rua do cais e o bairro de São Bento das Lages. Ou seja, não pode ser uma ação preservacionista arbitrária ou fora do contexto em questão.

2.3 Diálogos institucionais

Neste subcapítulo, tenciono colocar como pressuposto as possibilidades e as fontes de pesquisa, a exemplo de documentos escritos e fontes orais, em termos de diálogos ao nível institucional e político, relacionadas, obviamente, com as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.

Trata-se de uma dimensão fulcral, não só para entender as políticas de preservação patrimonial de uma forma mais específica, dentro desta realidade de pesquisa, como também, perceber quais são as dinâmicas, contradições, interlocuções e influências, nas quais, determinadas instituições públicas, como o Ipac do estado da Bahia; a Secult como uma área específica direcionada às questões culturais e patrimoniais da prefeitura no município de São Francisco do Conde; a Ufba, pelo fato de ser uma universidade pública na qual, existem

questionamentos e investigações de todos os seus aspectos possíveis, que podem ser traduzidos em conceitos cognitivos (HORTA, 2003, p. 6).

²⁷ O turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p.10).

fontes, que apelam para o fato de a mesma possuir a tutela do terreno onde as estruturas remanescentes da Escola Agrícola estão situadas e o Measb, como um memorial público ligado à UFRB, que estabelece uma relação de proteção e musealização dos acervos referentes à Escola Agrícola, sendo essas as instituições em que se preconiza estabelecer possíveis diálogos tendo esse memorial *morto-vivo* como elo.

2.3.1 O Ipac e a Secult da Prefeitura de São Francisco do Conde

Levando em consideração as informações encontradas no sítio eletrônico e oficial do Ipac, entende-se que, esta instituição é uma autarquia hoje vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, cuja atuação acontece de forma integrada e em articulação com a sociedade e os poderes públicos municipais e federais, para a salvaguarda de bens culturais tangíveis e intangíveis e na política pública estadual do patrimônio cultural. Esta instituição foi fundada,

(...) em 13 de setembro de 1967, durante o governo de Luiz Viana Filho, através da Lei Nº 2.464, regulamentada pelo Decreto Nº 20. 530 de 03 de janeiro de 1968, o IPAC pertencia a então Secretaria de Educação e Cultura da Bahia. Em 1980 passou a ser, oficialmente, um Instituto, seguindo a política federal do Instituto Nacional do Patrimônio (Iphan), criado em 1937 (IPAC, 2021).

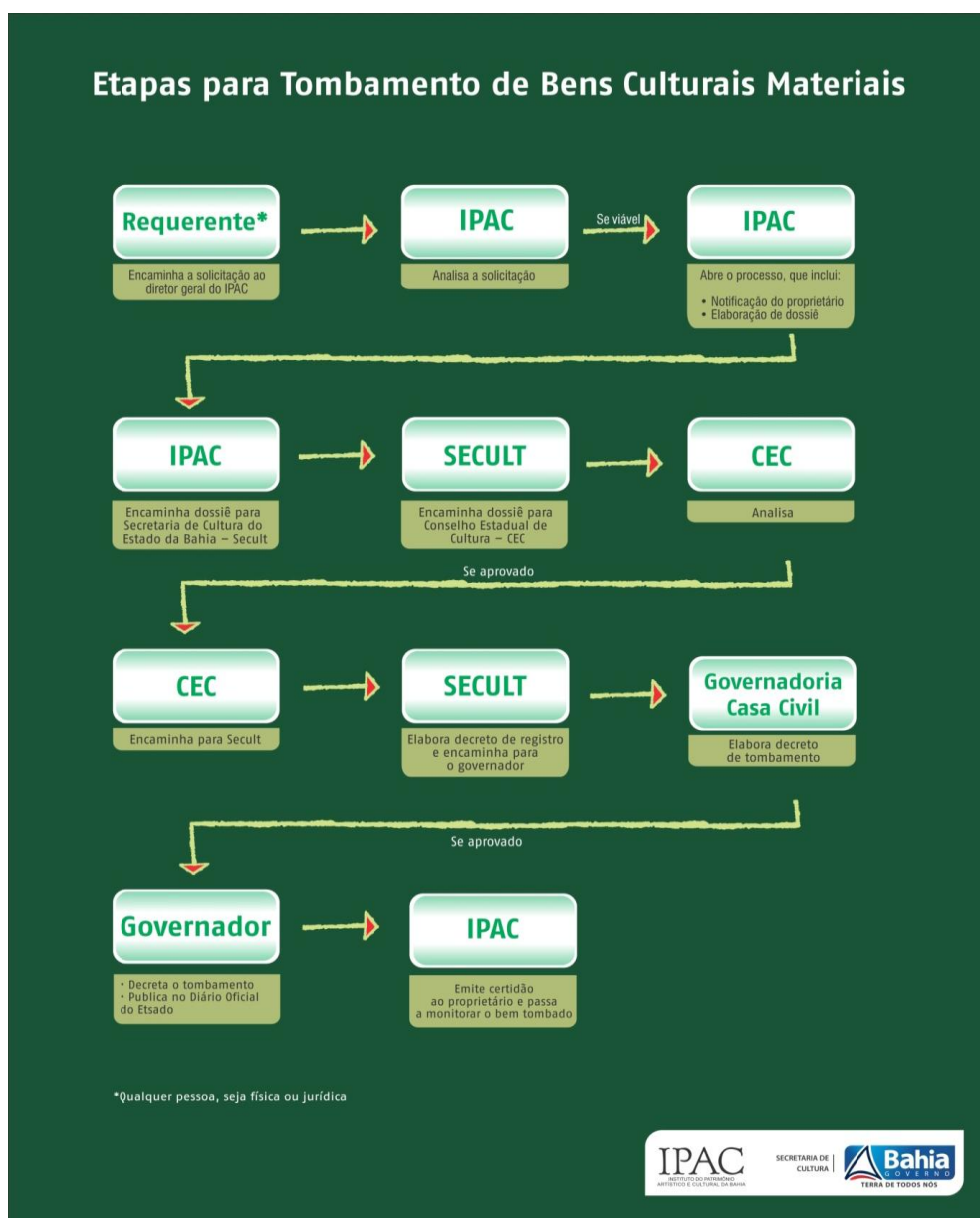
Antes de adentrar nessa interlocução com o Ipac, há uma necessidade de fazer uma breve contextualização do Iphan, que, de acordo com o sítio eletrônico e oficial desta referida instituição (2021), trata-se de uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Em resumo, cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do Brasil, num viés mais amplo, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

No entanto, para esta pesquisa, a interlocução é direcionada ao Ipac, no que diz respeito às suas atividades enquanto instituição, pois, conforme o sítio oficial desta superintendência (2021), referente aos patrimônios tangíveis, cabe-lhe fomentar, especificamente, as dinâmicas, ações sociais e culturais de obras de restauração e conservação predial em toda a Bahia. Assim como, o papel de fazer a promoção científica, educação patrimonial, publicação de livros e produção de vídeos documentários. Atualmente, o Ipac vem desenvolvendo um constante exercício de ampliar o entendimento de patrimônio enquanto solidariedade, de resgatar a memória e a história política e cultural dos locais e dos indivíduos. Cujas missões são: atuar de forma integrada e em articulação com a sociedade, na

salvaguarda dos bens tangíveis e intangíveis e no fomento de ações culturais, para o fortalecimento das identidades no Estado da Bahia.

Ainda de acordo com as informações no sítio eletrônico do Ipac, a partir de uma perspectiva dos procedimentos para o tombamento de um bem cultural material, a imagem abaixo (Figura 27) indica quais são as diferentes fases para que um determinado imóvel seja tombado ou patrimonializado. Embora a análise desses procedimentos não seja um dos objetivos desta dissertação, acredita-se ser importante saber, na teoria e na prática, como funciona esse tipo de procedimento.

Figura 27: Etapas para o tombamento de um Bem Cultural.



Fonte: *site* eletrônico do Ipac, 2021.

Como já foi apresentado anteriormente e tendo em conta os dados presentes no Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia - SIPAC do Ipac, o que encontra-se tombado como patrimônio material ou bem imóvel é o Mosteiro de São Bento das Lages ou a Abadia de Brotas no "Livro do Tombamento dos Bens Imóveis", cuja proteção legal configura-se no "Tombamento Estadual" sob o decreto nº 28.398/1981, tombado no dia 10 de novembro de 1981 e configurado no quesito "Outras denominações" como Escola Agrícola. Lembrando que, quanto ao "Breve Histórico" desse lugar tombado, observa-se que o mesmo:

Foi fundado no segundo império, no antigo Engenho de Laje, propriedade dos Padres Beneditinos. O imperador D. Pedro II buscava uma solução para o solo devastado pela exploração da cana-de-açúcar, através da instalação de uma escola que novamente movimentasse a economia do Recôncavo. A construção só foi concluída 12 anos depois e inaugurada em 1877. A escola deu certo, cantava com laboratório de química e física, um museu destinado ao estudo de anatomia comparada e veterinária, além de uma biblioteca de mais de oito mil volumes, desta forma favorecendo o surgimento de uma mão-de-obra mais qualificada no local e que no campo florescessem novas culturas. Este momento áureo só durou até o século XX, na década de 50, pois a partir desta época, já pertencendo à União, com propriedade da Universidade Federal da Bahia, a escola foi desativada, levando a construção ao estado atual de arruinamento (IPAC, 2021).

Através dessas informações referidas acima, entendo que existe uma incongruência ou contradição, no que tange a esse processo de tombamento a partir das informações dadas pelo Ipac. Isto porque, como já foi dito e evidenciado neste trabalho, apesar de existir uma relação histórica entre o Mosteiro de São Bento das Lages e o edifício da Escola Agrícola da Bahia, é possível notar, de maneira evidente, que os dois lugares não são os mesmos. Ou seja, para quem desconhece esta informação, a ideia que é posta ou dada como efetiva indica que se trata de um só lugar, com a mesma história e denominação, devido ao fato dessas ruínas terem sido tombadas sob idênticas características, fotografias, usos e funções.

À primeira vista, percebo que existe uma contradição pairando sob esse processo de tombamento, mas é necessário fazer uma análise mais aprofundada sob as razões e motivações que levaram a esse possível "descuido" do Ipac, inclusive, por meio de uma relação histórica que remonta a 40 anos, desde o suposto tombamento efetivo da antiga Escola Agrícola como Mosteiro de São Bento das Lages. Em segundo lugar, também é necessário saber e conhecer quem ou que instituição, no sentido físico e/ou jurídico, fez o requerimento para o processo de tombamento desse antigo edifício, pois é possível que esse "descuido" tenha partido do próprio requerente, reconhecendo que o próprio tombamento dessas ruínas, conforme os documentos escritos que ainda vão ser apresentados neste subcapítulo, também

possuem incongruências em termos de efetivação e uma data concreta desse registro patrimonial.

São dois desdobramentos de pesquisa que precisam e merecem uma abordagem específica, na qual, sobretudo a primeira questão, não será retratada aqui, devido a carência de interlocuções, dados e fontes, mas certamente é um assunto a ser debatido em outros momentos e trabalhos. Até porque, no decorrer desse estudo científico, foi difícil estabelecer um contato mais direto e próximo com o Ipac enquanto instituição, por causa de motivos como os impactos da pandemia do Covid-19 e o déficit de respostas contundentes por meio de telefonemas e envio de mensagens pelo correio eletrônico relativas à realidade de pesquisa aqui descrita.

No entanto, após a insistência no estabelecimento de um contato com o Ipac, foi possível ter acesso a uma compilação documental escrita e escaneada, com inúmeras fotografias e correspondências institucionais, nas mais diversas épocas, acerca da Escola Agrícola de São Bento das Lages, cuja análise deste documento vai ser retomada ainda nesta seção do trabalho.

Em termos de informações direcionadas ao tombamento e o contexto dos mais distintos bens no Estado da Bahia, por meio da interlocução com o professor e historiador são-franciscano Gliuson do Carmo e a partir do documento cedido por ele, que se trata do inventário de proteção do acervo cultural dos monumentos e sítios, especificamente, do recôncavo (1982, p. 10), percebe-se que houve um enorme esforço de colocar a Bahia em uma posição singular em relação aos demais Estados, referente ao conhecimento sistemático e preservação de seu bem cultural, levando em conta a sua potencialidade turística. Conforme a situação e ambiência do antigo prédio da Escola Agrícola de São Bento das Lages,

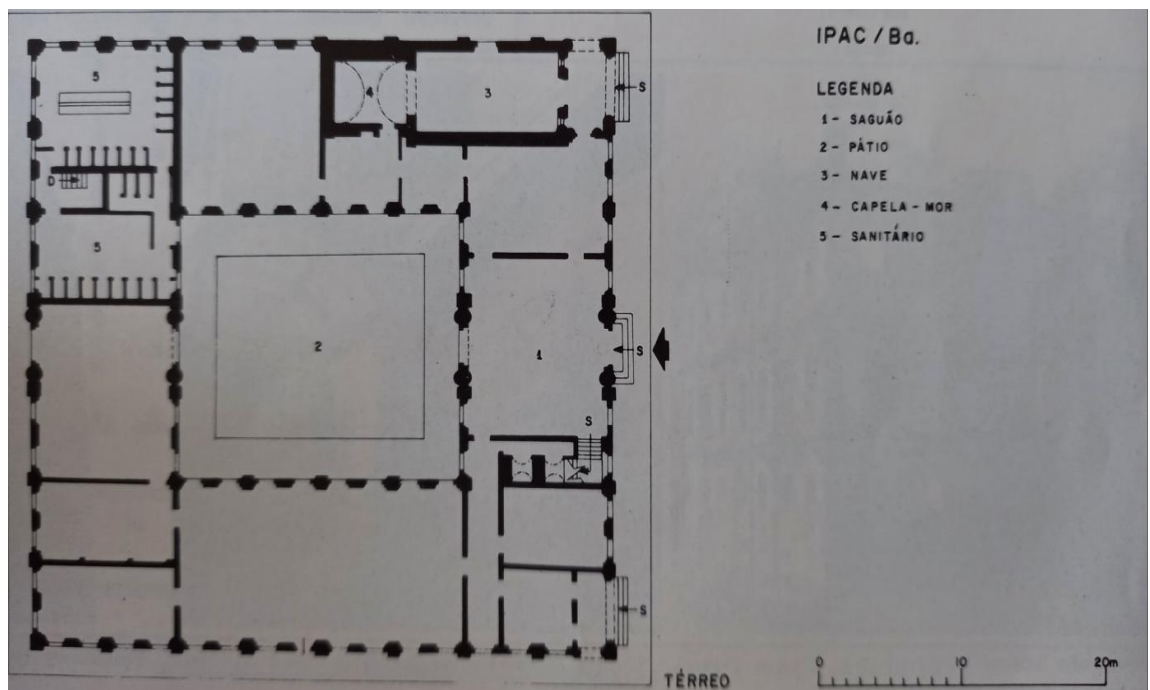
O edifício está sobre uma elevação a cavaleiro do rio Subaé. Aí existiu anteriormente o Eng. de S. Bento das Lages, da Ordem do mesmo nome. Do monumento se avisa uma extensa região de mangues. Na parte posterior do edifício estão as ruínas da enfermaria e do alojamento de alunos. Em frente ao monumento, e separados do mesmo por ampla escadaria, restam o cais e construções que serviam de depósitos, casa de farinha, etc...Ainda existem oito palmeiras imperiais formando uma alameda entre o desembarcadouro e a escola. Hoje, o acesso ao monumento se faz através de uma estrada de barro, após percorrer aproximadamente 4km da sede do município, e que está sendo atualmente estendida até Santo Amaro (IPAC-BA, p. 197).

De acordo com o Ipac-Ba (1982, p. 197), o edifício foi de relevante interesse arquitetônico, apesar de atualmente estar arruinado. Considerada como uma das primeiras escolas agrícolas da América Latina. Desenvolvida em três pisos em torno de um pátio, cujas

fachadas estavam divididas, verticalmente, em três partes por frisos e, horizontalmente, por pilastras. As janelas dos dois primeiros pavimentos são de vergas retas, enquanto as do último são semi-circulares. Essas fachadas terminavam em platibandas, do início deste século. Existiam janelas e portas de verga reta, cercaduras de pedra e uma belíssima portada em cantaria com esquadrias almofadadas, recoberta por frontão em volutas, cujo centro tinham nele gravados uma mitra e um báculo.

Por meio dessa foto abaixo (Figura 28), a planta do edifício da Escola Agrícola de São Bento das Lages, indica o térreo, junto com as legendas dos lugares que identificavam a parte interna do edifício, a exemplo do saguão, do pátio, da nave, da capela-mor e sanitário. As três partes, sob a indicação da letra S, mostram ser as entradas para o interior da escola, na parte frontal ou principal do prédio. Porém, na parte de trás, onde se encontrava o sanitário, conforme a planta, tem a letra D cuja identificação não foi possível saber o significado.

Figura 28: Planta do edifício da Escola Agrícola.



Fonte: Autor, foto reproduzida da imagem presente em IPAC-BA, 2021.

Ainda segundo o Ipac-Ba (1982, p. 197), a escola também possuía biblioteca, museu de História natural, gabinetes de Ciência e laboratórios, uma capela primitiva que remonta a existência do Engenho das Lages, que acabou sendo incorporada ao novo edifício, que conservava uma pia batismal, bacia de púlpito e arco cruzeiro de cantaria. O forro da nave era

plano e o da capela-mor em abóboda de berço, ambos de madeira muito estragadas, já o retábulo e as imagens deixaram de existir.

Figura 29: O lugar onde ficava a capela, dentro da antiga Escola Agrícola.



Fonte: Autor, foto da imagem presente no inventário Ipac-Ba, 2021.

Figuras 30 e 31: As ruínas da antiga capela da Escola Agrícola.



Fonte: Autor, setembro, 2020.

Já nas fotografias mais recentes (Figuras 30 e 31) vê-se um estado de arruinamento mais avançado em relação à imagem (Figura 29), com uma presença já acirrada, sobretudo, de vegetações, e especificamente na fotografia à direita (Figura 31), fica evidente a ausência de imagens religiosas e a bacia de púlpito que sustentava a figura da Nossa Senhora de Brotas.

A partir da informação que faz referência a uma existência anterior da capela, em relação à construção da Escola Agrícola de São Bento das Lages, a confirmação desse facto indica que a edificação da escola, não foi realizada num lugar "vazio" ou desprovido de sentidos sociais e construções edificadas, porque afinal, o mesmo nasce de um lugar conhecido como Engenho das Lages e uma capela, cujo sentido é, obviamente, religioso. Essa capela não foi destruída na época para se poder construir uma escola, ou seja, houve uma influência direta da Ordem dos Beneditinos nessa construção, enquanto tutores legais do terreno e do antigo engenho. Esta situação incita ao pensamento de que, o tombamento das ruínas da Escola Agrícola também se deve à presença dessa capela no interior do antigo edifício e a relação histórica com os beneditinos em São Bento das Lages.

Conforme o conhecimento existente através do sítio eletrônico do Ipac, São Francisco do Conde é um município que possui cinco bens tombados como patrimônio cultural material,

pois, para além do Mosteiro de São Bento das Lages ou Abadia de Brotas, tem-se a Capela de Santo Antônio de Mataripe, a Casa e Capela do Engenho de São Miguel e Almas, Igreja e Convento de Santo Antônio e o Sobrado e Fábrica do Engenho Cajaíba²⁸. Para um estudo mais sistematizado e de levantamento do patrimônio material e intangível (imaterial) de São Francisco do Conde, existe o livro "*Resgate de uma riqueza cultural*" de 2007, escrito pelo professor e geógrafo são-franciscano José Jorge do Espírito Santo.

Analiso que, de entre os bens tombados, apenas um, *a priori*, não possui vínculo com questões religiosas (Sobrado e Fábrica do Engenho Cajaíba), isto porque as ruínas da Escola Agrícola possuem um vínculo histórico com o Mosteiro de São Bento das Lages e a capela construída antes da existência da Escola. Igualmente, de forma mais ampla, há uma tendência de pouca ou quase nenhuma preservação desses patrimônios, principalmente, tanto pelo poder público correspondente ao local, como da própria população são-franciscana em sua maioria, sem esquecer, por exemplo, as mais distintas praças, estradas e lugares históricos cujas ações preservacionistas, igualmente, seguem sendo muito frágeis, pois, inúmeros são os locais em que a falta de cuidados se encontra visível, seja em estado de arruinamento exacerbado ou por falta de conservação ou restauração pontual.

No que concerne ao Engenho Cajaíba, situado numa ilha denominada com o mesmo nome, a poucas milhas da cidade de São Francisco do Conde e do bairro de São Bento das Lages, existe uma interlocução entre essa ilha e este contexto de pesquisa, que remonta a uma fazenda experimental referente à Escola Agrícola conforme o diálogo estabelecido com o morador e historiador Fabrício de Sena, onde é possível observar as ruínas ou reminiscências de um antigo secador de cacau, como pode ser visto a partir das seguintes fotografias (Figuras 32 e 33). Dada a escassez de fontes científicas que pudessem corroborar as informações aqui apresentadas, fica esse desdobramento ou possibilidade de pesquisa que pode ser aprofundado em outros trabalhos.

²⁸ IPAC - BA, site. <http://www.ipac.ba.gov.br>. <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/municipio/sao-francisco-do-conde-2/>. Acesso em 28 de fevereiro às 14:20.

Figuras 32 e 33: As ruínas do antigo secador de cacau na ilha de Cajaíba em São Francisco do Conde.



Fonte: Autor, novembro, 2020.

Ao retomar os dados complementares do inventário do Ipac-Ba, acerca da antiga Escola Agrícola,

Este edifício, embora tardio, é um dos melhores exemplares neo-clássicos da Bahia. Suas fachadas estão moduladas horizontalmente por pilastras e verticalmente por frisos que marcam cada um dos pisos. Três ordens de pilastras se superpõem. As duas primeiras dóricas e a última jônica, canelurada. (...) O Neo-Clássico, difundido pela Missão Francesa (1816) e Imperial Academia de Belas-Artes (1826), foi o estilo oficial do Império e representou uma reação ao barroco colonial. (...) Uma característica muito rara do edifício em análise é a incorporação de uma construção mais antiga, a capela do Eng. S. Bento das Lages, do final do século XVII, que teve alguns dos seus elementos eliminados como as sacristias e escada externa, mas que manteve outros como portada e arco cruzeiro com aduelas almofadadas (1982, p. 198).

No que tange aos dados técnicos da construção da Escola Agrícola (1982, p. 198), a mesma foi construída em paredes autoportantes de alvenaria de tijolo, com exceção da capela que possui muros de pedra. Na sua última fase, o edifício estava recoberto por telhas francesas sobre tesouras de madeira. Quanto às restaurações e intervenções realizadas no prédio, no ano de 1911, que foi o momento da passagem da escola para a administração do Governo Federal, passou por algumas obras, sendo desta época a platibanda com o escudo da República. Em 1946, já bastante deteriorado pelo abandono, neste mesmo ano, o edifício voltou a passar por obras de recuperação do telhado, pisos, revestimentos e esquadrias, para receber o Patronato de Menores. No ano de 1958, com o fim desse projeto, o edifício foi, completamente, abandonado, mas já no ano 1967, através do decreto-lei número 250 de 25 de fevereiro, o imóvel foi, de forma definitiva, incorporado à Ufba, permanecendo sem uso a partir desse momento.

Retomando a reflexão acerca dos processos de intervenções, conservações e restaurações referentes ao edifício da Escola Agrícola, que o Ipac, por meio das informações obtidas até aqui, não realizou no passado, qualquer intervenção de preservação ou proteção desse antigo prédio em São Bento das Lages e nem sequer na atualidade. A origem do Ipac como instituição, remonta ao ano de 1967, sendo precisamente nesse ano que o edifício já abandonado, conforme as informações do inventário do Ipac-Ba, passou a pertencer à Ufba. Tais intervenções restaurativas que aconteceram no início e nos meados do século XX na Escola Agrícola, foram de iniciativa do Governo Federal nesses dois períodos diferentes, conforme já foi elencado neste trabalho.

Figura 34: Fotografia em preto e branco da reforma do edifício principal da Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, São Francisco do Conde (BA).



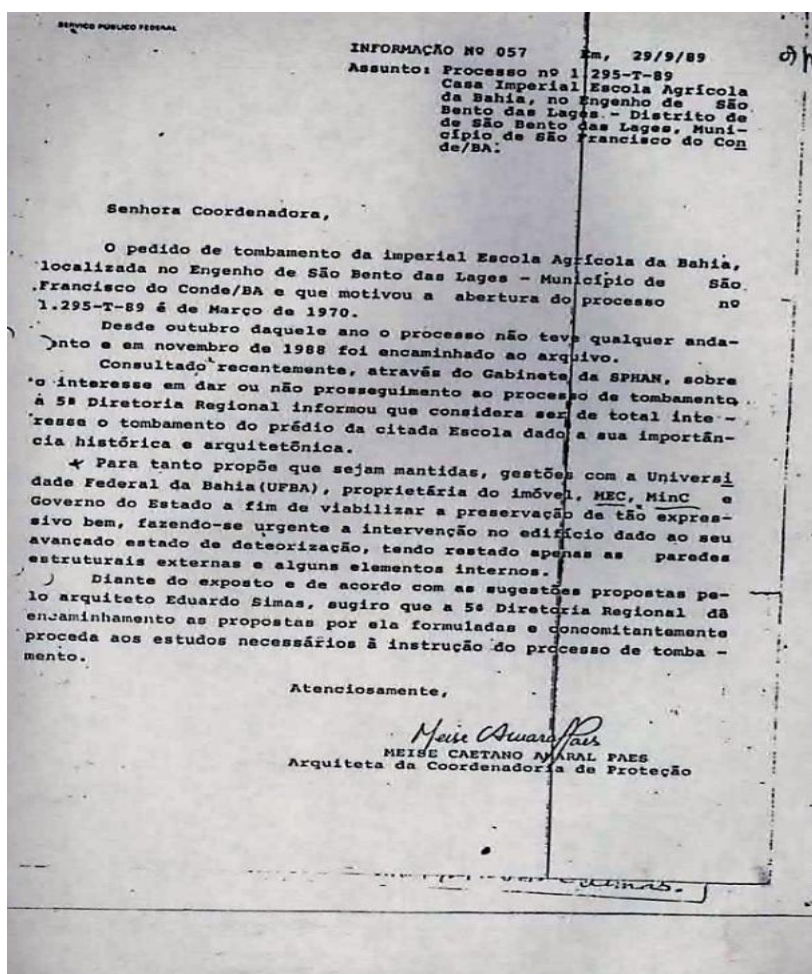
Fonte: Catálogo do MEASB, 2019.

Através da fotografia acima (Figura 34), na qual, é possível observar o processo de reforma da Escola Agrícola, mas sem ter uma noção específica e precisa acerca da data em que a mesma aconteceu ou em que a foto tenha sido registrada, pois, de acordo com informações presentes no Ofício da Diretoria Geral 084-2021 do Ipac, esta fotografia representa a intervenção de restauro e conservação ocorrida no ano 1911, quando passou a ser incluído o escudo ou brasão do Brasil-República, no lugar do brasão que representava o Brasil-Império.

Retomando o assunto relativo à compilação documental, composta por ofícios, decretos, comunicados, informações técnicas, plantas, correspondências - a exemplo de uma correspondência enviada para o presidente do Brasil em 1970, Emílio Garrastazu Médici²⁹, cuja abordagem não será posta nesta dissertação, devido a extensão do documento e a necessidade de análises mais elaboradas sobre o mesmo -, e fotografias sobre a antiga Escola Agrícola de São Bento das Lages, cedido pelo setor de gabinete do Ipac via correio eletrônico em 2021 sob o nome de Ofício da Diretoria Geral 084-2021.

A partir das imagens abaixo (Figuras 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41) percebo que, as fontes documentais e representações que fazem referência ao tombamento das ruínas, não mencionam com exatidão a data, na qual, a antiga Escola Agrícola de São Bento das Lages foi tombada:

Figura 35: Foto do pedido de tombamento da Imperial Escola Agrícola da Bahia (Sphan).



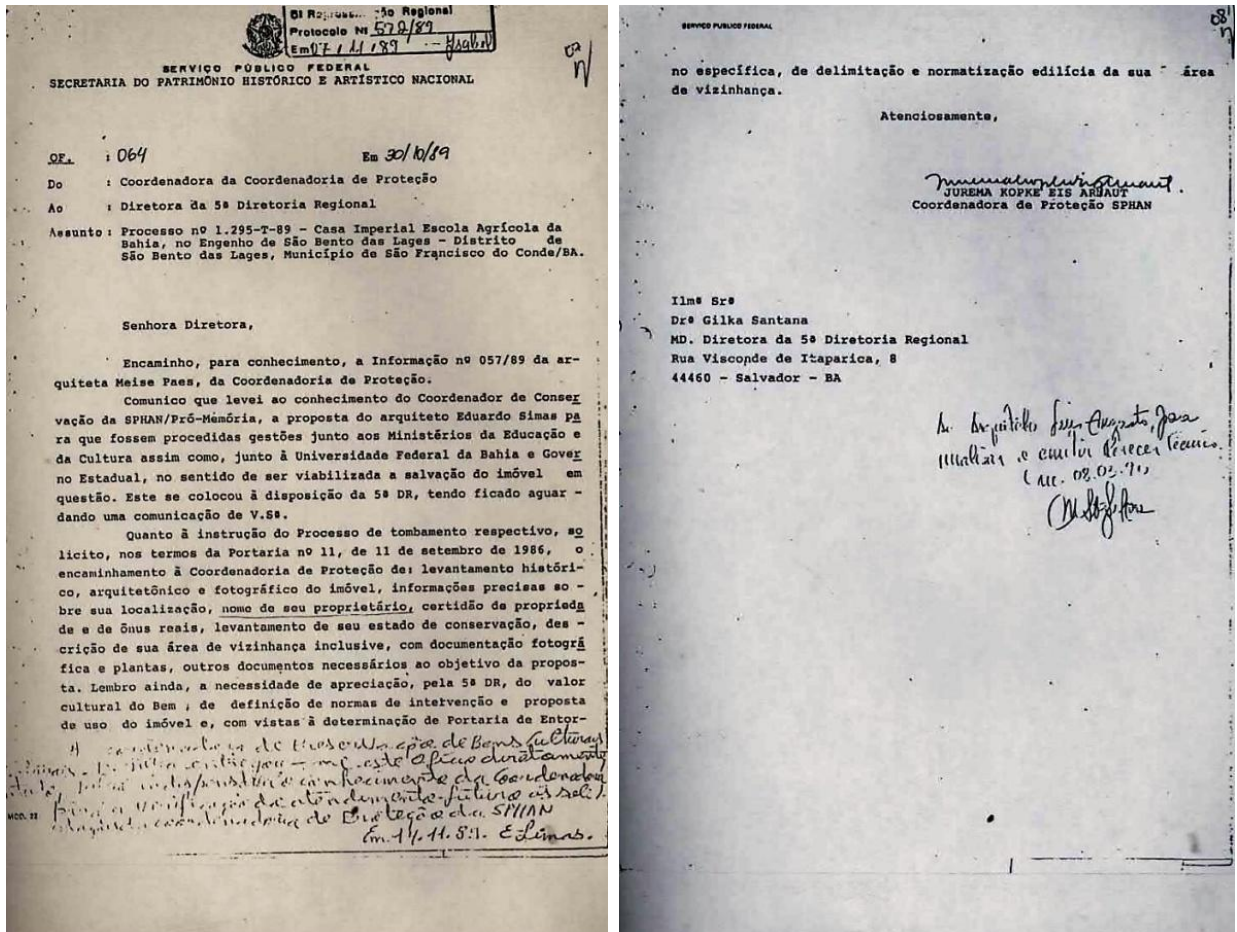
Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

²⁹ Emílio Garrastazu Médici foi o 28º presidente da República do Brasil e governou o País entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/emilio-medici/>. Acesso dia 02 de abril de 2021, às 15h46.

Por meio da imagem acima (Figura 35), a abordagem sobre as ruínas da Escola Agrícola, no que diz respeito ao Serviço Público Federal e através da arquiteta da coordenadoria de proteção da época, Meise Caetano Amaral Pais, já teve uma "abertura do processo" e pedido de tombamento no mês de março de 1970, mas que esse processo não teve andamento até um novo pedido ou arquivo enviado em 1988, à 5ª Diretoria Regional, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, sendo que a redação desta correspondência aconteceu em setembro de 1989. Recordando que, estas afirmações levantam questionamentos sobre o fato desta antiga Escola Agrícola estar ou não tombada, pois, as datas que referenciam esse tombamento não conferem com a data mencionada pelo Ipac, como poder ser visto na introdução deste trabalho.

Por meio desta fonte aqui descrita, observo que a ideia de tomar esse *gigante antropofágico* da rua do cais de São Bento, foi uma iniciativa do Serviço Público Federal ou Sphan, mencionando também que essa propriedade, na época, pertencia à Ufba e declarando que o arquiteto Eduardo Simas fez uma exposição de propostas para a realização deste tombamento, no qual, no decorrer deste segundo capítulo, irei debruçar com mais atenção. Já as imagens seguintes (Figura 36 e 37), têm a ver com os termos documentais e de correspondências à 5ª Diretoria Regional, com um levantamento histórico, arquitetônico (plantas e estado de conservação), descrição geográfica e localização, propriedade e registro fotográfico do antigo edifício da Escola Agrícola, para a então diretora Gilka Santana, escrito pela coordenadora de proteção do Sphan naquele momento, Jurema Kopke Eis Arnaut.

Figuras 36 e 37: Fotos da Informação Técnica nº 057/89, da Coordenação de Proteção de Bens Culturais e Nacionais - SPHAN à 5.ª Diretoria Regional, sobre o Processo n. 1295-T-89 – Casa Imperial da Escola Agrícola da Bahia.

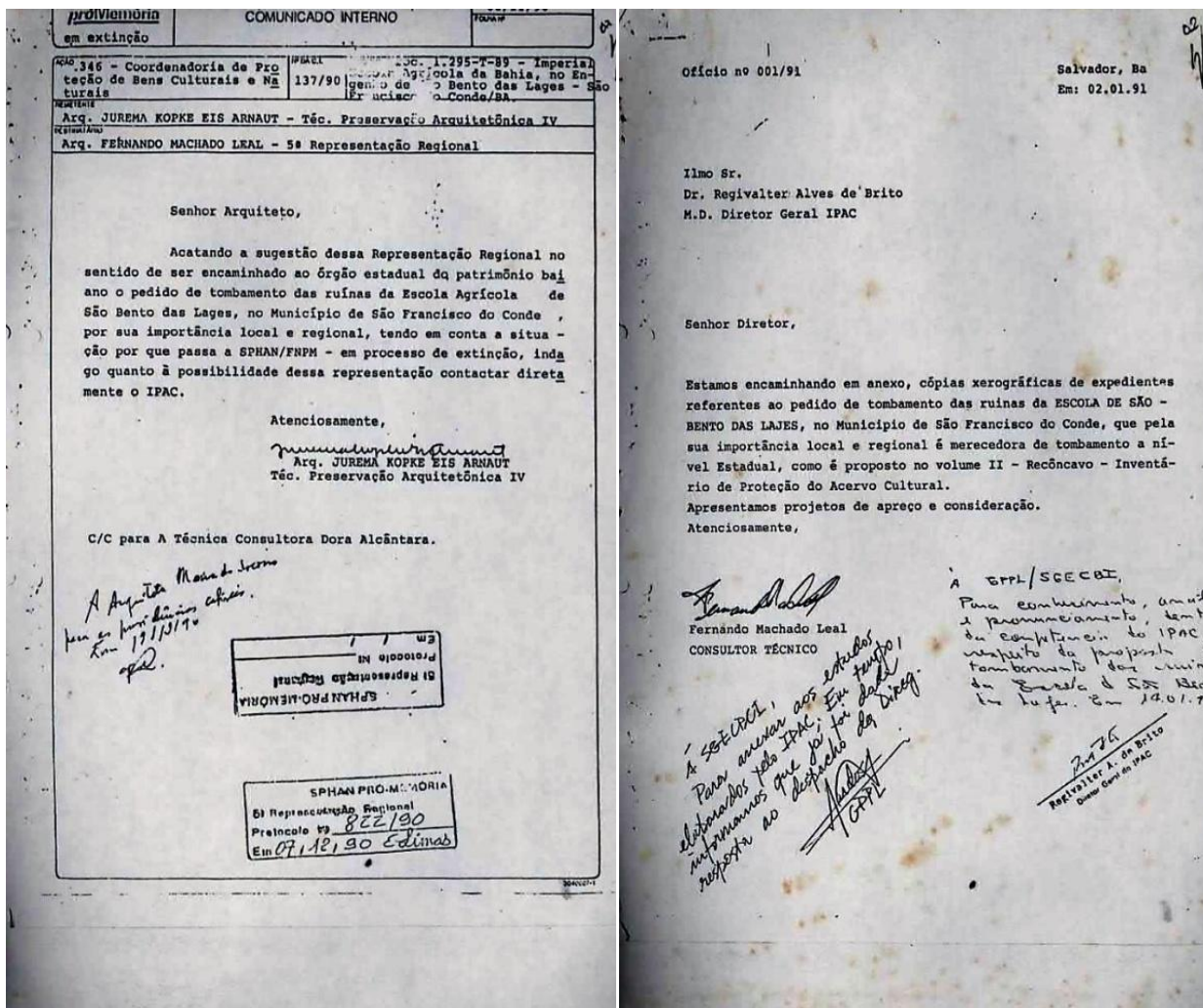


Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Nas imagens abaixo (Figura 38 e 39), que retratam duas correspondências diferentes, a primeira datada de dezembro de 1990, escrita também pela Jurema Kopke Eis Arnaut ao arquiteto Fernando Machado Leal da 5ª Representação Regional, mencionando o fato do Spahan encontrar-se "em processo de extinção" e não ter possibilidade de contatar de forma direta o Ipac sobre o pedido de tombamento das ruínas da Escola Agrícola, e a segunda datada de janeiro de 1991, escrita pelo arquiteto e consultor técnico Fernando Machado Leal ao então diretor geral do Ipac o senhor Regivalter Alves de Brito, encaminhando e solicitando cópias xerográficas (processo de reprodução de imagens) que referenciam as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages para o pedido de tombamento, ao nível estadual, tal como proposto no volume II- Recôncavo - Inventário de Proteção do Acervo Cultural, lançado em 1982. Deste modo, a partir da interlocução com essas fontes disponibilizadas pelo Ofício DG

084-2021, deduzo que, até o começo dos anos 90, a antiga Escola Agrícola não foi tombada pelo Ipac.

À esquerda, figura 38: Foto do comunicado interno da Coordenação de Proteção de Bens Culturais e Nacionais, sobre as ruínas da Escola Agrícola.
À direita, figura 39: Foto do Ofício nº 001/91, da Consultoria técnica à Diretoria do IPAC, relativo ao tombamento das ruínas de São Bento das Lages.

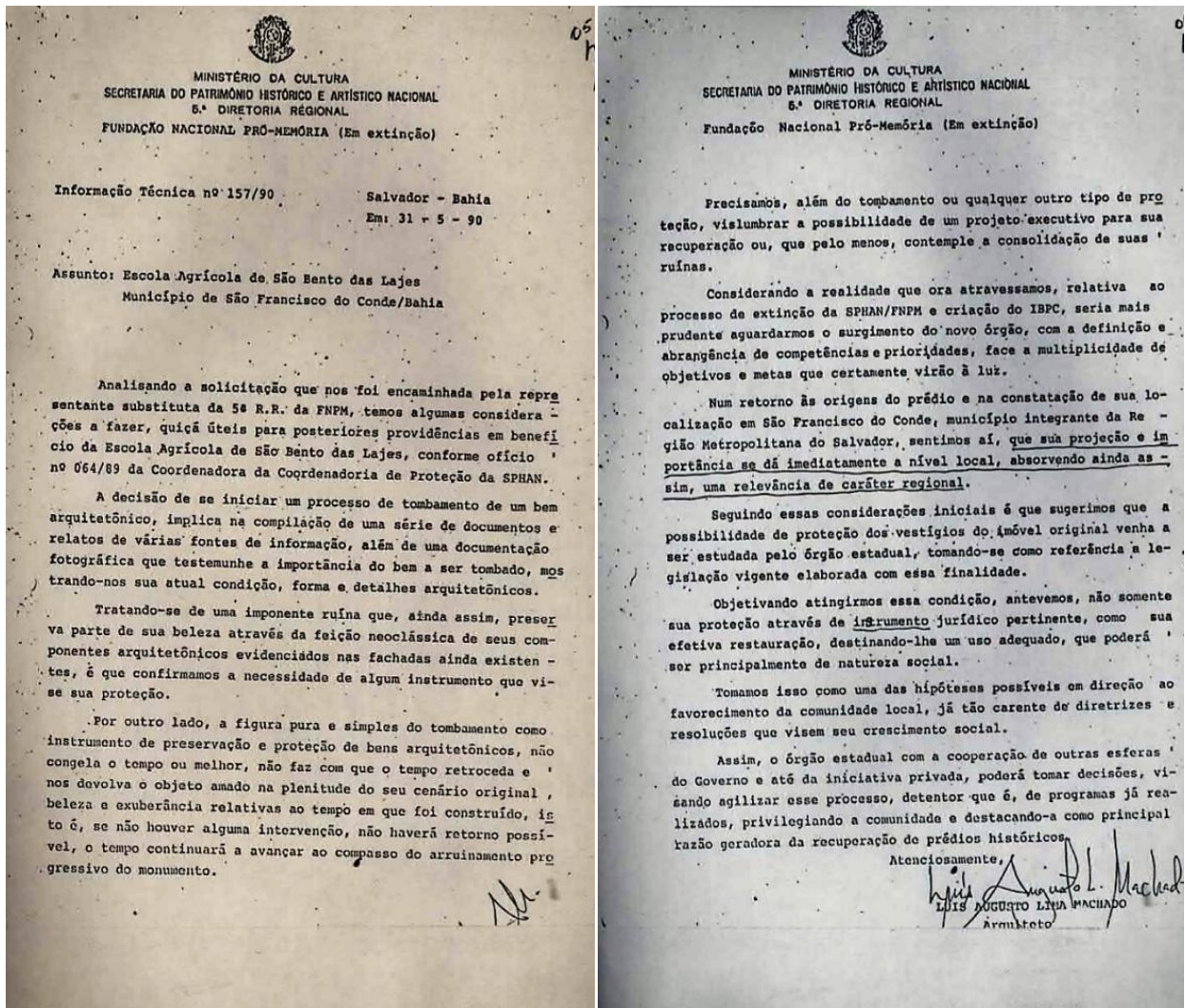


Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Conforme as imagens seguintes (Figuras 40 e 41), que se trata de uma informação técnica escrita pelo arquiteto Luís Augusto Lima Machado em maio de 1990, enquanto representante do Sphan e a Fundação Pró-Memória - FNPM (em extinção na época), entendo que houve um processo de tombamento das ruínas da Escola Agrícola, que partiu do pressuposto de "uma imponente ruína", necessitada "de algum instrumento que vise sua proteção", mas que isso não significava somente uma recuperação "do seu cenário original",

sem esquecer a ideia do avanço sistemático do arruinamento deste edifício desde daquela época, nos anos 90, pois também era necessário "vislumbrar a possibilidade de um projeto executivo de sua recuperação", sem perder de vista que esse debate, em termos teóricos e conceituais, já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

Figuras 40 e 41: Fotos da Informação Técnica nº 157/90, sobre a Escola Agrícola de São Bento das Lages.



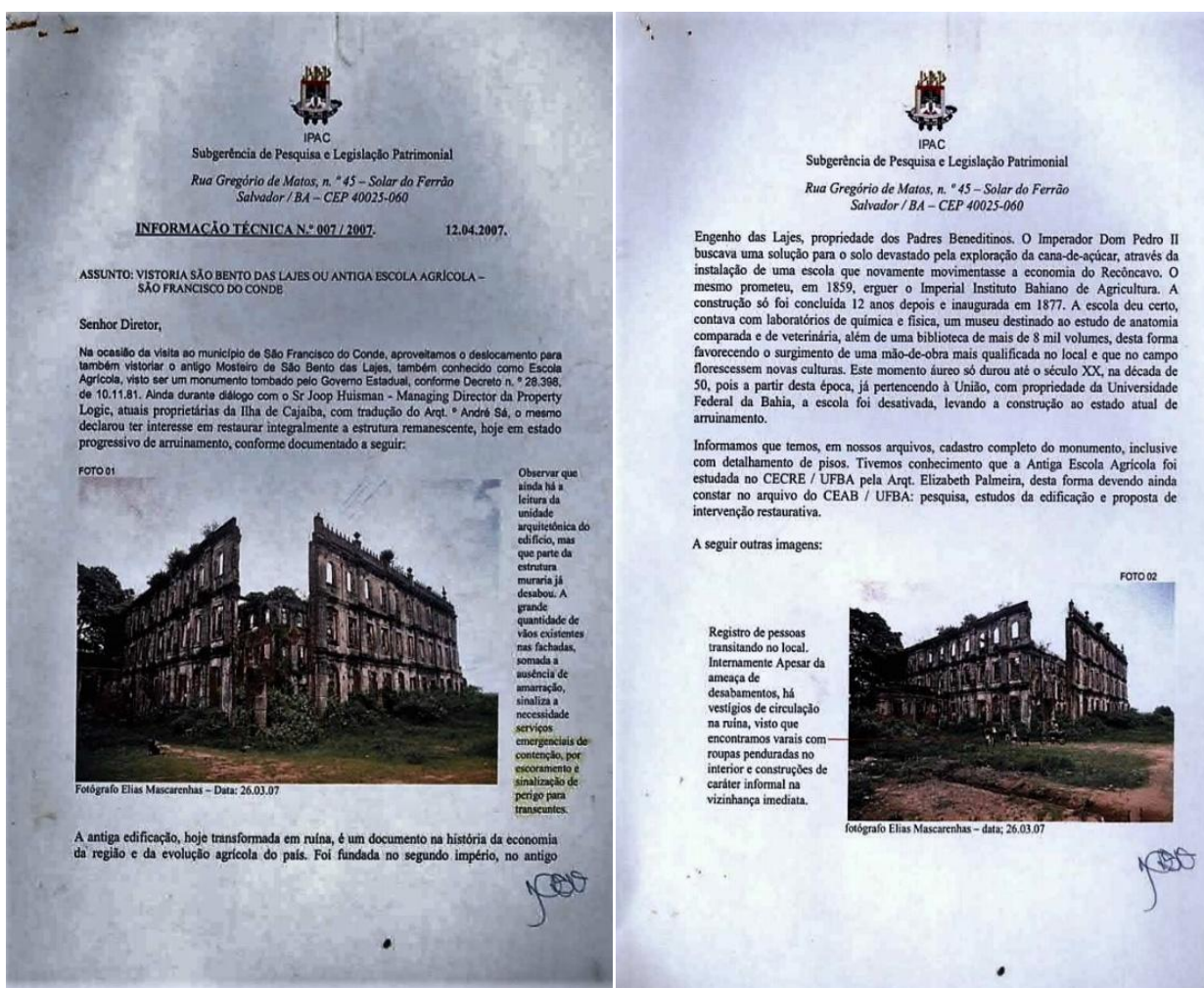
Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Ainda mediante esta informação técnica, entendo que houve uma necessidade de aguardar o surgimento de algum outro órgão estadual competente como o IBPC³⁰, já que o

³⁰ A IBPC é uma indústria constituída em 2001, especializada em desenvolvimento de projeto, fabricação, transporte e montagem de estruturas pré-fabricadas em concreto armado e protendido. Possui um corpo técnico altamente qualificado, com mais de 30 anos de experiência, comprometido em executar com o que há de mais

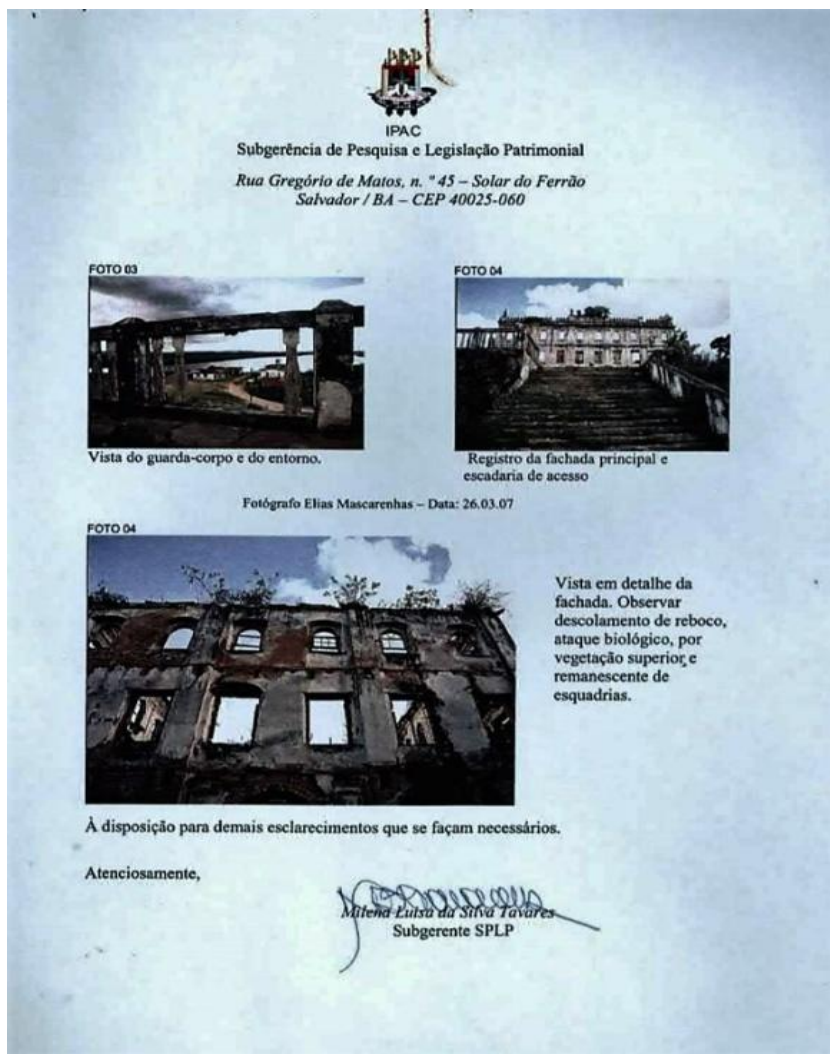
Sphan/Fnfm estava em processo de extinção e não tinha condições de fazer "face a multiplicidade de objetivos e metas que certamente virão à luz". Ainda nessa informação técnica, houve uma sugestão de parceria entre a esfera governamental e a esfera privada para uma "efetiva restauração", "privilegiando a comunidade" são-franciscana. No que concerne ao aparecimento ou surgimento do órgão Ibpc, até o momento da realização da pesquisa não foi possível obter informações exatas sobre a mesma, até porque essa sigla está relacionada com nomenclaturas, conforme a pesquisa, que não correspondem, diretamente, ao contexto sugerido nesta informação técnica datada de 1991.

Figuras 42 e 43: Fotos da Informação Técnica nº 007/2007 sobre a vistoria em São Bento das Lajes nas ruínas da Escola Agrícola.



Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Figura 44: Fotos da informação técnica nº 007/2007, sobre a vistoria em São Bento das Lages nas ruínas da Escola Agrícola.



Fonte: Autor, foto do documento presente no
Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Por intermédio das imagens acima (Figuras 42, 43 e 44), sobre uma informação técnica do Ipac datada de 12 de Abril de 2007 e assinada pela subgerente Milena Luísa da Silva Tavares presente no Ofício DG 084-2021, contemplo, dentro do que tem vindo a ser apresentado até aqui, o equívoco em relação à nomenclatura das ruínas da Escola Agrícola e o Mosteiro de São Bento das Lages, como se fossem um só lugar, quando, na verdade, são dois lugares diferentes. Constando também a informação de tombamento desse lugar no dia 10 de novembro de 1981, que não vai de acordo com fontes trazidas, anteriormente, cujas premissas são de um pedido de tombamento, que ainda não tinha acontecido ou sido tombado até a década de 90.

Para além disso, essa informação técnica menciona um diálogo que foi feito com o senhor Joop Huisman, na época o responsável de uma empresa privada, que manifestou o interesse de restaurar as estruturas remanescentes da Escola Agrícola, pertencente à União e sob a propriedade da Ufba. Assim como, foi feita uma abordagem acerca dos estudos do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos - CECRE direcionados a essas ruínas, com a supervisão da arquiteta Elisabete Cardoso Palmeira³¹ e nos arquivos do Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia - CEAB da Ufba. No decorrer deste capítulo, principalmente, sobre o Cecre, ainda serão feitas determinadas considerações.

Com base nessas questões, levando em conta que, a antiga Escola Agrícola de São Bento das Lages se encontra, hoje, em estado avançado de arruinamento, algumas reflexões-perguntas que surgem nesta fase do trabalho são as seguintes: será que um dia, as ruínas da Escola Agrícola poderão passar por algum processo de intervenção por parte do Ipac? Essas ruínas, estão, realmente, tombadas? Houve uma tentativa de tombamento ao nível nacional, para além do tombamento estadual? Já que, o antigo prédio da Escola continua caminhando a passos conclusivos de não preservação, conservação, restauração e incongruências a respeito do processo de patrimonialização, na medida em que, um dilema e futuro incerto paira sobre esse memorial *morto-vivo*, principalmente, no que concerne às possibilidades preservacionistas por parte desse órgão do Estado da Bahia.

No que diz respeito à Secult da prefeitura são-franciscana, o que se pretende trazer inicialmente, é a sua função em termos de atuação política e institucional, nesse caso, conforme a Lei Municipal Nº 625/2020 de 28 de dezembro de 2020, em vigor na atualidade, do Diário Oficial do Executivo (2020, p. 19), que faz uma disposição sobre a Organização Administrativa dos níveis de gestão da estrutura de cargos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, cabe a esta Secretaria em termos regimentais, de acordo com a Seção VIII do Art. 24:

I- formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura, executando as políticas e as ações culturais definidas; (...) V- a promoção do desenvolvimento da cultura, bem como a conservação do patrimônio material e imaterial, de valor histórico, artístico e cultural do Município; (...) VII- a

³¹ Possui especialização no V CECRE - Curso de Especialização em Conservação e Restauo de Monumentos e Sítios Históricos, promovido pelo SPHAN / Fundação Pró-memória e UFBA com apoio da Unesco, período de março a dezembro de 1984. Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia - conclusão em 1982. Atualmente é membro associado da Cooperativa de Profissionais Liberais da Bahia-COOLIBA, trabalhando com desenvolvimento de Projetos. Tem experiência na área de Projetos Arquitetônicos e Urbanísticos, Obra e Incorporação de Empreendimentos. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/6865939/elisabete-cardoso-palmeira>. Acesso dia 11 de março às 17h00

promoção de cursos, seminários, conferências e outros eventos de natureza cultural, bem como o apoio, o incentivo à criação e à manutenção de bibliotecas, centros culturais, museus, teatros, arquivos históricos e demais instalações e instituições de caráter cultural; (...) XII- manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área de cultura; (...) XX- mobilizar as comunidades visando a sua participação nas atividades turísticas; incentivar e ampliar as manifestações do calendário cultural com foco no turismo cultural, no turismo étnico, do turismo de negócios, no turismo náutico e ecológico; (2020, p. 34 e 35).

Deste modo, a partir desses regimentos selecionados para pensar de forma específica a pesquisa em voga, já é possível observar quais são as funções e os papéis que cabem a Secult, desempenhar enquanto um setor pertencente à Prefeitura de São Francisco do Conde. Esta mudança de lei, que juntou os setores de Cultura e Turismo, anteriormente separados, aconteceu após o resultado das últimas eleições municipais no dia 15 de novembro de 2020, tendo o atual Prefeito de São Francisco do Conde, Carlos Vasconcelos Calmon, tomado posse no dia 1 de janeiro de 2021³². O atual secretário de Cultura e Turismo chama-se Robert Alexandre dos Santos Alves, recém-empossado no cargo, ainda em organização estrutural dos departamentos e fase de conhecimento das suas funções de secretário.

Anteriormente e no momento da escrita desta dissertação, conforme o decorrer do trabalho de campo e a inserção que foi sendo estabelecida, junto ao local onde a Secult está sediada, na Rua Espírito Santo, s/n, Centro, São Francisco do Conde, houve a possibilidade de estabelecer um contato mais direto e próximo, tanto com a antiga direção deste setor da prefeitura, como com a vigente. No último caso, em conversa com uma das atuais assistentes, a senhora Honorina Rosário, que trabalha neste setor há mais tempo, desde o mandato da antiga prefeita Rilza Valentim³³ que assumiu o cargo em 2008, foi possível obter algumas informações significativas, relacionadas com um projeto arquitetônico que foi pensado para uma intervenção e restauração das ruínas da Escola Agrícola, envolvendo uma possível instalação da Unilab, no qual, ainda neste subcapítulo, vai ser abordado.

Sob a direção anterior da Secult em 2020, enquanto um setor da prefeitura em São Francisco do Conde, houve a oportunidade de realizar um diálogo audiovisual gravado, no dia 23 de outubro de 2020, numa tarde na orla de São Francisco do Conde, com a senhora Bernadete Primo, nascida e moradora da cidade, sob o cargo de gerente do departamento de

³² Disponível no site: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/01/01/prefeito-e-vereadores-de-sao-francisco-do-conde-tomam-posse-veja-lista-de-eleitos.ghtml>. Acesso às 22:23 do dia 03 de março de 2021.

³³ (...) com a experiência adquirida como secretária municipal e vereadora, Rilza Valentim foi estimulada a disputar a eleição como candidata a prefeita. Depois de muitas andanças, subidas e descidas de ladeiras, visitas e conversas com conterrâneos que a viram crescer, Rilza foi eleita prefeita de sua terra natal, São Francisco do Conde, com 96% dos votos válidos. Em 2012 Rilza foi reeleita com mais de 75% dos votos, uma das melhores médias no cenário nacional. (...) Sendo que, em 2014, antes de terminar seu mandato, infelizmente, veio a falecer (JORNAL GRANDE BAHIA, 2014).

Patrimônio Cultural e Histórico do município, na época em que foi estabelecido este encontro. Segundo a depoente, a Secretaria de Cultura nem sempre esteve "desmembrada", ou seja, funcionando, exclusivamente, para as questões referentes à cultura da cidade são-franciscana. Anteriormente, esta secretaria já esteve ligada a Secretaria do Turismo quando a Rilza Valentim era prefeita, mas após a entrada do prefeito Evandro Santos Almeida³⁴, passou a funcionar apenas como Secretaria de Cultura até os meados de 2020, antes das últimas eleições municipais. Ainda segundo a depoente, no que concerne ao cargo que ocupou na Secult:

(...) um cargo, assim...confiado pela, então, prefeita Rilza Valentim. Éhhh, a nossa secretaria ela não tinha essa função de cuidar dos monumentos históricos do município. E muitas coisas nós terminamos perdendo por não ter alguém que tomasse a frente para gerenciar essa parte da cidade, essa parte da história da cidade. E aí então a prefeita Rilza, éhhhh, com a mudança do sistema da secretaria, resolveu inserir essa pasta dentro do departa...dentro da Secretaria de Cultura, que é um departamento do patrimônio histórico e cultural, para que fosse organizado todo esse sistema da história dentro do município. E nós, eu mais outra colega, temos uma equipa assim bem grande que trabalhávamos dentro dessa parte de cuidar dos patrimônios, da história, dos monumentos. Éhhhh, dos grupos culturais, éhhh, pela história...e de outros movimentos que fossem relacionados com o próprio patrimônio. Pois bem, então eu já tenho já nesse processo, quase 9 anos! Quase 9 anos desse processo, dentro da secretaria, no qual hoje eu ocupo o cargo de gerente, né. E até então, eu acho que cumpri parte das minhas funções que foi determinada por mim, éh, dentro desse departamento (2020).

Já no que diz respeito às ruínas da Escola Agrícola, de acordo com Bernadete Primo: "infelizmente estamos perdendo a nossa Escola Agrícola, a primeira escola de Agronomia da América Latina". Conforme a senhora Bernadete, não foi possível fazer muito por essas ruínas, "porque tem muitas pessoas por trás que tem a responsabilidade", dando o exemplo da Ufba, da Prefeitura de São Francisco do Conde e do Ipac. Lembrando que, a salvaguarda ou o tombamento da Escola Agrícola, acontece "justamente porque a área de preservação é o Mosteiro de São Bento". Como a interlocutora Bernadete disse: é "uma obra riquíssima, que infelizmente as autoridades, tutoras do monumento, do patrimônio, éhhh, não fez nada para salvaguardar esse monumento".

Quanto a esse relato referente à Escola Agrícola de São Bento das Lages como a primeira da América Latina com esse sentido e aplicabilidade, é necessário fazer um estudo histórico mais aguçado em termos de fontes históricas cujas informações certamente estão

³⁴ Com o falecimento da prefeita Rilza Valentim, no dia 24 de julho de 2014. (...) Evandro Santos Almeida passou a assumir a gestão municipal de São Francisco do Conde. Disponível em: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/prefeito/#:~:text=Com%20o%20fato%20inesperado%2C%20Evandro,j%C3%A1%20tra%C3%A7ados%20para%20o%20munic%C3%ADpio>. Acesso às 15:12 do dia 05 de março de 2021

relacionados a outros países pertencentes a América Latina para se comprovar esta afirmação, o que não é o propósito deste trabalho científico.

na época até onde alcancei, éhhh, tinha condição de restauração, tinha condição de recuperação. Porque a gente tinha todas as paredes de pé, a gente ainda tinha todas as janelas, a gente tinha, éhh, uma caixa, praticamente quase...perfeita! E quando eu logo assumi esse departamento, eu tinha curiosidade, de sair buscando ideias para que se fosse feita alguma coisa, e a primeira obrigação que eu achei que tinha que ter era: cumprir essa da Escola Agrícola. Mas infelizmente eu não cheguei muito longe, porque tinha muita gente por trás e tinha coisas que ia além das minhas possibilidades! Pois bem, eu pensei na época com a minha equipe, e buscamos a impermeabilização da escola, para que ela não viesse a cair...para que as paredes não viesse a se perder. Então a gente não conseguiu, através de um projeto que a gente tinha, éhhh, com grupos de arquitetos interessados, mas a gente não encontrou quem financiasse esse trabalho. E com o tempo, por ser um monumento muito antigo, éhhh, foi sofrendo desgaste, não só do tempo, mas também por parte de vandalismos, então a escola ela foi invadida por pessoas, desconhecadora da importância do próprio monumento e fizeram uma degradação muito grande na Escola (2020).

Conforme a fala de Bernadete Primo sobre esse processo de degradação do prédio da Escola Agrícola, houve uma perspectiva de salvaguarda do acervo desse local: "Até ao ponto que a própria Faculdade, ela veio e levou todo o acervo da Escola, hoje esse acervo está lá em Cruz das Almas, sobre a responsabilidade da UFRB". No entanto, para se pensar ou refletir sobre a possibilidade do próprio município, nesse caso, a prefeitura de São Francisco do Conde preservar esses acervos, senhora Bernadete indica que, "mas para isso a gente teria que...ou ter a escola funcionando ali como museu a céu aberto, que era um projeto de um gestor que assumiu a Secretaria do Turismo da época",

mas era um projeto que a gente ia poder ter a preservação da própria escola. Mas até então para alcançar o sucesso desse projeto (...) a gente precisava de muitos braços, de muitos parceiros, em especial os parceiros que são, que dizem ser né, éhhh, responsáveis pelo monumento. E aí entrava recurso do Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, as próprias faculdades e esses projetos saíam muito caros e ninguém queria assumir. E a gente foi perdendo aos poucos a história. Hoje é triste ver a situação em que a escola se encontra, a gente só tem algumas paredes de pé, resistentes ainda, muitas caíram pelo desgaste do tempo né, temporal muito forte que se abateu naquela área dali. E quando eu fui fazer a visita havia peças no chão, paredes caídas...é muito triste ver como era, saber como era e ver como está hoje (2020).

Ainda sobre o projeto, relacionado ao museu a céu aberto, Bernadete Primo diz o seguinte: "o próprio instituto Ipac, e eu pressionei algumas vezes, éhhh, eles têm a ideia de um projeto pra ali. Mas só que muitas coisas não sai do papel. Ou foge da nossa, né, das nossas mãos!". Na medida em que, a partir desse projeto do museu a céu aberto "onde iria se

contar a história do lugar, viria a partir de lá do mosteiro de São Bento né, como se fosse um roteiro, uma roteirização, que se encerraria dentro da própria escola", seria possível contar a história sobre o lugar e os seus aspectos particulares para a cidade são-franciscana, como por exemplo, "dos grandes engenheiros agrônomos do país e hoje muitos moram fora do país, se formaram naquela escola, onde a gente pode provar que todos esses arquivos desses alunos estão lá sobre a tutela do acervo em Cruz das Almas".

então quando a gente só busca a ajuda do governo, e a sociedade civil não se envolve, eu creio que muita coisa não anda! Quando a gente mobiliza, as coisas vai mais pra frente! E a gente hoje, infelizmente, está perdendo a escola e eu não sei se vai sobrar ruínas pra gente poder contar isso lá na frente, né! E se hoje fosse aceite esse projeto de impermeabilização dela, quando ela ainda estava com todas as paredes em pé, talvez hoje a ideia de construir esse museu a céu aberto, não seria só de ter algumas ruínas de parede para se mostrar e sim de ter um acervo para que todo mundo pudesse ir visitar. (...) E fora o Mosteiro de São Bento, que é o acervo principal que é tombado pelo IPAC, no qual salvaguarda a própria escola, então a gente tem naquela região...uma história riquíssima. (...) Então se hoje quisesse reconstruir a Escola Agrícola teria condição? Teria, existe a planta da escola, né, existe até, nessa planta diz até onde eram as tomadas da escola (2020).

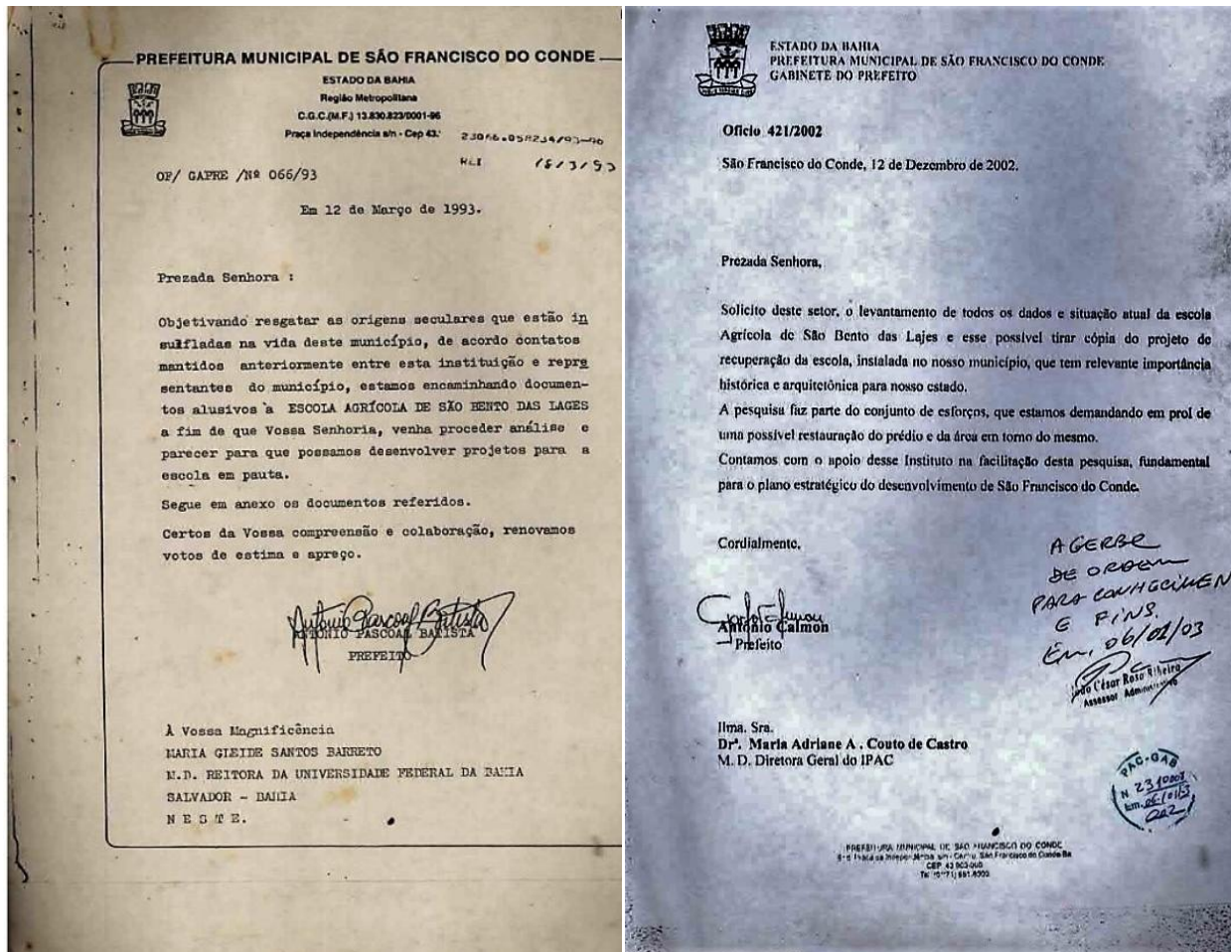
A partir da conversa com Bernadete Primo, dentro das atividades aplicadas por ela no seu departamento, "é um projeto de Educação Patrimonial, então esse projeto ele é voltado para jovens e crianças, para que elas aprendam a respeitar a sua história e a preservar esses monumentos para que eles não venham mais a ser degradados no futuro". Isto porque, segundo Bernadete Primo a respeito das Escolas de ensino fundamental e médio no município, "a Escola, no currículo escolar não tem nada que...nenhum tipo de matéria que envolva essa parte histórica do município. Isso nos incomodou!". Desta forma, no processo de execução desse projeto de Educação Patrimonial para a realidade são franciscana, "esse projeto em si, ele tem uma duração, éhhh, ele começa primeiro com as entrevistas, ele começa com o conhecimento da realidade do jovem na escola e ele também é um projeto que pode ser trabalhado fora da escola, com as comunidades e bairros!".

(...) com o apoio da Secretaria de Educação, isso rendeu pra gente um ano de projeto, porque nós pudemos entrar na escola, foi feita uma seleção de sessenta alunos né, muitos foram inscritos, mas o projeto só computava sessenta (...) que queriam participar do projeto, e nesse mesmo projeto esses alunos recebem todos subsídios para participar do projeto mas eles têm que cumprir todas etapas que o projeto oferece (2020).

Dentro das informações e fontes obtidas nesta pesquisa, compreendo que, existiram projetos que foram pensados, de forma específica para a antiga Escola Agrícola, e também de uma forma mais ampla para a história e os patrimônios do município de São Francisco do

Conde, envolvendo a participação de anteriores dirigentes da Secult, como é denominada em tempos atuais. Porém, dada a realidade e o estado presente destas ruínas, pouco ou quase nada, em termos práticos e efetivos de preservação desse local reconhecido, institucionalmente, como patrimônio histórico e cultural do município, vieram a concretizar-se. Reforçando a ideia de que o lugar encontra-se, de fato, abandonado em termos de ações preservacionistas.

Figuras 45 e 46: Correspondências sobre a proteção das ruínas da Escola Agrícola.



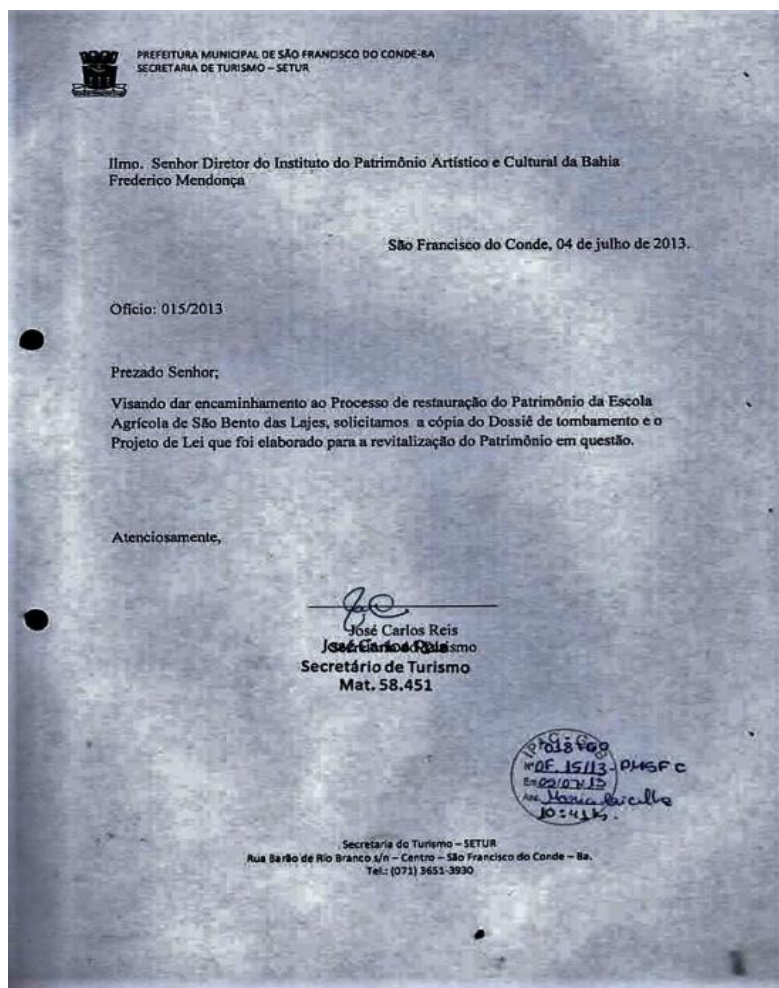
Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

No que diz respeito às imagens (Figuras 45, 46 e 47) dos documentos presentes no Ofício DG 084-2021, é possível conferir três momentos diferentes, em que a prefeitura de São Francisco do Conde procurou fazer interlocuções com a Ufba e o Ipac, perspectivando o levantamento de dados, resgate e restauração das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. O primeiro desses momentos (Figura 45) foi no mês de março de 1993, através do

prefeito Antônio Pascoal Batista para a reitora da Ufba na época, Maria Gleide Santos Barreto, o segundo (Figura 46) aconteceu em dezembro de 2002, assinado pelo prefeito no momento, Antônio Calmon, para a Maria Adriane Couto de Castro, que era a diretora geral do Ipac e no terceiro momento (Figura 47), está relacionado com um contato realizado em julho de 2013 pelo José Carlos Reis, o então secretário do turismo da prefeitura, para o diretor do Ipac, Frederico Mendonça.

No decorrer da pesquisa, foi possível estabelecer uma interlocução com José Carlos Reis, atualmente, antigo secretário da Secretária de Turismo - SETUR, e conseqüentemente, tive acesso a documentos, preconizados pela prefeitura de São Francisco do Conde, encabeçado pelo prefeito Antônio Pascoal Batista, que procurou, durante o seu mandato, um financiamento para a restauração dessas ruínas através de um projeto nos anos 90, sendo que essa questão vai ser aprofundada ainda nesse subcapítulo.

Figura 47: Correspondência para o Ipac.



Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

Na senda desse diálogo com a prefeitura de São Francisco do Conde, existem três notícias encontradas na internet, que indicam relações institucionais e governamentais, cuja intenção era de fazer intervenções e obras de restauração nas ruínas da Escola Agrícola. A primeira notícia, datada e publicada no dia 27 de agosto de 2010, diz respeito a uma confirmação por parte de Fernando Haddad, na época, Ministro da Educação do Brasil que,

(...) confirmou no dia 18 de agosto, em audiência, que o município de São Francisco do Conde receberá um campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)³⁵. Com o Campus da Unilab em São Francisco do Conde, a Bahia ganhará sua quarta universidade federal. A instituição deverá funcionar onde atualmente estão as ruínas da primeira Escola de Agronomia da América do Sul, que deverá ser completamente restaurada pelo município para abrigar a Unilab. O termo que cria a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 20 de julho (PORTAL UFBA, 2010).

Esta notícia vem acompanhada com a fotografia abaixo (Figura 48), que caracteriza a parte frontal das ruínas da Escola Agrícola, provavelmente, no ano 2010, indicando um estado de arruinamento muito menos avançado como na atualidade.

Figura 48: As ruínas da Escola Agrícola.



Fonte: Portal UFBA, foto de Junqueira Ayres, 2010.

³⁵ A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. Disponível em: <http://unilab.edu.br/institucional-2/>. Acesso dia 11 de março às 17h04.

A segunda notícia, publicada em 24 de janeiro de 2017, está relacionada com a visita de representantes do Ipac a São Francisco do Conde, pois, segundo a matéria, o motivo da visita foi para firmar parcerias com a prefeitura do município e a Unilab.

a secretária de Turismo de São Francisco do Conde, Ússula Flávia Pinto, esteve reunida na sede da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no município franciscano, com a diretora do Campus dos Malês – Matilde Ribeiro, o diretor geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) – João Carlos Oliveira, o assessor institucional do IPAC – André Reis, a assessora chefe do IPAC – Fernanda Ribeiro e a chefe de gabinete do deputado estadual Rosemberg Pinto – Aldenira Sena. O encontro teve como pauta a possibilidade de criação de um projeto que envolva o município, a UNILAB e o IPAC com a criação de ações extracurriculares para os alunos da universidade em instituições do IPAC. A pauta foi uma indicação do deputado estadual Rosemberg Pinto, que trabalha em parceria na captação de projetos para São Francisco do Conde. A presença dos representantes do IPAC no município também teve como objetivo visitar as ruínas da Escola Agrícola com a perspectiva da requalificação no entorno do local, como atrativo turístico. *“Nós contamos com o apoio do IPAC para que a requalificação seja feita dentro de todos os critérios que eles utilizam na requalificação de patrimônios históricos e culturais, então tivemos a visita técnica da equipe de obras para avaliar o plano de ação para que tipo de requalificação pode ser feita na Escola Agrícola”*, disse a secretária de Turismo, Úrsula Flávia Pinto (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2017).

Já na terceira notícia, que envolveu a participação da Ufba e a Setur da época, publicada em 14 de julho de 2017, foram feitas considerações entre,

(...) a Universidade Federal da Bahia – UFBA, através da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura – SUMAI, bem como membros da Secretaria de Turismo de São Francisco do Conde, realizaram uma visita de reconhecimento da área que abrange a antiga Imperial Escola Agrícola, localizada em São Bento das Lages. Os representantes da UFBA, grupo formado por arquitetos e engenheiros, vieram com objetivo de reconhecer os limites da área e fazer um levantamento topográfico (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2017).

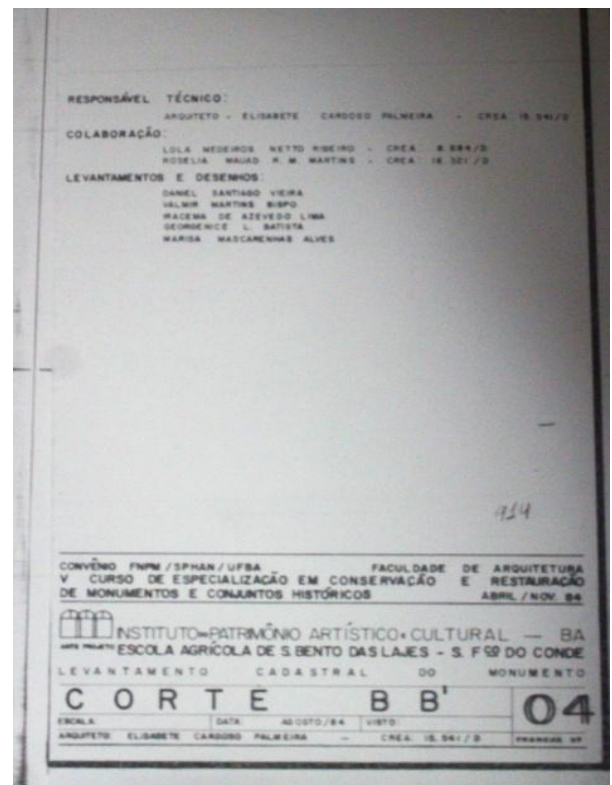
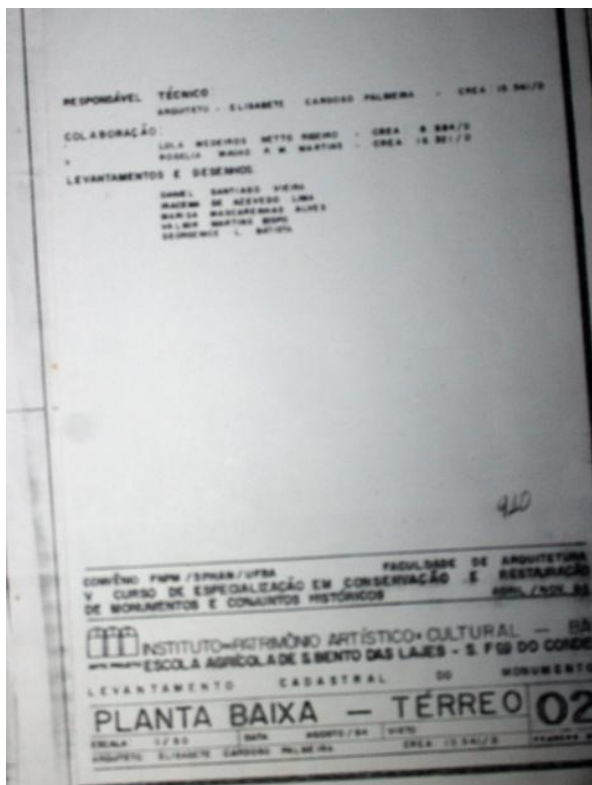
Ainda conforme esta notícia (2017), as secretarias municipais de Turismo, de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, e da Educação, acompanharam a visita e explicaram a importância histórica e arquitetônica das ruínas da Escola Agrícola. Naquele período, a secretária de Turismo de São Francisco do Conde, Úrsula Flávia, enfatizou que a requalificação da Escola Agrícola e do seu entorno faz parte das ações do Plano Estratégico da Setur, declarando que: *“A perspectiva é que tenhamos um retorno socioeconômico, beneficiando o município com visita turística e, conseqüentemente, com aquecimento da economia local, além da geração de emprego e renda”*.

No caminho de perceber as iniciativas e/ou projetos pensados para as ruínas da Escola Agrícola, e mediante as interlocuções e conversas com José Carlos Reis, são-franciscano,

antigo secretário da Setur na época em que a Rilza Valentim era prefeita do município (2008-2014), consegui ter acesso a uma cópia do levantamento cadastral do monumento e ante-projeto denominado "Escola Agrícola de São Bento das Lages - São Francisco do Conde" datado de Agosto de 1984, que visava a conservação e restauração do prédio da Escola Agrícola, subdividida em 6 seções ou plantas do prédio: planta baixa - Térreo, planta baixa - 1º pavilhão, planta baixa - 2º pavilhão, corte BB, corte CC e corte AA. Assim como, por meio dessas interlocuções com o antigo secretário da Setur, também foi possível acessar a uma cópia do ofício datado de 1996 ou uma pasta técnica com o nome "Recuperação da Escola São Bento das Lages" sob a égide da Prefeitura de São Francisco do Conde.

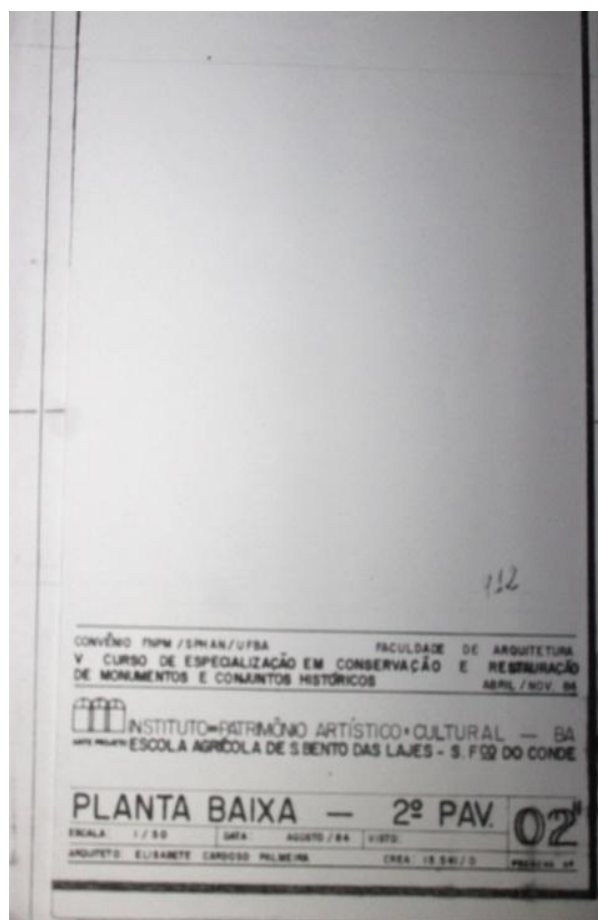
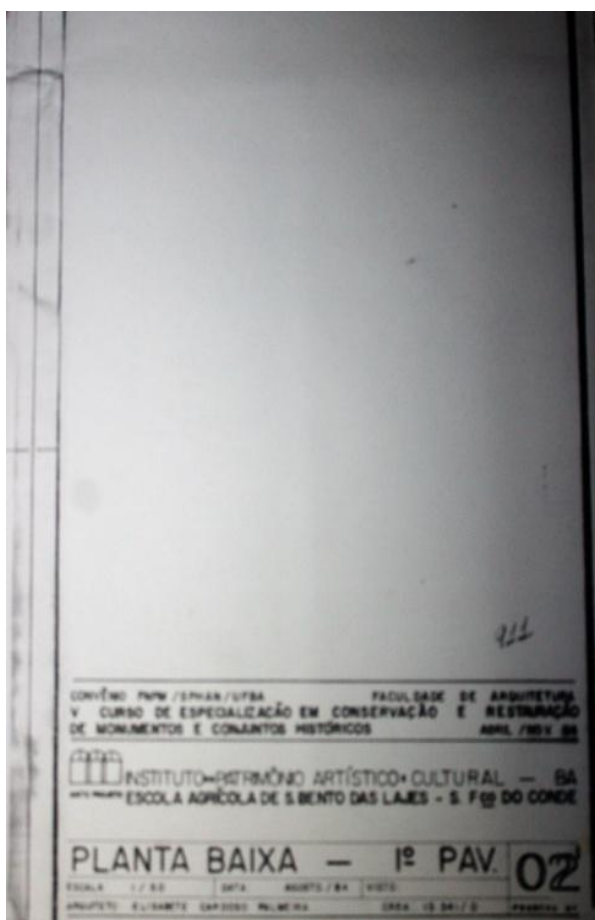
Esta cópia do ante-projeto, idealizado pelo Ipac-Ba em convênio com a Fnpm, a Sphan e a Ufba, sendo a última, conectada especificamente, à Faculdade de Arquitetura e a uma formação sob a seguinte nomenclatura "V curso de especialização em conservação e restauração de monumentos e conjuntos artísticos", possivelmente, realizada de abril a novembro de 1984. O mesmo ante-projeto estava sob a responsabilidade técnica da arquiteta Elisabete Cardoso Palmeira, como pode ser percebido nas imagens abaixo representadas:

À esquerda, figura 49: Foto da capa do ante-projeto, Planta Baixa - Térreo,
À direita, figura: Foto da capa do ante-projeto, Corte BB.



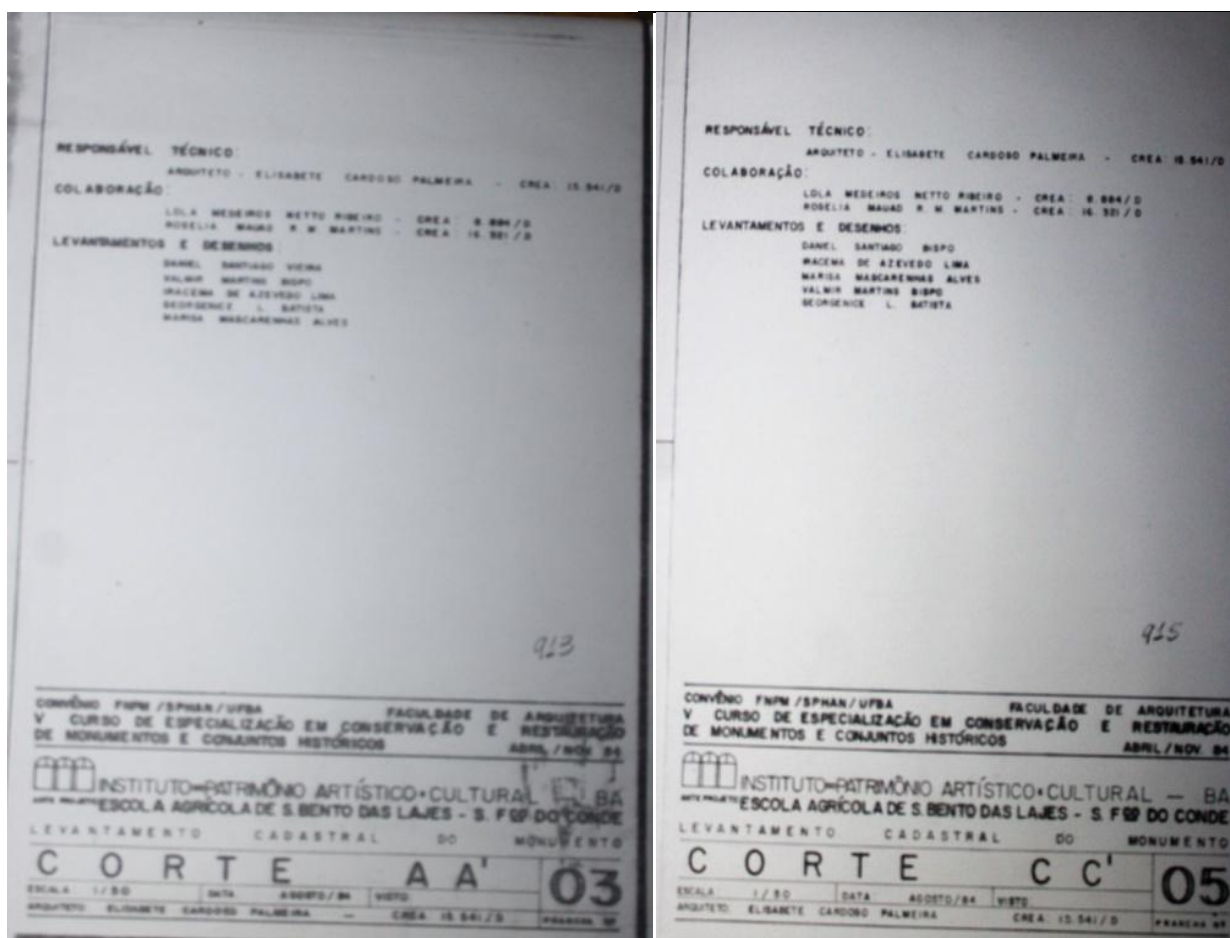
Fonte: Autor, foto do ante-projeto arquitetônico, março, 2021.

À esquerda, figura 51: Foto da capa do anteprojeto, Planta Baixa - 1º PAV.
 À direita, figura 52: Foto da capa do ante-projeto, Planta Baixa - 2º PAV.



Fonte: Autor, foto do ante-projeto arquitetônico, março, 2021.

À esquerda, figura 53: Foto da capa do anteprojeito, Corte AA,
 À direita, figura 54: Foto da capa do ante-projeito, Corte CC.



Fonte: Autor, foto do ante-projeito arquitetônico, março, 2021.

Todas essas imagens (Figuras 49, 50, 51, 52, 53 e 54) representam as capas ou as partes frontais do ante-projeito idealizado para a Escola Agrícola de São Bento das Lajes. É importante realçar que, dentro de cada uma, tem nas respectivas plantas os mais distintos recortes espaciais relativos ao edifício. Até porque, este desenvolvimento específico de pesquisa não foi preconizado para a realização dessa dissertação. A importância de mencionar a existência desse ante-projeito, demonstra que, as ideias e projetos de intervenções sobre as ruínas da Escola Agrícola não foram nulas, mas também, não chegaram, como já foi mencionado, "a sair do papel" e materializar-se em termos de um projeto de conservação e restauração desse memorial *morto-vivo*.

No decorrer dos tempos, desde o surgimento da Escola no século XIX e dada os diferentes tipos de fontes e representações (orais, audiovisuais, imagéticas e escritas) trazidas para esta seção do trabalho acerca dos diálogos institucionais protagonizados,

fundamentalmente, pelo Ipac e a Secult de São Francisco do Conde, percebo a existência de silenciamentos e um emaranhamento de informações institucionais que ainda persistem sem respostas e com interrogações latentes, cujas problemáticas aqui levantadas, certamente, ainda suscitam muitos debates e pesquisas, tendo as ruínas da Escola Agrícola como fio condutor.

No que diz respeito ao ofício ou pasta técnica denominada "Recuperação da Escola São Bento das Lages" (1996), é uma coletânea de documentos como declarações, planilhas orçamentárias, cópia da conta bancária da prefeitura, planos de trabalho, cronogramas de execução, descrição histórica do município e descrição da restauração predial que começa com o Ofício nº 194/96, sob a iniciativa do então prefeito do Município de São Francisco do Conde, Antônio Pascoal Batista, no dia 13 de junho de 1996, endereçado para o Ministro da Educação e do Desporto da época, Paulo Renato Souza, com o objetivo de fazer uma solicitação ao governo, em termos de liberação de recursos financeiros, "da ordem de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)" para a execução das obras, em conformidade com o plano de trabalho e projetos específicos, direcionados ao processo de recuperação da Escola, como uma sistemática de financiamento da implementação de um Ensino fundamental.

Nesse caso, por meio dessa coletânea documental, tem-se o Anexo IV que é uma "Declaração de Situação de Terreno Sem Propriedade ou Posse Definitiva", sob a seguinte situação:

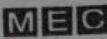
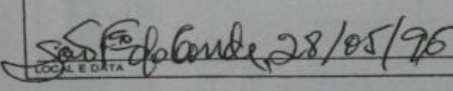
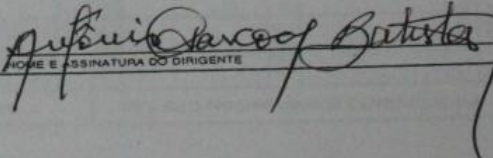
livre e desimpedido de qualquer tipo de ocupação física de terceiros;
o documento original do terreno é de propriedade da Universidade Federal da Bahia;
a área total é em torno de 40.000 m², remanescentes da Escola Agrícola São Bento das Lages, que funcionava no município;
através de entendimentos com a Universidade Federal da Bahia, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde já tem a posse e domínio, mediante a execução de programas de interesse comunitário, ultimando os entendimentos com a UFBA para a legalização definitiva da área (1996).

No que concerne ao ofício, o plano de trabalho e a descrição desse projeto, no anexo VI e VIII com a data de 28 de maio de 1996, de forma sintética e com mais detalhes, indica a pretensão de uma execução de obras de restauração total das dependências da Escola São Bento das Lages, com a justificativa de que o mesmo constitui-se como um patrimônio inestimável para o município de São Francisco do Conde, para o Estado da Bahia e para o Brasil.

Levando em consideração o fato de, a recuperação deste imponente "prédio do século passado e a sua imediata entrada em funcionamento", representar não apenas o acréscimo do número de salas de aula em atividade no município, assim como, a introdução de um

instrumento de cultura que pode beneficiar, de forma direta, cerca de 500 jovens, a partir do acesso a uma especialização, tendo como foco o mercado de trabalho. A Escola São Bento das Lages faria parte de uma estrutura e constituir-se-á como um polo de atração estudantil como foi anteriormente.

Figura 55: Foto do plano de trabalho - detalhamento das ações em 1996.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO		PLANO DE TRABALHO DETALHAMENTO DAS AÇÕES		ANEXO VIII
1. NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA)		2. C.O.C. Nº 13.830.823/0001 - 96		
		3. UF BA	EXERCÍCIO 1996	
4. DETALHAMENTO DAS AÇÕES <p>O projeto prevê a recuperação total das instalações físicas da Escola São Bento das Lages, situada no município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.</p> <p>Foram previstos a execução sequenciada dos seguintes serviços :</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instalações preliminares - constitui-se da implantação de barracões, ligações provisórias de água e energia, locação da obra, etc. 2. Administração da obra - constitui-se da montagem da equipe que irá acompanhar a execução da obra, incluindo Engenheiro, Mestre de Obras, almoxarife, etc. 3. Movimento de terra - execução de todos os serviços de escavações, demolições, bota-fora de entulho e materiais imprestáveis. 4. Infra-estrutura - execução de cravação de estacas metálicas para suporte das novas instalações, bem como reforço estrutural das paredes e estrutura hoje existentes. 5. Super - estrutura - execução de pilares, vigas e lajes em concreto armado. 6. Alvenarias - execução de alvenarias de blocos cerâmicos, conforme o detalhamento do projeto arquitetônico. 7. Esquadrias e ferragens - execução de esquadrias de madeira e instalação tão logo sejam possíveis. 8. Vidros - fornecimento e assentamento de vidros. 9. Cobertura - Execução de cobertura em telhas cerâmicas, conforme projetos- 10. Revestimentos - execução de todos os revestimentos de paredes e tetos, tais como: massa única, azulejos, chapisco, etc. 11. Forros - execução de forros de madeira, nos locais indicados no projeto arquitetônico. 12. Pinturas - execução de pintura externa e interna, conforme o padrão definido no projeto arquitetônico. 13. Pavimentações - execução de todos os serviços de pavimentação interna e externa, conforme o detalhamento do projeto. 14. Soleiras e peitoris - fornecimento e assentamento de soleiras e peitoris 15. Instalações - execução de todos os serviços de instalações elétricas, telefônicas, hidro-sanitárias, inclusive tubulações, caixas, fiação, sub-estação, - e interligação ao sistema em funcionamento. 16. Diversos - compreende a execução dos serviços de impermeabilização, para-raios, remoção do entulho e limpeza da obra. 17. Restaurações - nesta etapa estão previstos todos os serviços que visem promover a restauração das paredes e estruturas existentes, de forma a preservar o estilo construtivo . <p>XXXXXXXXX TODOS OS SERVIÇOS ACIMA DESCRITOS, COMPÕEM A AÇÃO PRIMORDIAL DO PROJETO QUE É A RECUPERAÇÃO DA ESCOLA.</p>				
5. AUTENTICAÇÃO <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="text-align: center;">  <small>LOCAL E DATA</small> 28/05/96 </div> <div style="text-align: center;">  <small>NOME E ASSINATURA DO DIRIGENTE</small> </div> </div>				

Fonte: Autor, foto do plano de trabalho no Ofício da prefeitura de São Francisco do Conde, março, 2021.

Figura 56: Foto das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.



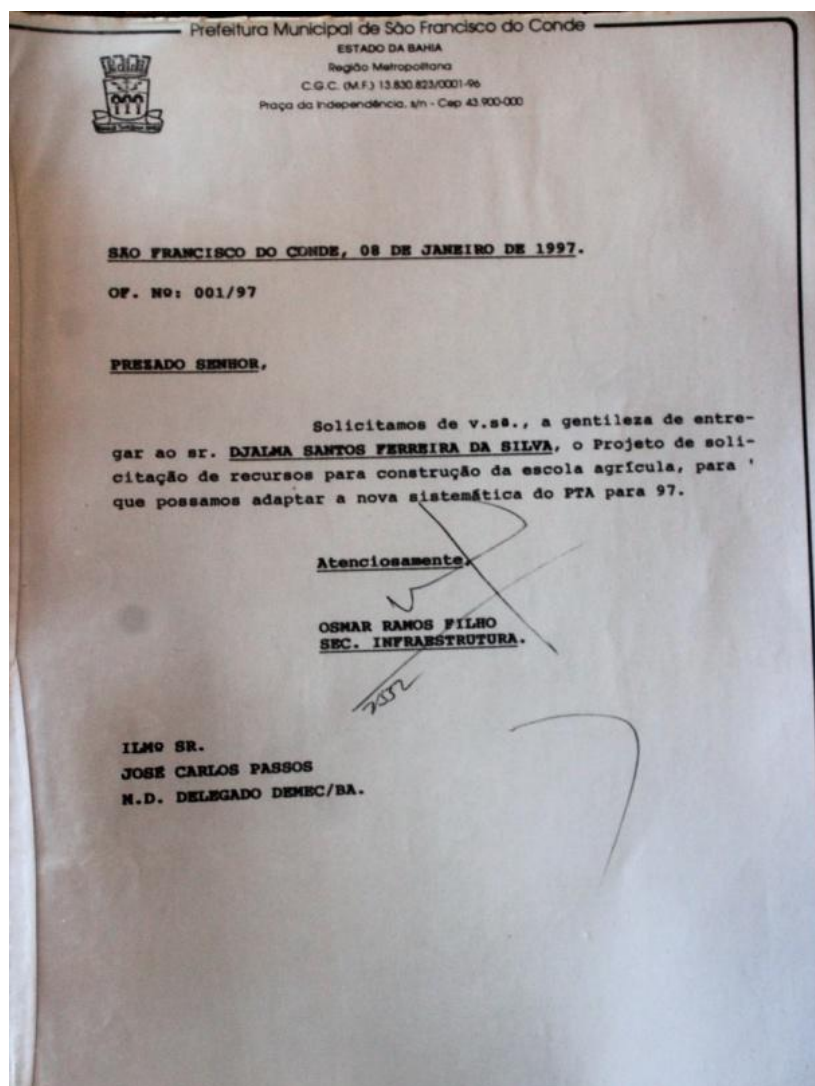
Fonte: Ofício da prefeitura de São Francisco do Conde, 1996.

Como pode ser notado na fotografia acima (Figura 56), nos finais dos anos 90, muito das estruturas externas da Escola Agrícola ainda podiam ser observadas, sem uma vegetação densa em volta. Em conformidade com o ofício e a coletânea documental da prefeitura de São Francisco do Conde (1996), observa-se um "Projeto Arquitetônico Básico", que na verdade são cópias das plantas do ante-projeto "Escola Agrícola de São Bento das Lages" de 1984, como foi visto anteriormente neste trabalho, sob a responsabilidade da arquiteta Elisabete Cardoso Palmeira. Nesse "Projeto Arquitetônico Básico", para além das seções de planta baixa - Térreo, planta baixa - 1º pavilhão, planta baixa - 2º pavilhão, corte BB, corte CC, corte AA, segundo a cópia do ante-projeto, tem-se as plantas da fachada principal, fachada posterior, fachada lateral esquerda e fachada lateral direita.

Quanto à última parte dessa coletânea documental da prefeitura de São Francisco do Conde em 1996, é possível observar que os "Documentos que retratam um pouco da História da Escola São Bento das Lages". A foto que se encontra abaixo (Figura 57), diz respeito a um ofício sobre o projeto de solicitação de recursos para a construção da Escola Agrícola, assinado pelo então secretário da infraestrutura da prefeitura do município de São Francisco do Conde, Osmar Ramos Filho, de 08 de janeiro de 1997, entregue ao senhor Djalma Santos Ferreira da Silva, mas endereçado ao excelentíssimo senhor José Carlos Passos, que na época

era o delegado da Delegacia regional do Ministério da Educação e Cultura da Bahia - DEMEC/BA.

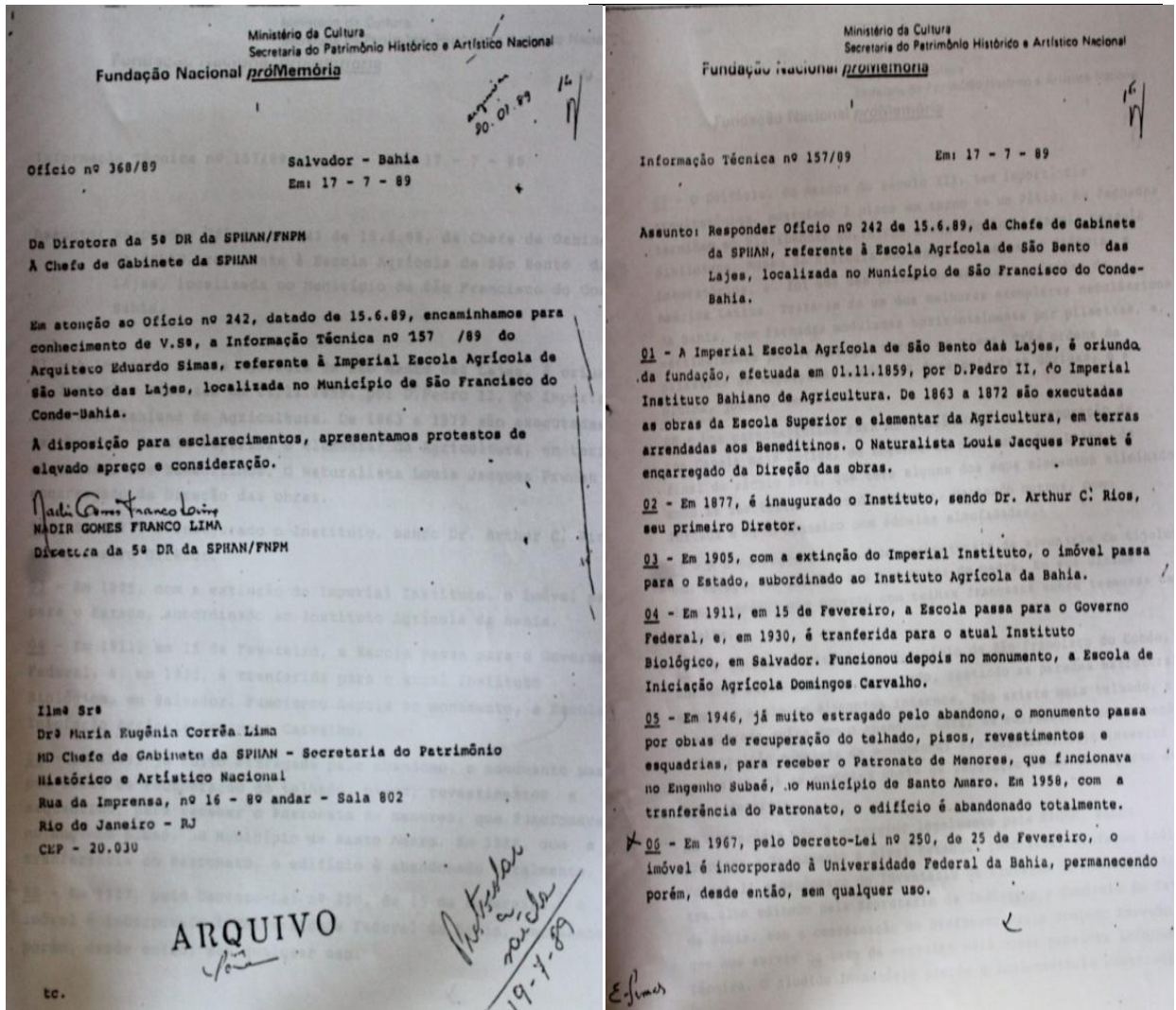
Figura 57: Foto do ofício nº 001/97.
da Prefeitura municipal de São Francisco do Conde de 1997.



Fonte: Autor, foto do ofício nº 001/97
da prefeitura de São Francisco do Conde, março, 2021.

Já na foto seguinte (Figura 58) é possível ver um ofício da FNPM à Sphan, endereçado para a doutora Maria Eugênia Corrêa Lima, que na época era chefe de gabinete da Sphan, datado de 17 de julho de 1989, assinado pela Nadir Gomes Franco Lima, a então diretora da 5ª Diretoria Regional da Sphan/FNPM em Salvador. Este ofício contém informações técnicas do arquiteto Eduardo Simas, que fazem referência à Escola Agrícola de São Bento das Lages, conforme as indicações das demais fotos (Figuras 58, 59 e 60).

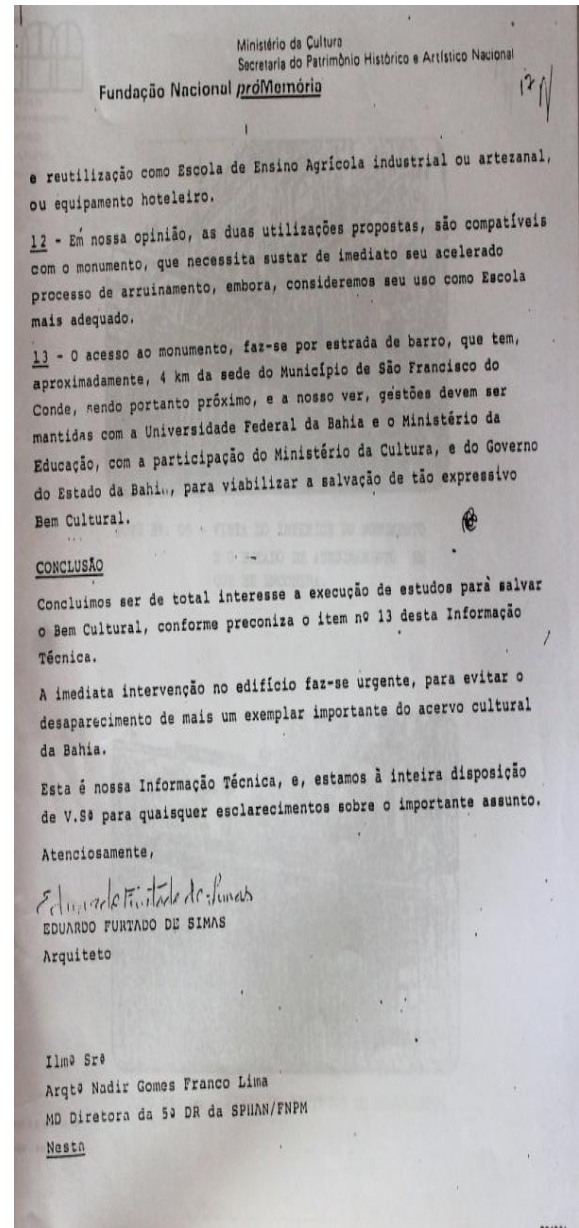
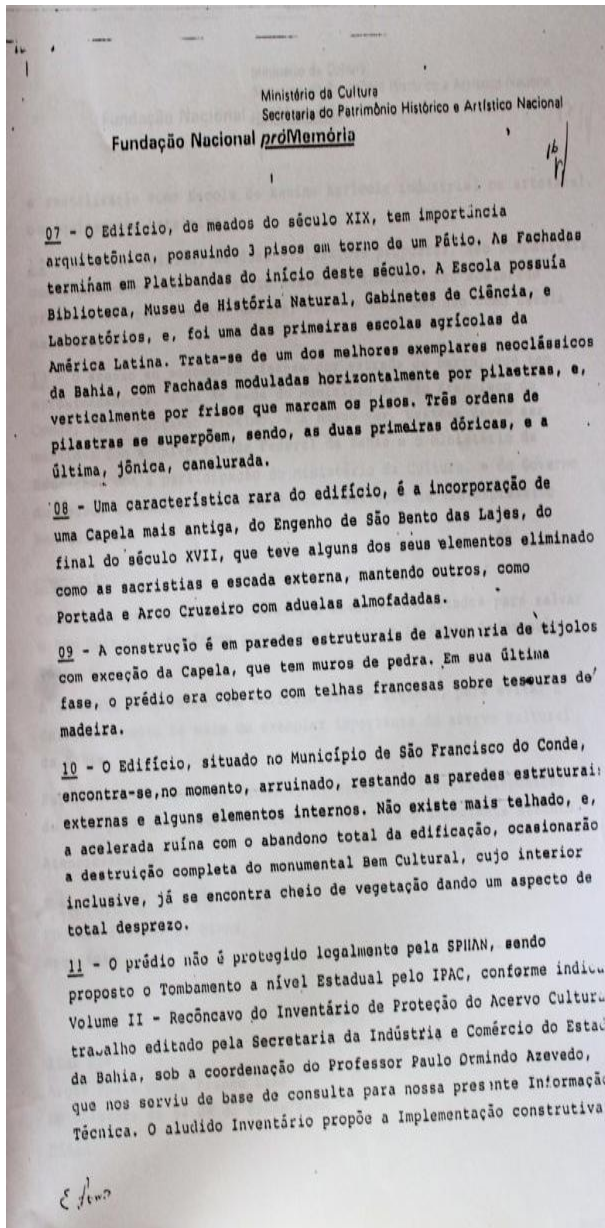
Figura 58 e 59: Foto do ofício nº 368/89 da Fundação Pró-Memória, foto da informação técnica nº 157/89.



Fonte: Autor, foto do ofício nº 368/89 no Ofício da prefeitura de São Francisco do Conde, março, 2021.

Essas informações técnicas evidenciadas, sobretudo, na segunda foto à direita sob a ótica do leitor/a (Figura 59), fazem uma contextualização e estabelecem um panorama espaço-temporal sobre a Imperial Escola Agrícola de São Bento das Lajes, desde a sua construção relativa ao Brasil-Império, funcionamento institucional, intervenções arquitetônicas, transformações de nomenclatura, mudança de localização e a incorporação à Ufba. Tais informações são semelhantes àquelas que se encontram no Ofício DG 084-2021 do Ipac e o volume II do "Inventário de Proteção do acervo cultural; monumentos e sítio do Recôncavo" do Ipac de 1982.

Figuras 60 e 61: foto da informação técnica nº 157/89 do ofício nº 368/89 no Ofício da prefeitura de São Francisco do Conde,



Fonte: Autor, foto, 2021.

No que concerne às fotos acima (Figuras 60 e 61), ainda na senda das informações técnicas relativas à Escola Agrícola, o destaque vai para os pontos 11, 12 e 13, pois, o arquiteto Eduardo Simas menciona, nesse ofício de 1989, que a partir das informações encontradas no "Inventário de Proteção do acervo cultural; monumentos e sítio do Recôncavo" houve uma interlocução através da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado

da Bahia sob a coordenação do professor Paulo Ormino Azevedo³⁶: "O prédio não é protegido legalmente pela Sphan, sendo proposto o Tombamento ao nível Estadual pelo Ipac".

No entanto, como já foi elucidado antes nesse trabalho, conforme os dados de tombamento referenciados pelo Ipac, sob o processo de tombamento N° 007/1981 e resolução de tombamento N° 28. 398/81, realizado no dia 10 de Novembro de 1981 sob a inscrição n° 24, o edifício em ruínas do Mosteiro de São Bento das Lages/Escola Agrícola foi tombado. Nesse caso, surge de novo esse questionamento: aconteceu de fato uma proteção legal ou uma noção institucional do patrimônio cultural aplicada a essas ruínas em São Bento das Lages? Certamente, esta é mais uma pergunta que revela as incongruências históricas e patrimoniais, ainda existentes no estudo sobre esse memorial *morto-vivo*, percebidas ao longo deste estudo científico.

Conforme essas informações técnicas feitas pelo arquiteto Eduardo Simas, do qual, ao longo dessa pesquisa não foi achada nenhuma biografia sobre a pessoa, observo que foi pensada uma reutilização ou restauração como Escola Agrícola industrial ou artesanal ou equipamento hoteleiro, entendidas como "compatíveis com o monumento", percebendo também uma aproximação teórica desse arquiteto às ideias de Viollet Le Duc (1854-1868) e Boito (1884) como foram abordadas no primeiro capítulo deste trabalho, de modo a sustentar ou estagnar o acelerado processo de arruinamento, a partir da consideração do "seu uso como Escola mais adequado" para a salvaguarda desse "bem cultural".

2.3.2 A Ufba e o Measb-UFRB

Historicamente, a Ufba, conforme as informações presentes no sítio eletrônico oficial desta instituição, tem seu começo em 18 de fevereiro de 1808, quando o Príncipe Regente Dom João VI instituiu a Escola de Cirurgia da Bahia, considerado como um primeiro curso universitário do Brasil. Na medida em que, ainda no século XIX, incorporou os cursos de

³⁶ Paulo Ormino David de Azevedo nasceu em Salvador, em 1937, filho do antropólogo Thales de Azevedo e da professora de música Maria David de Azevedo. Formou-se em arquitetura pela Universidade Federal da Bahia em 1959, fez especialização em "Conservação e restauração de bens culturais" no Internacional Centre for Conservation and Restoration of Monuments and Sites – ICCROM/UNESCO e doutorado no mesmo campo na Università degli Studi di Roma, "La Sapienza" em 1970, na Itália. Paulo Ormino é casado com a arquiteta e professora da UFBA Esterzilda Berenstein de Azevedo e pai de Luciano, Marcelo e Renata Berenstein de Azevedo e de criação de Sergio Ekerman. Ingressou como Instrutor de Ensino na Faculdade de Arquitetura da UFBA, em 1963, chegando a Professor Titular por concurso em 1996. Nela fundou o Grupo de Restauração de Arquitetura e do Urbanismo, GRAU, onde realizou, em convênio com o Estado de Sergipe, planos de preservação para S. Cristóvão e Laranjeiras e, com o IPHAN para Cachoeira. Aposentou-se compulsoriamente da UFBA em 2007. Disponível em: <http://www.pauloormindo.com.br/perfil.asp>. Acesso no dia 18 de março de 2021, às 17h10.

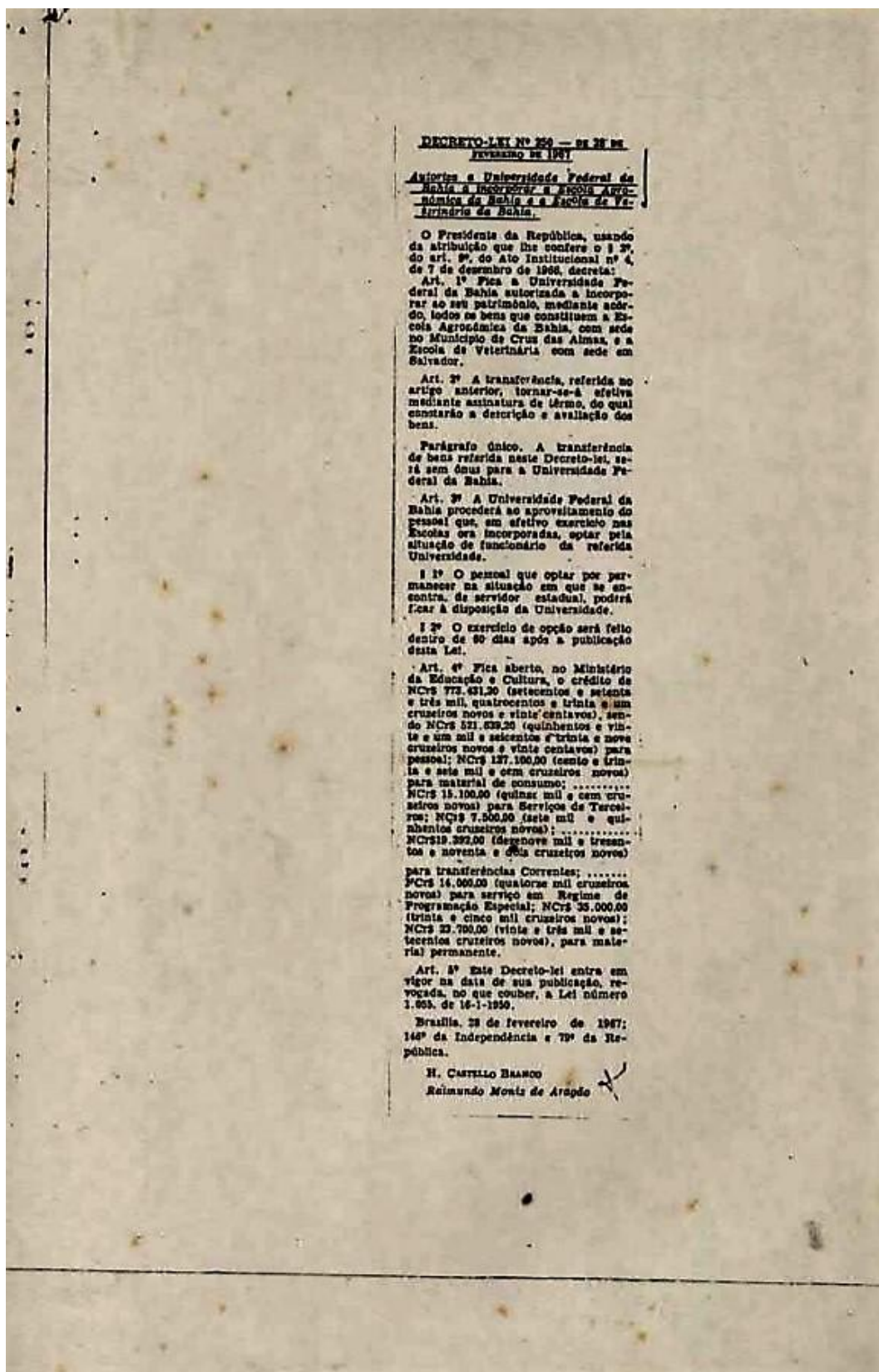
Farmácia (1832) e Odontologia (1864), a Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e Politécnica (1896). Já no século XX, Isaías Alves cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941):

O fundador da UFBA – O primeiro reitor da Universidade foi destaque na trajetória do ensino superior. Nasceu em Salvador, em 1894, diplomado em medicina e fez especialização em cirurgia em São Paulo. Ao retornar, ingressou na cátedra de Patologia e Cirurgia e dirigiu a Faculdade de Medicina. Durante 15 anos de reitorado (1946-1961), liderou o processo de federalização e implantou a infraestrutura física e de pessoal, escrevendo o primeiro capítulo de uma universidade integrada: Artes, Letras, Humanidades e Ciências. Logo no primeiro ano de reitorado a Universidade da Bahia, constituiu-se, formalmente. Em 1950, passa a Universidade Federal da Bahia, integrando as escolas isoladas e instituindo outros cursos. Em quinze anos sob o reitorado de Edgard Santos, a UFBA floresceu nas áreas de artes, humanidades e saúde (2021).

Assim sendo, qual a relação da Ufba com as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages? Esta relação, em termos históricos, está presente e escrita no livro do Ipac-Ba (1982, p. 198), por meio do decreto-lei nº 250 de 25 de fevereiro de 1967, quando o imóvel, a Escola Agrícola, foi incorporado à Universidade Federal da Bahia, permanecendo, desde então, sem uso social relativo a um funcionamento escolar ou institucional. De acordo com o Ofício DG 084-2021 do Ipac, a partir da imagem abaixo (Figura 62), é possível ver a existência de uma cópia desse decreto mencionado acima, sob a atribuição do presidente da república naquela época no Brasil, Humberto de Alencar Castelo Branco³⁷.

³⁷ Humberto Castello Branco assumiu a presidência do Brasil em 15 de abril de 1964. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/castelo-branco.htm>. Acesso no dia 02 de abril de 2021, às 14h53.

Figura 62: Decreto-lei nº 250 de 25 de fevereiro de 1967.



Atualmente, surge a seguinte interrogação: essas ruínas situadas na rua do cais de São Bento ainda pertencem à UFBA? Partindo desta pergunta, procurou-se estabelecer contato com o órgão específico desta universidade, denominado Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI, que como já foi mencionado na seção anterior, numa das notícias apresentadas nesta dissertação, já visitou, institucionalmente, essas ruínas em 2017.

Além disso, dentro das suas funções, cabe a Sumai-Ufba, fazer o planejamento, a coordenação e o controle do desenvolvimento da infraestrutura e patrimônio físico da universidade. Da mesma forma como, também é da responsabilidade deste órgão, elaborar, acompanhar e coordenar a implantação das políticas de gestão ambiental, sem esquecer o zelo pela manutenção das instalações físicas e espaços comuns da universidade³⁸. Entretanto, não consegui, na primeira tentativa, fazer o diálogo com esse órgão, mesmo com o envio de mensagem para o correio eletrônico institucional e uma tentativa de conversa pelo *whatsapp* com o atual diretor da Sumai, o professor Fábio Macedo Velame³⁹. Apesar do mesmo mencionar no seu *currículo lattes* que já terminou seu mandato como diretor desse órgão da Ufba em 2018, ainda consta no sítio eletrônico da Sumai, que o professor Fábio Velame é o diretor.

Sendo esta informação, acerca da diretoria, também confirmada pelo Demostenes Guimarães de Lacerda, que é o atual responsável pelo Setor de Registros Imobiliários da Coordenação de Projetos da Sumai, cuja interlocução via correio eletrônico, acabou tendo seu desdobramento numa resposta dada à pergunta sobre a quem pertence, na atualidade, o terreno onde se encontra as ruínas da Escola Agrícola,

O terreno e as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lajes pertencem à União Federal, embora alguns atribuam à UFBA a propriedade do imóvel. O Município de São Francisco do Conde deseja adquirir o bem através de doação e está conduzindo o processo junto ao Governo Federal, e, pelo que sei, tem a intenção de viabilizar projeto turístico para aproveitar o seu potencial. Infelizmente não tenho conhecimento do programa de turismo da prefeitura de São Francisco, se há previsão de restauração, ou qualquer tipo de intervenção (interlocução via correio eletrônico, 15 de março de 2021).

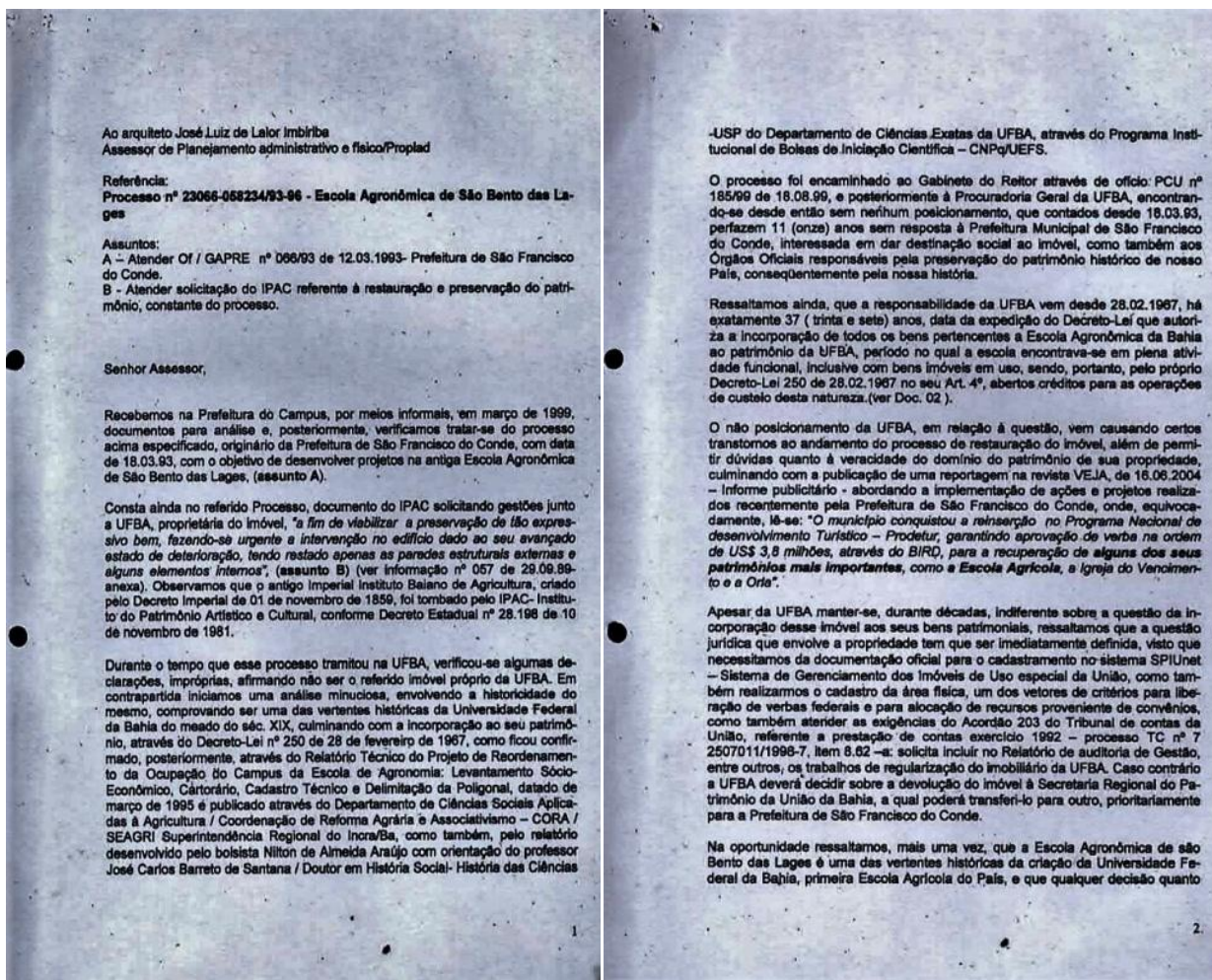
³⁸ Disponível em: <https://sumai.ufba.br/sumai>. Acesso em 11 de março de 2021 às 16h20.

³⁹ Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da UFBA (2003), Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFBA, na linha de Teoria e Crítica da Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Urbanismo (2007), e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFBA, na linha de Restauração, Conservação e Gestão de Bens Patrimoniais, área de concentração em Urbanismo (2013). Atualmente é Professor Adjunto IV (D.E.) da FAUFBA, professor do RAU+E Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade: Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia FAUFBA. Pesquisador Permanente do CEAO Centro de Estudos Afro-Orientais UFBA. Professor Permanente do PPGAU Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo UFBA. Superintendente de Meio Ambiente e Infra-Estrutura da UFBA - SUMAI/UFBA (2013-2018). Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4762238Z8>. Acesso dia 11 de março às 17h15.

Esta é, obviamente, uma resposta importante para o seguimento da pesquisa, mas que suscita duas perguntas: em que momento o terreno onde as ruínas da Escola Agrícola estão localizadas, deixou de pertencer a Ufba e passou a pertencer à União Federal? Existe algum documento ou decreto que comprova esta informação? Por enquanto, ainda não se obteve resposta a essas interrogações, demonstrando conexões que extrapolam a dimensão desta pesquisa. Até porque, segundo Demostenes Guimarães de Lacerda, "Essa questão por enquanto não tem resposta. (...) Como não se conhece o número da matrícula, ou mesmo qual cartório teria feito o registro, torna-se muito difícil comprovar a propriedade. Talvez o Arquivo Público do Estado da Bahia ou o Arquivo Nacional tenha algum decreto imperial ou qualquer documento oficial que trate do assunto."

Entretanto, sob a perspectiva do Ofício DG 084-2021 referente ao Ipac, existe o "Processo nº 23066-058234/93-96 - Escola Agrônômica de São Bento das Lages", por meio das seguintes imagens (Figuras 63, 64 e 65):

Figuras 63 e 64: Processo nº 23066-058234/93-96 - Escola Agrônômica de São Bento das Lages.



Fonte: Autor, foto do documento presente
no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

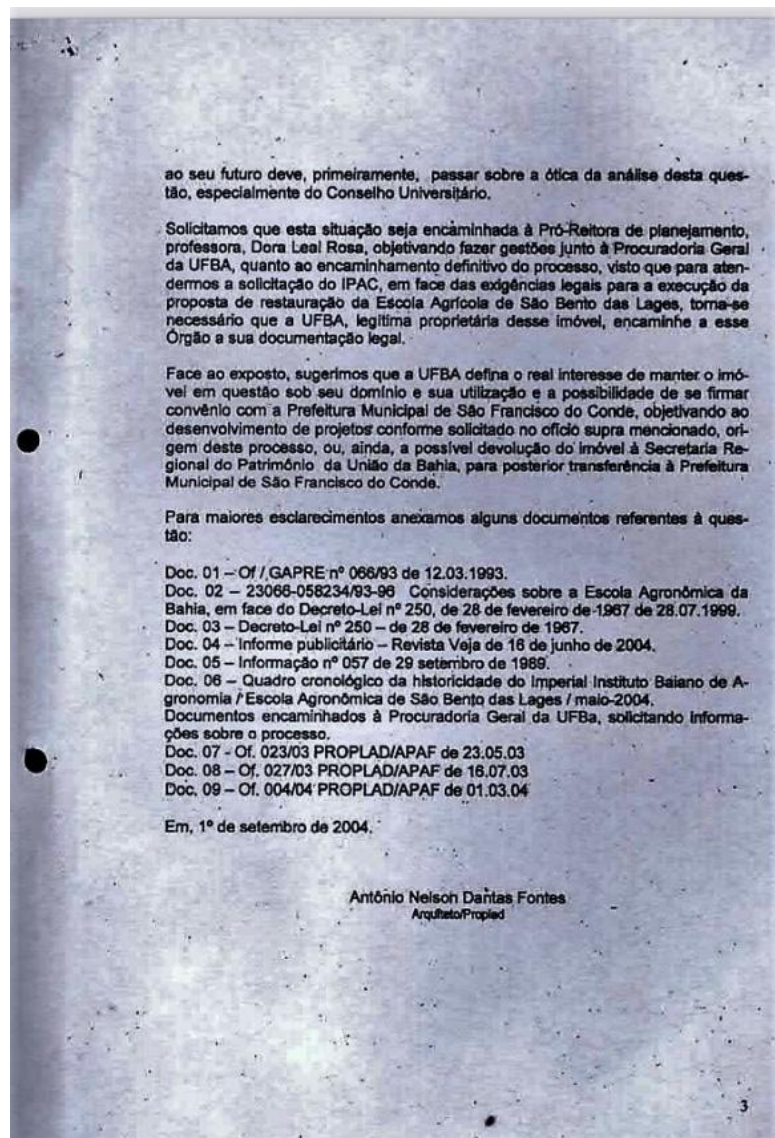
Partindo da ideia que esse processo foi escrito pelo arquiteto Antônio Nelson Dantas Fontes⁴⁰ da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD/UFBA, em setembro de 2004, para o arquiteto José Luiz de Lator Imbiriba⁴¹, o então acessor de planejamento administrativo e físico da mesma instituição, com dois assuntos em pauta: o atendimento à prefeitura de São Francisco do Conde e ao Ipac, visando o encaminhamento da documentação

⁴⁰ Técnico Administrativo da coordenação de Planejamento, Projetos e Obras: Núcleo de Planejamento, Projetos e Patrimônio Imobiliário da UFBA. Disponível em: <https://www.ufba.br/pessoas/antonio-nelson-dantas-fontes>. Acesso no dia 02 de abril, às 14h40.

⁴¹ Coordenador e técnico Administrativo da coordenação de Planejamento, Projetos e Obras (CPPO). Disponível em: <https://www.ufba.br/pessoas/jos%C3%A9-luiz-de-lator-imbiriba-coordenador>. Acesso no dia 02 de abril, às 14h42.

legal da propriedade relativa às ruínas da Escola Agrícola, a Pró-Reitoria de planejamento da Ufba na época, sob a direção da professora Dora Leal Rosa⁴².

Figura 65: Processo nº 23066-058234/93-96 - Escola Agrônômica de São Bento das Lages.



Fonte: Autor, foto do documento presente no Ofício da Diretoria Geral 084-2021, março, 2021.

⁴² Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1969), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1973) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1999). Obteve na França, na Université des Sciences Humaines de Strasbourg o D.E.A. em Sciences et Formes de l'Education (1989). Construiu sua carreira acadêmica e profissional na UFBA, ocupando o cargo de Pró-Reitora de Planejamento e Administração, Diretora do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP), Coordenadora do Ensino de Pós-Graduação. Foi Diretora Geral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Bahia (2007-2009), Integra a Linha Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. Foi Reitora da UFBA (2010 - agosto de 2014). Aposentou-se como Professora Associado 4 da UFBA - Faculdade de Educação (agosto de 2014). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia e Antropologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação institucional, política e gestão da educação superior. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4233465/dora-leal-rosa>. Acesso no dia 02 de abril, às 14h43.

Este documento elucidado a partir dessas imagens (Figuras 63, 64 e 65) evidencia, dentro da Ufba, durante a tramitação desse processo, que foram feitas "declarações impróprias afirmando não ser o referido imóvel próprio da Ufba", no qual, consta ainda neste documento, uma verificação, através do levantamento socioeconômico, cartório, cadastro técnico e delimitação da poligonal publicado em março de 1995 e um relatório escrito pelo então bolsista do programa institucional de bolsas de iniciação científica da Universidade Federal de Feira de Santana - UEFS, Nilton de Almeida Araújo⁴³. Destarte, foi feito um encaminhamento desse processo sobre as ruínas da Escola Agrícola à Procuradoria-Geral da Ufba em agosto de 1999, que absteve-se em responder, sendo por causa disso, como referido nesse documento, o que "vem causando certos transtornos ao andamento do processo de restauração do imóvel, além de pavimentar dúvidas quanto à veracidade do domínio de patrimônio da sua propriedade" e manter-se "indiferente" quando a questão é a incorporação desse imóvel aos bens patrimoniais da Ufba.

Nesse caso, interpreto que a Ufba, enquanto uma instituição que *a priori* detém a propriedade desse imóvel em São Francisco do Conde, não tem definido essa questão em termos regulamentares, o que tem criado, conforme este documento, entraves no processo de tutela dessas ruínas. Dadas as inúmeras possibilidades de interlocuções que, o documento ou fonte aqui mostrada em imagens acaba transmitindo, não vai ser possível neste trabalho adensar nesta especificidade de estudo, embora seja crível que o seguimento por essa trilha de informações, provavelmente, trará melhores evidenciamentos sobre o assunto aqui discutido.

Uma conexão possível que também precisa ser pensada, tendo a Ufba como foco é com o Cetre dessa mesma universidade, que está relacionado, em termos históricos, à cocriação do ante-projeto idealizado em 1984 para as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, sob a responsabilidade da arquiteta Elisabete Cardoso Palmeira, advindo do "V curso de especialização em conservação e restauração de monumentos e conjuntos artísticos", nesse mesmo ano, em colaboração com o Ipac.

⁴³ É professor adjunto de História do Brasil no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Licenciado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS, 2002), mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia e pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UFBA/UEFS, 2006) e doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2010). Tem atuação na área de História do Brasil, com ênfase em História das Ciências, Relações Raciais no Brasil e os seguintes temas: Ciências Agrárias, Recôncavo Baiano, Vale do S. Francisco e hegemonia no Brasil Império e Primeira República. Coordenador do ETC - Observatório de Estudos em Educação, Trabalho e Cultura (UNIVASF). Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4764390H0>. Acesso no dia 02 de abril, às 14h45.

O Cece foi criado na década de 1970, por convênios celebrados entre a Secretaria de Cultura do MEC, a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Pró-Memória (Sphan/Fnpm), assim como, com as mais diversas universidades brasileiras. Desta forma, a partir de sua quarta versão realizada em Salvador em 1981-1982, tornou-se um curso de alcance internacional, passando a contar também com a participação de alunos e consultores estrangeiros⁴⁴. Embora tenha sido feita uma tentativa de contato por correio eletrônico com o Cece, não foi possível estabelecer o diálogo.

Dando continuidade à pesquisa, agora mediante a interlocução com o Measb, através do catálogo dos acervos salvaguardados por esta instituição (2019, p.7), que segundo a apresentação da Tatiana Ribeiro Velloso, a então Pró-Reitora de Extensão da UFRB, a organização desses acervos é fruto do trabalho executado pela equipe do Núcleo de Gestão do Measb da Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT, em parceria com o Ipac, por meio da aprovação em Edital Público do Projeto de Documentação Museológica do acervo do Measb. Sendo que, a presente publicação,

(...) expressa a história do Ensino Agrícola Superior da Bahia que se inicia com a criação do Imperial Instituto Bahiano da Agricultura e da Imperial Escola Agrícola da Bahia, sediada em São Bento das Lages, em São Francisco do Conde – BA. Posteriormente, é criada a Escola Agrícola da Bahia, em Monte Serrat, Salvador – BA, e por fim, a Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, em Cruz das Almas – BA, que se entrelaça com a criação da própria Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB em 2005 (2019, p. 7).

De acordo com o documento "Política de Aquisição do Acervo do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia" (2018, p. 6), o Measb/UFRB interessa-se pela materialização do objeto enquanto patrimônio, levando em consideração no processo de musealização, as narrativas orais que subsidiem as informações de caráter extrínseco aos objetos e ao seu contexto histórico, tal como o simbólico e cultural, visando atender a práxis museológicas, no que tange as ações de pesquisa, documentação, conservação, educação e exposição. A proteção desse acervo deve atender às normas de prevenção fundamentadas na Legislação que rege esse Memorial, utilizando-se dos princípios recomendados nas cartas patrimoniais para esse fim.

Conforme as informações postas no catálogo, pelo então museólogo do Projeto de Documentação do Acervo do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, George Silva do Nascimento (2019, p. 9), o Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, por meio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, entra no cenário

⁴⁴ Disponível em: <https://cece.ufba.br/pt-br/historico>. Acesso em 12 de março de 2021 às 20h20.

museológico no Recôncavo da Bahia, na tipologia de Instituição Museológica Universitária, cuja responsabilidade em sua proposta de comunicação, tem como pressuposto a exposição e divulgação, perspectivando um atendimento às ações de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com o catálogo (2019, p. 11), o Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Measb/UFRB, é uma Instituição de caráter museológico, sediada no Campus de Cruz das Almas - Bahia, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão. Trata-se de um projeto criado em 2004, no qual, o Memorial tem a missão de proteger e divulgar a memória do Ensino Agrícola através do seu acervo que remonta ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) e a Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB), a primeira instituição de Ensino Superior Agrícola da América Latina, fundada no Recôncavo Baiano em São Francisco do Conde - BA, no século XIX.

Assim, a aprovação do Projeto de Documentação do Acervo do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, no Edital Setorial de Museus 2016 - 20/2016, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, e sua execução no ano de 2018, tornam-se um importante marco para o desenvolvimento das ações institucionais, que culmina na publicação do primeiro catálogo do acervo do MEASB/UFRB (2019, p.11).

Ainda em conformidade com o catálogo e as multimídias disponíveis no sítio eletrônico da instituição (2019, p. 13), o Measb/UFRB possui um diversificado conjunto de 84 peças variadas e datadas do século XVIII ao XX, oriundas da coleção do Imperial Instituto Bahiano D'Agricultura (IIBA) e da Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB), sediada em São Bento das Lages, em São Francisco do Conde-BA, da Escola Agrícola da Bahia, em Monte Serrat, Salvador-BA, e da Escola Agrônômica da Bahia, em Cruz das Almas-BA. Este catálogo subdivide-se em: Apresentação, Memória e Agronomia, o Memorial, o Acervo, Linha do tempo, Coleções-Mobiliário, Instrumentos científicos, Fotografias, Acervo Documental, Acervo Bibliográfico e Referências.

Quanto aos acervos que se encontram disponíveis para observação, referentes à Escola Agrícola de São Bento das Lages, o destaque deste catálogo do Measb vai para duas fotografias que mostram como era a parte interior da Escola, mas sem indicar uma data precisa em que foram tiradas, podendo ser entre os finais do século XIX e início ou meados do século XX.

Na primeira foto (Figura 66) é possível observar que se trata de uma biblioteca, com os livros arrumados em prateleiras, cadeiras e mesas dentro do recinto. Na segunda (Figura 67), temos o museu de Zoologia e Mineralogia, que indica ter a presença de inúmeras peças como a representação do esqueleto humano, peças de animais dentro e fora das prateleiras e a

presença de um senhor de etnia negra que aparenta ser o responsável pelo museu naquela época.

Figura 66: Fotografia em preto e branco da Biblioteca da Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, São Francisco do Conde (BA).



Fonte: Catálogo do MEASB, 2021.

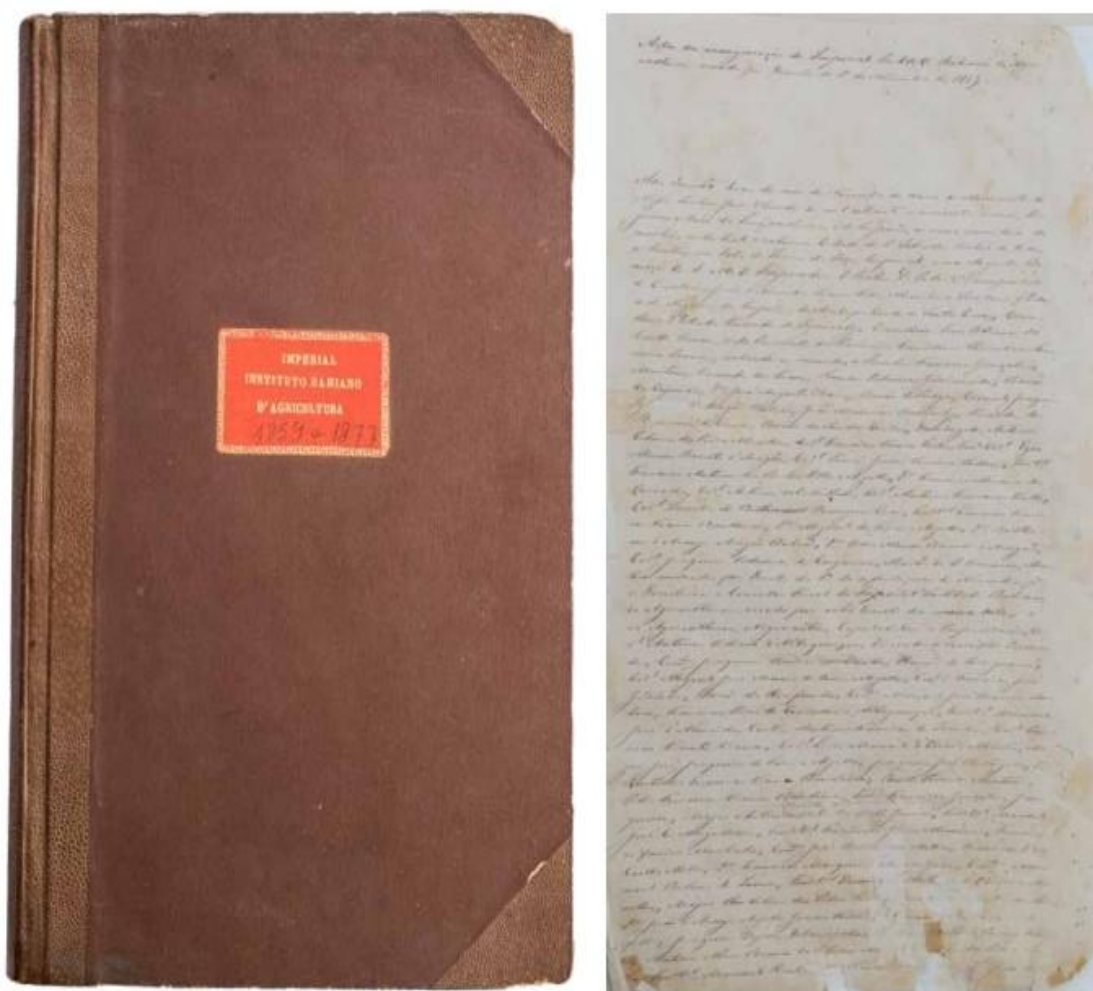
Figura 67: Fotografia em preto e branco do Museu de Zoologia e Mineralogia da Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, São Francisco do Conde (BA).



Fonte: Catálogo do MEASB, 2019.

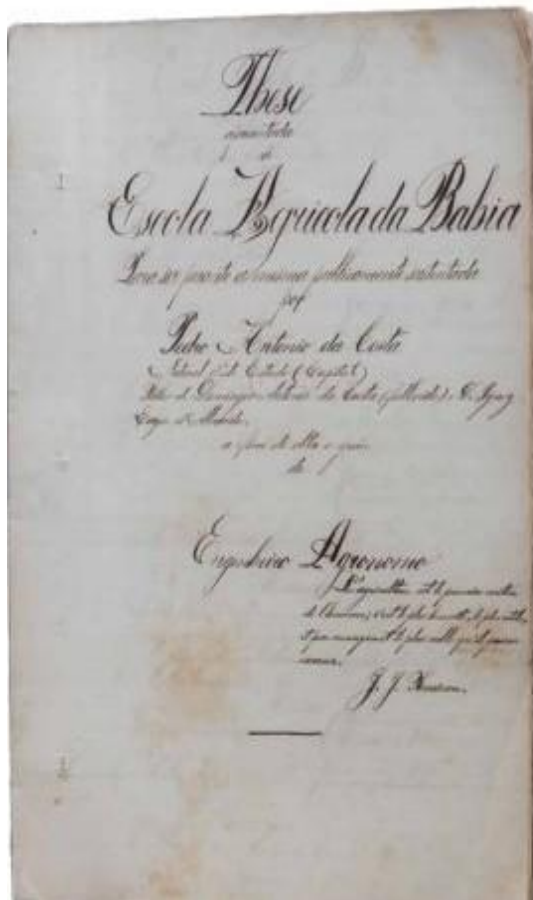
No que tange aos acervos documentais, pode ser observado no catálogo a imagem do livro de atas relacionado com a inauguração do Instituto Bahiano de Agricultura e da Escola Agrícola, e quanto ao acervo bibliográfico, aparece a tese de conclusão do Pedro Antônio da Costa, um antigo estudante da Escola Agrícola. Ambas as figuras (68 e 69) demonstram que ainda existem muitas fontes documentais e escritas acerca do ensino agrícola ocorrido em São Bento das Lages.

Figura 68: Livro da Ata de inauguração do Instituto, datado de 1859 a 1877. Abertura em 18 de novembro de 1859.



Fonte: Catálogo do MEASB, 2019.

Figura 69: “Agentes Meteorológicos e sua Influência sobre a Vegetação”
Tese de Pedro Antonio da Costa⁴⁵; 1898.



Fonte: Catálogo do MEASB, 2019.

Deste modo, numa das possíveis interlocuções realizadas, a partir do número do whatsapp com a museóloga, Joana Angélica Flores Silva, que trabalhou como gestora chefe do Measb, no Núcleo de Gestão do Memorial (Numen) durante 2017 a 2019, foi possível perceber que, conforme a sua perspectiva, foi possível organizar a documentação e o acervo referente às teses e trabalhos dos estudantes da Escola Agrícola em São Francisco do Conde, que faziam, por exemplo, referência às temáticas relativas a escravidão.

Mediante essa conversação, Joana Flores disse que conseguiu realizar uma exposição-vivência fotográfica chamada "Planta-se memórias, colhe resistência" que se fez na Semana Nacional dos Museus, especificamente, em quatro quilombos de São Félix - Bahia, que são

⁴⁵ Pedro Antônio da Costa, Professor de Cultura do Aprendizado, 6a. Cadeira, Escola Agrícola da Bahia, São Bento das Lajes, São Francisco do Conde (BA), 1922. Acervo do projeto de pesquisa “Cultura do Aprendizado: biografia, auto-formação, produção literária, pensamentos acadêmico, holístico e esotérico de Pedro Antônio da Costa, coordenado pelo Prof. Dr. Cláudio Orlando Costa do Nascimento/ UFRB/ Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult)/ e Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (Neab-Recôncavo).

Santo Antônio, Vidal, Terra do Governo e Subauba e no Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL, *Campus* da UFRB em Cachoeira - Bahia, cuja temática preconizou dar visibilidade ao "legado ou memória da terra" produzido pela população quilombola da região, sem estar vinculada a uma perspectiva de produção agrícola industrial, universitária e histórica referente à Escola Agrícola em São Bento das Lages ou a Faculdade de Agronomia da UFRB em Cruz das Almas - Bahia.

Entretanto, Joana Flores também comentou sobre a não possibilidade de se fazer mais exposições itinerantes, muito por falta de incentivos econômicos para sustentar o custo das atividades de musealização, o déficit de colaborações institucionais e de profissionais especializados na área. No decorrer dessa interlocução, uma reflexão que foi possível se fazer, está relacionada com a importância em dar visibilidade à questão da memória agrícola das populações que habitam no Recôncavo da Bahia, sem estar, diretamente, atreladas às instituições agrícolas universitárias, como foi o caso da Escola Agrícola em São Bento das Lages na época em que funcionou como horta.

Dada a dificuldade em conseguir fazer contato, via por correspondência de correio eletrônico e telefone, com a atual gestão do Measb, assim como em se fazer uma visita às instalações desse memorial que fica em Cruz das Almas, devido aos procedimentos de segurança por causa da pandemia do Covid-19, ainda assim foi possível fazer uma interlocução por meio da exposição virtual, "Escola Imperial Agrícola da Bahia - História e Memória", que aconteceu entre 3 a 6 de Novembro de 2020, no evento denominado RECONCITEC - Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia pela UFRB, sob a iniciativa da instituição aqui mencionada, junto com a colaboração da professora Patrícia Santos, atual gestora ou coordenadora, e executada pelos estudantes Daniel Paulo, Rebeca Andrade e Tamires Biazotto.⁴⁶

Nesta exposição visual, primeiramente é feita uma contextualização sobre o Imperial Instituto Bahiano D'Agricultura, desde a sua criação, data de inauguração e instalação em São Francisco do Conde e a apresentação de um mapa em vídeo, estabelecendo de forma cronológica, a trajetória do Ensino Agrícola da Bahia. Nesta exposição virtual, para além das fotografias e as coleções ou acervos do Measb referentes ao local, tem-se informações sobre as novas tecnologias do uso da terra e as categorias de Estudantes da Escola Agrícola, indicando que,

⁴⁶ Disponível em: <https://ufrb.edu.br/ppgci/exposicao-virtual-do-measb/> Acesso em 20 de março de 2021 às 15:02.

O ensino superior destinava conhecimentos tecnológicos mais avançados, e concedia o título de Engenheiro Agrônomo. O curso elementar, com durabilidade de três anos, oferecia uma formação técnica e prática, voltada para a formação de operários agrícolas. A estrutura curricular da formação elementar incluía noções de Geografia, Gramática, Contabilidade e Música. A primeira categoria de alunos, era formada pelos filhos de famílias que praticavam a agricultura, como donos de engenhos e filhos de viúvas. Já a segunda categoria, era constituída de órfãos e filhos de pequenos lavradores (2021).

Quanto aos vídeos presentes nesta exposição, na seção "Memórias" realizados em 2002 e 2009, destacam-se os depoimentos audiovisuais de moradores e professores antigos, assim como, as imagens relacionadas, sobretudo, a Escola Superior de Agronomia em Cruz das Almas. Ainda assim, no vídeo realizado em 2002, quando a Faculdade de Agronomia ainda estava sob a tutela da Ufba, é mencionado que "os remanescentes" da Escola Agrícola em São Bento das Lages foram transferidos pelo Governo Estadual ao Governo da União, em 1910.

Da mesma forma como, ainda na senda da interlocução com a atual coordenação do Measb, mediado pela minha orientadora Suzane de Tavares Pinho Pêpe, foi possível obter um documento escrito e digitalizado, intitulado "*Roteiro - exposição 157 anos de história*", relativo à antiga Escola Agrícola de São Bento das Lages, que diz o seguinte:

A casa ocupada hoje pelo memorial é também um lugar de Memória. Ela é parte de um conjunto de construções que serviam de residência para os professores da instituição, conhecido hoje como antigo Bairro dos Professores. No jardim do Memorial temos duas peças que remetem à história das práticas agrícolas. À direita uma grade niveladora de tração animal que tinha a função de nivelar o terreno arado, quebrando os torrões. À esquerda, uma plantadeira. O MEASB tem hoje a responsabilidade de salvaguardar o patrimônio herdado da antiga Escola Agrícola da Bahia. Esse trabalho foi iniciado em 2004, por um grupo de professores da então Escola de Agronomia que, a partir da submissão de um projeto a um edital iniciam o trabalho de recuperação de algumas obras. No acervo do MEASB temos seções mais voltadas para a pesquisa, como o Arquivo histórico e a biblioteca com a coleção de teses manuscritas e obras raras; na iconografia temos uma expressiva coleção de fotografias que documenta desde o período de São Bento das Lages até o campus de Cruz das Almas; a coleção de quadros em óleo sobre tela, das últimas décadas do século XIX e que compunha o salão nobre da Escola em São Bento das Lages; a coleção de equipamentos técnicos, científicos e didáticos; e o mobiliário remanescente das distintas fases e locações da Escola (p. 1).

Tais informações presentes neste documento escrito corroboram e acrescentam determinadas questões referentes ao objetivo e a criação do Measb, explicitando também, ao nível da organização e curadoria do espaço interior desse memorial, quais são os objetos, acervos e coleções que existem em cada sala e nos corredores. Na Sala 1 (Direita), há uma possibilidade de se conhecer, historicamente, o que foi a Escola Agrícola, a partir de ilustrações, desde a data de inauguração, passando pela apresentação de quadros referentes às

personalidades que trabalharam e estudaram nesse local. No corredor entre a sala 1 e 2, existe um quadro de turma formada em São Bento das Lages – imagem central do prédio principal da Escola.

Na Sala 2, conforme esse documento, são dadas informações acerca da construção da Escola Agrícola, como a pessoa que a projetou em termos arquitetônicos, Louis Jacques Brunet, elucidando também aspectos relacionados com o patrimônio da Escola como os equipamentos científicos e didáticos dos diferentes períodos da Escola de São Bento, a exemplo da balança de precisão (caixa de madeira preta), o modelo de Parafuso de Arquimedes e a sirene acústica. Igualmente, dentro desta sala, existem fotografias, quadros e detalhes históricos e escritos sobre a forma de ensino que existiu na Escola Agrícola,

O ensino foi desde o início dividido entre a ideia de se dar ênfase ao conhecimento teórico e à pesquisa, de pretensão superior, que formaria engenheiros agrônomos e veterinários; e uma visão prática, de cunho elementar, que tinha como objetivo habilitar lavradores e regentes florestais. Ficou estabelecido o regime de internato para os alunos, que deveriam ter 16 anos ou mais. O curso de agronomia tinha a duração de quatro anos e o de veterinária três anos. Ao término dos estudos os alunos apresentariam e defenderiam, publicamente, uma tese sobre agricultura e ciências afins, recebendo o título de engenheiro agrônomo ou veterinário. Já o ensino ministrado no curso elementar consistia em leitura de vernáculo, escrita, noções de aritmética e, o principal, que eram os trabalhos práticos no campo. Desde a sua fundação, em 1877, até 1904, a Escola Agrícola da Bahia teve 380 alunos matriculados e diplomou 377. A maior parte pertencia à elite baiana, sobretudo à aristocracia agrária. Isso perpassa diferentes fases da instituição. Desde 1860, quando foi estabelecido o número de máximo de 20 alunos matriculados por ano, para o curso superior (p. 6).

Um aspecto histórico que surge nesse documento escrito, em relação a um quadro, nomeado como quadro de Miguel Calmon, presente na sala 2 do Measb, faz uma referência ao ano 1904, como um momento em que, o governador da Bahia José Marcelino de Souza encarregou Miguel Calmon du Pin e Almeida da organização do Instituto Agrícola da Bahia. Este trouxe da Europa Léo Zehntner, que acabara de realizar um estudo sobre culturas tropicais em Java, na Indonésia, para dirigir o estabelecimento. Léo Zehntner tratou logo de adaptar a Escola Agrícola da Bahia, então sob a égide do Estado da Bahia, aos novos planos, a partir da instalação de campos de cultura, já que somente existia um maltratado pomar em São Bento das Lages.

Já na Sala 3, existem exemplares da coleção bibliográfica: tese e livro (ou imagens de livros) sobre o discurso cientificista da Escola Agrícola dos estudantes ou alunos, na medida em que, é possível observar um conjunto de teses, nas quais, permitem traçar um perfil dos estudantes. Sendo, 70% providos de famílias do Recôncavo, o que traz à tona um padrão de

preponderante reprodução de quadros egressos de uma fração de classe específica da Bahia, do hegemônico Recôncavo Baiano, pelo menos no que diz respeito ao período da Escola Agrícola da Bahia - EAB em São Bento das Lages, até 1930. Este documento também menciona que, existiram estudantes de outras cidades da Bahia, a exemplo de Feira de Santana e Xique-Xique, e estados como Sergipe e Rio de Janeiro, revelando, certamente, que havia um certo reconhecimento da Escola Agrícola para além da província da Bahia naquela época. Até porque dado o significativo grau de endogenia,

Compreendendo o período da Escola em São Bento das Lages, 33,3% da diretoria foi composta de diplomados pela própria instituição. Este índice se eleva um pouco para 36% de ex-alunos no que diz respeito ao corpo docente. Essa é uma característica que acompanha a instituição ao longo do tempo. No período mais recente, em Cruz das Almas, a endogenia também está presente. Por outro lado, muitos dos formados pela Escola ocuparam cargos públicos ou ingressaram em outras instituições de ensino, como por exemplo a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) (primeiro diretor foi Gustavo Dutra) do Rio de Janeiro possuía em 1929 14% de seu quadro docente composto por nordestinos, sobretudo da Bahia, fato que pode ser associado à existência da EAB. O Instituto Agrônomo de Campinas, a Secretaria de Agricultura da Bahia, Secretaria de Agricultura de São Paulo, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio são outros exemplos (p. 8 e 9).

Por último, na Sala 4 do Measb, em conformidade com o documento escrito ou roteiro de exposição, podem ser vistos os objetos e artefatos relativos à Escola Agrícola, a exemplo do: nefoscópio, que é utilizado para o exame e avaliação da direção das nuvens altas; o barômetro, que é baseado na deformação de um tubo metálico de paredes flexíveis em cujo interior é feito o vácuo. E um barômetro metálico para medir pressão atmosférica; pantômetro de pínula, que serve para medir ângulos horizontais e verticais visando o objeto através de pínulas (pínulas – pequenas lâminas metálicas), a bússola de agrimensor com alidade de luneta, a Bússola de declinação utilizada para medir ângulos horizontais em levantamentos topográficos e a alidade de luneta, utilizada para medir ângulos nos levantamentos topográficos ou na navegação.

Em decorrência desta interlocução com a atual coordenação do Measb, também foi disponibilizado um documento digitalizado intitulado "*Instrumentos de demonstração, utilizados normalmente em aulas práticas*", cujo conteúdo abrange fotografias de determinadas peças e coleções de objetos, que fazem referência à Escola Agrícola de São Bento das Lages, a exemplo das seguintes imagens (Figuras 70 e 71):

Figuras 70 e 71: O barógrafo e o pantômetro utilizados normalmente em aulas práticas na EAB.

BARÓGRAFO

Termo	Barógrafo
Estrutura/Hierarquia	INSTRUMENTO CIENTÍFICO\INSTRUMENTO CIENTÍFICO DE REGISTRO/REGISTO\Barógrafo
Nota Explicativa	Utilizado para medir e registrar de forma contínua e automática os valores da pressão atmosférica.p>
Área do Conhecimento	- FÍSICA\Mecânica dos Fluidos - METEOROLOGIA
Instituições	- Museu do Instituto Superior de Engenharia do Porto (MISEP) - Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Universidade de Lisboa (MUHNAC) - Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI)

PANTÔMETRO

Termo	Pantômetro (Brasil) Pantómetro (Portugal)
Estrutura/Hierarquia	INSTRUMENTO CIENTÍFICO\INSTRUMENTO CIENTÍFICO DE MEDIDA\Pantómetro
Nota Explicativa	Utilizado para medir ângulos horizontais.p>
Área do Conhecimento	- GEODÉSIA E GEOPÍSICA\Cartografia e Agrimensura - GEODÉSIA E GEOPÍSICA\Topografia
Instituições	- Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (MCT-EM-UFOP) - Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (MDCT-UFJF) - Museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (MFEUP) - Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Universidade de Lisboa (MUHNAC)

Fonte: Acervo do MEASB, 2021.

Ao longo deste segundo capítulo, foi feito um debate com as fontes históricas referentes às ruínas da Escola Agrícola, perspectivando um diálogo em termos espaciais, sobretudo, com a rua do cais de São Bento, o bairro de São Bento das Lages, a cidade de São Francisco do Conde, o estado da Bahia e o Brasil, levando em consideração a importância histórica desses locais para esse contexto de pesquisa. Sem perder de vista, uma busca de entendimento acerca das políticas de preservação patrimonial, mediante os pressupostos teóricos, as fontes históricas e as interlocuções estabelecidas com o Ipac, a Ufba, a Prefeitura de São Francisco do Conde e o Measb-UFRB, em meio dessa *encruzilhada* de teorias, conceitos, representações e realidades que ainda perpassam o estudo das/sobre as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, enquanto um memorial *morto-vivo*.

À esquerda, figura 72: A fachada principal das ruínas da Escola Agrícola em abril de 1984.
À direita, figura 73: A fachada principal das ruínas da Escola Agrícola em abril de 2021.



Fonte: Ofício da Diretoria Geral 084-2021, 1984.

Fonte: Autor, abril, 2021.

Na rua do cais de São Bento e por meio dessas duas imagens (Figuras 72 e 73), separadas por 37 anos, ambas fotografadas de frente para o mesmo local onde a fachada dessas ruínas podem ser avistadas, é possível observar o quão acelerado foi o processo de arruinamento deste antigo prédio. Assim como, através de uma interpretação paisagística, desses dois momentos diferentes que foram "congelados" em fotografias, também é possível ver as transformações no meio ambiente em volta, desde a mudança da estrada de acesso, de terra batida para empedrada, o aparecimento, posterior, dos postes de energia elétrica e as diferenças em termos de composição das vegetações no local. Provavelmente, para um espectador/a desatento, não se tratam do mesmo lugar, mas são, apenas estão diferentes no tempo, no espaço e na representação que perpassa o momento em que essas fotos foram produzidas.

CAPÍTULO III: No bairro de São Bento das Lages

3.1 A *ginga* com as memórias

Esta fase do trabalho é aquela a qual apelido de o "coração" desta pesquisa, isto porque o objetivo é estabelecer uma interlocução com a dimensão social e cultural da população são-franciscana, principalmente, a que habita no bairro de São Bento das Lages, tendo as ruínas da Escola Agrícola na rua do cais de São Bento como um eixo, no qual, as representações sociais existem.

Nesse sentido, importa levar em consideração a categoria ou o conceito de memória enquanto representação social, para refletir sobre os diálogos estabelecidos com os moradores do bairro de São Bento das Lages, capazes de evidenciar determinadas falas através dos depoimentos das pessoas que, no decorrer da pesquisa de campo, demonstraram ter conhecimentos e vivências relativas às ruínas da Escola Agrícola como moradores mais antigos do bairro de São Bento das Lages e as antigas trabalhadoras da horta que existiu nas imediações dessas ruínas nos anos 1990.

Ainda neste último capítulo, objetivo fazer uma discussão acerca dos desafios que englobam ou "amarram" todas as três partes desta dissertação, enquanto um todo cujo ponto de encontro entre cada uma delas, são as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Essa "fase final" do trabalho começa com uma reflexão em torno das memórias e por meio de uma *ginga* ou um movimento que faz alusão à capoeira, como algo posto nesta prática social afro-brasileira, que busca confundir um/uma oponente. Ou seja, parto do pressuposto que as memórias também possuem segredos e "cartas nas mangas" não reveláveis, dentro do que é oralizado, do dito e percebido como óbvio.

Retomo a categoria de pensamento ou noção, que também é fundamental para pensar sobre essas ruínas, que é o lugar de memória. Ao contextualizar esse conceito, o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 7) discorre sobre a aceleração da história e o fim da memória, enquanto uma oscilação, cada vez mais rápida, de um passado considerado morto e percebido como desaparecido, em ruptura de equilíbrio com o que é considerado antigo, pois, conforme Nora,

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de

continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memórias porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p. 7).

Existe a possibilidade de dizer que as ruínas podem sim ser consideradas, como um lugar onde as memórias acabam por ficar guardadas ou cristalizadas, representadas e aprisionadas, por outras palavras, as memórias se tornam um processo psicológico, corpóreo e mental, por exemplo, dos primeiros estudantes do ensino superior na Escola Agrícola de São Bento das Lages, como representações sociais que deixaram de existir ou estão em vias de esquecimento, mas ainda existem fragmentos. Esse *gigante antropofágico* ou memorial *morto-vivo*, por si só, funciona como um marcador ou refúgio de lembranças esfaceladas da existência dessa antiga Escola Agrícola.

A psicóloga e escritora brasileira Ecléa Bosi (2003, p. 39), afirma que a memória é um cabedal infinito, no qual só se registra um fragmento ou fragmentos. Por exemplo, de forma frequente, as mais vivas recordações acabam aflorando depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão. Tendo em conta que, muitas dessas passagens não foram registradas, porque foram percebidas como confidências.

Para Bosi (2003, p. 47), atribui-se à memória uma função decisiva no processo psicológico total enquanto força subjetiva atual, profunda, penetrante, latente, invasora e ativa pois, a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, esse processo sofre interferência na questão vinculada às representações sociais. Já que, através da memória, não só o passado vem à tona das águas presentes, misturadas com as percepções imediatas, empurrando e deslocando essas últimas, como igualmente, passa a ocupar o espaço da consciência como um todo.

Baseado nas contribuições de Maurice Halbwachs (1990, p. 26), é importante salientar que, nossas memórias permanecem coletivas, e elas nos são lembradas por outros indivíduos, até mesmo se tratando de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. Isto porque, nunca estamos sós, pois, de alguma forma, há uma realidade e dimensão de compartilhamento de memórias, dentro de uma sociedade ou bairro, que está em constante mutabilidade.

Para Halbwachs (1990, p. 33), também é preciso reconhecer a existência de um conjunto de lembranças que se tem e que pode desaparecer de forma brusca ou lenta. Por exemplo, quando se esquece um determinado período da vida, devido ao fato de perder-se o contato com determinadas pessoas que numa fase faziam parte da mesma coletividade ou grupo social. Por isso, não há espanto caso essas lembranças se diluam ou se anulam no

presente, definindo assim, em termos gerais, o esquecimento e o afastamento em relação a essa coletividade de outrora.

Mediante a interlocução de uma película fílmica que eu assisti e dentro dessa perspectiva de se reconstruir memórias e de algumas delas desaparecerem com o tempo, Lee Unkrich no filme animado *Viva: A Vida é uma Festa* de 2018, tece uma representação fílmica que mostra a preponderância do papel exercido pelas pessoas já falecidas, sobre aquelas ainda vivas. O mundo dos mortos acaba sendo um lugar mítico alimentado pelas lembranças dos entes queridos e familiares, que permanecem em vida, estabelecendo um diálogo por meio das oferendas que são dadas para os falecidos/as. Em termos narrativos, espaciais e temporais, a história desse desenho animado se passa no México, alusivo às festividades do dia dos mortos.

O personagem principal é um menino chamado Coco, que parte numa jornada no mundo dos mortos, em busca do seu trisavô-músico, com o objetivo de conhecê-lo e fazer ressurgir a vontade musical na família, após determinados acontecimentos da trama terem feito com que a sua família ainda viva odiasse qualquer estilo ou instrumento musical dentro de casa. Resumidamente, esta aventura narratológica demonstra que, entre a vida e a morte, existe uma linha muito tênue, conectadas por uma ponte que surge na comemoração ou rememoração, particularmente, no dia dos mortos, servindo de passagem para que as pessoas mortas venham visitar os parentes e amigos vivos.

No entanto, esta visita depende de dois fatores importantes: a memória e o esquecimento. Conforme a película do Unkrich (2018), a visita dos que já morreram para as pessoas vivas, só é permitida e possível através de uma comprovação de que, um determinado indivíduo-morto, ainda é lembrado por alguém em vida, cuja rememoração permanece viva por meio de, por exemplo, uma fotografia enquanto uma espécie de ativador de memórias. Se isso não acontecer, ou já não tiver nenhuma pessoa viva que se lembre ou guarde algum tipo de ativador de memórias, como uma foto da pessoa já falecida, o falecido corre o risco de desaparecer do mundo dos mortos e ser esquecido para a eternidade.

As memórias desse lugar de memória chamado, hoje, de ruínas da Escola Agrícola, permanecem como um memorial *morto-vivo*, isto porque existem representações sociais, desde conhecimentos orais, escritos, fotográficos, audiovisuais e as próprias estruturas remanescentes ou ruínas, cujas rememorações encontram-se em atividade, apesar do lugar onde a Escola se situa não assumir um grande protagonismo como assumiu antigamente, estando de certa maneira morto em termos de ação e uso institucional. Entretanto, enquanto houver um ou qualquer fio de memória capaz de relacionar a Escola Agrícola da Bahia, aos

diferentes estágios temporais e espaciais de vida-morte, que a mesma passou no decorrer de mais de 100 anos, ela não será esquecida. Por isso, a sua história e, fundamentalmente, as memórias continuam guardadas, em circulação e num processo de *ginga*, percebido nesta dissertação como um movimento empírico entre as memórias coletivas circundantes e as ruínas da Escola Agrícola, passíveis de serem interpretadas e analisadas.

3.1.1 Diálogos antropológicos

Existem possibilidades de fazer uma interlocução através do conhecimento antropológico, que conecta a noção de ruínas com as memórias e, conseqüentemente, com as representações sociais sobre as ruínas em São Bento das Lages. A antropóloga Anna Lowenhaupt Tsing (2019, p. 25-35) traz o exemplo dos restos de um prédio que acabam por se configurar como "ecologias de destroços" no coração de uma cidade ou bairro, que por meio de ervas e vegetações brotadas nessas ruínas, transmitem uma ideia de que a diversidade cultural acaba por tornar-se ligada à diversidade biológica, onde as memórias também emergem, fazendo com que todos os detalhes de um tempo passado fiquem mais óbvios.

Segundo Tsing (2019, p. 34-35), toda essa dimensão histórica que marca a paisagem onde é possível ver as ruínas, seja entendida como uma dança da memória, em que existe a possibilidade de observar uma nova vida emergente, torna-se necessário perceber que, essa memória dançante, igualmente, está vitalizada pelo movimento do corpo na floresta ou no mato, onde a memória inspira a dança e a dança inspira a memória porque ambos estão conectados na vida.

Em jeito de continuidade e sob essa perspectiva da Antropologia Ecológica⁴⁷, pensando a materialidade dos objetos em relação às ruínas da Escola Agrícola, através do antropólogo britânico Tim Ingold (2019, p. 45), nota-se que é importante perceber essa materialidade não como um conceito abstrato, dentro dos estudos sobre a cultura material tanto na antropologia como na arqueologia, mas como materiais ativos e vivos. Isto porque, para Ingold, os materiais tal como os indivíduos possuem a sua própria subjetividade, o seu próprio movimento na vida, enquanto um "ramo de atividade" que não pode ser reduzido a uma matéria morta ou inerte.

Ainda segundo Ingold (2019, p. 63), as coisas materiais têm vida e estão ativas, pois, são compostas por substâncias que circulam e se transformam, na medida em que, enquanto

⁴⁷ Antropologia Ecológica pode ser entendida como o estudo das relações entre a dinâmica populacional, a organização social e cultura das sociedades humanas e o meio ambiente na qual estão inseridas (NEVES, 1996).

organismos vivos, pulsando com os fluxos materiais, não podem ser percebidas como bolhas de matéria sólida a espera de serem animadas. Ou seja, esta visão é pautada pela ideia de que as coisas estão na vida, e não, a vida nas coisas.

Nesse viés analítico e dentro dessa interlocução antropológica com Tsing (2019) e Ingold (2019), tendo as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages como um elemento fulcral dessa pesquisa, compreende-se que existe vida nesses escombros ou destroços, cuja composição material também possui uma dimensão ecológica, inserida num meio ambiente repleto de vegetações e animais localizados na rua do cais de São Bento, com uma potência própria de existência e de compreensão paisagística, por exemplo, através da Arqueologia da paisagem⁴⁸.

Porém, apesar dessas ruínas continuarem *mortas* numa perspectiva de função técnica e uso social como foi no passado, tal como de políticas de preservação no que concerne aos termos biológicos, paisagísticos e ecológicos, essas estruturas remanescentes seguem o seu curso em metamorfose, enquanto fluxos materiais vivos conectados com a dimensão social, histórica, cultural e a *ginga* ou a dança das/com memórias, sobretudo, da população são-franciscana.

3.1.2 Narradores das ruínas da Escola Agrícola em São Bento das Lages

Nesta seção do trabalho, o foco é estabelecer interlocuções, mediante a utilização de entrevistas ou diálogos gravados, com algumas pessoas que habitam no bairro de São Bento das Lages. Neste sentido, durante a minha pesquisa e presença nesse bairro, tive o privilégio de dialogar e entrevistar cinco indivíduos, que são: Seu Veinho, Dona Deja, Seu João, Dona Fátima e Seu Pena. Estas interlocuções ou diálogos foram estabelecidos com essas pessoas, pelo fato de serem moradores antigos e conhecedores, em termos de vivências, de aspectos relativos às memórias e representações sobre as ruínas da Escola Agrícola.

Também foi possível produzir conexões com dois moradores do bairro de São Bento das Lages, a Naiane Pinto de Jesus e o Fabrício Ferreira de Sena, que através das suas colaborações e encaminhamentos, ajudaram-me na aproximação e inserção nesse bairro, com a ida às casas dos indivíduos entrevistados/as, nas quais, acabei estabelecendo um primeiro

⁴⁸ A arqueologia da paisagem possui como estratégia de pesquisa a mínima intervenção no registro arqueológico, na tentativa de inferir sobre o modo de ocupação das populações que habitaram o território onde se insere o sítio arqueológico, analisando, além de artefatos arqueológicos, os vestígios e intervenções encontrados no entorno do sítio. (...) Na arqueologia, a paisagem é o espaço visível pelo pesquisador, onde ele concentra seus estudos na busca de entender as sucessivas ocupações humanas em uma mesma paisagem e como ocorreu essa transformação (HONORATO, 2009, p. 130).

contato e, conseqüentemente, uma interlocução que culminou com a produção de fontes orais, cujas transcrições ou trechos das mesmas, vão ser apresentadas e analisadas nesta seção.

Da minha casa que fica em Oiteiro, na rua Ouro Negro, no centro da cidade de São Francisco do Conde até o bairro de São Bento das Lages, são cerca de 15 a 20 minutos a pé. Para chegar nas ruínas da Escola Agrícola que fica na rua do cais de São Bento, caminhando, são cerca de 25 a 30 minutos. Nessas minhas andanças, que inúmeras vezes aconteceram por meio de caronas ou boleias na mota do Fabrício, mas que na maior parte delas eu fui andando a pé, pude conhecer mais sobre o dia-a-dia local e fotografar vários pontos referentes a esse bairro, que certamente ajudaram-me na compreensão mais específica sobre a realidade dessa localidade.

Figuras 74 e 75: A entrada para o bairro de São Bento das Lages em abril de 2021.



Fonte: Autor, abril, 2021.

Essas duas fotografias acima (Figuras 74 e 75), mostram a via principal para se ter acesso ao bairro de São Bento das Lages, sendo também esse o local onde o bairro começa, no sentido de quem sai da orla (Figura 74) e da avenida Santa Rita (Figura 75), ambas no centro da cidade de São Francisco do Conde. É um bairro grande e periférico, fortemente marcado por construções de casas e moradias, tanto do lado esquerdo como direito da estrada, tal como, internamente possui um estádio, uma quadra, igrejas, terreiros de candomblé, um posto de saúde, inúmeras ruas que já foram mencionadas na segunda parte desta dissertação, um jardim infantil, uma escola de ensino fundamental e várias lojas, sobretudo, de gêneros alimentícios. Também é possível observar que a maior parte dos habitantes desse bairro

vivem do comércio e da pesca, por causa do rio e dos manguezais que se encontram nas proximidades.

Com base nas minhas idas a esse bairro, também tive a oportunidade de conhecer e "trocar ideias" com pessoas, que como já apresentei nesta seção, foram cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa, assim como, para o conhecimento relacionado à dimensão social e cultural, especificamente, acerca das ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages. Nesse sentido, todas as cinco interlocuções gravadas em áudio pelo celular ou telemóvel, aconteceram entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2020, lembrando que, por causa da pandemia do Covid-19, foram necessários cuidados como o uso de máscaras e álcool gel, até porque a maioria das interlocuções aconteceu com pessoas idosas, consideradas nesse contexto pandêmico como grupos de risco. Além disso, é importante dizer que essas entrevistas foram autorizadas pelos interlocutores, as três primeiras por via de um documento escrito e as duas últimas via áudio.

O primeiro diálogo gravado que consegui estabelecer foi com o Seu João Evangelista de 78 anos, mais conhecido por Seu João, um senhor alto e com uma estrutura física média que, apesar de já estar aposentado, atualmente trabalha como apicultor, mostrando uma vivacidade e forte destreza mental-corporal. A conversa aconteceu numa tarde de quinta-feira, no dia 24 de setembro do ano passado, em que Seu João, gentilmente, nos deixou, a mim e ao Fabrício, adentrar na sua casa que fica na rua Santa Rita, há cerca de 7 a 8 minutos a pé para chegar nas ruínas da Escola Agrícola, de modo a "batermos mais um papo" sobre as ruínas desse antigo prédio. E a primeira pergunta colocada foi se o senhor João Evangelista era o primeiro morador do bairro de São Bento das Lages:

Não...quando eu era menino aqui, pouquíssimas casas existia, você contava as casas que existia, só tinha casa memo dos funcionário da Escola Agrícola, existia funcionário que morava lá na sede, outro morava em Santo Amaro e outros aqui em São Bento. Então, era tudo lama, as lama dava acima do joelho época de inverno, ali em frente ao hospital memo, em frente ao campo de bola, não existia campo de bola. Aí na escola só existia uma em São Bento, que era duas, uma interna, uma externa em São Bento, uma em Campinas e uma perto do convento. O hospital não existia, existia um posto médico, ali onde é o Correio hoje junto da prefeitura e a delegacia era ali também vizinho. Então as coisas foi se evoluindo de lá pra cá, não existia água encanada, a água era carregada com uma lata na cabeça, não existia telefone, eh, não existia energia nas casas, só tinha energia lá na Escola Agrícola, que vinha por Santo Amaro, atravessava ali a carreira até a Escola, mas os moradores, os funcionários, nenhum tinha energia nas casas. E na questão do funcionamento, lá existia, tinha cinema, ali tinha um cinema para os meninos até eu já assisti filme lá, tinha igreja, a missa, o colégio era formado assim, por dois andares, o último andar era o dormitório, o segundo andar era sala de aula, escritório, coisas assim. E o térreo é onde funcionava, igreja, no segundo andar também tinha um cinema, agora no térreo era igreja, refeitório, era banheiro, biblioteca, biblioteca era o segundo andar, existia essas coisas todas. E na agricultura no campo, os menino trabalhava

tamém, a teórica e a prática, na prática se plantava muito mandioca, plantava arroz, plantava coco, era milho, feijão...em grande quantidade memo era arroz e mandioca, criação tamém existia criatório de porcos, existia criatório de boi, galinha (2020).

É possível perceber na fala do Seu João Evangelista, que aconteceram muitas mudanças ao longo do tempo, desde o momento em que passou a morar no bairro de São Bento das Lages até a atualidade, possivelmente, na década de 1950 a 1958, quando a Escola Agrícola funcionava como patronato de menores na região, sendo esta informação já apresentada no segundo capítulo deste trabalho, através do Inventário do Ipac (1982). Lembrando que, conforme a fala do Seu João, há muitos aspectos em termos de composição e estrutura que não existiam antes e que passaram a existir depois, tanto no bairro em causa como na própria cidade de São Francisco do Conde. Desde questões como a falta de infraestruturas para a população local daquela época, particularmente, relacionadas com a não existência de luz elétrica, estrada alcatroada e água encanada.

Quanto às recordações referentes à Escola Agrícola de São Bento das Lages, as palavras tecidas pelo Seu João Evangelista, trazem uma elucidação com base em elementos existentes nesse local instrutivo e formativo, enquanto a mesma estava em funcionamento, por meio da descrição de aspectos estruturais internos e externos desse antigo prédio, os criatórios de animais e as plantações agrícolas que estavam sendo realizadas pelos estudantes naquele período, no contexto específico da Escola Agrícola da Bahia. Tais memórias e representações, através da fala deste senhor e morador do bairro de São Bento, certamente, invocam momentos e uma historicidade local, temporal e espacial, cujas transformações ainda estão em movimento.

No que diz respeito ao pai do Seu João Evangelista, que segundo ele, trabalhou naquela época na Escola Agrícola e a presença de estudantes do patronato de menores, assim como de funcionários:

Meu pai chamava Elísio Evangelista. Ele trabalhou...depois que a Escola fechou ele trabalhou aqui tamém na prefeitura como jardineiro no tempo de Claudemiro. Meu pai foi funcionário dali muitos anos. Era o jardineiro dali da Escola Agrícola. Ainda tinha a parte de hortaliças. Tinha de tudo! Abóbora, chuchu, o que plantasse, cenoura, nabo...tudo. Os estudantes trabalha em tudo isso. Tinha os externo que ia de manhã e voltava, quem ia meio-dia voltava de tarde no colégio. Os interno só ia e saía o fim do ano. E tinha gente de outros estados ali! Tinha gente de todo o canto. Não sei quantos alunos existia naquela época e nem quanto funcionário, existia bastante funcionário. Os alunos tinha farda...não tenho lembrança mais de que cor era. Do ano tamém não...quando a Escola fechou deve ter mais de 40 anos. A data certa eu não tenho não (2020).

Por meio desta fala do Seu João Evangelista, que remonta para o fato do seu pai ter trabalhado, anteriormente, na Escola Agrícola como jardineiro, mas depois já na fase em que o prefeito da cidade de São Francisco do Conde era Claudemiro Oliveira Dias⁴⁹, o que em certa medida, chama atenção para a existência de memórias e representações sociais relacionadas não só para os alunos, mas também para os funcionários que trabalharam na Escola e na cidade, os diferentes tipos de plantações (hortaliças) que eram plantadas na época, durante aquele período que funcionava enquanto patronato de menores, sem esquecer as lembranças dos filhos desses funcionários, como é o caso do Seu João.

Em termos de cruzamentos de fontes, torna-se necessário frisar que, conforme o que foi apresentado no segundo capítulo pela professora e historiadora Idalina Freitas (2019) e a fala do morador e apicultor do bairro de São Bento das Lages, o Seu João Evangelista, houve um regime de internato e externato que perpassava os estudantes da Escola Agrícola de São Bento das Lages, por exemplo, quando funcionava como patronato de menores. Além disso, por intermédio da fala do Seu João, é possível perceber que vieram estudantes de várias partes do Brasil e não apenas de cidades da região do Recôncavo que ficam perto de São Francisco do Conde, em conformidade com a interlocução estabelecida junto ao documento digital, no segundo capítulo, disponibilizado pela atual coordenação do Measb. Obviamente, isso abre espaço para outras pesquisas, sobretudo, em outros locais (por exemplo, nos demais bairros de São Francisco do Conde, Salvador e em Santo Amaro), onde possam existir possibilidades de produzir falas relativas à Escola Agrícola.

Uma outra questão que também salta à vista nesta minha conversa, junto com o Fabrício e o Seu João Evangelista é o esquecimento, cujo termo ainda apresentado, teoricamente, no começo desta terceira parte da dissertação, demonstra como as memórias também são marcadas pelo que é impreciso e se é esquecido. Até porque, determinados detalhes escapam da memória e caem no esquecimento. Ou, certamente, seriam necessárias muito mais conversas e diálogos para que, talvez, certas memórias chegassem à superfície das falas, tendo a antiga Escola Agrícola como eixo dessa interlocução no bairro de São Bento das Lages.

No decorrer dessa nossa conversa, a partir da pergunta referente à conexão sentimental que o senhor João tem com a Escola Agrícola, em estado atual de arruinamento acelerado, ele disse o seguinte:

⁴⁹ Prefeito de São Francisco em 1982 (PINTO, 2016, p. 45 - 47).

Rapaz...eu sinto tristeza de ver do jeito que está. Se dependesse de mim, e de maioria ela estava funcionando até hoje...mas foi abaixo, abaixo e terminou no que tá! Até...tem uma foto de como era antigamente...mas nem a foto eu consegui pra ter lembrança...e tenho foto também da época da construção. Porque tinha uns enfeites assim em volta, na parte do telhado assim, tinha um enfeite, um formato que na construção não tem, o telhado tá todo liso (2020).

É possível observar que, pela fala do Seu João, existe uma sensação, nesse caso, de tristeza em relação ao fato desse antigo edifício encontrar-se hoje em ruínas e que esse sentimento, inclusive é partilhado também por outras pessoas, que ele considera ser a maioria, que prefere ver a Escola Agrícola de São Bento das Lages ainda em funcionamento. Quanto à foto que o senhor João menciona no seu relato, enquanto evocação de uma lembrança da forma como a Escola estava antigamente, trata-se da mesma fotografia em relação à imagem (Figura 8) que está no segundo capítulo desta dissertação, mostrando alguns detalhes da construção do prédio da Escola Agrícola na década de 1870.

Dando seguimento à escrita deste trabalho, assim como, no decorrer da pesquisa de campo e após eu ter ouvido alguns rumores com alguns moradores do bairro de São Bento das Lages e da rua do cais de São Bento, referentes à existência de um túnel que atravessa o encontro entre o rio Serjimirim e Subaé, ligando as ruínas da Abadia de Brotas ou Mosteiro de São Bento das Lages às ruínas da Escola Agrícola, acabei por fazer essa pergunta ao senhor João Evangelista sobre a existência ou não desse túnel ou passagem subterrânea, que respondeu da seguinte forma:

Eu acredito que não. Eu nunca vi e não acredito também que existe. Pode ter existido...coisa antiga, antes de mim. Porque esse colégio é antigo, muito antigo. E eu não sei o que foi que aconteceu no passado, mas depois que comecei a andar por lá nunca vi isso não (2020).

Com base nas palavras do Seu João Evangelista, sem perder de vista, a ausência de documentos históricos e evidências científicas referentes ao assunto, as observações que fui fazendo ao longo das idas ao local onde se encontram as ruínas da Escola Agrícola, tanto sozinho como junto com o Fabrício, a existência desse subterrâneo ou túnel, realmente é muito difícil de ser comprovada, até porque as condições espaciais e a distância entre os dois lugares (a antiga abadia e antiga escola), configura-se como difícil para que esse túnel alguma vez tenha existido.

No entanto, existem pessoas e moradores do bairro de São Bento das Lages que narram a existência do mesmo, mas que, quando perguntei se alguma vez viram ou chegaram perto da entrada desse túnel, a resposta foi que nunca estiveram no local e não conhecem

quem esteve. Logo, tudo indica que se trata de uma narrativa mítica sobre a veracidade desse subterrâneo, cuja temática não vai ser aprofundada neste trabalho.

No que concerne às mudanças ou transformações paisagísticas que foram acontecendo ao longo do tempo no bairro de São Bento das Lages, o Seu João Evangelista traz as seguintes referências:

A paisagem daqui hoje mudou...ta mais bonito e muito evoluído, mas no passado, a paisagem do passado, tamém me interessava muito...porque quando existia mata muito fechada, matona, e eu andava nessa mata passeando. Ainda ontem eu disse para um cidadão: eu andava muito nessas matas aí. Eu gosto muito de andar na mata...hoje devastaram a mata inteira, não se acha nenhum arvoredado que pertencia a mata de antigamente. Aquela paisagem pra mim me empolgava muito, eu gostava muito. Mas hoje não existe a paisagem, mas eu gosto também, da parte da evolução porque não se encontrava de comprar nada, aqui não tinha o que comprar, nada. Hoje nós temos tudo, tem açougue, tem supermercado, tem depósito de gás, tem padaria, tem tudo. Nessa parte melhorou, mas eu prefiro que existisse a paisagem de antigamente (2020).

Por meio desse relato do Seu João, entendo que houve ao longo dos tempos várias transformações em termos de paisagem no bairro de São Bento, principalmente, quanto à diminuição da mata para o surgimento das casas e o fenômeno da urbanização, desde a sua chegada ao local. Nesse caso, apesar de um sentimento nostálgico em relação à existência de mais árvores espalhadas pelo bairro, na qual ele poderia caminhar pela mata como, anteriormente, fazia. O Seu João Evangelista encara essa transformação paisagística como positiva, principalmente, com a questão do melhoramento de infraestruturas e o acesso a determinados aspectos no campo do comércio. Lembrando que, embora não tenha sido aprofundada nesta dissertação, a paisagem⁵⁰ como categoria interdisciplinar e útil para refletir sobre esta realidade de pesquisa, também possui um teor científico e analítico, principalmente, na Geografia.

Em jeito de conclusão da conversa tida com o Seu João Evangelista naquela tarde de quinta-feira, perguntei-lhe no momento, se ele tivesse algum tipo de poder econômico e/ou político, o que faria em relação a essas ruínas da Escola Agrícola em termos de mudança ou transformação do lugar, a resposta chegou da seguinte forma:

Rapaz, se eu tivesse poder hoje...funcionava. Talvez não pudesse funcionar como Escola Agrícola, porque quase todo o território já ta tomado pelo povo, tem casas e outras coisas. Mas que funcionasse um hospital, que funcionasse...até um colégio memo já diferente daquela época, que não precisasse de ir a campo trabalhar na

⁵⁰ O conceito de paisagem é um dos mais antigos da geografia, sendo um dos primeiros temas desenvolvidos pelos geógrafos e apesar de não ser utilizado somente por esta ciência é nela que ganhou destaque e maior importância (STRACHULSKI, 2015, p. 4).

agricultura, mas que funcionasse uma coisa assim que beneficiasse o povo e o município (2020).

Como é possível observar pela fala do Seu João Evangelista, a forma como o antigo prédio da Escola Agrícola se encontra na atualidade, em ruínas, não está do jeito que gostaria, pois, para o senhor João, o lugar sofreria modificações para que recuperasse algum tipo de funcionalidade, em benefício do município e cidade de São Francisco do Conde, sem ser necessariamente da mesma forma como foi outrora, na época em que ele frequentara o lugar.

Assim sendo, enquanto um senhor idoso são-franciscano, morador já antigo do bairro de São Bento das Lages e uma testemunha viva que chegou a frequentar a Escola Agrícola (a parte de cinema, o refeitório e a capela) quando ela funcionava como patronato de menores, entre 1946 a 1958, não como estudante, mas como filho de um funcionário do local naquele período, João Evangelista é uma pessoa que, certamente, tem muito mais histórias para contar e rememorar, entre memórias e esquecimentos, cuja importância, tanto da sua experiência de vida como dos seus relatos orais, ainda mantém ativa esse fluxo material em volta dessas ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, entre os destroços e as lembranças. Ou seja, um memorial *morto-vivo* com a sua própria agência e vitalidade.

A segunda conversa que foi estabelecida no bairro de São Bento das Lages, foi no dia 14 de Outubro, numa segunda-feira de tarde, com a Maria de Fátima dos Santos Evangelista de 49 anos, mais conhecida por Dona Fátima, uma senhora de pele negra, com um semblante forte, com uma estrutura física média e esposa do sobrinho do senhor João Evangelista, nascida em São Francisco do Conde, atualmente trabalha na prefeitura como agente administrativa. Nesse caso, o local da interlocução foi no largo quintal da sua casa que se encontra no Drena II, que se situa, praticamente, no centro do bairro, há uns 10 minutos a pé para as ruínas da Escola, onde estava eu e o Fabrício, que novamente estava junto comigo nesse processo de "chegança" no bairro de São Bento das Lages. Desta forma, já na apresentação a Dona Fátima disse o seguinte:

Tinha 19 anos, não tava casada não, comecei a trabalhar na Escola Agrícola que pertence a prefeitura naquela época. Aí, éh, não era casada ainda, éh, trabalhava era no campo, a gente não tinha plantação de hortaliça ainda. Era mato mesmo, a gente roçou com foice, facão, enxada e essas coisas. Plantamos a horta. Aí nessa horta tinha quiabo, aipim, tinha alface, tudo de hortaliça, coentro, cebolinha. Essa hortaliça era cultivada e passava para os setores da prefeitura, como a merendeira, era a creche, as escola, e aí a gente entregava, entendeu, pra complementar a merenda escolar. Então eu passei 3 anos trabalhando lá, depois veio o concurso, fiz o concurso, aí eu não trabalhei mais no campo, fui trabalhar no escritório, mas eu passei 3 anos da minha vida lidando com a hortaliça, com a terra, que eu gosto muito, entendeu e é isso (2020).

A partir desse relato produzido com a Dona Fátima, é possível observar que, numa fase mais recente, que remonta ao ano 1991, no interior do antigo prédio ou das ruínas da Escola Agrícola, existiu uma horta, com plantações de inúmeros tipos de hortaliça já mencionados no relato da Dona Fátima, cuja relevância serviu para abastecer, em termos de alimentos, as escolas e creches em São Francisco do Conde.

Trata-se de um projeto, sob a iniciativa da prefeitura do município na época, possivelmente, que passou sob a égide do prefeito Antônio Pascoal Batista, que pode ser entendida como uma ressignificação agrícola desse lugar situado na rua do cais de São Bento, cuja perspectiva acabou por dar um outro significado ao funcionamento no interior da própria Escola. Atualmente existem memórias através da oralidade da população, referentes a essa horta na cidade são-franciscana, que chama atenção para esse aspecto específico e localizado no bairro de São Bento, que já deixou de existir no interior das ruínas da Escola Agrícola.

Ao perguntá-la acerca da sua conexão e memórias do lugar onde se encontram as ruínas da Escola Agrícola, a Dona Fátima acabou por dizer as seguintes frases:

Pois a memória que eu tenho é muita saudade, se eu pudesse...continuar a trabalhar na escola eu taria até hoje! Se abrir a horta de novo eu tou bonita lá, trabalhar na roça, na terra, plantar...é uma coisa que eu gosto de fazer, eu amo fazer aquilo. Eu sinto muita falta, muita falta mesmo! Me dá tristeza porque fecharam tudo. Eu fui a última pessoa a sair de lá eu é que entreguei a chave lá no setor da prefeitura. Eu só fui porque no último caso memo. Eu fui a última memo a sair de lá! Foi em 90 e...98 que eu saí de lá! Janeiro de 98 que fechou. Fechou completamente. Aí o pessoal invadiu...e tá lá aquelas ruínas, eu fico muito triste quando passo pro lado de lá e olho o antes e o depois. Ta tudo abandonado né, infelizmente! (2020).

Uma memória de lamento e nostalgia que perpassa os tempos em que a Dona Fátima trabalhou na horta, cuja funcionalidade acabou por se extinguir nos finais dos anos 1990. Desta forma, com base nesse relato, percebe-se que este funcionamento ou ressignificação do lugar enquanto uma horta, foi, praticamente, a última ação de ocupação realizada no interior desse antigo edifício, nesse caso tendo uma perspectiva comunitária de abastecimento das escolas em São Francisco do Conde. Ou seja, passado esse tempo, o lugar acabou por ficar, efetivamente, abandonado até os dias atuais e passível, como disse a Dona Fátima, de invasões da própria população são-franciscana, para além do aceleramento da degradação desse antigo prédio.

No que diz respeito a essas ações realizadas pelos próprios habitantes, existem relatos, no seio da população do bairro de São Bento das Lages e no Centro da cidade, de que muitas peças como azulejos e madeiras que pertenciam à Escola Agrícola foram levadas e

apropriadas para fins diversos, como a venda e a utilização para a construção de casas ou moradias. Uma vez que, no decorrer desses tempos em que a Escola Agrícola permaneceu abandonada e com pouca ação de intervenção preservacionista, tais ações tiveram uma maior preponderância. Entretanto, o local em si, segundo as demais conversas com moradores do bairro e na rua do cais de São Bento, onde as ruínas se encontram, nunca foram utilizadas como moradia ou um lugar com algum tipo de funcionalidade mais privada.

Quanto às plantações que foram realizadas na horta, a Dona Fátima recorda que:

A gente fazia primeiro os canteiros porque tinha muita mata lá...era mata fechada, muito mato. Tinha coqueiro, muita mangueira. Aí a gente cultivava...quem tomava conta memo era o meu tio. Aí eu fui trabalhar lá, a gente levantava canteiro memo, plantava as cebolinhas, era hortelã, salsa, alface, couve, quiabo, aipim...e aí a gente plantava. Tinha um lado assim que a gente plantava as rosas...era muito bom...feijão. Época memo, que assim tava chovendo...a gente passava assim um mês só descascando feijão dentro de casa...plantava, ficava todo tempo em casa descascando feijão. Tirava um saco de feijão! Quiabo ele tirava na semana uma pessoa só pra catar quiabo...pra colher. Era muito quiabo...e o carro ia pegar levava pra creche. Aí eu pesava...quem pesava era eu. Tinha a balança, bater o controle né isso?! Aí fazia a distribuição de *horti-fruti*, a gente tinha um lado que tinha bananeira. Meu tio cortava essa banana, a gente abafava, botava num quartinho lá e quando tava madura, a gente levava...o carro vinha, aí separava tudo, as hortaliça, as banana, manga, quiabo, essas coisa e mandava pra creche, merendeira, pra escola, entendeu?! E era muito bom, época boa (2020).

Existiu naquela fase, dentro da antiga Escola Agrícola, pelo que se percebe na fala da Dona Fátima, um sistema de plantação e organização das hortaliças e frutas que eram plantadas no local, assim como, inserido nesse processo de manutenção da horta pelos funcionários e funcionárias como era o caso da Dona Fátima, também existia uma lógica de seleção, confecção, quantificação por peso e transportação desses produtos para as escolas e creches em São Francisco do Conde. Em certa medida, interpreta-se a existência dessa horta como um lugar "informal" de ensino e aprendizagem agrícola, particularmente, diferente do que existiu nos períodos anteriores, como já foi apresentado nesta dissertação.

Assim sendo, ainda por meio dessa memória e relato oral, é possível entender como funcionava essa horta nos anos 1990, que tinha um responsável máximo nesse local, que fazia o controle de quem faria, por exemplo, uma determinada colheita desses produtos agrícolas (quiabo, feijão e outros). Por outras palavras, não foi um empreendimento agrícola, sob a responsabilidade da prefeitura são-franciscana, arbitrário e desprovido de uma organização, por exemplo, de recursos humanos, pois, existia um propósito de abastecimento das escolas e creches da cidade naquele período histórico, político, social e cultural em São Francisco do Conde.

Ao perguntar para a Dona Fátima sobre o fim desse projeto da horta envolvendo a prefeitura de São Francisco do Conde, na antiga Escola Agrícola, ela respondeu da seguinte forma:

Eu acho que é porque da política né. Porque eu não tenho...você sabe que, não é todo mundo que tem interesse. Aí você sabe que de 4 em 4 ano tem novo mandato né...muda. Aí quem entrou não teve mais interesse de dar continuidade. Eu fiquei muito triste com isso né. E sem contar que não era só eu...como eu tinha Dona Teresa, Dona Sônia, Dona Graça...tinha esse...como era nome dele, Antônio Araújo. E mais gente que eu não lembro né. Meu tio chamado Eugênio, minha irmã Dalva...e mais gente, muita gente. A maioria mulheres...Dona Creusa, Dona Isabel...tudo trabalhou lá na horta. Tinha um criatório de abelha...lá na horta também tinha o interesse de fazer uma escola...uma casa de farinha, que compraram também os equipamento. Era uma época muito boa, sem contar que também gerava emprego pro pessoal porque tinha muita gente aqui que dependia disso aí pra sobreviver, criar os filho, entendeu?! A gente fica triste porque não deram continuidade (2020).

Por meio desta interlocução com a Dona Fátima, entendo que houve uma mudança em termos de governação da prefeitura naquela época, cuja atuação política acabou por extinguir a manutenção da horta no prédio onde funcionava a Escola Agrícola de São Bento das Lages. Ainda segundo a sua fala, isso a deixou triste, apelando inclusive para uma tristeza e memória coletiva de outras pessoas, sobretudo mulheres, que também trabalhavam e estavam empregadas nesse contexto histórico na rua do cais de São Bento. Lembrando que, esta decisão política e institucional, acabou por deixar pessoas numa lógica de desemprego na época. Sem esquecer os aspectos, mencionados pela Dona Fátima, como a da criação de abelhas no local e o interesse de reativação da casa de farinhas com equipamentos, cujas informações acerca desse fator já foram apresentadas no segundo capítulo deste trabalho, inclusive, com a exemplificação através de duas fotografias (Figuras 17 e 18).

Trata-se de uma fase histórica marcada por pessoas e memórias específicas relativas à ocupação e ressignificação das ruínas dessa Escola situada no bairro de São Bento das Lages, com uma importância cultural e social para a população são-franciscana. No entanto, dado que esta dissertação é baseada mais num viés amplo sobre a existência de representações sociais e memórias referentes à Escola Agrícola, percebo através da fala da Dona Fátima, uma realidade histórica específica acerca das memórias agrícolas no momento em que a horta estava em funcionamento no interior dessas ruínas. Certamente, esse desdobramento renderia uma outra pesquisa científica, que procurasse dar conta das representações sociais com base em memórias e relatos orais sobre a criação de uma *horta nas ruínas*, entre o início e o final dos anos 1990 nessa antiga Escola.

Quando perguntada sobre o processo de arruinamento da Escola, no momento em que trabalhou na horta, Dona Fátima disse assim:

Nessa época quando eu fui ainda tinha janelas, aquela a frente que dava pro mar, tava tudo inteiro ainda, tudo em pé...aquela casa do diretor a prefeitura reformou, depois que eu saí do campo, que eu fiz o concurso, em 94, aí eu passei pra trabalhar dentro da casa, no escritório junto com o engenheiro, entendeu?! Aí eu sou agente administrativa, aí eu trabalhava com eles, lá dentro da casa, naquela casa, só fiz sair do campo, passava pra casa. Era uma época muito boa...nunca mais eu fui ali! É o ano em que eu saí de lá, foi em 98. Não fui lá mais não. Eu não consigo! Só passo assim, mas lá mesmo não fui mais não...me dá tristeza! Dá tristeza...dá saudade daquilo ali. Era uma coisa linda o canteiro e regava com regador, ou então com a mangueira...dia de domingo, de sábado, cada fim-de-semana ele escalava uma pessoa para ficar, porque a hortaliça não pode ficar sem regar, tem de ficar de domingo a domingo, entendeu?! Se deixar ela morre, aí ocê tem que tá molhando de manhã e de tarde. Aí tinha época que eu ia...emendava uma semana ou outra trabalhando...na outra semana já ia outra pessoa. E era muito bom. Sinto muita falta (2020).

Nesse depoimento, a Dona Fátima, nostálgicamente, traz alguns elementos e detalhes relacionados com a atividade organizacional da horta, o cuidado e o zelo diário que era necessário para manter viva as hortaliças, os produtos agrícolas e conseqüentemente, a própria horta. Lembrando que, as ruínas naquele período estavam menos evidentes como nos dias atuais, pois, ainda era possível ter acesso e observar a antiga casa do diretor, cuja informação passada pela Dona Fátima, remete a uma perspectiva de reforma que aconteceu naquela casa, de modo a funcionar como uma secretaria referente à administração da horta dentro da Escola Agrícola.

No segundo capítulo deste trabalho, através de duas fotografias (Figura 9 e 10), foi possível ver como era a casa do diretor em tempos pretéritos, que dialogam com a fala da Dona Fátima quando a mesma menciona aquela casa. Deste modo, dentro dos preceitos teóricos sobre ruínas, restauração e conservação já apresentados e discutidos, fundamentalmente, no primeiro capítulo, também em interlocução com as palavras da Dona Fátima, entendo que, possivelmente, houve uma ocupação ou reforma predial na casa do diretor, sob a iniciativa da prefeitura de São Francisco do Conde nos anos 90.

Em seguida foi feita uma pergunta para a Dona Fátima, relacionada com o fato de, caso tivesse algum tipo de poder econômico ou institucional, o que ela faria para as ruínas da Escola Agrícola em termos de transformação desse local, a Dona Fátima respondeu da seguinte maneira:

Se eu tivesse condições...eu mandava reformar aquela escola. Não pode de jeito nenhum acabar com aquilo ali...a cultura, porque aquilo ali é um patrimônio

histórico. Jamais pode tirar nada dali, pelo contrário mandava reformar. Primeira Escola Agrícola da América Latina né...aquilo ali não era pra acabar não, gente. Mas infelizmente nossos governantes não tem interesse, além disso ainda gerava emprego né. Muita gente dependia dali...muita família tirava o sustento dali, entendeu?! Porque aquele alimento que a gente levava pra as creche os menino se alimentava, tem criança do município que a única alimentação, merenda é da Escola. Porque eu acho que devia pegar e reativar aquilo ali! É uma...como é que se diz...incentivo pa tirar os jovens das rua, das droga... porque hoje a gente fica vendos os jovens, a maioria dos jovens ficam ali sentado. Antes tinha um curso ali que Dona Ednalva dava que era de alimentação alternativa...ali mesmo quando eu trabalhava em 90...em 91 e 92. Ela dava aula naquela sala...do...onde o pessoal da Escola Agrícola ficava...aquele salão ali...aquela casinha do lado! O escritório! Ali tinha uma salazinha...aí ela dava esse curso para as menina...os menino trabalhava na horta, a gente ensinava eles, muito jovens iam pra lá...a gente botava eles pra trabalhar com a terra...e essas coisa! As menina era pra fazer alimentação alternativa, Dona Ednalva dava curso... era muito bom, ás vezes ela ia pra os distrito dando curso de alimentação alternativa. E ali aproveitava muitas coisas viu...da horta memo, porque a alimentação era feita com que a gente plantava a mão! A gente fica triste porque abandonou (2020).

Dona Fátima evidencia na sua fala, um lamento em relação a falta de interesse dos governantes em fazer alguma ação para as ruínas da Escola e uma vontade de ver esse lugar passando por um processo de reforma, ou que voltasse a funcionar como uma horta, com a função por exemplo de ajudar a empregar os jovens no bairro de São Bento das Lages e a cidade de São Francisco do Conde, elucidando problemas como o desemprego e o tráfico de drogas que atinge a juventude são-franciscana. Ao longo do seu relato, ela também fala do patrimônio histórico, em referência a importância dessa antiga Escola para o local e a América Latina, o que de certa forma remete para as conceitualizações teóricas que foram apresentadas e debatidas, sobretudo, no primeiro e segundo capítulo deste trabalho, embora as fontes históricas produzidas apontem, sim, para o fato dessa Escola Agrícola em São Bento das Lages ter sido a primeira da Bahia e do Brasil.

Lembrando também que a Dona Fátima faz menção ao trabalho e a importância da Dona Ednalva nesse processo de ensino, particularmente, para as meninas naquele período, tanto para o bairro de São Bento como para outros locais do município de São Francisco do Conde, por meio de um curso referenciado pela Dona Fátima como "Alimentação Alternativa", numa sala do escritório, como um dos prédios adjacentes às ruínas da Escola, como pode ser percebido pelas fotos (Figura 9 e 10) no segundo capítulo. Sem perder de vista, ainda segundo a fala da Dona Fátima, os ensinamentos que eram feitos, sobretudo, para os meninos, relacionados com as práticas de plantações agrícolas, pois, como já foi pontuado anteriormente, havia uma lógica de ensino-aprendizagem posta pelas pessoas que atuaram naquela horta nos anos 1990. Em termos interpretativos e analíticos, acredito que se tratava de

uma Escola Agrícola informal, realizada e protagonizada, especialmente, por mulheres são-franciscanas.

A próxima interlocução aconteceu com um senhor idoso que passou a ser morador do bairro no dia 4 de setembro de 1982, na rua Travessa Junqueira Ayres, perto da rua do cais de São Bento onde fica as ruínas da Escola Agrícola, a cerca de 4 a 5 minutos a pé, sendo essa, em hipótese, a distância que separa os dois locais. Este "bate papo" foi gravado em áudio com o senhor José Joaquim dos Santos Pena (Seu Pena) de 60 anos no dia 22 de outubro de 2020, em consequência de um diálogo, previamente estabelecido com uma antiga colega da universidade, moradora do bairro de São Bento das Lages e cientista social Naiane Jesus Pinto, que também me ajudou na apresentação desse interlocutor, tornando possível a realização desta conversa.

O Seu Pena, hoje, possui limitações em termos de visão e a interlocução com ele ocorreu dentro da sua casa, onde ele me recebeu de forma simpática, junto com a sua esposa Dona Ednalva, que gentilmente nos conduziu para a sala de estar da casa, onde pudemos "trocar ideias" acerca das ruínas da Escola Agrícola. Comecei por perguntar-lhe qual era a sua relação com essa antiga Escola em São Bento:

Quando eu cheguei aqui em São Bento, já se encontrava em ruínas...o prédio já se encontrava degradado né. Já estava em ruínas! Mas a prefeitura do município reativou a Escola...ah...a agricultura começou a plantar, devido a horta...a horta comunitária. Ela servia...os alimentos servia para os colégios...eram fornecidos para os colégios...que eram cultivados nessa horta comunitária que foi feita na Escola Agrícola (2020).

A partir da fala do Seu Pena, noto, primeiramente, o processo de arruinamento da Escola Agrícola que estava ocorrendo nos anos 1980, assim como também faz menção a existência da horta, denominada por ele como uma horta comunitária. Esta informação acaba sendo importante porque, como já foi possível observar antes com os relatos da Dona Fátima, existia uma perspectiva de abastecimento alimentar para as escolas, de certa forma, com um teor comunitário que faz referência ao bairro de São Bento e a cidade de São Francisco do Conde, através da prefeitura do município naquele período de tempo.

Ao perguntar para o Seu Pena se conhecia alguém que trabalhou nessa horta, ou se chegou ele mesmo a trabalhar no local, e quais foram as mudanças que aconteceram nas ruínas daquele tempo até a atualidade, as respostas foram as seguintes:

Eu tinha uma prima que trabalhava na horta...Dinalva Pena. Ela trabalhava na parte, me parece que, administrativa né...ela mora no Madrugá e ela é daqui de São

Francisco. Éhh, a Escola agrícola agora piorou porque ninguém nunca mais...os poderes públicos nunca mais fizeram nada. O mato toma conta. As autoridade competente não ligaram pra nada. Hoje tem lá bares e restaurantes...tinha um matador que a bastante tempo que foi demolido...tá lá! Não tem manutenção de nada, ninguém liga pra uma roçagem, uma capinagem. Só em época de festa que chega o mês de dezembro, que aparece vários turista no cais...aí que eles ligam pra fazer uma roçagem, uma capinada (2020).

Na senda dos relatos do Seu Pena, percebo que existe uma lógica de abandono populacional e institucional, como já tem-se discutido no decorrer desta dissertação, em relação às ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, pois, no entorno da mesma se encontra uma mata acirrada, que segundo a opinião dele, precisa de um trabalho de roçagem, cuja ação acontece pela iniciativa da prefeitura, mas apenas quando chega o mês de dezembro e não de maneira mais constante e recorrente. Isto porque, normalmente, no dia primeiro de dezembro, faz parte do costume de inúmeros são-franciscanos, são-franciscanas e pessoas de outros locais, comemorarem a virada do ano no cais de São Bento que fica logo em frente às ruínas da Escola, embora nesse virada (de 2020 para 2021) essa atividade não aconteceu por causa da pandemia da Covid-19 e a política de isolamento social.

Lembrando que em frente dessa antiga Escola, existe um rio, ou melhor, o encontro do rio Subaé e Serjimirim, assim como, em decorrência da fala do Seu Pena, existam bares, restaurantes e moradias nessa parte do bairro do cais de São Bento, cuja nomenclatura se deve aos antigos navios, como foi mostrado na foto (Figura 22) do segundo capítulo, saídos por exemplo de Salvador e Santo Amaro porque na época ainda não existiam as estradas que ligavam ou conectavam esses lugares.

Estas fontes históricas estão em conformidade com a fala de moradores do bairro como o senhor João Evangelista, que ainda vai aparecer novamente neste capítulo, após a interlocução audiovisual realizada com ele e o fato do mesmo ter mencionado que esses navios atracavam no cais que existia no local, quando a Escola Agrícola ainda estava em atividade nos finais do século XIX até meados do século XX, embora ainda hoje seja possível observar as reminiscências desses períodos passados.

Dando continuidade ao diálogo com Seu Pena, no que diz respeito a uma falta de vontade da prefeitura de São Francisco do Conde em dar seguimento ao projeto da horta na antiga Escola Agrícola e dar atenção preservacionista ao processo de arruinamento desse lugar, Seu Pena disse que:

Olha Lauro...eu não sei o quê que levou a eles fazer isso...abandonar a Escola Agrícola. Essa Escola Agrícola é federal...até hoje é um patrimônio tombado né?! Pelo IPAC né?! Nessa Escola se passaram...muita gente que estudaram nessa escola! Muita gente estudou nessa Escola Agrícola. O apresentador Raimundo Varela...entre

outros né. Me parece que Mário Teixeira de Freitas tamém. E o nome do IBGE tem nome dele né. E outros né...que a gente não se recorda (2020).

Nesta perspectiva, conforme a sua fala, Seu Pena demonstra dúvidas em relação à questão do tombamento dessas ruínas na rua do cais de São Bento pelo Ipac, enquanto um patrimônio tombado, por exemplo, indagando no seu depoimento se o lugar era ou não tombado. Na medida em que, isso também levanta questões acerca do acompanhamento social e cultural dessas práticas e políticas de preservação do patrimônio, tal como já foi discutido na segunda parte desta dissertação, pois, essa fala também serve como corroboração para as incongruências relativas ao tombamento dessa antiga Escola, no qual, a população local, certamente, não participou ou participa nessas decisões no campo político e institucional. Até porque existe uma lógica de abandono visível e notória em relação àquelas ruínas da Escola Agrícola, perceptível ao olho nu.

No decorrer do seu relato, Seu Pena levanta dois possíveis nomes de pessoas conhecidas, de certa forma, pelo público em geral, que já estudaram na Escola Agrícola de São Bento das Lages. A primeira personalidade é o apresentador e radialista Raimundo Varela, que segundo vários outros relatos da população no bairro de São Bento, já foi algumas vezes visto, de uma forma discreta, a fazer visitas nas ruínas da Escola. A segunda personalidade é o Mário Augusto Teixeira de Freitas já falecido, que foi idealizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Entretanto, para esta pesquisa, não foi possível buscar outras fontes que complementassem ou rejeitassem essa afirmação do Seu Pena.

Durante a nossa conversa, quando perguntei para o Seu Pena sobre a possibilidade de transformar aquelas ruínas, ou seja, caso ele tivesse algum tipo de poder financeiro ou político em fazer alguma intervenção e mudança naquelas ruínas em São Bento das Lages e também sobre as pesquisas que foram feitas nesse local, as respostas vieram da seguinte forma:

Eu gostaria de fazer uma escola profissionalizante...com vários cursos. Em todas as áreas, principalmente na agricultura. Quanto às pesquisas...ouvi dizendo Lauro...que houve várias pessoas fazendo pesquisas aí nessa escola, procurando saber como é que a Escola daquelas está desativada e ficou as ruínas...várias pessoas perguntaram. Isso é por parte do Governo Federal. As pessoas que pesquisaram nunca mais voltaram...faziam História do Brasil da UFBA. Tinha uma moça que ela vinha muito aqui, procurar saber sobre o bairro de São Bento (2020).

No que concerne à ideia do que poderia ser feita em termos de transformação sobre e para aquelas ruínas da Escola Agrícola, a sugestão do Seu Pena é o da construção de uma

Escola Profissionalizante, incluindo o ensino agrícola. Já no quesito sobre as pesquisas, que já foram realizadas ou relacionadas com o local em estudo, Seu Pena realça a existência de alguns estudantes da Ufba, a exemplo de uma moça, do qual ele não lembra o nome, que já mostrou um interesse de pesquisa sobre essa antiga Escola e o bairro de São Bento das Lages, mas que a mesma não voltou para falar sobre o assunto ou ele desconhece os resultados deste trabalho. Obviamente, trata-se de um questionamento que escapa ao propósito desta dissertação.

Ainda em decorrência desse mesmo diálogo, fiz uma pergunta em relação à tutela do lugar onde essas estruturas remanescentes se encontram, para além de tentar saber se existe alguma história e memória referente a essas ruínas que o Seu Pena pudesse contar, ele disse as seguintes palavras:

A quem pertence? Pertence à União. Ninguém é dono aqui...Governo Federal. Essas terras tudo Lauro...eles invadiram. Eu não sou...ninguém aqui é dono de nada! Essas terras aqui de São bento tudo é zero...tudo aqui pertencia à Escola Agrícola, é terreno federal! Sobre mais história...falavam sobre como era que chegava os alimento...na verdade quem estudava ali não saía...era regime internato. Tinha almoxarifado, tinha sala de administração da escola, tinha o dormitório...tinha a parte feminina e a parte masculina separada. E alguns alimentos eram tirados da própria escola viu. Tem também a história de que até quando os navio chegava era os escravo quem pegava as carga pra Escola...não era terrestre não. A Escola com o tempo foi se degradando...uma vez teve um temporal, muita chuva de granizo. Algumas pessoas levaram muita coisa...muito material de dentro da Escola, muito mármore, madeira...tinha um material que até tiraram pra vender...cobre! (2020).

No seu relato, Seu Pena fala sobre várias questões que atravessam a temática em torno da tutela e o lugar onde as ruínas estão presentes, desde o fator territorial do bairro de São Bento das Lages, que em tempos pretéritos, fazia parte da antiga Escola Agrícola e segundo ele, atualmente, está sob a pertença do Governo Federal e a União. Sem esquecer essa perspectiva de ocupação populacional desse terreno onde hoje se configura o bairro, que foi acontecendo e aumentando ao longo dos tempos. Em termos de memória, Seu Pena também evoca a existência de um almoxarifado, dormitório, sala administrativa, a questão alimentar proveniente da própria escola, o regime de internato dos estudantes, a existência dos navios na época e a presença de escravizados. Sem perder de vista, para além dos fortes temporais que abalaram e degradaram a estrutura arquitetônica desse antigo edifício, os materiais dessas ruínas da Escola que foram tirados por algumas pessoas pertencentes à população são-franciscana, como mármore, cobre e madeira, com o objetivo de serem vendidos.

É importante salientar que, quanto à presença de escravizados e escravizadas naquele período de tempo, fundamentalmente, na época da construção da Escola Agrícola, entre 1859

a 1877, é possível observar na introdução e no segundo capítulo deste trabalho, uma menção ao fato de alguns escravizados terem participado como mão-de-obra, numa determinada fase, nesse processo de edificação. Deste modo, embora esse não seja um dos focos desta pesquisa é inegável que pode servir de base ou ponto de partida para um estudo histórico, antropológico e arqueológico, envolvendo as reminiscências materiais e intangíveis sobre a escravidão, especificamente, no bairro São Bento das Lages.

A próxima interlocução em áudio foi com o senhor Everaldo dos Santos de 75 anos, mais conhecido pelo Seu Veinho "o Pescador", que autorizou pelo áudio a utilização dessa entrevista para esta pesquisa. Seu Veinho é uma pessoa vivaz, animada e que tem na sua memória vários aspectos relacionados com a chegada dos primeiros moradores do bairro de São Bento das Lages, assim como, possui memórias da presença de estudantes do patronato de menores da Escola Agrícola nos anos 1950. A nossa conversa aconteceu debaixo de uma árvore, após ele gentilmente ter interrompido um jogo de damas com outros moradores, perto da quadra do bairro, na tarde do dia 28 de outubro, numa quarta-feira, por volta das 14h40, no pátio da Escola Três Marias, que se situa no Drena 1 no bairro de São Bento. Seu Veinho começou por dizer assim:

Eu cheguei aqui pra São Bento com a idade de 6 anos. Pois que, naquela época, aqui não tinha morador, a não ser os funcionários do próprio colégio...da Escola Agrícola. Aqui só tinha uma família, que chamava a família Paciência. E minha mãe era uma pessoa que era amiga dessa família e ela era funcionária pública do colégio. Ela é que fazia farinha na casa de farinha, e lavava as roupa dos estudante. E daí pra cá eu me acostumei bem com o povo...com os estudante daqui de São Bento. Principalmente, Seu Varela...você já ouviu falar do Seu Varela? Raimundo Varela que era muito meu amigo aí...ele estudava aí, foi aonde ele se formou (2020).

Nessa interlocução, Seu Veinho destaca o fato de ter chegado no bairro com 6 anos de idade e também, ter encontrado poucos moradores habitando o bairro de São Bento naquele período, com a exceção da família Paciência. Ao longo desse "bate-papo", ele fez menção ao fato da falecida mãe já ter trabalhado como lavadeira e funcionária da casa de farinhas na Escola Agrícola, que tudo indica ser o momento ou a fase em que a Escola funcionava como patronato de menores. Da mesma forma em que Seu Veinho, igualmente, fez menção ao radialista e apresentador Raimundo Varela, como um indivíduo e antigo amigo, que estudou naquele período na Escola, reforçando depois que ele nunca mais voltou para São Francisco do Conde, depois de ter estudado em São Bento. E continuando a nossa conversa, Seu Veinho fala que:

Gente da USP, da UNEB...muita gente quer saber o que acontecia em São Francisco do Conde. São Francisco do Conde é das menores do Brasil, agora porquê?! Aqui tudo era fazenda! Aqui era um ovinho de galinha de terra (risos) tudo aqui era fazenda...e eu, graças a deus, conheci os donos dessas fazendas toda. Eu sempre fui uma pessoa envolvido na roça e na pesca. Acompanhei a primeira família aqui, não deu certo, arranjei outra família...com a mãe desses filhos meus já temo 51 anos. E aí se você quiser saber alguma coisa que eu tenha conhecimento sobre a Escola Agrícola...pode fazer a pergunta! (2020).

No que diz respeito ao território onde hoje se encontra a cidade de São Francisco do Conde, Seu Vinho realça o fato de ter inúmeras fazendas espalhadas por esse local, sem esquecer o próprio bairro de São Bento das Lages. De forma implícita ele menciona que, São Francisco do Conde era uma cidade maior e que foi diminuindo de tamanho, até porque, historicamente, muitos municípios, num dado período de tempo, acabaram por se emancipar do município são-franciscano. Em certa medida, com esse comentário do Seu Vinho, torna-se possível destacar que, existe uma necessidade de perceber a questão territorial e dos latifúndios do bairro de São Bento e a construção da Escola Agrícola, dentro de um contexto mais amplo, que envolve a própria cidade de São Francisco do Conde, a Bahia como estado e o Brasil.

Durante a nossa conversa, eu perguntei para o Seu Vinho que gostaria que ele falasse mais acerca das suas memórias relacionadas com o momento em que a mãe dele trabalhava na Escola Agrícola, começando por perguntar se lembrava qual era a cor da farda,

Era Azul. Azul. A turma chamava Gandola...porque era tipo um macacão. Naquela época o governo federal nem estadual não bancava os estudante não. Quem bancava os estudante aqui era a Escola mesmo e eles mesmo. Porque tinha 300 estudantes...150 de manhã cedo ia trabalhar no campo aqui em São Bento. Quando era 11h30, aí eles, já tinham terminado a tarefa deles, ia pra o colégio. E aqueles que estudou de manhã cedo, voltava pra ir trabalhar. São Bento era bancado era pelos estudante, porque aqui tinha granja de galinha, aqui tinha a pocilga, aqui tinha curral pra tirar leite, aqui tinha arroz, tinha gado, tinha feijão...a alimentação saia daí mesmo (2020).

A partir desse relato do Seu Vinho, compreendo que, primeiramente, as características da farda usada na época pelos alunos, desde a cor azul como pode ser visto na fotografia (Figura 17) no segundo capítulo deste trabalho, até a forma da mesma, que era semelhante a um macacão chamado de Gandola como os dos militares, pois, eram elementos marcantes que diferenciavam, em termos de vestuário, os estudantes da Escola. Da mesma forma como, surgiram informações sobre a quantidade de estudantes, cerca de 300, que poderiam ter existido nessa fase da Escola e também a falta de apoio institucional federal e estadual, cuja ação financeira ficava ao encargo da própria Escola e, igualmente, das

atividades laborais realizadas pelos próprios estudantes. Sem esquecer o fato de, conforme Seu Vinho, existir naquele período uma sustentabilidade alimentar provenientes do campo, das plantações, dos experimentos agrícolas e pecuários da Escola, como por exemplo arroz, feijão, leite e gado.

Em seguida, fiz uma pergunta para o Seu Vinho sobre as características e a composição de São Bento das Lages e a relação da Escola Agrícola com o Mosteiro de São Bento, quando ele chegou na cidade:

Quando eu comecei a me entender aqui, a não ser aqueles funcionários, vaqueiro, professor que tava trabalhando no colégio, aqui só tinha uma família...a família Paciência. Hoje tamo quase uma cidade...nós temos distrito aqui que é menor que São Bento. Na época, a Escola Agrícola e o Mosteiro era um só...quando dizia São Bento, o que tinha em São Bento era a Escola Agrícola...o colégio era federal. Ele naquela época, ele foi construído, tinha até o lugar do dormitório, o lugar da cozinha...tinha tudo ali! Hoje não está como estava...mas eu não me aculpo só do governo federal, tamém culpo o governo estadual, porque não tinha aqui...se você quisesse botar o filho no colégio era no convento. Não estudei lá...meu negócio mais era trabalhar. Depois chegou a Petrobrás, a refinaria...quando a Petrobrás chegou eu já tava com os meu 20 anos já. Aqui foi valorizado depois da Petrobrás memo (2020).

O bairro de São Bento das Lages, como foi dito pelo Seu Vinho, hoje parece uma cidade, pois, passou por transformações ao longo do tempo, tanto com o aumento populacional como com o aumento de moradias e famílias que passaram, posteriormente, a morar nesse bairro. Lembrando que, quando a Escola Agrícola estava em funcionamento, de acordo com Seu Vinho, o lugar era uma referência no bairro de São Bento das Lages, enquanto uma instituição federal, que nos tempos atuais tem passado por um processo de arruinamento, conforme ele, por culpa do governo federal e estadual, ou seja, do poder público.

Sendo que, uma dessas mudanças em termos de valorização e aumento populacional do bairro, segundo o depoimento do Seu Vinho, está relacionada com a chegada e influência da Petrobras na cidade de São Francisco do Conde e, conseqüentemente, no bairro de São Bento das Lages. É um aspecto histórico que não vai ser esmiuçado aqui, mas que certamente é merecedor de uma atenção mais cuidadosa em pesquisas específicas sobre a relação da Petrobras e o município de São Francisco do Conde, fundamentalmente, no quesito memória e trabalho.

No decorrer da nossa conversa, perguntei para o Seu Vinho sobre o que ele achava do papel do poder público em relação às ruínas da Escola Agrícola:

Não faz nada! Uma dessas escolas por ser a primeira Escola da América Latina...uma escola dessas ela nunca deveria ser desativada! Era pra ser um patrimônio da humanidade. Junto com o governo federal e estadual...e a própria prefeitura da cidade. Tem muita gente de bem que estudou nesse colégio aqui...o finado Toti, o avô desse Calmon que é candidato. Ele era professor, o pai dele (2020).

Para além de reforçar a ideia de que o poder público nada faz pela preservação desse antigo edifício, Seu Veinho também faz menção à importância dessa Escola Agrícola, não só para São Bento das Lages, como para o Brasil inteiro e até para o mundo inteiro, fazendo inclusive uma menção para a categoria patrimônio como um termo relacionado à proteção de lugares em ruínas. Sem esquecer o fato dele ter mencionado pessoas que estudaram e trabalharam nessa Escola, a exemplo do Seu Toti, que já faleceu e era um antigo morador de São Bento e o avô do Antônio Calmon, o atual prefeito, que no momento da realização dessa interlocução com Seu Veinho, ainda estava como candidato e em campanha eleitoral. São duas informações que, certamente, permitem ampliar esta pesquisa em termos de fontes orais, embora neste estudo não se tenha ido em busca desses dois "rastros de memória".

Já no que concerne à pergunta relativa ao fato de se ter alguma forma de mudar o lugar em estudo, ou seja, caso o Seu Veinho tivesse algum tipo de poder público ou econômico, o que faria pelas ruínas da Escola Agrícola, ele relatou o seguinte:

Não é pra ser presídio não, como tem gente que pensou em fazer! Eu procurava ampliar aquele colégio...eu botava 200 crianças! Uma escola interna ou técnica, porque infelizmente aquilo ali foi um desprezo! Incomoda...eu não gosto de entrar ali, porque eu quando entro ali eu me recordo de tanta coisa! O que mais me recordo da Escola Agrícola era os estudante...sabe porquê? Porque os estudantes daqui não é como de hoje que além de ganhar bolsas...eles procurava trabalhar para sobreviver...tudo o que eles aprenderam foi por si próprio! Pegando na enxada, fazendo umas farinha...pra sobrevivência deles, embora hoje os nossos jovem...se chamar eles pra pegar numa enxada...eles querem até bater! Outa coisa...tudo isso aqui era fazenda...chamava fazenda Almir e o colégio já existia. Uma história muito grande...São Francisco tudo era fazenda! Antes tamém...tudo aqui era mangue, chegar aqui menino até os 75 anos de idade não é brincadeira! O transporte era por água...os professores tinham uma lancha própria do colégio...hoje a Escola Agrícola ta abandonada, desprezada...e isso eu nunca aceitei nem aceito! (2020).

Um destaque para o relato do Seu Veinho é sobre o fato dele se sentir incomodado com o processo de arruinamento dessa antiga Escola, assim como com a ideia de não conseguir observar aquele lugar sem ter memórias de como a mesma era no passado. De certa forma, isso reforça a ideia das ruínas dessa Escola Agrícola enquanto um *gigante antropofágico*, capaz de "engolir", afastar e tecer sensações, principalmente, nas pessoas que possuem algum tipo de experiência e sentimento no/pelo lugar. Da mesma forma como faz

referência à existência de fazendas ao redor e em concomitância temporal-espacial com a Escola, o que promove reflexões em torno de co-influências existentes entre a Escola Agrícola de São Bento das Lages e as fazendas, de um modo geral, em São Francisco do Conde. Certamente, esse é mais um dos desdobramentos científicos de pesquisa que pode ser, posteriormente, trabalhado.

Seu Vinho fala que algumas pessoas e visitantes dessas ruínas em São Bento comentaram que poderiam transformar o lugar num presídio, sendo uma ideia que ele não concorda porque, na sua opinião, a proposta que vinga é o de funcionar como uma Escola para crianças. Mas, não seria melhor ou teria mais funcionalidade para a população uma resignificação ou restauração do lugar em presídio do que permanecer em estado de arruinamento? Mais uma reflexão-pergunta interessante que extrapola a dimensão e o escopo desta pesquisa. Sem esquecer que, Seu Vinho também faz uma comparação entre os jovens de agora, com os jovens de antigamente, pois, desta forma é possível observar as mudanças que foram acontecendo, não só em termos de paisagens, a exemplo do fato de anteriormente ter havido menos estradas e mais matas e manguezais, como, igualmente, com a mentalidade e disponibilidade da juventude para determinados trabalhos em detrimento de outros.

A próxima interlocução ou entrevista, após a sua autorização prévia de uso de voz captada em áudio, foi realizada com a senhora Dejanira Nascimento Evangelista e cunhada do senhor João Evangelista, mais conhecida por Dona Deja, moradora de São Bento das Lages, mais especificamente no Drena 1. Esta conversa aconteceu na varanda da sua casa, no dia 4 de novembro de 2020, numa tarde de quarta-feira, em que a Dona Deja, apesar de ser uma mulher idosa e de estar cansada nesse dia em particular, devido algumas tarefas realizadas dentro de casa, ela gentilmente aceitou fazer esse diálogo comigo. Por meio desse contato, comecei por perguntar acerca das mudanças que aconteceram desde a época em que ela veio morar em São Bento até hoje, assim como, as transformações referentes à antiga Escola Agrícola. Dona Deja disse assim:

Cheguei aqui de 14 pra 15 anos. Quando cheguei aqui não existia nada, teve muita mudança, o que tinha aqui é os alunos, não existia casas...pra o lado de lá tinha algumas casas distantes. O que tinha aqui memo era as casa da repartição...aquelas casa antiga, muitas caída que tinha aqui. Daqui pra rua só tinha uma casa até o campo de bola...aqui era pantanal essas coisa...roça, mata é que tinha aqui. A Escola Agrícola ainda tava funcionando um pouco...ainda tinha os alunos e os funcionários que nem existe mais...Santo Amaro memo tinha um senhor que foi daí, que se chamava Zeferino. Uns já se foi como o pai do João que era o funcionário dali...outros eu sei que trabalhava como alfaiate...havia serviço de alfaiataria e sapataria na Escola...hoje eu não sei desses pessoal, me afastei. Outros foram pra Catu, foram transferidos...aquele colégio era bonito, quando eu cheguei não tava caído assim...já tava em ruínas. Tinha outras casas no fundo que eu não sei se ainda

existe...já tem muitos anos que eu não vá pra aqueles lado. Tinha uma capela que era pegada com a Escola...depois não sei pra onde o Santo foi...que era o São Bento, não sei quem levou, não sei nem explicar (risos) (2020).

Dona Deja começa por falar no seu relato sobre a sua chegada ao bairro de São Bento das Lages e do fato de ainda não existirem muitas casas ou moradores naquela época, pois, apenas existiam poucas casas da repartição, em lugares distantes uma das outras, tendo em termos paisagísticos uma preponderância de matas, vegetações e pântanos, especialmente, manguezais.

No tocante sobre a Escola Agrícola em São Bento das Lages, aquando da sua chegada, Dona Deja diz que ela ainda estava em funcionamento apesar de já estar em ruínas, com a presença de alunos e funcionários, destacando inclusive, o serviço de alfaiataria e sapataria como um aspecto ressignificativo desse lugar e pessoas de outros lugares da Bahia que ainda podem possuir memórias desse lugar, fundamentalmente, de Santo Amaro e Catu, o que transmite mais uma vez a ideia de que esse processo de rememoração da Escola Agrícola vai para além de São Bento e de São Francisco do Conde.

A Dona Deja também fez menção à capela que estava dentro da Escola e à figura de São Bento existente no local que desapareceu, podendo ser por arruinamento ou até mesmo tirado de lá por alguém, o que pode se configurar como um "mistério", no sentido de se tentar achar quem ou em que lugar é possível ver a figura desse Santo, caso o mesmo ainda exista na atualidade. Lembrando que, no segundo capítulo deste trabalho, por meio das fotografias (Figuras 29, 30 e 31) é possível observar onde estava a capela e o lugar onde a figura do São Bento se encontrava.

Através da interlocução com a Dona Deja não foi possível produzir mais informações específicas em relação à Escola Agrícola de São Bento das Lages, inclusive algumas das suas colocações já foram elucidadas pelos depoentes anteriores, como a questão do transporte, que antes era realizada somente por barco e navios para se poder chegar na Escola, principalmente, dos estudantes, funcionários e professores de outros lugares como Salvador e Santo Amaro. Isto porque os seus relatos trazem vários aspectos particulares da sua vida e experiências que ela viveu no bairro de São Bento, que, certamente, remontam para uma historicidade mais ampla sobre a cidade de São Francisco do Conde, a exemplo das transformações sociais que aconteceram desde o momento da sua chegada na cidade até os dias atuais, cujo diálogo e a interpretação desta fonte oral pode ser produzida em futuros trabalhos.

Já no dia 31 de janeiro de 2021, num domingo de manhã, como foi previamente combinado, eu e o Fabrício fomos ao encontro do senhor João Evangelista na sua residência, que fica na rua Santa Rita no bairro de São Bento, para produzir ou construir a sexta e a última interlocução gravada com moradores desse bairro nesta pesquisa. O objetivo desta vez era de fazer filmagens e interlocuções audiovisuais com Seu João, na rua do cais de São Bento e, também, dentro das ruínas da Escola Agrícola. Destarte, através deste segundo diálogo gravado com Seu João, foi possível observar de perto, onde ficava e como era cada compartimento ou divisão interna dessa antiga Escola, a partir das visões e memórias tecidas pelo Seu João, que ao longo da sua vida pôde testemunhar as metamorfoses que foram acontecendo nesse prédio, até chegar ao estado de ruínas como se encontra na atualidade.

Nesta senda, tendo a câmera de filmar como um recurso técnico, comecei por fazer tomadas de imagens e captações de sons da caminhada do Seu João, passando pela rua com moradias e pessoas ao redor, até chegar no cais de São Bento. Uma vez que chegamos no cais, Seu João, enquanto um "guia histórico" iniciou a nossa interlocução audiovisual dizendo o seguinte:

Estamos aqui na localidade de São Bento das Lages, eu não sei porquê esse nome, deve ter sido porque tem muito morro de pura lage, aí colocaram esse nome São Bento das Lages, pertencente a São Francisco do Conde. É um povoado. E nesse povoado existe a Escola Agrícola Sérgio de Carvalho, daqui a pouquinho vamos visitar elas. Então aqui é o porto, estamos vendo aqui o rio conhecido como Subaé, o rio que corta a cidade de Santo Amaro da purificação e passa aqui por São Francisco do Conde e desagua no mar. Então nós vamos ver aqui, aonde atracava as embarcações (2021).

Deste modo, Seu João começa por apresentar o porque do nome do bairro ser São Bento das Lages, advindo do fato de no entorno desse local existirem morros repletos de lages e o rio Subaé. Dando seguimento a esse diálogo com o relato oral do Seu João, especificamente, quando ele tocou no nome Escola Agrícola Sérgio de Carvalho, passou-se a ter mais uma informação histórica relativa à essa antiga Escola. Isto porque, em conformidade com os "*Relatórios do Ministério da Agricultura*" de 1930 a 1960 (1930, p. 343 e 344), sabe-se que em 12 de abril de 1934 foi criado o aprendizado agrícola da Bahia, com sede provisória em Subaé no município de Santo Amaro, que depois foi transferida para São Bento das Lages em São Francisco do Conde, passando a ocupar a mesma propriedade em que havia funcionado, até 1931, a Escola Agrícola da Bahia. Assim sendo, através do decreto-lei nº 1.029 de 6 de janeiro de 1939 passou a denominar-se Aprendizado Agrícola "Sérgio de

Carvalho", localizado em São Bento das Lages, com 150 alunos matriculados nos mais diversos cursos.

Nesse caso, há possibilidade de se estabelecer conexões históricas entre as diferentes fontes, tanto a oral, através do Seu João, como a fonte escrita e digital, do relatório do Ministério da Agricultura. Por isso, em termos interpretativos, parto do pressuposto que a Escola Agrícola Sérgio de Carvalho possa ter funcionado, concomitantemente, com a Escola Agrícola que foi transferida em 1931 para Salvador em Monte Serrat, de acordo com fontes apresentadas no segundo capítulo desta dissertação, sendo também provável que seja nessa fase, no qual, tenha funcionado como patronato de menores na Escola Agrícola, fazendo uma conexão, por exemplo, com as memórias do senhor João Evangelista e o inventário Ipac-Ba em 1982.

Quando chegamos no lugar onde os navios atracavam anteriormente, Seu João explicou da seguinte forma:

Aqui está o guindaste aonde descarregava ou carregava materiais para a Escola Agrícola, essas coisas pesadas, embarcações postava aqui no porto e daqui descarregava. Era um guindaste manual...que hoje só resta ruína...esse pedacinho memo, mas dá pra mostrar mais ou menos como era a situação (2021)

Por meio desse relato, Seu João mostrou onde ficava o guindaste cuja função era de carregar ou descarregar os materiais dos navios, que ainda encontra-se presente no cais de São Bento, perto do rio, tal como pode ser verificado nas fotografias abaixo (Figuras 76 e 77). Desta forma, apesar de não se saber ao certo, em que data esse artefato foi construído e colocado nesse lugar, segundo Seu João, a sua funcionalidade está conectada à época em que a Escola Agrícola de São Bento das Lages recebeu o patronato de menores.

Figuras 76 e 77: O guindaste referente a descarga e o carregamento dos navios na época de funcionamento da Escola Agrícola.



Fonte: Autor, fevereiro, 2020.

Assim que chegamos nas ruínas da Escola Agrícola, o Seu João começou a descrever as partes que compõem esse antigo edifício:

Estamos vendo aqui a escada, a escada que entra pra Escola Agrícola, debaixo da escada existe tipo uma caverna mas não é uma caverna...é uma caverna assim feita pela mão do próprio homem, não é uma caverna natural. Agora nós vamos dar uma chegada pra verificar como é que é esse lugar (2021).

Através das duas fotografias abaixo (Figura 78 e 79), é possível observar as escadas e a entrada para uma espécie de cave da antiga Escola Agrícola. Entretanto, o Seu João desconhece, a função exata dessa cave ou porão, supondo que servia para guardar algumas coisas como ferramentas e instrumentos usados nos experimentos agrícolas. Já na fotografia aérea (Figura 80), existe a possibilidade de ver tanto as lages em volta, como a escada e a entrada para a cave, sem perder de vista, as vegetações e ruínas que circundam a antiga Escola Agrícola.

À esquerda, figura 78: a entrada e as escadas para as ruínas da Escola Agrícola.
À direita, figura 79: a entrada para o porão ou cave.



Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figura 80: Fotografia aérea das ruínas da Escola Agrícola, a parte lateral esquerda.



Fonte: fotógrafo Carlos Santiago, maio, 2021.

Em seguida chegamos na parte interna das ruínas da Escola Agrícola, onde o Seu João começou por falar acerca dos compartimentos que, anteriormente, chegaram a compor o prédio e que hoje estão em arruinamento.

Bem chegamos agora na parte interna da Escola Agrícola. Escola Agrícola Sérgio de Carvalho...então vamos começar olhando...aqui por exemplo era um enorme salão, aonde os rapazes de noite, que a aula aqui era durante o dia, então a noite eles se concentravam aqui pra ouvir música, contar história. Então aqui era esse salão, um enorme salão, apropriado pra isso, para o recreio dos estudantes a noite depois da janta e antes deles se repousar (2021).

É possível ver os restos de um antigo salão, que na atualidade encontra-se repleto de vegetações e pedregulhos devido as arruinações que foram acontecendo no decorrer do tempo. Para além do material audiovisual, esse antigo salão também pode ser visto na fotografia seguinte (Figuras 81).

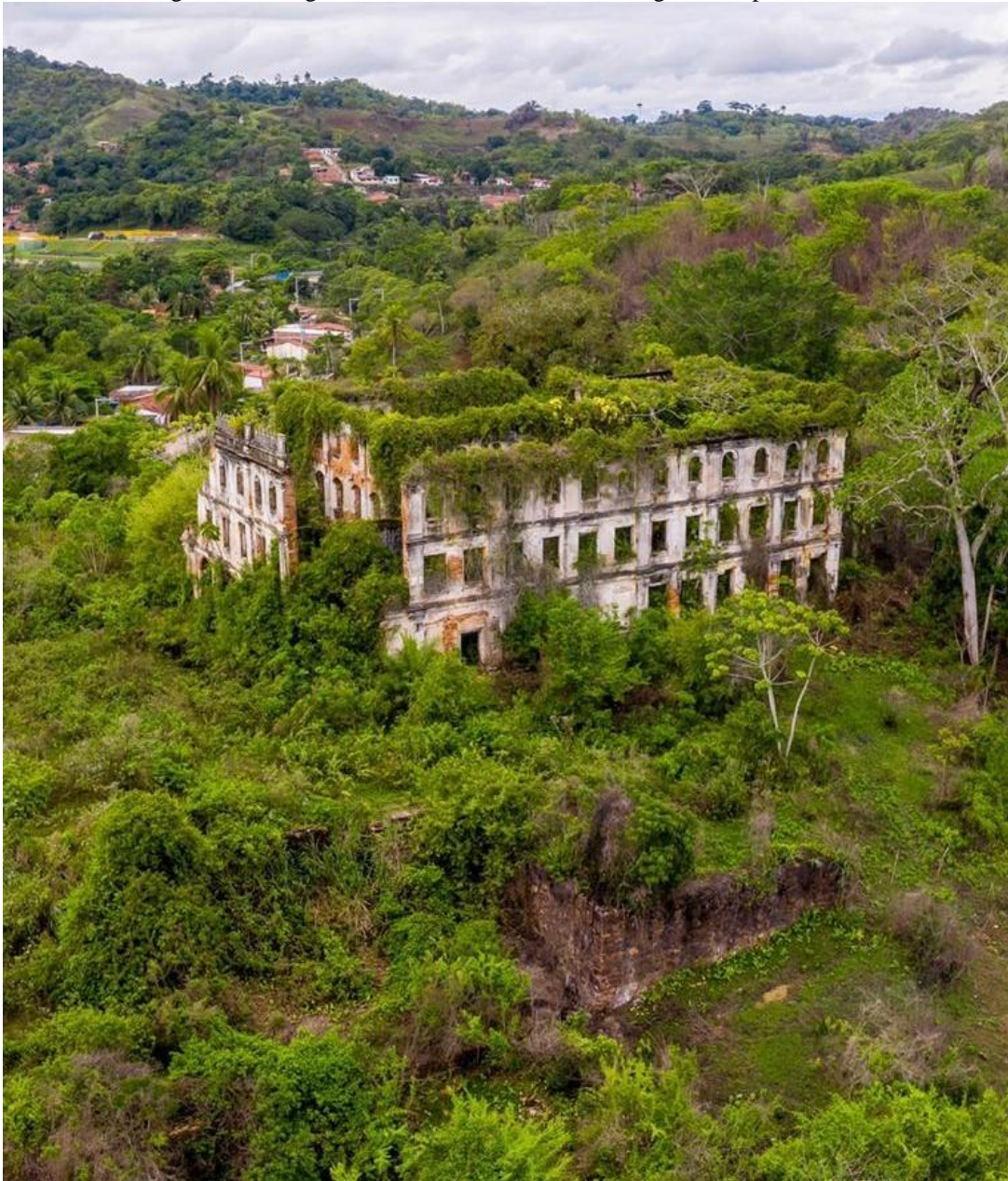
Figuras 81: As ruínas da parte onde ficava o salão da Escola Agrícola.



Fonte: Autor, setembro, 2020.

Na próxima foto aérea (Figura 82), já é possível ver essas ruínas numa perspectiva de quem está saindo da rua do cais de São Bento, pois dá para observar algumas moradias por perto, demonstrando a existência de ocupação humana nas imediações desse memorial *morto-vivo*.

Figura 82: Fotografia aérea das ruínas da Escola Agrícola, a parte lateral direita.



Fonte: fotógrafo Carlos Santiago, maio, 2021.

Também gostaria de salientar que, a interlocução estabelecida com o fotógrafo Carlos Santiago, aconteceu num contexto casual e durante uma das minhas visitas pela rede social Instagram, onde pude conhecer a página intitulada "*My phantom Toy*" onde esse fotógrafo brasileiro posta os seus trabalhos fotográficos e ele, gentilmente, me ofereceu algumas dessas imagens aéreas realizadas com o auxílio de um drone, após eu ter-lhe feito uma interpelação sobre os conteúdos imagéticos da sua página, que inclusive tem fotografias aéreas de outros lugares em São Francisco do Conde, como o casarão da ilha de Cajaíba.

Dando seguimento às considerações feitas pelo Seu João sobre e no interior das ruínas da Escola Agrícola e a apresentação das fotos de onde era o refeitório (Figuras 83 e 84): "No tempo quando funcionava a Escola Agrícola, aqui existia o refeitório, hoje a gente não tem nenhuma visão completa devido tanto mato, mas esse lado todo aqui pertencia ao refeitório, aonde o pessoal fazia a refeição".

Figuras 83 e 84: O local onde era o refeitório da Escola Agrícola.



Fonte: Autor, setembro, 2020.

Já no que concerne à antiga capela, na qual a edificação da Escola Agrícola acabou sendo incorporada, assim como foi apresentada, por exemplo nas imagens (Figuras 30 e 31) presentes no segundo capítulo deste trabalho, Seu João relatou as seguintes palavras:

Bem gente agora nós vamos verificar aqui onde era a Igreja...como se vê ainda existe até parte de tinta da parede aonde era a Igreja daquela época. Aqui ao lado nós vamos ver, aonde ficava a imagem do São Bento. Então neste local aqui é onde ficava a imagem de São Bento. Está tudo em ruínas, tudo com mato que a gente não pode nem focalizar aonde a gente quer, porque o mato não deixa...mas é o que tem pra mostrar...é ruína, pura ruína! (2021).

Depois o Seu João nos levou para a parte onde ficava o banheiro e a cozinha da antiga Escola Agrícola, ilustrados nas seguintes fotos (Figuras 85 e 86) junto com o trecho da fala do Seu João: "Bem aqui estamos em outra localidade já...a parte a que pertencia o banheiro...aí do outro lado da parede existe a cozinha...e nós vamos já pra lá pra mostrar a parte onde era a cozinha". Nesse sentido, em jeito de complemento, a foto aérea (Figura 87) representa uma parte de onde ficava a cozinha, assim como os demais compartimentos referenciados pelo Seu João, a exemplo do salão, refeitório, capela e o banheiro. Sem esquecer que, ainda nessa foto

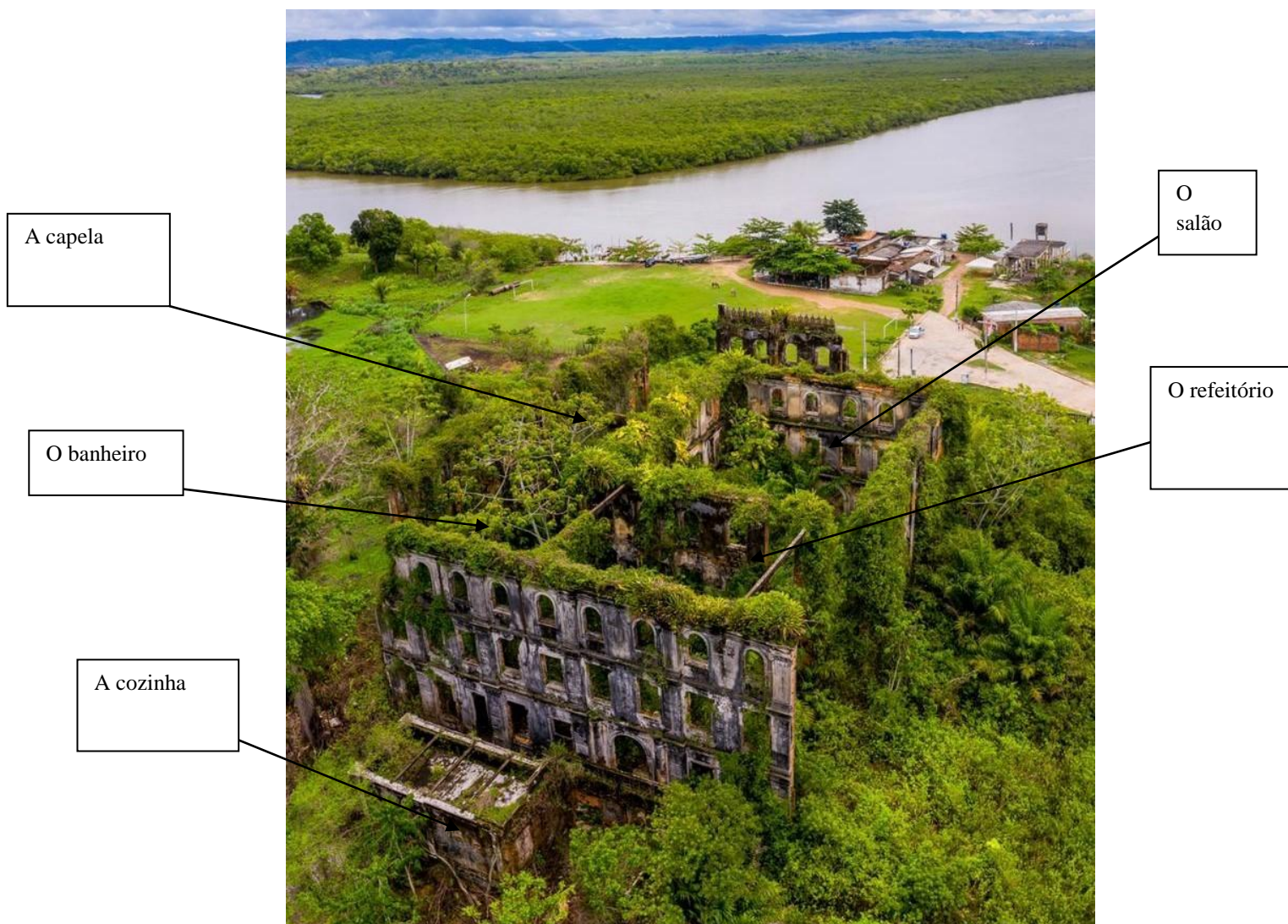
é possível ver o cais de São Bento inteiro, com os seus bares e moradias, tal como a antiga casa de farinha mais próximo do rio, onde também dá para vislumbrar os manguezais cobrindo a paisagem.

À esquerda, figura 85: O que sobrou do antigo banheiro da Escola Agrícola. À direita, figura 86: a parte lateral de onde ficava a cozinha, de frente para a parte de trás da antiga Escola Agrícola.



Fonte: Autor, setembro, 2020.

Figura 87: Fotografia aérea das ruínas da Escola Agrícola, a parte de trás.



Fonte: fotógrafo Carlos Santiago, maio, 2021.

O Seu João seguiu fazendo um relato sobre a parte onde ficava a cozinha, também acrescentando mais informações sobre a época em que o pai dele trabalhava na Escola e ele tinha o costume de frequentar, principalmente, a parte externa dos principais compartimentos da parte interior da Escola Agrícola:

A fachada da cozinha ta boa também viu...olhe, bem gente, esse local onde eu estou é onde foi a cozinha...toda essa área aqui pertencia à cozinha. Muitas vezes eu almocei aqui, eu não estudava no colégio, meu pai que era funcionário, mas de vez em quando eu aparecia, eu vinha por aqui e quando vinha almoçava...eu andava mais por fora do colégio, mas alguma coisa dava pra perceber memo de fora (2021).

No dia que foram feitas as filmagens com Seu João no interior dessas ruínas da Escola no cais de São Bento, houve dois aspectos que valem ser aqui salientados: o primeiro tem a

ver com a paisagem sonora (para além das nossas vozes, a minha, a do Seu João e a do Fabrício) dentro desse *gigante antropofágico*, pois, constantemente, era possível ouvir o barulho de passarinhos e animais silvestres rastejando nas vegetações, indicando de forma evidente a existência de vida sobre essas estruturas remanescentes que lhe atribui uma característica de agenciamento próprio, assim como, um processo de ressignificação da flora e da fauna presente nesse lugar em ruínas, enquanto habitat ou memorial em movimento, segundo a perspectiva antropológica apresentada ainda neste capítulo através de Tsing e Ingold.

O segundo aspecto tem a ver com o processo de reapropriação de cunho antrópico, que tive a oportunidade de filmar naquele dia, onde era possível observar marcas ou vestígios de queimadas de pneus no interior das ruínas e nos resquícios das paredes da Escola Agrícola, que também servem como um indicador ou evidência de uma atividade realizada pelas "mãos humanas" no meio daquele *memorial morto-vivo*, cuja ação contribui para a aceleração depredatória desse lugar. Certamente, reforçando a ideia de que as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, num sentido mais amplo, no seio da população são-franciscana e do poder público, tornou-se num lugar abandonado e susceptível de receber vilipendiações como esta aqui descrita.

Nesta senda, no decorrer da nossa caminhada dentro das ruínas da Escola Agrícola, e já perto de sairmos para fora das imediações desse *memorial morto-vivo*, Seu João acabou por nos levar, eu e o Fabrício, para o local onde ficava a casa do diretor:

Bem gente, nessa localidade era onde morava o diretor da Escola Agrícola, mas hoje a gente só vê mesmo mato! Eu alcancei três diretor morando aqui: primeiro doutô Carlos, depois doutô Claudemiro e por fim o doutô Dagoberto mas depois a Escola fechou. E aí foi caindo, caindo...e hoje só tem as alvenarias e o mato. Mas pelo menos tá aí um pedaço que dá pra gente ver alguma coisa (2021).

Através desse relato do Seu João, principalmente, quando ele fala dos nomes das pessoas ou diretores da antiga Escola Agrícola, quando funcionava o patronato de menores, também é possível estabelecer relações entre esses antigos diretores e pesquisas que podem ser realizadas a partir dessas informações, ou seja, dessa memória que ganha corpo com a menção desses nomes.

Sem esquecer o fato dele ter dito e de as filmagens corroborarem nesse aspecto, que não sobrou muita coisa da antiga casa do diretor, - cujas fotografias já foram evidenciadas no primeiro capítulo deste trabalho nas Figuras 9 e 10 -, para além de escassas ruínas escondidas pela mata acirrada que se encontra, atualmente, nesse local que fica a 2 ou 3 minutos a pé das

estruturas remanescentes da Escola Agrícola. Lembrando que, na trilha para chegar nessas ruínas adjacentes da Escola, foram observados vários cavalos domesticados pastando e comendo capim naquele local, para além de existir uma cerca nessas imediações, indicando uma lógica de reapropriação antrópica do lugar para fins de pastagem de gado.

As interlocuções produzidas para esta terceira parte da dissertação, junto aos narradores e as narradoras que habitam no bairro de São Bento das Lages, tendo as ruínas da Escola Agrícola como um fio ou lugar de memória, são de extrema importância para um entendimento científico sobre as representações sociais referentes à população são-franciscana, especificamente, as que moram no bairro de São Bento. Porém, essas foram as interlocuções possíveis, dentro do recorte que foi sendo estabelecido no decorrer da escrita e da pesquisa, admitindo também que no seio populacional de São Bento, existem muitas pessoas e memórias que poderiam acrescentar dimensões e percepções específicas acerca dessas ruínas na rua do cais de São Bento. Por exemplo, nesse processo de *ginga* com as memórias, tem a presença do Seu Zé, que é um senhor idoso, morador da rua do cais de São Bento e dos primeiros habitantes locais, mas que, por motivos de saúde debilitada, não foi possível estabelecer uma interlocução gravada com ele.

Assim como, existem relatos no seio da população de São Bento das Lages, a exemplo do Seu Veinho como da Dona Deja, que a antiga portaria ou o portão principal da Escola Agrícola com o seu nome escrito, ficava na rua do Drena 1, atualmente, perto do Posto de Saúde da Família - PSF, também dentro do bairro São Bento. Ou seja, cerca de 5 a 10 minutos de distância a pé da rua do cais de São Bento e do lugar onde as ruínas da Escola Agrícola se encontram, que serve como um indicador do tamanho dessa antiga Escola Agrícola, considerada como maior em termos de área na época em que funcionava, ativamente, como um instituto agrícola, pois, praticamente todo o território de São Bento pertencia à essa Escola. Embora, nos dias atuais, não seja possível vislumbrar as evidências ou os vestígios desse antigo portão da Escola Agrícola de São Bento das Lages, devido as alterações que foram acontecendo ao longo do tempo.

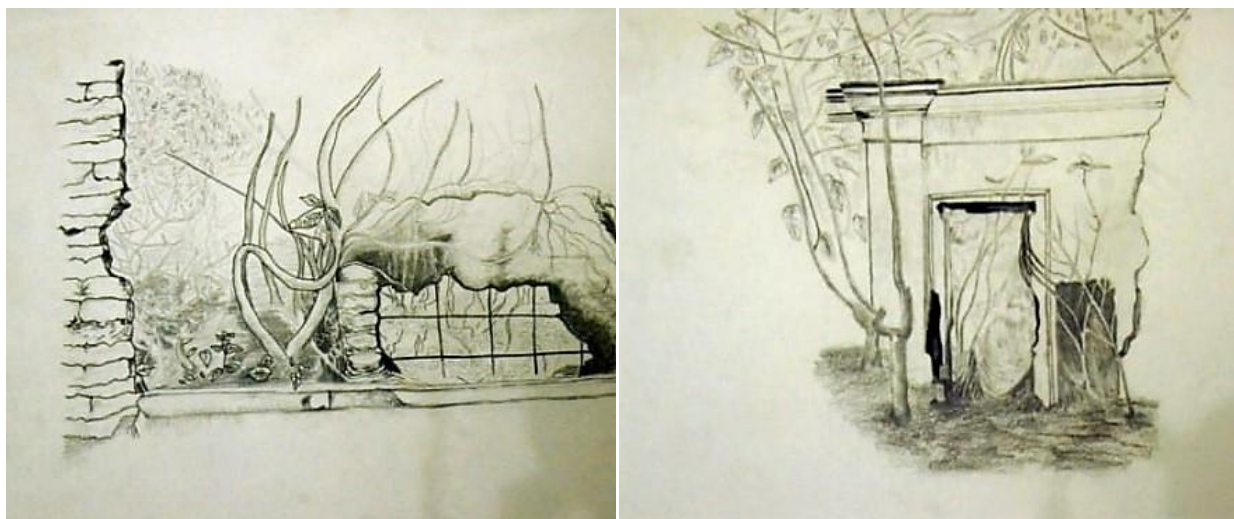
Uma outra questão e possibilidade que surgiu no decorrer dessas interlocuções sociais e culturais no bairro de São Bento das Lages, principalmente com os historiadores são-franciscanos Fabrício de Sena e Gliuson do Carmo, ambos com raízes familiares em São Bento, foi referente à gravação do filme italiano intitulado "*O Cangaceiro*" de Giovanni Fago e lançado em 1971. Esse filme está disponível, gratuitamente, na plataforma digital YouTube, tendo sido filmado em São Francisco do Conde nos finais da década de 1960 e começo dos anos 70.

Numa das representações imagéticas desse filme é possível ver um local em ruínas, que aparenta ser a antiga Escola Agrícola, pois, em termos descritivos, um dos personagens do filme, o eremita, encontra-se dentro desse local em destroços, com uma parte do teto semicoberto, com vista para os restícios de uma porta principal e um rio ao longe, parecido com o rio Subaé e Serjimirim. No entanto, particularmente, não foram encontradas evidências suficientes de que se trata do mesmo local onde foram feitas essas filmagens, ou seja, neste estudo científico, não foram achados ou produzidos documentos escritos e orais que possibilitassem um cruzamento e conexão evidente entre tais fontes históricas.

Ainda em São Bento das Lages, tive a oportunidade de conhecer e estabelecer interlocuções com o artista visual Antônio Marcos Santana, morador desse bairro, que em 2017 defendeu o seu memorial descritivo ou trabalho de conclusão de curso pela UFRB sob o título "*As Ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages: uma abordagem artística-estética, na preservação do patrimônio local*".

Nesse caso, tanto por meio das conversas que tivemos, como a partir da leitura da sua monografia, que teve como base um estudo e um trabalho de ressignificação desse lugar em ruínas, através de desenhos a exemplo das seguintes imagens (Figuras 88 e 89), que mostram uma representação desse memorial *morto-vivo* no cais de São Bento, sob a perspectiva de um encontro artístico, em forma de desenho, entre as ruínas e as vegetações em volta do local.

Figuras 88 e 89: Paredes, galhos e mistura fragmentada.



Fonte: Antônio Santana, 2017.

Ao escrever sobre essas representações e o seu processo artístico, Antônio Santana (2017, p. 29) disse que esses desenhos apresentam uma característica de incompletude, porque

não ocupam os espaços do papel na sua totalidade, passando uma mensagem de lacunas, que propõe uma concepção de memórias esfaceladas, na qual, não existe continuidade e elas terminam sendo fragmentadas, com o objetivo de fazer a mente do observador/a completar com suas imaginações. Para além disso, há possibilidades de identificar algumas formas geométricas com certa facilidade, sendo algumas mais definidas do que outras, dando inclusive para observar a presença do mato e dos galhos, que sugerem um ambiente em destruição, mas susceptível de gerar formas de vidas. Ou seja, os azulejos, os detalhes dos tijolos já desgastados e os galhos que brotam do concreto, nos transportam para esse ambiente onírico.

Com base nas interlocuções produzidas e estabelecidas no bairro de São Bento das Lages, foi possível perceber como a *ginga* com as memórias, enquanto representações sociais sobre as ruínas da antiga Escola Agrícola, ainda a ressignifica e a torna viva diante de um processo histórico, que transmite uma sensação de incompletude, lacuna, desleixo e esfacelamento, tanto no campo artístico como em termos empíricos, sociais, culturais, políticos e patrimoniais. Um memorial *morto-vivo* que ainda existe com a sua própria agência, pois, apesar de estar em estado avançado de arruinamento, vai resistindo diante das intempéries do ambiente e da ação antrópica. Esse lugar de memória continua ali na rua do cais de São Bento, *gingando* diante dos olhos, entre certezas e incertezas inseridas neste contexto de *encruzilhada* de informações.

Figura 90: Uma placa que sinaliza o local onde se encontram as ruínas da Escola Agrícola.



Fonte: Autor, junho, 2021.

Nesse processo de rememoração e localização geográfica das ruínas da Escola Agrícola, numa das minhas últimas passagens pelo local e em decorrência desta pesquisa, me deparei com esse elemento mais recente (Figura 90) que como a própria fotografia indica, trata-se de uma placa com o nome das ruínas da EAB, colocada ali entre os meses de abril, maio ou junho do ano 2021. Apesar desta mudança na paisagem não ter acontecido nas ruínas, certamente, acaba sendo um elemento paisagístico sobre essas estruturas remanescentes, que

serve como um indicativo de que existem pessoas ou instituições agindo no local ou perto dele. Mas que pessoas ou instituições são essas?

Em conformidade com as conversas e interlocuções realizadas com o Fabrício, que é morador do bairro de São Bento das Lages, esta ação faz parte do Programa do Ministério do Turismo - PRODETUR na Bahia de Todos os Santos, que tem o objetivo de contribuir para a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, através do fomento de uma perspectiva de desenvolvimento local e regional, em parceria com os distintos estados e municípios. No entanto, no decorrer deste estudo, sabe-se que esta ação até o momento foi marcada somente pela colocação dessa placa na rua do cais de São Bento, mas ainda assim, ficam mais questões em aberto. Sendo esse um aspecto da pesquisa que também precisa de uma análise mais específica e cuidada, tendo as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages como foco.

3.1.3 Considerações finais

Este trabalho foi dividido em três partes que dialogam entre si, formando apenas um corpo textual acerca da antiga Escola Agrícola: a primeira faz um debate conceitual em torno de conceitos como representações sociais, ruínas e patrimônio cultural, adensando aspectos relativos às possibilidades de conservação e restauração arquitetônica; a segunda parte tem como foco a dimensão histórica e das políticas de preservação patrimonial, estendendo o debate para um diálogo institucional com o Ipac, a Secult da Prefeitura de São Francisco do Conde, a Ufba e o Measb-UFRB; já na terceira e última parte, a preocupação desta pesquisa cingiu-se na dimensão social e cultural, dando ênfase para as produções de entrevistas ou diálogos gravados com determinados moradores e moradoras do bairro de São Bento das Lages.

Nessa perspectiva, a escolha e a motivação pelas divisões feitas dentro desse trabalho, estão segmentadas por um viés metodológico e interdisciplinar com destaque para a História e a Antropologia, por meio de aspectos políticos, sociais e culturais, isto porque no decorrer da pesquisa, notei que essa discussão, anteriormente, ainda não tinha sido alvo de um estudo sistemático e empírico, cuja temática pudesse evidenciar uma busca pela compreensão sobre as representações sociais das estruturas remanescentes da Escola Agrícola, envolvendo a dimensão patrimonial e os aspectos relativos às memórias locais desse memorial *morto-vivo*. Sem esquecer que, ao longo da escrita desta dissertação, foram elencadas inúmeras possibilidades de pesquisa arqueológica, a exemplo da Arqueologia da Arquitetura e da

Arqueologia da Paisagem, partindo da ideia que essas ruínas também se configuram como registros arqueológicos.

Essas ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages em São Francisco do Conde possuem memórias guardadas, mas essas memórias não se encerram nos destroços que, atualmente compõem e ressignificam esse lugar. Essas memórias encontradas também são produzidas pelas pessoas, cujas lembranças continuam sendo ativadas por um conjunto de fatores como a presença de estudantes do patronato de menores, nos meados do século XX, e as antigas trabalhadoras da/na horta, nos finais do mesmo século, especificamente, nos 1990. Trata-se de duas fases ou períodos diferentes, na medida em que a Escola Agrícola em processo de arruinamento teve e ainda tem seu papel de conexão histórica com a vida de determinadas pessoas, a exemplo dos moradores do bairro de São Bento das Lages como o Seu João, Dona Deja, Dona Fátima, Seu Vinho e Seu Pena, enquanto um ativador ou lugar de memória que segue sendo, socialmente e culturalmente, representado nesse cenário microscópico de SFC.

Foi possível observar, a partir das interlocuções realizadas com os/as moradoras do bairro, que existe uma preocupação, afetividade e nostalgia em relação ao estado atual desse antigo edifício, assim como uma sensação de impotência pessoal ou social no sentido de ser feito algum tipo de modificação ou intervenção preservacionista no local, que acaba sendo um papel (na perspectiva desses interlocutores), exclusivamente, para o poder público e institucional. Por sua vez, através das interlocuções estabelecidas com a Secult da prefeitura de São Francisco do Conde, o Ipac, a Ufba e o Measb, é possível perceber a pouca ou inexistência de diálogos entre essas instituições, tendo a antiga Escola como elo ou fio de condução desta pesquisa, pois, a maior parte das conexões estabelecidas ou tentativas de intervenção nesse local, não apontaram para uma efetivação em termos de conservação e restauração dessas estruturas remanescentes.

Lembrando que, para além das memórias e lembranças, essas ruínas também estão sujeitas ao esquecimento. Um esquecimento e não ressonância proveniente da própria população são-franciscana, principalmente, daqueles e daquelas que na sua maioria, ou num cenário macroscópico em SFC, desconhecem as mudanças históricas verificadas naquele memorial *morto-vivo*, ao longo de 144 anos de existência. Hoje sobram estruturas remanescentes que remontam a uma edificação idealizada na época, desde os finais do século XIX, enquanto uma construção a ser mantida e, tecnicamente, reproduzida como uma escola de instrução agrícola para o contexto baiano e brasileiro. O que deu errado ou certo? Será que houve erro? Prefiro não ir por esse viés "do erro ou acerto", pois, todas essas dimensões

institucionais, sociais, culturais e históricas, evidenciadas e discutidas ao longo desta dissertação de mestrado, apontam para um só caminho: as ruínas da Escola Agrícola existem e ainda permanecem ativas, tanto quanto sujeitas às transformações antrópicas e naturais.

Dito de outra forma, como já foi tocado neste trabalho, a pesquisa evidencia uma tentativa interdisciplinar de compreender esta realidade empírica da EAB, através de aspectos antropológicos, arqueológicos, históricos, geográficos, sociológicos e arquitetônicos. Sem perder de vista as percepções conceituais a respeito da própria categoria ruínas, as teorias sobre restauração e conservação, enquanto possíveis debates para refletir sobre esse *gigante antropofágico* em São Bento das Lages.

Tal como, as contradições inerentes à noção ou categoria patrimônio cultural, cujas mensagens sublimares e pragmáticas apelam para um ideal de proteção, patrimonialização e preservação de lugares históricos de São Francisco do Conde, Bahia e Brasil, sobretudo, por parte do poder público específico e referente às ruínas da Escola Agrícola, mas que ainda permanece distante em termos de cumprimento desse discurso preservacionista tão, institucionalmente, aclamado. Inclusive ainda pairam muitas incertezas em torno da questão do tombamento dessas ruínas, pois, sugiro que sejam realizadas reanálises técnicas ou uma reabertura desse processo de patrimonialização, com o intuito de perceber se essas ruínas estão ou não tombadas pelo Ipac.

A pergunta riegliana que faço ao poder público é: qual a ressonância, o valor histórico e artístico dessas ruínas ou estruturas remanescentes situadas na rua do cais de São Bento? Uma vez que, está-se a falar sobre um lugar antigo e histórico, aparentemente tombado pelo Ipac, - como foi possível verificar no decorrer das discussões desta dissertação -, porque o mesmo continua abandonado, praticamente sem nenhum debate ao nível populacional e fadado à destruição e esquecimento?! São questões que permanecem em aberto e sem respostas, mas o objetivo desta pesquisa não foi respondê-las. O objetivo foi, acima de tudo, dissertar sobre as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages, as suas contradições históricas e as dimensões sociais, culturais, políticas e institucionais que perpassam esse lugar de memória.

Figura 91: As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages.



Fonte: Autor, junho, 2021.

Encerro este trabalho com a fotografia acima (Figura 90), tirada a partir de uma perspectiva de quem está chegando de barco no cais de São Bento com o objetivo de desembarcar e conseguir adentrar nessas estruturas remanescentes. Foi desta forma que várias pessoas, entre professores, estudantes, num período pretérito, conseguiram ter acesso ou chegar nessa Escola, enquanto a mesma funcionava como um estabelecimento de instrução agrícola. Mas é desta maneira, como restos de um prédio antigo, que atualmente é possível ver esse memorial *morto-vivo*.

Referências

ARAÚJO, Nilton de Almeida. **A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)**. 2006. 205 p.il. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Disponível em: <http://www.pauloormindo.com.br/perfil.asp>. Acesso no dia 18 de março de 2021 às 17h10.

BAPTISTA, Jean; SANTOS, Maria Cristina dos. **As ruínas: a crise entre o temporal e o eterno** / Jean Baptista, Maria Cristina Razzera dos Santos. PESAVENTO, Sandra. Ruínas falantes, fontes da imaginação. SOUZA, Isabel Leite de. Ruínas ou Remanescentes? Brasília: IBRAM, 2015.

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Tradução e apresentação: Beatriz Mugayar Kuhl e Paulo Mugayar Kuhl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2003 [1884].

BOJANOSKI, Silvana de Fátima; MICHELON, Francisca Ferreira; BEVILACQUA, Cleci. Os termos preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais: uma abordagem terminológica. Vol. 15, n. 3, p. 443-454, set/dez 2017.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia de letras, 1994.

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. /Cesare Brandi; tradução Beatriz Mugayar Kuhl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL, Escola. Disponível em: <https://brasile scola.uol.com.br/historiab/castelo-branco.htm>. Acesso no dia 02 de abril de 2021, às 14h53.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas** / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**. No.2, 2014.

CARDOSO, Lauro José de Assunção Rosa. **A representação de São Tomé e Príncipe nos textos de apoio de História (1470-1595): análises e propostas didáticas**. 2020. 138f: il. Monografia (Licenciatura Plena em História) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

CARTAS PATRIMONIAIS. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17497/material/aula%20expositiva%20cartas%20patrimoniais.pdf>. Acesso no dia 29 de março de 2021, às 15h16.

CARVALHO, Raquel; MARQUES, Teresa. A evolução do conceito de paisagem cultural. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 16 (março). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 81-98, 2019.

CAPDEVILLE, Guy. O ensino superior agrícola no Brasil. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v.72, n.172, p.229-261, set./dez. 1991.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, n.º 13, p. 272-292 - 2018.

CECRE, UFBA. Disponível em: <https://cecre.ufba.br/pt-br/historico>. Acesso em 12 de março de 2021 às 20h20.

CHOAY, Françoise. Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Edições 70, LDA. 2014.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, 2012.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. **Goiânia**, v. 17, n.1, p. 101-124, jan./jun. 2019.

CUNHA, Claudia. Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN. 2010. 178 p. il. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, 2010.

DE QUINCY, Quatrèmere. **Cartas a Miranda / Quatrèmere de Quincy**; organização, tradução e apresentação Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016 [1796].

DIAS, Maria da Graça Andrade. Memórias e existências: identidades e valores na representação social do patrimônio no recôncavo da Bahia. 2014. 207 p. il. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. 206 p.: il.

DIÁLOGOS VIA CORRESPONDÊNCIA. **Demostenes Guimarães de Lacerda**. Interlocutor: Lauro José Cardoso. Diálogo via correspondência pelo correio electrónico no dia 15 de março de 2021 às 14h05 pela Internet.

DIÁLOGOS GRAVADOS. **Bernadete Primo**. Interlocutor: Lauro José Cardoso. Diálogo gravado em audiovisual no dia 23 de outubro de 2020 às 15h20 em São Francisco do Conde.

DIÁLOGOS GRAVADOS. **Dejanira Nascimento Evangelista**. Interlocutor: Lauro José Cardoso. Diálogo gravado em áudio no dia 04 de novembro de 2020 às 16h03 em São Bento das Lages.

DIÁLOGOS GRAVADOS, **Everaldo dos Santos**. Interlocutor: Lauro José Cardoso. Diálogo gravado em áudio no dia 28 de outubro de 2020, às 14h40 em São Bento das Lages.

DIÁLOGOS GRAVADOS. **João Evangelista**. Interlocutores: Lauro José Cardoso e Fabrício de Sena. Diálogo gravado em áudio no dia 24 de setembro de 2020, às 15h25 em São Bento das Lages.

DIÁLOGOS GRAVADOS. **João Evangelista**. Interlocutores: Lauro José Cardoso e Fabrício de Sena. Diálogo gravado em audiovisual no dia 31 de janeiro de 2021, às 8h40 em São Bento das Lages.

DIÁLOGOS GRAVADOS. **José Joaquim dos Santos Pena**. Interlocutor: Lauro José Cardoso. Diálogo gravado em áudio no dia 22 de outubro, às 16h21 em São Bento das Lages.

DIÁLOGOS GRAVADOS. **Maria de Fátima dos Santos Evangelista**. Interlocutor: Lauro José Cardoso. Diálogo gravado em áudio no dia 14 de outubro de 2020, às 15h37 em São Bento das Lages.

DIÁRIO OFICIAL DO EXECUTIVO. Lei Municipal Nº 625/2020. Ano XIV, edição nº 1673. 28 de dezembro de 2020.

DOHMANN, Marcus. Cultura material: sobre uma vivência entre tangibilidades e simbolismos. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 41-53, set./dez. 2017.

DVORAK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. Max Dvorák; tradução Valéria Alves Esteves Lima; São Paulo: Ateliê Editorial, 2008 [1910].

ESCAVADOR, site. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/6865939/elisabete-cardoso-palmeira>. Acesso dia 11 de março às 17h00.

ESCAVADOR, site. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4233465/dora-leal-rosa>. Acesso no dia 02 de abril, às 14h43.

ESPÍRITO SANTO, José Jorge do. **Resgate de uma riqueza cultural**. Biblioteca Arthur de Salles. São Francisco do Conde: 2007.

EXPOSIÇÃO VIRTUAL DO MEASB. Escola Imperial Agrícola da Bahia - História e Memória. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/ppgci/exposicao-virtual-do-measb?> Acesso em 20 de março de 2021 às 15:02.

FREITAS, Idalina Maria Almeida. Sentidos da “verdadeira liberdade”: A Escola Agrícola da Bahia e os destinos da população negra livre do Recôncavo. Portal Geledés, publicado em 21/10/2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sentidos-da-verdadeira-liberdade-a-escola-agricola-da-bahia-e-os-destinos-da-populacao-negra-livre-do-reconcavo/>. Acesso em 23 de outubro de 2020, às 15h15.

FREITAS, Idalina Maria Almeida. Escola Agrícola da Bahia de São Bento das Lages: experiências na implementação de instrução agrícola na Vila de São Francisco do Conde (1850-1890). **Revista Maracanã**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 29-49, maio/ago, 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

G1. Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/01/01/prefeito-e-vereadores-de-sao-francisco-do-conde-tomam-posse-veja-lista-de-eleitos.ghtml>. Acesso no dia 03 de março de 2021, às 22h23.

GIOVANNONI, Gustavo. **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos**. Tradução Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kllhl. - Cotia, SP: Ateliú Editorial, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Mal-Estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, Nacionalismo e Estado. **Estudos Avançados**, 22 (62), 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora revista dos tribunais Ltda, 1990.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HONORATO, Laina da costa. Arqueologia da paisagem e geoarqueologia: experiências em projetos de pesquisa. **Tópos**. V. 3, Nº 1, p. 127 - 147, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial**. Boletim: proposta pedagógica, 2003.

IBPC, site. Disponível em: <https://www.ibpc.com.br/>. Acesso dia 30 de março, às 14h31.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, 2015.

IPAC - BA. Ante-projeto: Escola Agrícola de São Bento das Lages - São Francisco do Conde. Levantamento Cadastral do Monumento. Agosto de 1984.

IPAC - BA. Coletânea de documentos escritos sobre as ruínas da Escola Agrícola. Ofício Diretoria Geral 084-2021.

IPAC – BA. Inventário de Proteção do acervo cultural; monumentos e sítio do Recôncavo, I parte. 2. ed. Salvador, 1982.

IPAC - BA, site. <http://www.ipac.ba.gov.br/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021, às 13h13.

IPATRIMONIO.org. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-francisco-do-conde-mosteiro-de-sao-bento-das-lajes#!/map=38329&loc=-12.618658999999994,-38.679597999999999,17>. Acesso em 5 de outubro de 2020, às 9h40.

IPHAN, Site. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em 29 de março, às 15h27.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Imago Editora LTDA. Rio de Janeiro: 1976.

JORNAL GRANDE DA BAHIA. CDN. Disponível em: <https://cdn.jornalgrandebahia.com.br/2014/07/Biografia-de-Rilza-Valentim-de-Almeida-Pena.pdf>. Acesso em 4 de março de 2021, às 21h30.

KUHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, v.1, n.1, p. 16-40, 2005/2006.

LATTES, currículo. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4764390H0>. Acesso no dia 02 de abril, às 14h45.

MEASB. **Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia - MEASB: catálogo do acervo**. Cruz das Almas, 2019.

MEASB. **Instrumentos de demonstração, utilizados normalmente em aulas práticas**. Maio, 2021.

MEASB. **Política de Aquisição do Acervo do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia**. Agosto, 2018.

MEASB. **Roteiro - exposição 157 anos de história**. Maio, 2021.

MEASB. *Site* do. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/memorial/o-memorial>. Acesso em 11 de janeiro de 2021 às 13h01.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NACIF, Paulo Gabriel. A Escola de Agronomia: ascensão e queda de uma potência. Portal Paulo Nacif, publicado em 13/08/2018. Disponível em: <http://paulonacif.com.br/2018/08/13/a-escola-de-agronomia-ascensao-e-queda-de-uma-potencia/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2021, às 14h20.

NEVES, Walter Alves. **Antropologia Ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas**. São Paulo: Cortez, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo, v.10, dez. 1993.

O CANGACEIRO. Direção do filme: Giovanni Fago. Itália, Espanha, 1971. 104'. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=viva+cangaceiro+1970+. Acesso no dia 12 de fevereiro, às 21h10.

PINTO, Naiane Jesus. Experiência e memória: uma etnografia da migração forçada em Dom João, em São Francisco do Conde - BA, no ano de 1982. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

PINTO, Naiane Jesus. (Org.). **Trilhando na cultura: São Bento conversando com a sua história**. São Francisco do Conde, 2018.

POESIAS BRASIS. Disponível em: http://www.antonimiranda.com.br/ poesia_brasis/bahia/arthur_de_salles.html. Acesso no dia 10 de abril, às 11h57.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Espaço liberdade, 2009.

PROGRAMA PETROBRAS. **Agenda 21 comunitária São Bento das Lajes**. Salvador, 2014.

RELATÓRIOS, do Ministério da Agricultura (1930-196). Aprendizado Agrícola Sérgio de Carvalho. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=ZB0030&Pesq=FORDLANDIA%20BELTERRA&pagfis=2166>. Acesso no dia 08 de maio, às 11h03.

RIBEIRO DE QUEIROZ, Rita de Cássia. Sonetos de Arthur de Salles: a edição e o estudo do vocabulário antroponímico. **Cadernos do CNLF**, Vol. XVI, Nº 04, t. 1 – Anais do XVI CNLF, p. 1188, 2012.

RIEGL, Alois. **O culto dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução: Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Editora da UCG, 2006 [1903].

RUSKIN, John. **A Lâmpada da memória**. Tradução e apresentação: Maria Lucas Bressan Pinheiro. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008 [1849].

SANTANA, Antônio Marcos dos Santos. As ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lajes: uma abordagem artística-estética, na preservação do patrimônio local. 2007. 47 p. il. (Memorial Descritivo - Trabalho de Conclusão de Curso) Bacharelado em Artes Visuais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2017.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de Representação. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, nº 6, 2011.

SANTOS. Natalyne Pereira dos. Vozes no palco: dramaturgias com histórias da comunidade de São Bento. 2015. 85 p. il. Monografia (Licenciatura em Teatro) - Universidade Federal da Bahia, 2015.

SÃO FRANCISCO DO CONDE, prefeitura municipal. Ofício nº 194/96. Mai. – Jun. 1996.

SÃO FRANCISCO DO CONDE, prefeitura site. Disponível em: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/representantes-do-ipac-realizaram-visita-em-sao-francisco-do-conde-para-firmar-parceria-com-o-municipio/>. Acesso em 9 de março de 2021, às 14h13.

SÃO FRANCISCO DO CONDE, prefeitura site. Disponível em: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/ufba-e-setur-realizam-visita-tecnica-na-imperial-escola-agricola/>. Acesso em 9 de março de 2021, às 14h16.

SÃO FRANCISCO DO CONDE, prefeitura site. Disponível em: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/prefeito/#:~:text=Com%20o%20fato%20inesperado%20C%20Evandro,j%C3%A1%20tra%C3%A7ados%20para%20o%20munic%C3%ADpio.> Acesso em 5 de março de 2021, às 15h12.

SANCHES, Maria Jesus. Pensar a arte rupestre através dos métodos e técnicas de registo e de representação. Uma abordagem ensaística. (Conferência. 1ª Mesa Redonda Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história. Paradigmas e Metodologias de Registo). **Edição: Direção-Geral do Património Cultural Palácio Nacional da Ajuda**, 2012.

SILVA, Daniel Pinha. O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99 - 129. jan./abr. 2017.

SOUZA, William Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011

SOUZA JÚNIOR, Mário Anacleto de. O conceito de ruína e o dilema da conservação em arte contemporânea. Grupo Museu/Patrimônio FAU-USP. **Revista ARA** Nº 2, p. 153-157. Outono/Inverno, 2017.

STRACHULSKI, Juliano. O percurso do conceito de paisagem na ciência geográfica e perspectivas atuais. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/Campus de Iporá**, v.4, n. 2, p. 03 - 33 – jul/dez 2015.

TIRELLO, Regina. A Arqueologia da Arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos. **Revista CPC**, São Paulo, n.3, p. 145-165, nov. 2006/abr. 2007.

TODA MATÉRIA. Juliana Bezerra. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/emilio-medici/>. Acesso dia 02 de abril de 2021, às 15h46.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. **A instrução agrícola e a crise da economia açucareira**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, 1982.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

UFBA, Histórico. Disponível em: <https://www.ufba.br/historico>. Acesso em 11 de março de 2021, às 16h01.

UFBA, Pessoas. Disponível em: <https://www.ufba.br/pessoas/antonio-nelson-dantas-fontes>. Acesso no dia 02 de abril, às 14h40.

UFBA, Portal. São Francisco do Conde ganhará campus da UNILAB. Disponível em: https://portal.ufba.br/ufba_em_pauta/s%C3%A3o-francisco-do-conde-ganhar%C3%A1-campus-da-unilab Acesso em 9 de março de 2021, às 14h18.

UFBA, Site. Disponível em: <https://www.ufba.br/pessoas/jos%C3%A9-luiz-de-lalor-imbiriba-coordenador>. Acesso no dia 02 de abril, às 14h42.

UFBA. SUMAI. Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura. Disponível em: <https://sumai.ufba.br/sumai>. Acesso em 11 de março de 2021 às 16h20.

UNILAB, Site. Disponível em: <http://unilab.edu.br/institucional-2/>. Acesso dia 11 de março às 17h04.

VIOLLET-LE-DUC. Eugène. **Restauração**. Apresentação e tradução: Beatriz Mugayar Kuhl. Cotia-SP, Ateliê Editorial, 2006 [1854-1868].

VIVA. A vida é uma festa. Produção: Darla K Anderson e John Alan Lasseter. Direção do filme animado: Lee Unkrich, 2018.

Anexo A

Roteiro de perguntas usadas para as entrevistas ou diálogos gravados com os/as interlocutoras

- 1- Peço que se apresente, nome, idade e informações que achar relevantes sobre a sua vida.
- 2- Há quanto tempo mora em São Francisco do Conde e em São Bento das Lages?
- 3- Qual a sua conexão ou ligação com as ruínas da Escola Agrícola de São Bento das Lages?
- 4- O que o senhor ou senhora guarda como lembranças da Escola Agrícola?
- 5- Quais são as lembranças da época em que as ruínas funcionavam como horta?
- 6- Se tivesse o poder de modificar ou transformar essas ruínas, o que faria?

Anexo B

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E SOM**

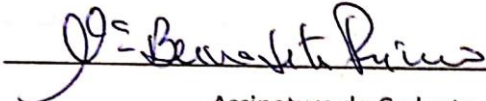
Eu, Dr. Benedita da Silva Ruy, portador(a) do CPF _____, AUTORIZO a **LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO** ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, SOB A MATRÍCULA 2019224342, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), sediado(a) em CACHOEIRA NA BAHIA, a utilizar a minha imagem, em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e voz, capturados com o propósito de servir para uma pesquisa de mestrado e escrita da dissertação sobre: **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS COM A ANTIGA ESCOLA AGRÍCOLA DE SÃO BENTO DAS LAGES**. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; (III) folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (IV) folder de apresentação; (V) anúncios em revistas e jornais em geral; (VI) homepage; (VII) cartazes; (VIII) back-light; (VIV) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, fotografia, cinema, programa para rádio, pesquisa científica e outros).

Por meio desta autorização ora concedida, autorizo, **LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, SOB A MATRÍCULA 2019224342, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)** ainda a realizar nas imagens e sons captados, cortes, reduções e edições. Esta autorização não gera e não gerará no futuro e também não ensejará interpretação de existir quaisquer vínculos ou obrigações trabalhistas, securitárias, previdenciária, indenizatória, ou mesmo empregatícia, entre o(a) cedente e a **LAURO JOSÉ DE**

ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UFRB.

DECLARO, portanto, que estou de acordo com essas imagens, que não violam os direitos de imagem e de privacidade do cedente, e que tenho ciência que este material constituído por imagens e sons pertence exclusivamente a, **LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UFRB**, que poderá usá-lo a seu exclusivo critério.

São Francisco do Conde, 27 de 10 de 2020.


Assinatura do Cedente



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E SOM

Eu, Maria de Fátima, portador(a) do CPF 650 488 145 69 AUTORIZO a LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, SOB A MATRÍCULA 2019224342, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), sediado(a) em CACHOEIRA NA BAHIA, a utilizar a minha imagem, em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e voz, capturados com o propósito de servir para uma pesquisa de mestrado e escrita da dissertação sobre: **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS COM A ANTIGA ESCOLA AGRÍCOLA DE SÃO BENTO DAS LAGES**. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; (III) folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (IV) folder de apresentação; (V) anúncios em revistas e jornais em geral; (VI) homepage; (VII) cartazes; (VIII) back-light; (VIV) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, fotografia, cinema, programa para rádio, pesquisa científica e outros).

Por meio desta autorização ora concedida, autorizo, LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, SOB A MATRÍCULA 2019224342, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB) ainda a realizar nas imagens e sons captados, cortes, reduções e edições. Esta autorização não gera e não gerará no futuro e também não ensejará interpretação de existir quaisquer vínculos ou obrigações trabalhistas, securitárias, previdenciária, indenizatória, ou mesmo empregatícia, entre o(a) cedente e a LAURO JOSÉ DE

ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UFRB.

DECLARO, portanto, que estou de acordo com essas imagens, que não violam os direitos de imagem e de privacidade do cedente, e que tenho ciência que este material constituído por imagens e sons pertence exclusivamente a, LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UFRB, que poderá usá-lo a seu exclusivo critério.

São Francisco do Conde, ____ de ____ de 20 ____.

María de Fátima dos Santos Evangelista

Assinatura do Cedente

PPGAP
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural

UF B
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E SOM

Eu, Josef Joaquim S. Pena, portador(a) do CPF
2.68.185.055-34 AUTORIZO a LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO
ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, SOB A
MATRÍCULA 2019224342, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
(UFRB), sediado(a) em CACHOEIRA NA BAHIA, a utilizar a minha imagem, em todo e
qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e voz, capturados com o propósito de
servir para uma pesquisa de mestrado e escrita da dissertação sobre: **AS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS COM A ANTIGA ESCOLA AGRÍCOLA DE
SÃO BENTO DAS LAGES**. A presente autorização é concedida a título gratuito,
abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no
exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; (III) folhetos em geral
(encartes, mala direta, catálogo, etc.); (IV) folder de apresentação; (V) anúncios em
revistas e jornais em geral; (VI) homepage; (VII) cartazes; (VIII) back-light; (VIV) mídia
eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, fotografia, cinema, programa para rádio,
pesquisa científica e outros).

Por meio desta autorização ora concedida, autorizo, LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA
CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, SOB
A MATRÍCULA 2019224342, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
(UFRB) ainda a realizar nas imagens e sons captados, cortes, reduções e edições. Esta
autorização não gera e não gerará no futuro e também não ensejará interpretação de
existir quaisquer vínculos ou obrigações trabalhistas, securitárias, previdenciária,
indenizatória, ou mesmo empregatícia, entre o(a) cedente e a LAURO JOSÉ DE

ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UFRB.

DECLARO, portanto, que estou de acordo com essas imagens, que não violam os direitos de imagem e de privacidade do cedente, e que tenho ciência que este material constituído por imagens e sons pertence exclusivamente a, LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UFRB, que poderá usá-lo a seu exclusivo critério.

São Francisco do Conde, ____ de ____ de 20__.

Edmundo S. Pena W. José Joaquim S. Pena

Assinatura do Cedente

PPGAP

Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E SOM

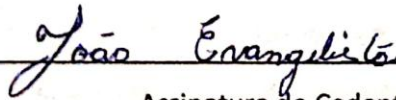
Eu, João Evangelista, portador(a) do CPF 100215585-15 AUTORIZO a LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, SOB A MATRÍCULA 2019224342, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), sediado(a) em CACHOEIRA NA BAHIA, a utilizar a minha imagem, em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e voz, capturados com o propósito de servir para uma pesquisa de mestrado e escrita da dissertação sobre: **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS COM A ANTIGA ESCOLA AGRÍCOLA DE SÃO BENTO DAS LAGES**. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; (III) folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (IV) folder de apresentação; (V) anúncios em revistas e jornais em geral; (VI) homepage; (VII) cartazes; (VIII) back-light; (VIV) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, fotografia, cinema, programa para rádio, pesquisa científica e outros).

Por meio desta autorização ora concedida, autorizo, LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL, SOB A MATRÍCULA 2019224342, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB) ainda a realizar nas imagens e sons captados, cortes, reduções e edições. Esta autorização não gera e não gerará no futuro e também não ensejará interpretação de existir quaisquer vínculos ou obrigações trabalhistas, securitárias, previdenciária, indenizatória, ou mesmo empregatícia, entre o(a) cedente e a LAURO JOSÉ DE

ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UFRB.

DECLARO, portanto, que estou de acordo com essas imagens, que não violam os direitos de imagem e de privacidade do cedente, e que tenho ciência que este material constituído por imagens e sons pertence exclusivamente a, **LAURO JOSÉ DE ASSUNÇÃO ROSA CARDOSO ALUNO DO MESTRADO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UFRB**, que poderá usá-lo a seu exclusivo critério.

São Francisco do Conde, ____ de ____ de 20__.



Assinatura do Cedente